

Norberto Ferreira Rocha
Jax Nildo Aragão Pinto
Carlos Cesar Santos (Orgs.)

Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações



Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de
responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-SemDerivações
4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP
Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA
Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro
Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL
Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA
Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN
Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Norberto Ferreira Rocha
Jax Nildo Aragão Pinto
Carlos Cesar Santos

(Organizadores)

Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730

Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA,
CEP 66035065

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Souza

Diagramação

Worges Editoração

Revisão de texto e capa

Organizadores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



A489

Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações / Norberto Ferreira Rocha
-Belém: RFB, 2023.

Outros

Jax Nildo Aragão Pinto

Carlos Cesar Santos

16 x 23 cm

Livro em pdf.

ISBN 978-65-5889-598-5

DOI 10.46898/rfb.5cd5b820-09e0-40d6-9c6a-b61d54caa8aa

1. Ciências Sociais. I. Rocha, Norberto Ferreira II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, onde os professores e alunos puderam aplicar e desenvolver seus conhecimentos, gerando o conteúdo apresentado neste livro. Nossos agradecimentos ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA pelo apoio na realização da V Semana Acadêmica – Amazonia: construção de saberes, direitos e inovações. Agradecemos aos/as autores/as e as inúmeras pessoas que direta ou indiretamente participaram da realização deste projeto: diretores do instituto, professores, técnicos, discentes, egressos e colaboradores.

Agradecemos especialmente a todos/as membros/as da Comissão da Organização da V Semana Acadêmica que com afinho trabalharam incansavelmente pela realização desse evento acadêmico.

Também dedicamos essa obra a professora Eliane Sampaio, jovem dedicada acadêmica da Faculdade de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas no Campus de Rondon do Pará, que nos deixou precocemente em 2022, vítima de um trágico acidente de trânsito. Professora Eliane era entusiasta dos eventos acadêmicos, inclusive participava da coordenação geral desta semana acadêmica colaborando de forma ativa e colaborativa. Essa obra é resultado também do seu esforço.

V SEMANA ACADÊMICA DO ICSA/UNIFESSPA

COORDENAÇÃO GERAL

Norberto Ferreira Rocha (Coord. geral)

Tiago de Souza Araújo (Secretário)

Carlos Cesar Santos

Eliane Silva Sampaio (In memoriam)

Jax Nildo Aragão Pinto

José Roberto Monteiro Campo

Marcelo Leite Barbalho

Miraci Matos do Carmo

Rogério Ruas Machado

Sandra Sueli Sepeda Gonçalves

Vinícius Leite Alcântara

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Sandra Sueli Sepeda Gonçalves (Coord.)

Miraci Matos do Carmo

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

Romário de Sousa Madalena (Coord.)

Isidória Miranda dos Anjos Silva

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Karolina de Almeida Calado

Tatiane Lopes Duarte

Rerison da Silva Teixeira

Vanessa Dias da Costa Silva

COMISSÃO DE CIENTÍFICA

Carlos Cesar Santos (Coordenador)

Poliana Ferreira da Costa

Thais Alves Rabelo Valente

Elaine Aparecida Teixeira

Matheus Simões Mello

Karolina de Almeida Calado

José Roberto Monteiro Campo

Vinícius Leite Alcântara

COMISSÃO DE ARTÍSTICA E CULTURAL

A. C. Condeixa de Araújo (Coord.)

ELABORAÇÃO DA ARTE DA CAPA

Rerison da Silva Teixeira

Vanessa Dias da Costa Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
--------------------	----

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO IMPRESSOS DE RONDON DO PARÁ E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA.....	15
---	----

COSTA, Maria Ivonete Araújo
PINTO, Jax Nildo Aragão
VALENTE, Thais Alves Rabelo
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.1

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: PROJETO “EDUCAR PARA RECICLAR”	39
--	----

LIMA, Sthefani dos Santos Silva
LIMA, Gildo Alves
SANTOS, Bruna Pinho dos
VIEIRA, Samires Cruz
COSTA, Poliana Ferreira da
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.2

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZONIA: CONTROLE SOCIAL EXERCIDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (2019/2020).....	51
---	----

ALMEIDA, Ana Carolina Coimbra Oliveira de
ROCHA, Norberto Ferreira Rocha
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.3

CAPÍTULO 4

GESTÃO DE CUSTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (PA)	73
--	----

GUSMÃO, Camila Rocha
FEITOSA, Marlla de Oliveira
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.4

CAPÍTULO 5

ICMS VERDE: ESTUDO DOS VALORES REPASSADOS AO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (PA)	101
---	-----

COELHO, Aloy Souza
OUTEIRO, Gabriel Moraes

OLIVEIRA, Ana Paula C. dos S.
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.5

CAPÍTULO 6

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS..... 121

VIREIRA, Karolayne Cruz
COSTA, Poliana Ferreira da
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.6

CAPÍTULO 7

REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA PREVISÃO DOS EFEITOS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE DIVIDENDOS PREVISTO NA PL Nº 2.337/2021 131

PAIXÃO, Edielson Pereira
OUTEIRO, Gabriel Moraes de
CARMO, Miraci Matos do
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.7

CAPÍTULO 8

GOVERNANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA EM PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PARAGOMINAS, ESTADO DO PARÁ..... 155

PEREIRA, Natanael da Conceição
ROCHA, Norberto Ferreira
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.8

CAPÍTULO 9

TRANSNOTÍCIAS: CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOB DEMANDA PARA A POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA..... 179

CRUZ, Alexandre Franco da
BARGAS, Janine de Kássia Rocha
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.9

CAPÍTULO 10

AGÊNCIA NOSSA: PROPOSTA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO VOLTADA PARA O PÚBLICO EM RONDON DO PARÁ..... 191

ALVES, Jussara
JAVORSKI, Elaine
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.10

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DA PÁGINA “O PORTAL DO MARAJÓ” NO FACEBOOK, SOBRE A ESTÉTICA JORNALÍSTICA SEM ASPECTO JORNALÍSTICO 199

SOUSA, Maria Clara Maia de
CAVALCANTE, Diego Frank Marques
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.11

CAPÍTULO 12

CADA CLIQUE UMA HISTÓRIA: UM NEWS GAME PARA CONTAR A HISTÓRIA DE RONDON DO PARÁ 209

GUSMÃO, Camila Rocha
JAVOSKI, Elaine
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.12

CAPÍTULO 13

EDUCOMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR..... 231

GOMES, Maria Vitória Campos
BASSI, Ingrid Gomes
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.13

CAPÍTULO 14

EMPREENDER UNIFESSPA: DESPERTAR COMPETÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA 245

CORREIA, Tainara de Sousa
MACHADO, Rogério Ruas
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.14

CAPÍTULO 15

EXPERIÊNCIA DE MONITORIA GERAL DE TEORIAS DO JORNALISMO 255

FILHO, Antônio Luiz Ferreira Sousa
BASSI, Ingrid Gomes
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.15

CAPÍTULO 16

FATOS PAI D'ÉGUA: PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE VIGIA DE NAZARÉ NO INSTAGRAM 265

CARDOSO, Mateus Paixão
BARGAS, Janine de Cássia Rocha
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.16

CAPÍTULO 17	
MATURAÇÃO DE SEMENTES DE DELONIX REGIA (BOJEREX. HOOK.) RAF.....	275
NASCIMENTO, Marcos Simehonne Castro	
QUADROS, Barbara Rodrigues de	
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.17	
CAPÍTULO 18	
MODELO DE GESTÃO BALANCED SCORECARD NO MEI: MAIS FAVORITA DE RONDON DO PARÁ.....	285
AQUINO, Marcelo Pereira	
BRANCO, Sara dos Santos Castelo	
VALENTE, Thais Alves Rabelo	
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.18	
CAPÍTULO 19	
O HIV/AIDS nas “Páginas” de O Liberal?	301
FILHO, Antônio Luiz Ferreira de Sousa	
ROCHA, Camila Rocha Gusmão	
SOARES, Fernanda de Castro	
SOUSA, Maria Clara Maia de	
ARAUJO, AC Condeixa de	
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.19	
CAPÍTULO 20	
SEMIÓTICA NO TRABALHO DE ZINA AITA	319
LIMA, Ícaro Emanuel Araújo	
CAVALCANTE, Diego Frank Marques	
DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.20	
ÍNDICE REMISSIVO.....	330
ORGANIZADORES.....	332

APRESENTAÇÃO

Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações é uma obra que foi construída de maneira coletiva e colaborativa, que busca dialogar com os temas importantes sobre à Amazônia Oriental, sudeste paraense. Trata-se de uma coletânea de trabalhos realizados por discentes do ICSA, sob a orientação de docentes da Unidade.

Neste sentido, os trabalhos que seguem são resultados dos debates da V Semana Acadêmica do ICSA, realizada no final do ano de 2022. É um evento de iniciação científica que é acontece todos os anos no Instituto com o objetivo de incentivar a produção de conteúdo dialógico e interdisciplinar. -

Nesta obra há artigos e resumos expandidos. No total de 20 textos, trazendo as pesquisas de iniciação científicas do ano de 2022. São trabalhos resultados de pesquisa da graduação dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Jornalismo, das Faculdades de Comunicação (FACOM), Faculdade de Administração (FAD) e Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC) e das pós-graduações de Mídias no Ambiente Escolar (FACOM) e Gestão Pública e Tributária (FACIC).

As temáticas englobam questões sobre Amazônia e desenvolvimento, políticas públicas na Amazônia, Educação ambiental, Administração Pública, Tributária e Gestão de Pessoas; Contabilidade Financeira e Auditoria; Contabilidade Governamental e Terceiro Setor; Gestão Organizacional, Desenvolvimento e Regionalidade; Empreendedorismo, Inovação & Tecnologia; Políticas Públicas e Sustentabilidade; Comunicação e Educação; Mídia e Cidadania. São temas com o foco na Amazônia Oriental, Rondon do Pará e entornos.

Desejamos que este material possibilite a troca de saberes e experiências do fazer científico produzido no ICSA, na grande área de Ciências Sociais Aplicadas. Caminho já iniciado nas quatro edições da Semana Acadêmica anteriores, e agora, com a publicação do nosso segundo e-book coletivo. Que venham os próximos. Boa leitura!

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO IMPRESSOS DE RONDON DO PARÁ E O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

COSTA, Maria Ivonete Araújo¹

PINTO, Jax Nildo Aragão²

VALENTE, Thais Alves Rabelo³

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.1

1 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

2 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

3 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/ICSA).

INTRODUÇÃO

Estudos da Economia Política da Comunicação (EPC) mostram que pressões econômicas, regulatórias, financeiras e políticas influenciam a dinâmica de mercados específicos, condicionando as atividades, tanto das empresas, quanto do próprio Estado, na regulação e operação da infraestrutura e dos serviços de comunicação e informação. Esse processo promove impactos significativos no desenvolvimento social, visto que a produção de discursos midiáticos e a difusão de informações e notícias alinhadas a lógica de acumulação capitalista, ampliam a alienação e a subordinação de grupos sociais no rural e no urbano.

Na década de 1970, o modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia foi caracterizado por um foco na exploração intensiva dos recursos naturais, com ênfase na agropecuária, mineração, construção de hidrelétricas e expansão da infraestrutura. Esse modelo visava principalmente impulsionar o crescimento econômico, atraindo investimentos e integrando a região à economia nacional e global (BECKER, 2005; MARTINS, 1996; CASTRO, 2017; HEBETTE, 2004). No entanto, esse desenvolvimento trouxe consigo uma série de impactos ambientais, sociais e culturais que têm consequências duradouras. Tal paradigma teve impactos profundos e multifacetados, afetando tanto o ambiente quanto as comunidades locais. As consequências desse modelo ainda são evidentes nas questões socioambientais que a região enfrenta atualmente.

O objetivo do artigo é apresentar uma análise de três meios de comunicação em Rondon do Pará (O Fuxico, Berrante do Parque, A Gazeta), analisados em sua versão impressa, entre o período de 1989 e 2018. A cidade de Rondon do Pará faz parte da colonização da Amazônia, quando o governo Federal em meados de 1969, decidiu

povoar a região, que para eles, era considerada “vazia”. No entanto, a história nos diz ao contrário, já existiam moradores na região que eram os povos originários. Rondon do Pará foi fundada, “desenvolvida”, e com isso houve o surgimento de veículos de comunicação. Diante dos fatos, a análise é feita para entender como o modelo de desenvolvimento é retratado nesses veículos, seu discurso, suas ideais. Para isso, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo de jornais, além de entrevistas com os proprietários dos referidos meios. Assim foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, que pretende dialogar com os conteúdos dos meios de comunicação impressos evidenciados e a lógica de desenvolvimento implementada no município.

Neste sentido, a questão que se apresenta para conduzir a elaboração do presente trabalho é: em que medida os conteúdos discursivos dos meios de comunicação locais (impressos) produzem e reproduzem elementos da lógica desenvolvimentista implementado em Rondon do Pará? Assim, o raciocínio hipotético é que os meios de comunicação se constroem a partir da lógica de desenvolvimento do lugar, articulando práticas hegemônicas produzidas e reproduzidas, a partir da organização política, econômica, cultural e social.

Rondon do Pará, localiza-se na Amazônia Oriental, as margens da BR 222. A cidade foi forjada no processo de invasão dessa parte da Amazônia, protagonizada pelo governo civil-militar. Araújo aponta que no final da década de 1960, o governo civil-militar decidiu construir uma rede de rodovias que penetrassem no sertão e integrasse a Amazônia, ao restante do país. Então, colonos adentraram em uma terra indígena provocando confrontos no que é hoje Rondon do Pará, mas na época era uma floresta tão densa e virgem que, segundo pioneiros, um macaco poderia atravessá-la de galho em galho, sem nunca pisar no chão.

O marco histórico desse processo de invasão e expulsão do povo Gavião da Mata é a instalação do núcleo rodoviário que dará início a construção da PA 70, em 1968, hoje BR 222. A estrada que ligaria o núcleo de Marabá e a região de colonização da transamazônica era parte da estratégia do governo militar para possibilitar a saída de madeira em grande quantidade e garantir o povoamento ao longo da rodovia incentivando a vinda de migrantes nordestinos para trabalhar nas fazendas que se erguiam, vinculadas aos proprietários rurais do centro-sul do País que receberam incentivos fiscais do governo federal.

A região da BR 222 (antiga PA), onde localiza-se Rondon do Pará faz parte desse projeto dos Militares. Em 1968, a então chamada PA70, hoje BR 222, começou a ser construída para ligar a Rodovia Belém-Brasília (BR 010) ao município de Marabá. De acordo com Lourival Lira¹, operador de trator na construção da estrada em 1964, o local onde hoje é Rondon do Pará, era chamado de km 86. De início foi construído um acampamento as margens do Rio Ararandeua, para servir de apoio para a equipe de trabalho. Com a instalação desses trabalhadores, foi sugerido que o povoado se chamasse Candangolândia, para homenagear os trabalhadores pioneiros que construíram Brasília.

Com o crescimento e a estruturação de Rondon do Pará, a história nos aponta para a presença de meios de comunicação importantes, que se misturam à história do lugar, ao mesmo tempo que expressam conteúdos que se vinculam a lógica de desenvolvimento do município, articulando-se com a maneira de viver dos que aqui chegavam, que distanciava da cultura dos moradores tradicionais do lugar, que eram os povos indígenas.

¹ Entrevista realizada, em 2020 para produção de matéria jornalística, vinculada à disciplina mídia e história social da Amazônia.

Em 2003, Rondon do Pará estampava as páginas do jornal, “O Fuxico”. Em formato tabloide, circulava semanalmente. No início a intenção era trazer entretenimento, porém surgiu a necessidade do jornal conter outras informações, foi quando os fatos ocorridos na sociedade, ou seja, o lado social foi incluso. O jornal necessitava de apoio financeiro, então, foi aberto um espaço para o lado político, Câmara e prefeitura. O jornal que era impresso em papel A4 e impresso na casa de seu proprietário, o jornalista por experiência, Ivan Santana. Nas edições uma garota da sociedade rondonense era escolhida para ser a gata da semana. O jornal ficou em sua versão impressa até o ano de 2018. Atualmente existe em uma única página como um portal online. A página tem aproximadamente cinco mil seguidores.

Como veículo de Comunicação de grande importância para o município, sua versão impressa será analisada²

Outro veículo de Comunicação que será analisado, é o jornal “A Gazeta”, que circulou pela primeira vez em 12 de outubro de 1989, na cidade de Tucumã, no Sul do Pará, o jornal foi fundado por José Roberto de Freitas, e seu pai João Alves de Freitas, e José Ferreira Filho, com o objetivo de trazer visibilidade para a região, o jornal começou com o nome, a Gazeta Vale do Xingu, e inicialmente alcançava as cidades de Xinguaçu, Água Azul, Orilândia, Tucumã e São Félix do Xingu.

Por fim será analisado o jornal “Berrante do Parque” que se destacou na cidade, por suas atividades durante a festa agropecuária de Rondon do Pará, a partir de meados de 1989, com distribuição gratuita às pessoas, durante os dias de festa. No conteúdo do “Berrante do parque”, continha informações sobre a programação da festa, os cantores que iriam participar, os acontecimentos ocorridos nas barracas que vendiam dentro da feira agropecuária. De acordo

² Entrevista realizado com Ivan Santana, proprietário do jornal, junho de 2022.

com entrevista com Dionísio Almeida³, O jornal era impresso em impressora comum, na escola Sorriso de Criança, que pertencia à família do fundador, Dionísio Almeida. O “Berrante do Parque”, circulou durante dezessete anos. Por ser um jornal que fez parte da história da cidade, vai ser analisado neste trabalho.

2. Referencial Teórico

2.1 Breves Considerações Sobre A Ocupação Da Amazônia, Sudeste Paraense.

Até por volta de meados dos anos de 1960, a Amazônia apresentava um outro cenário quando se refere as suas terras. Nesta época essas terras não eram divididas como são hoje, pois pertenciam aos Estados e União. Boa parte dessas terras eram ocupadas por pessoas já existentes no lugar de origem, que eram chamados de ribeirinhos, também existiam na região, poucas fazendas que exerciam a criação de gado de forma natural, ou seja, sem prejudicar a natureza no que se refere a queimadas e desmatamento. Desta forma as pessoas que moravam nessas terras tiravam seu sustento das atividades que realizavam como a pesca e a caça para sua sobrevivência. A Amazônia inicialmente era praticamente livre de títulos de propriedades privadas, assim os pequenos posseiros e povos que já habitavam na região viviam livres de conflitos e realizavam suas festividades locais como o festejo de santos (LOUREIRO E PINTO, 2005).

Naquela época não havia a preocupação de surgimento de outros donos das terras, pois os povos originários se preocupavam apenas em cuidar de suas terras já que era desta que tiram seu sustento. No entanto, na visão do governo militar, pós 1964, era preciso criar um modelo para que a região e consequentemente o país, alancasse

³ Entrevista realizada em 2022, com Dionísio Almeida fundador do jornal, O Berrante do Parque.

um desenvolvimento maior, pois era considerado demorado. O governo deixaria de receber o imposto ou parte dele, sem falar que esses empresários ou grupos econômicos tinham a oportunidade de conseguirem recursos com juros muito baixos. Isso ocorria para que os novos investidores pudessem abrir novas empresas na região (HÉBETTE, 2004; LOUREIRO; PINTO, 2005).

Velho (1972) indica que a invasão da Amazônia brasileira ocorreu seguindo uma série de ciclos baseados na exportação de produtos extrativos e na exploração da mão-de-obra indígena: drogas do sertão no século XVII, cacau no século XVIII e borracha no século XIX. Depois do colapso do boom da economia gomífera na década de 1910, a economia da região caiu na estagnação, sendo precariamente sustentada por frentes extrativistas, garimpeiras e pecuaristas até o advento dos planos de integração geopolítica dos governos militares dos anos 1960 e 1970. Com isso, depois desse período, a Amazônia foi brutalmente rearticulada pelo no sistema-mundo capitalista produzindo uma nova modalidade de exploração e expropriação que atinge em cheio as populações tradicionais da região.

Com o incentivo aos empresários, o governo deixou de investir por exemplo em saúde, educação e outras práticas necessárias para que as pessoas que moravam ali pudessem usufruir. Como a região era farta de terras logicamente os novos investidores começaram a não investir o recurso recebido pelo governo, no fim destinado, isso porque queriam comprar mais terras para usufruírem futuramente com suas atividades pessoais. Outros destinavam o recurso para empresas que possuíam em outros lugares do Brasil. Foram criadas inúmeras empresas que não existiam fisicamente, mas com a documentação elas poderiam receber mais recursos do governo.

Conforme assinalou Pereira (2015) os conflitos que antes não existiam começaram a surgir, com a disputa de terras, pois era grande

a exploração, sendo que se estendeu rapidamente o desmatamento. Em 1960 e nas próximas décadas os conflitos aumentaram, pois o governo incluía no pacote desses investidores, trabalhadores trazidos de outros estados, uma vez que estes faziam o trabalho por um baixo preço. Esses trabalhadores vinham de regiões que enfrentavam grandes problemas, por exemplo os nordestinos que vinham em busca de sustento para a sua família, pois enfrentavam seca no seu lugar.

Loureiro e Pinto (2005) e Porto-Gonçalves (2017) admitem que as pessoas, que antes moravam ali e não tinham nem um tipo de conflito viram suas terras irem embora. Muitas vezes as terras eram vendidas quando as pessoas que moravam nelas por séculos, ainda estavam lá. Com isso, mesmo que os povos que ali viviam e realizavam suas atividades na terra a anos, não eram considerados donos dela, pois documentos eram feitos dando legitimidade aos novos donos, e com isso os ribeirinhos, colonos e caboclos eram expulsos de suas terras. Com a expulsão dos antigos donos da terra, os novos donos adotaram uma prática que se tornou comum na região, a pistolagem.

Berta Beck (2005) afirma que o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia passou por várias transformações, mas sempre manteve uma perspectiva exógena, pensado pelo Estado Nacional, o capital privado nacional e o capital internacional. Pouco se ouviu os povos tradicionais da Amazônia, seu modo de vida, sua cultura. A geopolítica da Amazônia foi pensada a partir das necessidades de acumulação do capitalismo internacional e das matrizes globais do capital. De certa forma a Amazônia continua sendo negociada de forma que suas riquezas naturais sejam exploradas.

2.2 Desenvolvimento e economia política da comunicação

Pode-se afirmar que o campo de análise da economia política da comunicação aponta para a compreensão das relações entre Estado, mercado, sociedade e mídia. Como essas relações afetam ou determinam o tipo de serviços de informação e comunicação disponíveis na sociedade; como se comportam e operam as empresas que prestam esses serviços; os tipos de conteúdo que essas forças externas criam na mídia; e as implicações desses fatores para a cultura, a política e as atividades sociais como um todo. Com isso, a proposta pretende possibilitar diálogos entre desenvolvimento e comunicação na perspectiva de construção de apontamentos sobre as sociabilidades estabelecidas no contexto da cidade de Rondon do Pará.

A economia política da comunicação (DOURADO et al., 2016; MOSCO, 2016; BOLANO, MASTRINI E SERRA, 2004), enquanto campo teórico, tem colaborado com estudos sobre o desenvolvimento e crítica à modernidade, principalmente em países da periferia do capitalismo. Autores como Schramm (1964) e Rogers (1971) admitem que a tese desenvolvimentista considera que os meios de comunicação, são recursos, que, junto com a urbanização, educação e outras forças sociais, estimulam a modernização econômica, social e cultural. No entanto, a mídia pode ser um indicador de crescimento econômico, mas o seu avanço não representa necessariamente o desenvolvimento social equitativo. Mosco (2016) admite que a economia política busca estudar e problematizar questões relacionadas as relações sociais, em especial as relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos de comunicação.

É importante destacar que os estudos da EPC, a partir da leitura de conteúdos jornalísticos e o avanço dos meios comunicação

no território nos possibilitam uma leitura de conteúdo que visibilizam discursos que permeiam a mídia e difundem uma visão (ponto de vista) da realidade. Os três jornais analisados nesse trabalho apontam para essa questão, possibilitam entender características do modelo de desenvolvimento disseminado por esses veículos impressos.

2.3 Jornalismo divisional

Não é tarefa essencial desse trabalho explicar ou adentrar nas discussões sobre gênero jornalístico, visto que o objeto do trabalho não segue essa perspectiva. Os jornais analisados no presente artigo, foram ou são produzidos por agentes de comunicação que não possuem formação em jornalismo, atuam baseados na experiência de construir narrativas que reflitam sobre o cotidiano. Mesmo não sendo jornalistas de formação universitária, suas notas e interpretações da realidade escritas nos permitem entender processos sociais importantes da vida no interior da Amazônia.

Assis (2016) aponta que o termo “jornalismo diversional” ou “gênero diversional” é utilizado apenas no Brasil e designa a classe das matérias de certa maneira contaminadas pelo “show business” e indutoras “ao resgate de certas formas de expressão que mimetizam os gêneros ficcionais”, embora permanecendo ancorada “na realidade”. Conforme o referido autor foi Melo (2006) que cunhou essa expressão que produziu pesquisas e interpretações no campo da comunicação social, especialmente no jornalismo, no início dos 1970 do século passado.

O conceito de “gênero diversional” ou “jornalismo diversional” cunhado por Melo (2006) edifica a diversão na área do jornalismo, demonstrando que ela tem função legítima e assume que há produção e

consumo de material jornalístico que diverte e que, portanto, sobrevive em um ambiente midiático marcado pelo entretenimento.

Portanto, para o Jornalismo Diversional pode ser retratado em forma de entretenimento. Pois uma ideia pode ser disseminada por exemplo, em tom humorístico, em que as notícias se tornam interessantes, capazes de divertir seu público. Os formatos trazidos no Jornalismo Diversional são o de interesse humano, que consiste em apresentar a notícia de forma a chamar a atenção do leitor, ou seja, é o protagonista. Esse tipo de jornalismo (Diversional), pode vir em forma em que seu leitor tenha um pouco de diversão, pois aparece em diferentes formatos, enfim, é uma forma de mostrar a realidade de um lugar, uma vez que a comunicação acontece em diversas formas. Enquanto a história colorida da importância aos detalhes em que esses fatos acontecem.

Observar detalhadamente na pesquisa, pois esse jornalismo fica entre o mundo real e o imaginário, é necessário identificar os fatos que estão sendo transmitidos, como é o caso do Berrante do Parque. A Comunicação expressiva é capaz de divertir, impactar e fazer com que, quem a recebe aceite as ideias, discursos de quem a trouxe. Desta forma, a comunicação feita por meio de um jornal de época e de teor divertido, pode discriminar suas ideias e discursos para seus leitores, em forma de brincadeiras, e tons humorísticos, como é o caso do berrante do parque.

3. Materiais e método

A metodologia que será utilizada para organizar as informações levantadas, atribuindo sentido analítico será de natureza qualitativa, com foco na análise de conteúdo, pois se parte do pressuposto de que

o objeto de estudo se constrói em uma dinâmica que envolve história e cultura, presente e passado (MINAYO, 2002).

No que se refere a análise de conteúdo que compõe essa perspectiva metodológica, Campos (2004) assegura que a análise de conteúdo é um método bem utilizado na análise de dados qualitativos. Trata-se de um conjunto de técnicas de pesquisa vinculadas à análise da comunicação que buscam encontrar os sentidos em algum documento, decodificando os conteúdos das mensagens. Possuindo grande relevância da semântica para sua utilização. Com isso, o método encontra-se em meio a duas extremidades: a linguística tradicional e a hermenêutica.

A Análise de conteúdo, pode se resumir, de uma maneira geral, a um conjunto de técnicas de análise e interpretações “das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

De acordo com Campos (2004), na década de 40, a análise de conteúdo já era utilizada em grande escala. As propagandas em jornais e revistas eram abundantes e era necessário decifrar as mensagens de teor narcisista, pois era a época da segunda guerra. Lasswell, jovem estudante da Universidade de Chicago, seguia nas suas pesquisas para entender quais mensagens estavam sendo transmitidas por meio de símbolos. Assim, a análise de conteúdo, explica o conteúdo trazido de maneira objetiva.

A análise de conteúdo possui duas formas de interpretação, a forma tradicional de ler as mensagens de forma normal e saber decifrar as entrelinhas, o verdadeiro significado que tem aquela mensagem,

isto é, observar o sentido, os símbolos, o ponto que ela quer chegar. O conteúdo de um jornal por exemplo, pode trazer várias mensagens, não só com a escrita, mas também por meio de símbolos, imagens inseridas neste meio de comunicação. Por muitas vezes é possível ler a mensagem de forma objetiva, porém nem sempre para pôr aí, então, a necessidade de aplicar a técnica de análise de conteúdo. Com este método, pode ser revelado o teor das mensagens não explícitas.

Desta feita, já foram identificados os três meios de comunicação que serão utilizados para a produção da análise de conteúdo. Todos são jornais impressos: Jornal “O Fuxico”, a Gazeta e o Berrante do Parque, os quais segue em Anexo em formato A4; além disso serão realizadas entrevistas com os produtores dos jornais que possuem conteúdos sobre os meios em questão. Importante salientar que, os Meios de Comunicação analisados neste trabalho, não possuem uma sequência de edições. Isto porque, os proprietários não os possuem mais. Importante frisar que, o jornal “A Gazeta” publicava reportagens de outros municípios, como já citado neste trabalho. Então, serão analisadas apenas três reportagens do município. Edição da primeira quinzena de 2012, edição da segunda quinzena de dezembro, também do ano de 2012, e, edição da primeira quinzena de julho de 2013.

Desta forma, o jornal “O Fuxico” vem com quatro edições analisadas: Ano I, número (18), de 20 a 26 de dezembro de 2003; Ano I, número (19), de 27 de dezembro de 2003 a 02 de janeiro de 2004; Ano IV, número 226, de 10 a 16 de maio de 2008; Ano VIII, número 333, de 07 a 13 de agosto de 2010.

O “Berrante do Parque” serão realizadas análises dos seguintes exemplares: Ano I, primeira edição de julho de 1989; Ano II, a edição não informa dia e mês da sua publicação; Ano III, a edição não informa dia e mês da sua publicação; Ano X, 07 a 24 de julho de 1998.

4. Análise E Discussão Dos Dados

De maneira ampla, existem poucos registros sobre os meios de comunicação e processos de comunicação em Rondon do Pará. Dos trabalhos que discutem a temática há o artigo recente de Bassi e Reis, publicado nos anais do 42o. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2019. O material apresentado pelas autoras aborda os processos comunicacionais na cidade de Rondon, apresentando entre outros meios (radiofônico e impresso), dois dos veículos analisados nesse trabalho. É importante destacar que a presente pesquisa buscou analisar o conteúdo de jornais impressos, enquanto espaços de produção e reprodução de um discurso de desenvolvimento apregoado na Amazônia. Portanto, por meio da leitura e análise buscou-se elementos e registros que indiquem uma vinculação e expressão desses meios com a lógica de desenvolvimento da região.

Neste sentido, pode-se afirmar que os três veículos impressos (“Berrante do Parque”, “O Fuxico” e “A Gazeta”) apontam para uma reprodução do discurso dominante sobre o desenvolvimento na Amazônia, destacando e fortalecendo práticas e protagonismo político de grupos sociais encarregados de disseminar uma práxis desenvolvimentista baseada na produção agropecuária e expansão da agricultura, ao mesmo tempo que invisibiliza atores sociais como comunidades indígenas e camponeses que fazem parte da história da região e que mantiveram-se em condição de subalternização e, portanto, distante dos processos comunicacionais desenvolvidos na região e, com isso, em Rondon do Pará.

As entrevistas como os proprietários desses veículos mostraram que a ideia disseminada pelos jornais acontecia de forma espontânea, como parte integrante da vida dos fundadores, que eram migrantes de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo. A

noção que se estabelecia na região amazônica e, portanto, também em Rondon do Pará, como progresso era de crescimento econômico, sob a matriz da dominação da floresta e seus recursos que iam sendo substituídos pela agropecuária e monoculturas. A ideia de manter a natureza viva não tinha eco em função da lógica de desenvolvimento que defendia o avanço do metabolismo social.

Os jornais “Berrante do Parque”, “O Fuxico” e “A Gazeta”, expressam padrões sociais, políticos, culturais e econômicos de uma classe social (elite), que se estabelece em Rondon do Pará e protagonizam o modelo de desenvolvimento apregoado pela lógica do governo civil-militar. Eles, juntos, expressam entretenimento, humor, atividades econômicas, sociais e políticas do município, vinculadas a uma lógica de pensar a sociedade e o lugar. É impressionante como os processos comunicacionais estão vinculados ao desenvolvimento das elites locais e as formas como elas pensam a sociedade, bem como o protagonismo do crescimento econômico. Temas como natureza, meio ambiente, povos tradicionais, modo de vida e cultura amazônica, não são evidenciados nos meios impressos analisados. É importante salientar que não aparecem, não apenas porque não era a linha dos jornais, mas porque esses temas não eram difusos nesse passado recente da Amazônia, em que o mais importante era explorar e dominar a floresta, a terra e a natureza para crescer economicamente. O discurso do progresso é marcado pela necessidade de destruir para construir o que o governo civil-militar incentivava.

Cabe aqui salientar que as discussões do campo da economia política da comunicação apontam exatamente nessa linha, que os meios de comunicação tendem a reproduzir a lógica da classe dominante local, sendo a expressão dos padrões e modos de vida desse grupo social, invisibilizando a cultura popular e o jeito de ser e fazer dos grupos sociais colocados à margem da sociedade e condições de su-

balternização. Portanto, depois desse breve apontamento, que busca uma compreensão geral do objeto, o trabalho segue analisando os meios impressos

O jornal “Berrante do Parque” teve início no ano de 1989, apresentando características do jornalismo diversional⁴. Tratava-se de um jornal impresso em papel ofício, com duas folhas grampeadas, frente e verso, totalizando quatro páginas.

O conteúdo do Berrante do Parque, era composto de informações sobre a programação da festa, cantores que iriam participar, notícias das barracas que vendiam dentro da feira agropecuária. O jornal produzia narrativas em forma de humor, piadas e brincadeiras, o que requer uma atenção especial para análise proposta. Os patrocinadores eram do agronegócio, mas também existiam de outros segmentos. De acordo com entrevista com Dionísio Almeida⁵, o jornal era impresso em impressora comum, na escola Sorriso de Criança, que pertencia à família do fundador. O Berrante do Parque, circulou durante dezessete anos e as matérias eram produzidas pela família do proprietário.

Em entrevista com o proprietário do jornal “Berrante do Parque”, Dionísio Almeida⁶, ele informou que quando mudou para Rondon do Para, em 1984, vindo de Nanuque, Minas Gerais, chamou alguns amigos e em 1989, e começou a produzir o jornal que era distribuído durante a feira Agropecuária do Município. O “Berrante do Parque” era distribuído todas as noites e tinha uma equipe para pegar as fofquinhas e as notícias das programações. No jornal vinha todos os cantores que iam participar da festa. Os patrocinadores eram

4 O termo “diversional” consta, pois, em taxonomia elaborada pelo referido autor a respeito dos gêneros jornalísticos. Trata-se de neologismo, sem palavra correlata em outro idioma, e que, de fato, se remete transversalmente à ideia de diversão. Ideia por vezes incompreendida, a bem da verdade, porque não raramente confunde-se conteúdo com forma, como veremos a seguir (ASSIS, 2016, p. 143-144).

5 Entrevista realizada em 2022, com Dionísio Almeida fundador do jornal, O Berrante do Parque. Obs aqui foram conteúdos analisados e não entrevista.

6 Entrevista realizada no mês de junho de 2022.

do agronegócio, mas também tinha outros patrocinadores, como hospitais e comércios locais. Era impresso em impressora comum na escola sorriso de criança, que pertencia a nossa família, onde também funcionava a redação. Os exemplares eram distribuídos gratuitamente, durante os 17 anos de sua produção.

Com isso, pode-se observar que o jornal “Berrante do Parque” com características diversional, apregoava e disseminava de forma objetiva os interlocutores do modelo de desenvolvimento do lugar. Mesmo se tratando de um evento bastante diverso em termos de participação o que ganha expressão é a “elite” rondonense expressa pelos produtores rurais, representantes do agronegócio local, que tinha a agropecuária como produção expressiva e mais importante do lugar. É significativo notar a relação entre a dimensão política e econômica, como os condutores do desenvolvimento local. De acordo com a análise, é possível perceber que, o evento em que o jornal era distribuído, as pessoas de menor poder aquisitivo eram quem traziam lucro, pois os que pertenciam a elite ganhavam dinheiro com o evento. Pois o evento, além de possuir barracas de diferentes seguimentos, ainda tinham os shows, em que as pessoas não associadas teriam que pagar o ingresso, enquanto os associados recebiam cortesias.

Conforme entrevista com Ivan Santana, proprietário do jornal “O Fuxico”, o veículo começou a circular no ano de 2003, em formato tabloide. Com a tiragem de mil exemplares, porém muitos exemplares se perdiam, então, só distribuídas em média de 800 exemplares. A intensão no início era trazer entretenimento, mas seguida teve a inclusão da dimensão política e social, valorizando, portanto, os acontecimentos da prefeitura e câmara de vereadores. O jorna era impresso em papel A4, na casa do proprietário em impressora. Trazia na capa a foto de uma garota, como a gata da semana, era grampeado e entregue inicialmente em Rondon do Pará, porém, mais tarde exemplares

eram mandados para as cidades de Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins. Três apoiadores estão no jornal até os dias atuais, Center Plac, Advocacia Andrade e Nogueira Supermercado. Ficou no ar até o ano de 2018 e atualmente funciona online em uma página no facebook.

O jornal “O Fuxico”, traz em suas páginas, notícias voltadas para a sociedade rondonense. Isto é, para um certo tipo de público, (elite). O jornal traz em destaque garotas da sociedade rondonense, como gata da semana, o critério para que elas ganhem tal destaque, é sua beleza. A 18a edição, de 26 de dezembro de 2003, traz na primeira página, a gata da semana, como já mencionado, uma garota bonita da sociedade, na página 02, propaganda de patrocinadores e notícias de política. Uma nota com aniversariantes, também de pessoas conhecidas no meio social. A página 03, traz a garota eleita como símbolo sexual nacional, postagem que já é de costume no jornal. A página 04 desta edição, já começa com uma foto de político conhecido na cidade, ele que vem desejando votos de feliz natal. Agora observa-se a próxima edição de 27 de dezembro de 2003 a 02 de janeiro de 2004. Página 01, a garota em destaque, traz em sua legenda, a sua beleza, algo que é evidenciado em todas as edições que foram analisadas neste trabalho. Na página 02, traz a aniversariantes, neste caso também de pessoas que tinham profissões de destaque na sociedade. Nesta página se trata da filha de um conhecido locutor da época (Roberto Guerreiro).

Em uma edição mais recente, de 07 a 13 de agosto de 2010, traz em sua capa uma notícia sobre a prefeitura municipal, nela diz que a prefeitura está asfaltando ruas da cidade. O interessante é que vem com uma foto grande, mostrando o serviço. Então os olhares voltados para o que a prefeitura estava fazendo, aqui não se ver uma preocupação com o bem-estar das pessoas menos favorecidas, neste caso, era plausível mostrar o que estava sendo colocado em evidência.

A mesma página também traz a gata da semana em destaque, vestida com assessorios que se configuram com o agro presente na região.

Pode-se observar, portanto, que o jornal girava em torno de um pequeno grupo pertencente a elite da sociedade rondonense, visto que não há registro por exemplo de garotas que não preenchiam o requisito exigido pelo jornal para saírem na capa. As pessoas simples como caboclos e trabalhadores sem poder aquisitivo, não apareciam no jornal analisado. Isto configura que, quem não era considerado (o) bonito ou possuía destaque no meio social, não apareciam. Desta forma, o modelo de desenvolvimento implantado no lugar, continua firme no jeito que os acontecimentos são administrados pelos cidadãos.

Em entrevista com um dos proprietários do jornal, A Gazeta, pode-se concluir que ele teve uma construção histórica diferente dos outros dois jornais analisados, considerando sua amplitude e seu local de fundação que é foi o Rondon do Pará. De acordo com informações coletadas junto ao José Roberto Freitas⁷, o jornal foi criado na cidade de Tucumã para dar visibilidade à região. Um dos jornais mais antigos da região que circulou impresso com essa estrutura. O jornal trazia notícias de Xinguara, Água azul, Ourilândia e São Felix do Xingu. Ele começou com o nome a Gazeta Vale do Xingu. O jornal ganhou uma dimensão muito grande com sua linhagem editorial, O jornal passou a cobrir todo o Sul do Pará. Circulava de Dom Eliseu a Bom Jesus do Tocantins. A impressão dele era feita em Imperatriz do Maranhão, gráfica mais perto que tinha. As matérias, as fotos em forma de filmes, na gráfica não tinha laboratório para imprimir os filmes, então, levávamos as matérias que já estavam escritas em máquina de datilografia e, lá eram passadas para o computador.

De acordo com José Roberto de Freitas, o jornal “A gazeta” ajudou a eleger muitos políticos no município e em todo o estado. Pois

7 Um dos fundadores do jornal. Entrevista realizada no maio de 2022.

o jornal tinha influência nesse quesito. Ao analisar as reportagens trazidas no jornal “A Gazeta”, percebe-se uma grande quantidade de notícias de cunho político, em que fica em evidência a benfeitoria dos políticos na região.

4. Considerações Finais

O trabalho proposto teve a preocupação de entender como o discurso desenvolvimentista apregoado na Amazônia, especialmente em Rondon do Pará foi reproduzido pelos meios de comunicação impressos, demonstrando que as condições sócio-históricas dominantes e hegemônicas do lugar são difundidas pelos veículos comunicativos. Com a pesquisa foi possível perceber que a região foi alvo do governo, pois possuía grandes riquezas naturais que poderiam ser exploradas e com isso os lucros eram grandes. Naquela época os empréstimos eram oferecidos de forma fácil para que os investidores, inclusive, de fora do país, implantassem seus negócios na região, com o intuito de crescimento econômico e progresso.

Retomando as discussões sobre economia política da comunicação, a análise do conteúdo dos meios impressos de Rondon do Pará produz um discurso informativo que reproduziu a lógica econômica do lugar. É importante salientar “que o discurso produzido pela mídia (meios impressos) não é novidade em si, pois, como qualquer texto, as mídias se constroem sobre arcabouços sócio-históricos pré-existentes” (DUTRA, 2009, p. 27).

Cabe destacar que em meio ao plano para povoar a Amazônia, estavam as pessoas que já viviam na região e que, não tiveram nem um benefício com esse modelo de desenvolvimento. Ao contrário, viram suas vidas mudarem rapidamente e de uma maneira retrocedente. Os novos negócios capitalistas trouxeram prejuízos para essas

pessoas, pois, muitos foram expulsos de suas terras e se deslocaram para outros lugares ou então, se subjugaram ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo militar. Os Povos que viviam na região, como caboclos, ribeirinhos, indígenas, viram suas “casas invadidas”, saqueadas sem que nada pudessem fazer. A expressão dos conteúdos dos meios impressos invisibilizou esses atores sociais amazônidas, gente do lugar.

Portanto, Rondon do Pará começou sua existência com esse modelo de desenvolvimento, como já explicado nesse trabalho, o processo de construção da cidade começou em 1968, quando trabalhadores ordenados pelo governo Federal montaram um acampamento as margens do rio Ararandeua, para a abertura de estradas, PA 70, que hoje é BR 222, para ligar a Rodovia Belém Brasília (BR 010) ao município de Marabá. Com a chegada desses trabalhadores criou-se a oportunidade de chegarem pessoas de diferentes estados brasileiros para que os trabalhos na região fossem executados. Muitos vinham em busca de uma vida melhor para sua família. Nessa época, o local era chamado de quilômetro 86. Com a chegada das famílias, o lugar foi crescendo quando se fala em número populacional.

No entanto, diante das pesquisas realizadas para produção deste trabalho, o modelo de desenvolvimento inserido, não beneficiou a maioria das pessoas, diria que o poder aquisitivo se concentra em uma minoria. Muitos vieram para o município com a esperança de adquirir um pedaço de terra, mas essas terras estão concentradas em uma pequena parte da população.

A proposta do trabalho era analisar três Meios de Comunicação impressos do município e como esses meios reproduziam ou não o discurso imposto no passado na Amazônia. Ao aplicar a técnica de análise de conteúdo, é claro que o discurso desenvolvimentista aparece de forma forte nas publicações. O trabalho mostrou como o modelo de

desenvolvimento esteve presente na história do município, o que abre caminhos para que novos jornalistas trilhem um caminho diferente na forma de transmitir informações do lugar.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco. Jornalismo diversional: a diversão pela forma. 2016. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/444/418>. Acesso em: 04 set. 2022

BASSI, Ingrid Gomes; REIS, Larissa Mota. Resgate histórico dos atuais processos comunicacionais em Rondon do Pará, na Amazônia oriental. In: 42a Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação, Belém, PA: INTERCON, 2 a 7 set. 2019

BECKER, Bertha K. A Geopolítica da Amazônia. Estud. Av. v. 19, n. 53, p. 75-86, jan./abr. 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BOLANO, C.; MASTRINI, G; SERRA, F. A Latin American perspective for the policial economy of communication. The Public ,v. 11, n. 3, p. 47-59, 2004.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out., 2004.

CASTRO, Maria Ramos de (org.). Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

DUTRA, Manuel José Sena. A fabricação de verdades contemporâneas. In. A Natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. Pinheiros-SP: Annablume, 2009, p. 27-53.

HALL, Anthony L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia 18 (1971-2011). Belém: EDUFPA, 2004. (Volume I).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A Questão fundiária na Amazônia. In. Rev. Estudos Avançados. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo: IEA, v. 19, n. 54, p. 77-98, ago. 2005.

MOSCO, Vicent. Economia Política do Jornalismo. In. DOURADO, Jacqueline Lima et al. Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional. Teresina: EDUFPI, 2016.

MARQUES DE MELO, José. Teoria do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no Sudeste do Pará. Recife: Ed. da UFPE, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro. Consequência, 2017.

ROGER, E. Communication of inovations. With F.F. Shoemaker. New York: Free Press, 1971.

RONDON DO PARÁ (PA). Prefeitura. Histórico Rondon. [20--?]. Disponível em: <https://rondondopara.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/HIST%C3%93RICO-RONDON.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021

SANTOS, Gabriel Garreto dos. Uso e ocupação do solo no município de Rondon do Pará, Sudeste paraense nos anos de 1986 e 2019. V Congresso Internacional das Ciências Agrárias “Sociedade 5.0: EDUCAÇÃO, CIENCIA, TECNOLOGIA E AMOR. 2020

Norberto Ferreira Rocha, Jax Nildo Aragão Pinto e Carlos Cesar Santos (Orgs.)

SCHRAMM, W. Mass Media and National Development. Stanford: Stanford University Press, 1964.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: PROJETO “EDUCAR PARA RECICLAR”

LIMA, Sthefani dos Santos Silva¹

LIMA, Gildo Alves²

SANTOS, Bruna Pinho dos³

VIEIRA, Samires Cruz⁴

COSTA, Poliana Ferreira da⁵

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.2

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

³ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

⁴ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

⁵ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

A gestão de resíduos sólidos é uma atividade fundamental, porém complexa, diretamente relacionada à qualidade de vida nas cidades. Ainda assim, a sociedade não dá ao assunto a atenção que merece, pois ainda associa o conceito de resíduo a definição de “lixo”. O lixo refere-se às formas obsoletas de desperdício, conceitualmente definido como qualquer produto ou objeto rejeitado pelo ser humano, sem valor e sem uso relevante (VELLOSO, 2007).

Segundo Gusmão (2000), a educação ambiental (EA) é outro fator importante na gestão correta e sustentável dos resíduos sólidos. A EA deve ser utilizada como uma ferramenta para o pensamento das pessoas no processo de mudança de atitudes em relação ao descarte adequado de resíduos e respeito ao meio ambiente.

Nesse contexto, professores do ensino básico devem ser estimulados a desenvolver atividades que contribuam de forma efetiva e procurem estimular a formação de cidadãos críticos, solidários, interessados no meio em que estão inseridos e simpatizantes das pessoas e causas sociais (RODRIGUES e SAHEB, 2019).

Diante do assunto apresentado, a atual ação de extensão se baseia na formação de professores multiplicadores de conhecimentos específicos em educação ambiental com foco na gestão de resíduos sólidos para desenvolver habilidades e competências de alunos incluídos, com o objetivo comum de superar a evasão escolar e melhorar o ritmo de aprendizagem e taxa de aprovação.

2. Procedimentos Metodológicos

Para a primeira etapa de execução do projeto, foram apresentados aos professores que ministram a disciplina de Educação

Ambiental nas escolas, conceitos sobre a geração de resíduos sólidos e os seus impactos ambiental, social e econômico, coleta seletiva e logística reversa – instrumento dessa Lei, além de discussão a respeito da necessidade de criação das UTR (Usina de Tratamento de Resíduo Sólido), o desperdício de matéria prima e obsolescência programada.

Para auxiliar os professores na aplicação dos conceitos e dinâmicas referentes a gestão de resíduo sólidos, foi elaborado um material didático, com todos os conceitos apresentados e um roteiro de dinâmicas para os professores utilizarem quando forem aplicar em sala de aula para os alunos da 6o, 7o, 8o e 9o série do ensino fundamental, os professores e alunos também terão como base de exemplo protótipos de material reciclável, criados pelos discente do projeto de extensão (bolsistas e voluntários).

Para a melhor fixação dos conceitos sobre a gestão dos resíduos sólidos, foram realizadas algumas atividades lúdicas que envolvem o desenvolvimento da educação ambiental aplicada a gestão adequada de resíduos sólidos. E para a realização das dinâmicas apresentadas aos professores na oficina de aprendizagem, foram escolhidos uma turma de cada série (6a, 7a, 8a e 9a) da disciplina de educação ambiental.

Para a turma da 6a série, foram abordados conceitos sobre a coleta seletiva e reciclagem de mateiras, criação de brinquedos e jogos com a utilização de materiais recicláveis já pré-selecionado pelo professor, ou trazidos pelo aluno de casa. Os materiais podem ser: garrafas pet, papelão, tampinha de garrafas plástica, ou embalagens plásticas. Essas atividades podem ser realizadas com grupos das diversas idades do ensino básico.

Para os alunos da 7a série os conceitos abordados são sobre logística reversa coleta seletiva e reciclagem, conscientização a respeito da responsabilidade compartilhada, e uso de materiais eletrônicos

que não possuem mais concerto para a confecção de objetos de arte, brinquedo e entre outras utilidades encontradas para esses materiais, aumentando o seu tempo de vida e evitando o seu descarte no meio ambiente.

Já para os alunos da 8a e 9a série sugeriu-se apresentação de dois documentários, o primeiro sobre o Lixo Extraordinário – Vik Muniz para a turma da 8a série, com o objetivo de apresentar os problemas relacionados ao acúmulo de resíduos sólidos, e principalmente os impactos sociais e ambientais causados pelo descarte inadequado dos resíduos que será esclarecido por meio do documentário que aborda as diversas dificuldades enfrentadas pelos catadores de materiais recicláveis.

E para a 9a série sugeriu-se a apresentação do segundo documentário The Story of Stuff – A História das Coisas, que aborda o tema sobre a obsolescência programada e desperdício de matéria-prima, assim serão discutidos assuntos voltados para o consumo exagerado e como cada vez mais sentimos a necessidade de nós desfazermos de bens que ainda possuem utilidade para comprarmos novos, o que nos leva a um ciclo de consumo e descartes exagerados. E como esse consumo desenfreado ocasiona na necessidade de maior exploração dos recursos naturais, gerando impactos que possam ser irreversíveis com o passar dos anos.

3. Resultados Alcançados

O projeto está na fase final, e foram inicialmente realizadas reuniões com a equipe municipal da secretaria de educação, para planejamento dos encontros e apresentação do projeto (Figura 1a).

Também foram realizados encontros com os discentes extensionistas (bolsistas e voluntários) para estudo do projeto, planejamento e divisão das tarefas (Figura 1b).



Figura 1a. Encontro com a equipe municipal da secretaria de educação.
Figura 1b. Encontro com os discentes extensionistas (bolsistas e voluntários).

Em encontros com os extensionistas, foram elaborados protótipos de jogos, utensílios e brinquedos para servir de exemplo aos alunos e professores, para levantar o tema, de forma alusiva, a reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, a fim de diminuir o acúmulo e desperdício de matéria-prima, além de ser uma destinação ambientalmente adequada (Figura 2).

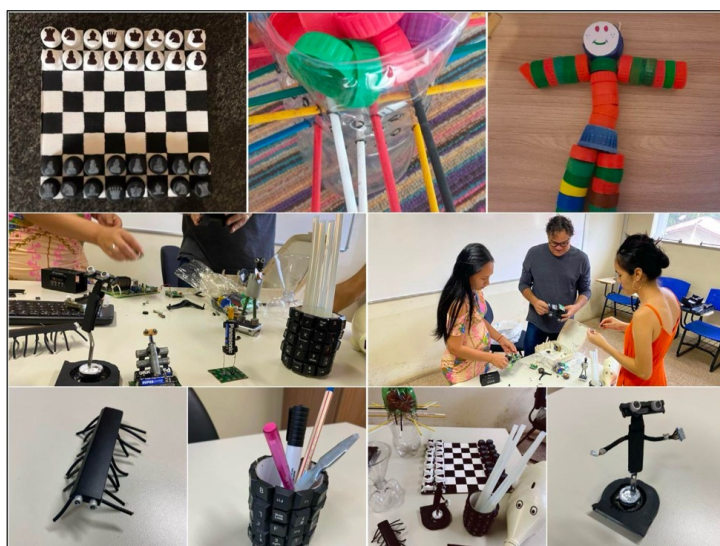


Figura 2. Protótipos de jogos, utensílios e brinquedos feitos com material reciclável.

Além disso, foi realizado encontro com 14 professores da disciplina de educação ambiental do município (Figura 3), de quatro escolas (Escola Lucíolo Oliveira Rabelo; Escola Adolfo Soares de Moraes; Escola Francisco Nunes e Escola Dom Pedro I) para a capacitação em relação ao material didático desenvolvido, apresentação das dinâmicas e conceitos, discussão sobre a PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus instrumentos e na ocasião, também foi realizada a apresentação e entrega do material didático (Figura 4) para auxiliar os educadores.



Figura 3. Discentes extensionistas (bolsistas e voluntários) apresentando o projeto para os professores.



Figura 4. Material didático elaborado para os professores.



Figura 5. Oficina de aprendizagem com os professores.

O projeto de extensão também foi apresentado pela discente, extensionista e bolsista Bruna Pinho dos Santos (Figura 6), no I Seminário de Extensão da UNIFESSPA – I SEU, integrante da V Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – V JEPE.

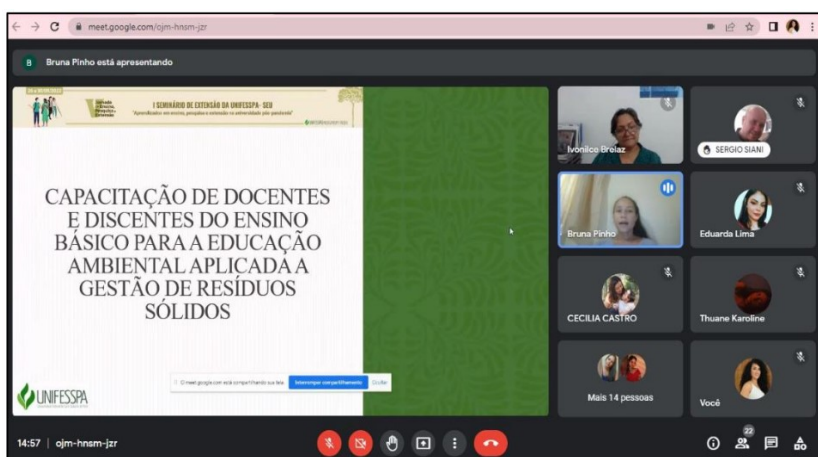


Figura 6. Apresentação do projeto de extensão no I SEU.

Foram realizados também atividades de educação ambiental em parceria com a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECMA, com os alunos do ensino fundamental das escolas do município de Rondon do Pará (Figura 7).



Figura 7. Atividade de educação ambiental com os alunos do ensino fundamental.

Ainda, o projeto apresentou aos alunos do 7º ano da escola municipal Prof. Francisco Nunes (Figura 8), o documentário “Lixo Extraordinário” do artista plástico Vik Muniz, com o objetivo de demonstrar a questão do acúmulo de resíduos sólidos na sociedade contemporânea, suas implicações ambientais e principalmente sociais, demonstrando a realidade vivenciada por catadores de materiais recicláveis que perdura ainda atualmente. Um grupo que possui um papel fundamental na gestão de resíduos sólidos, atuando, em sua maioria, nas atividades da coleta seletiva, triagem, processamento e comercialização destes materiais recicláveis.



Figura 8. Apresentação do documentário – Lixo Extraordinário.

O município de Rondon do Pará, no ano de 2022, está em fase de implantação do programa municipal de coleta seletiva, perfazendo um dos primeiros municípios do estado do Pará a implantar um aterro

sanitário, a fim de, atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). Essa nova e adequada gestão de resíduos sólidos, exige que toda a população do município compreenda no que consiste de fato, todos os instrumentos da política nacional supracitada, principalmente, no que diz respeito a coleta seletiva.

É preciso ressaltar a importante iniciativa do município em aplicar os conceitos da Educação Ambiental nas escolas, por meio de uma disciplina curricular, no entanto, diante do panorama atual de implantação do programa municipal de coleta seletiva, conhecimentos específicos sobre a gestão de resíduos sólidos são fundamentais.

O projeto de extensão em questão buscou apoiar e fomentar o programa de coleta seletiva, ofertando aos professores da disciplina de Educação Ambiental do ensino básico, formação continuada quanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seus instrumentos, tais como: a coleta seletiva e a logística reversa, educação ambiental e os planos de resíduos sólidos, utilizando a ludicidade como prática pedagógica no ensino desses conceitos.

4. Considerações Finais

Concluimos, este trabalho confirma a importância de discutirmos a educação ambiental aplicada a gestão de resíduos sólidos junto aos educadores, pois estes são multiplicadores diretos aos seus educandos que também repassam os conhecimentos aprendidos aos seus pares e familiares. Afinal, o corpo discente da base da pirâmide, ou seja, alunos e alunas do ensino fundamental tiveram a possibilidade de ampliarem a reflexão da geração e do adequado destino dos resíduos sólidos.

Por fim, o estudo contribui positivamente para o reforço e alargamento da formação acadêmica e ao exercício da cidadania.

Dessa maneira, elucidou a visão panorâmica da geração de resíduos sólidos especificamente os elétricos eletrônicos, bem como, a sua reutilização pós funcionamento desses aparelhos, sejam em obras de arte ou em transformação dessas peças em fonte de renda aos sujeitos do ciclo produtivo: fabricação, consumo e descarte final desses produtos eletrônicos.

No que se refere as limitações do trabalho, lista-se as seguintes não-conformidades: a) a redução do tempo do projeto de apenas seis meses, consequentemente restringiu as demais ações; b) o número de escola e a quantidade de turmas assistida também foram limitadas; c) as duas proposições anteriores promoveram uma redução do número de alunos assistidos pelo projeto de educação ambiental aplicada a gestão de resíduos sólidos.

Contudo, é de extrema necessidade a capacitação de docentes do ensino básico para a educação ambiental aplicada a gestão de resíduos sólidos nas escolas de educação básica, pois os encontros com esses educadores promoveram debates e elucidaram soluções práticas no campo da educação ambiental, tais como: reutilização, redução e reciclagem, e por fim o descarte adequado das peças inutilizável desses produtos elétricos e eletrônicos.

REFERÊNCIAS

GUSMÃO, O. S. et al. Reciclagem artesanal na UEFS: estratégia educacional na valorização do meio ambiente. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NA BAHIA, 2., 2000. Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2000. p 56-58.

RODRIGUES, D. G., e SAHEB, D. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 25, p. 893-909, 2019.

VELLOSO, M. P. Os restos na história: percepções sobre resíduos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 13, p. 1953-1964, fev. 2007.

CAPÍTULO 3

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZONIA: CONTROLE SOCIAL EXERCIDO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (2019/2020)

ALMEIDA, Ana Carolina Coimbra Oliveira de¹
ROCHA, Norberto Ferreira Rocha²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.3

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

O período após ditadura militar no Brasil acarretou importantes mudanças para o cenário da política de assistência social, iniciando um processo de redemocratização e mobilização social dos diversos segmentos político-sociais.

Dentre os frutos dessa redemocratização, merece destaque talvez a maior conquista da época em termos legais, foi a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, ainda vigente, reconhecida como a Carta Cidadã, na qual reafirmou os direitos fundamentais; reconheceu os direitos sociais, bem como, resguardou meios da participação popular nas decisões do poder público (BRASIL, 1988).

Diante de novos ares, o Estado ganhou status de assistencialismo, acendendo as chamas para novas formas de controle social, por intermédio especialmente dos conselhos sociais de políticas públicas, fóruns, conferências, dentre outras instancias.

Embora a CF tenha sido caracterizada como assistencialista, somente em 1993 foi regulamentada através da Lei Federal nº 8.742/93 a política de assistência social, na qual, vem percorrendo um extenso caminho até o período atual, para que possa ser não só efetiva, mas também eficaz, em um país de grandes desigualdades sociais e realidades distintas em cada região (BRASIL, 1993).

Ademais, embora interdependentes; os entes federados possuem autonomia; assim os municípios são responsáveis pela gestão de políticas públicas, como reflexo da democratização, adveio um modelo de gestão participativa e descentralizada.

Portanto, cada região através dos seus municípios descentralizados do poder da União, conhecedores das realidades locais possibilitando a implementação de políticas públicas voltadas ao

atendimento das necessidades da população. Assim os conselhos gestores ganharam protagonismo, uma vez institucionalizada a participação social auxiliam na tomada de decisão das políticas implementadas pelo poder público.

Assim, o referido trabalho busca analisar a atuação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rondon do Pará (CMAS-RP), na execução das políticas públicas de assistência social local, pois, especialmente através destas instancias participativas, abre-se o espaço para interlocução entre representantes da administração pública e membros da sociedade civil, com fito de alcançarem o bem comum para os munícipes.

Nesse diapasão faz-se necessário um estudo sobre atuação dos conselheiros(as), no que tange a execução das políticas públicas, uma vez que, o referido tem caráter deliberativo, consultivo e executório e sua competência não poderá ficar adstrita a simples deliberação sem averiguar a execução das ações e os seus resultados sejam eles positivos ou negativos.

Ademais como objetivos são necessários compreender o quantitativo de ações e políticas públicas que são realizadas através da Secretaria de Promoção e Assistência Social do município; dentre as ações executadas quais realmente são acompanhadas pelos membros do CMAS-RP, objetivando avaliar os gastos e se atingiram a finalidade a que foram propostas.

O estudo se propõe ainda compreender qual a relação entre a atuação dos conselheiros e conselheiras do CMAS-RP e a execução de políticas públicas no âmbito da assistência social, sendo a questão problema.

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relaciona-

dos ao controle social, exercício do controle social através do Conselho de Assistência Social e os membros do conselho. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2. Referencial Teórico

Em suma os fundamentos teóricos aqui abordados, compreendem uma análise e revisão conceitual sobre o controle social, com enfoque nos conselhos gestores de políticas públicas, especialmente o de Assistência Social. Dentre os autores em evidência destaca-se Gohn (1997), assim como, material produzido por órgãos oficiais do Governo em especial do Ministério da Cidadania e a legislação pertinente ao sistema jurídico brasileiro.

2.1 Controle Social

O controle social é realizado pelo cidadão a partir da sua vivência na comunidade, no trabalho, na escola. É a forma organizada que os cidadãos têm de demandar aos órgãos governamentais para o aperfeiçoamento das políticas públicas nas áreas da assistência social, educação e saúde, dentre outras (BRASIL, 2013).

Todavia, não se pode falar em controle social, sem citar a década de 1980, por sua carga histórica, uma vez que o poder político era exercido em sua maioria pelo Estado sobre a sociedade. A mobilização popular neste período alterou o status de controle social, cedendo espaço as conquistas sociais.

Um dos frutos das mobilizações sociais foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ao longo dos seus duzentos artigos

e emendas, assegurou a existência de órgãos de controle internos e externos, possibilitando a participação social nas políticas públicas.

Conforme explica Martins, Ckagnazaroff e Lage (2012), o controle social surge de uma nova governança pública, em que possibilita a criação de estratégias e vias de participação dos cidadãos, com foco no orçamento participativo, conselhos gestores, parceria público privada, todos embasados na lei máxima do país.

Dessa maneira, houve uma inversão, estabelecendo o controle social direcionado pelos cidadãos e constituiu um controle exercido pela sociedade sobre o Estado, através de legitimação de sua existência.

Assim no atual estágio da democracia, há possibilidade de uma maior participação da sociedade através de entidades representativas, nas destinações das políticas públicas não só do território em que habita, mas no país como um todo.

2.2 Exercício Do Controle Social Através Do Conselho De Assistência Social

Dentre as formas de exercer o controle social, no presente trabalho será destacada a constituição e participação nos conselhos gestores de políticas públicas, isto é, para efetivação da gestão da máquina pública de forma descentralizada é necessário implementação de canais efetivos de participação e representação possibilitando a articulação entre a sociedade civil e Estado.

Para Gohn (2002) os conselhos possuem previsão e respaldo constitucional, como forma de expressão social. Em consequência adentram a esfera pública, vinculados ao executivo, de forma assessorar e prestar suporte nas políticas públicas, ou seja, mais que o reconhecimento é amparo jurídico.

A Assistência Social, também é prole da Carta Magna vigente, na qual, em seu artigo 203 elucida que a assistência social será prestada a quem precisar, sem necessidade de prévia contribuição previdenciária, ratificada pelo artigo 1º da Lei Federal nº 8.742/93, reconhecido como direito social do cidadão, devendo ser prestado pelo Estado através de ações integradas, garantindo o mínimo frente as necessidades básicas do cidadão em vulnerabilidade social (BRASIL, 1993).

Destaca-se ainda a Lei Federal nº12.435/11, que alterou parcialmente a Lei Federal nº 8.742/93, garantindo que as ações na área de assistência social, fossem organizadas de forma descentralizada e participativa criando o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2011).

Por sua vez, a Lei Orgânica da Assistência Social dentre outras regulamentações, definiu a criação dos Conselhos de Assistência Social, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), como o órgão representativo, reunindo representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços sociais públicos e privados (BRASIL, 2015).

Os conselhos são espaços públicos que sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública, apresentando um caráter híbrido, uma vez que são, ao mesmo tempo, parte do Estado e da sociedade (CARNEIRO, 2002).

De tal modo, o município deve instituí-lo, através de lei específica que estabelece a sua composição, o conjunto de atribuições e o modo de exercer suas competências. Por sua vez, são vinculados à Secretaria Municipal de Assistência ou órgão equivalente, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Assim, os Municípios atuam como executores públicos das ações socioassistenciais, sendo responsáveis por executar os projetos de enfrentamento da pobreza, inclusive por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, os programas e os serviços de assistência social (OLIVINDO, ALVES e ALBUQUERQUE 2015).

Pode-se extrair que a assistência social é um dos desdobramentos das políticas públicas, na qual, busca atender as necessidades da população local, conforme suas especificidades e atuação do Conselho Municipal de Assistência Social que exerce função essencial para participação e gestão das políticas aplicadas de modo a ponderar os interesses da sociedade e a capacidade de prover do Estado, utilizando da melhor forma os recursos empregados.

2.3. Composição Do Conselho De Assistência Social

Por outro lado, superada as noções de conselhos, se faz necessário compreender a sua composição que se dá através de um colegiado, paritário, vinculado a Secretária de origem, no caso em estudo a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social do município de Rondon do Pará, formado pelos conselheiros eleitos em plenária pública (Conferência municipal de assistência social).

Por sua vez, os conselheiros de assistência social são agentes públicos com poder de

decisão nos assuntos de interesse da coletividade, como aprovação de planos, gastos com recursos públicos, fiscalização e acompanhamento da política pública. Uma de suas principais atribuições é exercer o controle social da Política Pública de Assistência Social (BRASIL, 2015).

Em outras palavras os conselheiros são cidadãos que representam o governo municipal e a sociedade civil, sendo que os

primeiros podem ser representados por servidores vinculados a administração pública, enquanto o segundo segmento os representantes de entidades devidamente cadastradas junto ao CMAS-RP.

Nesta temática Gohn (2002) enfatiza a necessidade da compreensão das políticas públicas para que os agentes sociais possam exercer a fiscalização e propor a instituição de serviços públicos. É imperioso investir em capacitação possibilitando que os membros dos conselhos entendam em um contexto geral o funcionamento da máquina pública e não atuem de forma fracionada, como costumeiramente.

Por fim, além da institucionalização legal/formal dos conselhos, é necessário para seu funcionamento a escolha de membros representativos das duas esferas componentes (governo e sociedade civil), sendo estes os responsáveis pela deliberação, acompanhamento, execução e avaliação das políticas públicas demandadas pela sociedade.

3. Procedimentos Metodológicos

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é objetiva possibilitando gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista.

Em relação aos objetivos a pesquisa é documental, pois segundo Gil (2008) segue a exploração das fontes documentais que ainda não receberam um tratamento analítico, uma vez, que foram analisadas as resoluções e a legislação sobre a temática proposta.

No que tange a abordagem da problemática a pesquisa é qualitativa, através das análises dos dados obtidos nas entrevistas com os conselheiros. Gil (2008) aponta que a pesquisa qualitativa confere importante papel à interpretação.

Por fim, o estudo foi constituído de forma empírica onde busca-se analisar a efetividade na fase executória das ações do CMAS-RP através da atuação dos conselheiros membros.

3.1 Caracterização Do Município Objeto De Estudo

O Município objeto do presente estudo é o de Rondon do Pará, situado na mesorregião do sudeste do Estado do Pará e sua população estimada é de 52.803 habitantes (IBGE, 2020).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Rondon do Pará foi instituído através da Lei Municipal nº 300/1996 que foi revogada pela atual Lei Municipal no 702 de 2015, atendendo as diretrizes da legislação federal (BRASIL, 2015).

A atual composição do CMAS-RP é de 12 representantes, sendo cinquenta por cento representantes do governo municipal e cinquenta por cento representantes da sociedade civil, com mandato de 02 (dois) anos.

O artigo 3o da Lei que instituiu o CMAS-RP esclarece que o segmento do Governo Municipal deverá ser composto por um representante da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, um representante da Secretaria Municipal de Educação, um representante da Secretaria Municipal de Saúde, um representante da Secretaria Municipal de Administração, um representante da Secretaria Municipal de Finanças e um representante do Poder Legislativo.

No percentual que cabe aos representantes da sociedade civil, deve ser composto por um representante de entidade protetora dos direitos das crianças e dos adolescentes, um representante de entidade protetora dos direitos dos idosos, um representante de entidade ou associação comunitária, um representante de entidades

patronais, entidade de trabalhadores e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

O quadro 1 apresenta a composição do CMAS-RP por segmentos e entidades representativas para o biênio 2019/2020 estabelecida pelo Decreto Municipal no 141/2019 (BRASIL, 2019).

Quadro 1 - Entidades que compõem o CMAS de Rondon do Pará no Biênio 2019-2021

Segmentos	Entidade
Do Governo Municipal (6 vagas)	1. Representante da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social 2. Representante da Secretaria Municipal de Educação 3. Representante da Secretaria Municipal de Saúde 4. Representante de Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão 5. Representante da Secretaria Municipal de Finanças 6. Representante do Poder Legislativo Municipal
Da Sociedade Civil (6 vagas)	1. Representante da Associação de Moradores do Bairro Jaderlândia - AMOBAJA 2. Representante da Associação dos Pais dos Excepcionais de Rondon do Pará – APAE 3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Secção de Rondon do Pará – OAB/PA 4. Representante da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Pastoral da Criança de Rondon do Pará 5. Representante dos Trabalhadores do SUAS 6. Representante dos Usuários do SUAS

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados publicados no Decreto Municipal nº 141/2019 da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará-PA

Ante ao exposto, o estudo busca compreender a atuação dos membros do Conselho na execução de políticas públicas no âmbito da Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social.

4. Análise E Discussão Dos Dados

A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia (Gil 2008).

As informações apresentadas neste capítulo é o resultado da análise documental em conjunto com os dados obtidos através

das entrevistas com 5 conselheiros(as) do CMAS, com finalidade de analisar a atuação dos Conselheiros na execução das políticas públicas no Conselho, no âmbito da Assistência Social.

4.1 Deliberações Do Conselho Municipal De Assistência Social De Rondon Do Pará

O tópico compreende as deliberações analisadas apenas através das resoluções, tendo em vista que não foram disponibilizadas as atas das reuniões (mesmo com a insistência dos pesquisadores) categorizadas com as 'pautas' (temáticas) abordadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias no período do estudo.

A Lei Municipal no 702/2015, em seu artigo 60, inciso II, indica que as sessões plenárias devem ser realizadas mensalmente, todavia com base nas resoluções expedidas no ano de 2019, o mês de fevereiro, março e novembro não houve publicações, bem como, no ano de 2020 não constam resoluções referente a janeiro, maio, julho, setembro e dezembro.

Conforme gráfico 1, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020 o CMAS-RP expediu 36 (trinta e seis) resoluções, sendo 23(vinte e três) no período de 16 de janeiro a 05 de dezembro de 2019 e 13(treze) resoluções de 06 de fevereiro a 05 de novembro de 2020.

Gráfico 1- Demonstrativo de resoluções expedidas pelo CMAS



Gráfico elaborado pelos autores com base nas resoluções obtidas através do portal da FAMEP.

Pode-se observar que o ano de 2019, obteve percentual maior de reuniões que resultaram em resoluções. Todavia, deve ser ponderado o período de calamidade pública (iniciado em 20 de março de 2020) decretado em todo país em decorrência da pandemia da Covid19, conforme fundamenta os Decreto Legislativo da União no 06/2020 e Decreto do Executivo Municipal no 049/2020, iniciado em meados de março de 2020, que suspendeu grande parte das ações e reuniões presenciais, o que contribuiu para diminuição de deliberações plenárias deste ano.

Vale destacar ainda, que dá análise extrai-se que as resoluções foram majoritariamente de reuniões extraordinárias no período estudado. Tal resultado foi possível, pois das 23 resoluções do ano de 2019 somente 10 foram resultados de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência e 13 de reuniões extraordinárias. Sendo que, no ano de 2020, 08 resoluções foram expedidas após reunião extraordinária e as outras 05 após reuniões ordinárias.

Dentre as deliberações podem-se fazer subdivisões em categorias analíticas compreendidas nas resoluções em destaque: i) aprovações (de recursos, de termo de aceite, de planos, aquisições); ii) análise de prestação de contas; iii) formação de mesa diretora; iv) de nomeação de comissões; e, v) eleição do colegiado.

Gráfico 2 - Demonstrativo das subdivisões temáticas

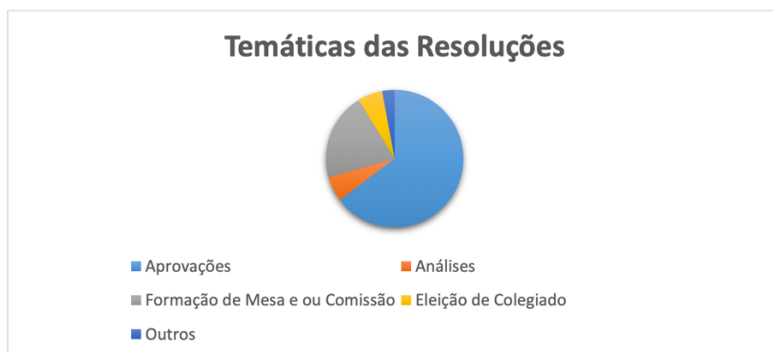


Gráfico elaborado pelos autores com base nas resoluções obtidas através do portal da FAMEP.

É evidente que a maioria das reuniões objetivou deliberações inerentes a autorização para execução orçamentária/financeira, termos de aceite, planos ou aquisições de bens patrimoniais, perfazendo 65% das aprovações do conteúdo das resoluções emitidas pelo CMAS-RP.

Em relação ao saldo dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência e do Fundo Estadual de Assistência Social do Pará foi objeto de aprovação por blocos de gestão dos programas: i) Bolsa Família; ii) Proteção Social Básica; iii) Proteção Social de Média Complexidade; iv) Erradicação do Trabalho Infantil; v) Benefício da Prestação Continuada na Escola; e, vi) Programa da Primeira Infância.

Vale ressaltar que em decorrência da situação de calamidade pública em consequência do alastramento de infectados por COVID-19, foi aprovado também o termo de aceite referente ao recurso emergencial, com vistas a executar as ações socioassistenciais e estruturação do Município.

Todos os blocos supramencionados compreendem ações e programas desenvolvidos no âmbito da Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social do município, abrangendo a própria Secretaria e suas unidades administrativas, das quais incluem: i)

Centro de Referência em Assistência Social -CRAS; ii) Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS; iii) Serviço de Convivência; iv) Espaço de Acolhimento; e, v) Cozinha Comunitária.

4.2 Atuação Dos Membros Do Conselho Municipal No Período De 2019 A 2020.

Considerando as deliberações das resoluções acima, foi encaminhado um questionário aos membros do CMAS-RP, compreendendo quatro seções: i) título e termo de aceite ii) o perfil do respondente; iii) a relação com o conselho gestor; e, iv) transparência do CMAS-RP.

Em relação aos resultados da primeira seção, considerando o período de estudo, o questionário foi encaminhado para 19 (dezenove) dos 24 (vinte e quatro) conselheiros, incluindo os titulares e suplentes, sendo que destes somente 05 se propuseram a responder.

Seguindo para segunda seção sobre o perfil do respondente, conclui-se que a maioria está acima de 40 anos, possui nível superior completo, destes 80% (oitenta por cento) preenchidos pelo gênero feminino e 20% (vinte por cento) por masculino.

Passando as questões sobre a relação com o conselho gestor, todos consideram o CMAS- RP de suma importância, no qual, 60% (sessenta por cento) dos respondentes ingressaram como representantes da sociedade civil e os outros 40% (quarenta por cento) como representantes governamentais.

Questionados sobre a atuação como membro do CMAS-RP e a frequência de participação, 60% (sessenta por cento) se consideram um membro ativo e os outros 40% (quarenta por cento), acredita que precisam melhorar. Em relação a frequência nas reuniões 80% (oitenta por cento) alegam participar de todas as reuniões e somente 20%

(vinte por cento) responderam que que somente frequentam esporadicamente.

Ainda na mesma sessão foi arguido sobre o acompanhamento na fase executória das políticas públicas objeto de demanda do CMAS-RP, vejamos abaixo:

Gráfico 3 - Demonstrativo do acompanhamento da fase executória do CMAS-RP

Já acompanhou a execução de alguma política pública objeto de deliberação do Conselho?
5 respostas

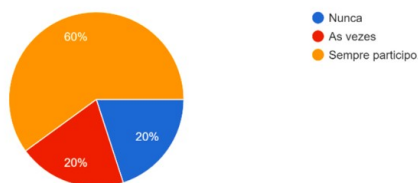


Gráfico elaborado pelos autores com base nas respostas obtidas em questionário.

Conforme demonstrado acima, 60% (sessenta por cento) dos respondentes indicaram que participaram na execução das políticas públicas. Em questões abertas do questionamento, foi solicitado que indicassem pelo menos uma política pública que acompanharam e a sua relevância para a sociedade. As respostas destacam as seguintes políticas públicas deliberadas no plenário do CMAS-RP no período: i) Matriciamento e Fortalecimento de Vínculos; e, ii) Implantação do Programa Feliz.

Não foi constatado nenhum indicativo de visitas in loco, nem reuniões temáticas com os grupos e/ou população local destinatários das políticas públicas.

Destacamos que a frequência nas reuniões é um dado de suma importância para avaliar o grau de comprometimento de cada membro representante, todavia, poderia ser melhor avaliado com a lista de frequência.

Passando a quarta e última seção, referente a transparência do CMAS-RP, e apurou-se que os conselheiros(as) em sua maioria (80%) indicaram que o conselho é transparente, e 20% afirmaram que é deficitária.

Em sequência, quando questionados sobre a facilidade no entendimento dos objetos das demandas, houve divisão nas respostas, 40% entendem que as demandas são acessíveis de fácil entendimento; 40% que somente algumas informações são compreensíveis e 20% entendem que nenhuma das demandas são acessíveis.

Foram indagados também sobre as deliberações dos pontos de pauta das reuniões plenárias do CMAS-RP, observou-se que 40% dos conselheiros(as) indicaram que há consenso nos debates e na aprovação das propostas apresentadas, e em 40% indicaram divergências nos debates dos pontos de pautas deliberados.

Por fim, foi questionado sobre o quantitativo de ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Social, cujos resultados estão demonstrados no gráfico 4:

Gráfico 4 - Demonstrativo das ações desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência Social de Rondon do Pará de 2019 a 2020

Todos os membros possuem conhecimento do quantitativo de políticas públicas desenvolvidos no âmbito da assistência social?

5 respostas

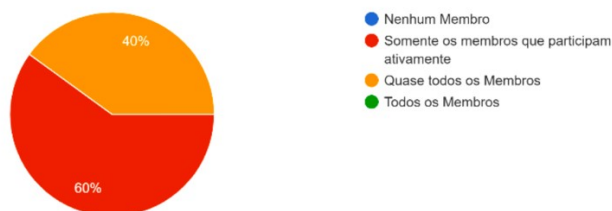


Gráfico elaborado pelos autores com base nas respostas obtidas em questionário.

Das respostas obtidas, apontaram que os conselheiros e conselheiras não conhecem em sua totalidade as ações desenvolvidas no

CMAS-RP, com destaque para os membros que participaram de todas as reuniões plenárias, ou seja, 60% indicaram conhecer o quantitativo das pautas deliberadas no período; e para 40% disseram desconhecer todas as deliberações aprovadas no pleno do conselho.

Com esses últimos indicativos, é possível compreender a importância de viabilizar e instrumentalizar meios para todos os membros que ingressem no conselho conheçam as ações desenvolvidas, assim como, consigam compreender todas as pautas debatidas e as políticas públicas de assistência social implementadas no âmbito municipal de Rondon do Pará.

5. Considerações Finais

Inicialmente cabe mencionar as limitações referentes a coleta dos dados, uma vez que, não foi disponibilizado pelos gestores municipais as atas, lista de frequência, contato dos membros do conselho.

Ademais, somente 20,8% dos membros do CMAS-RP se dispuseram a responder os questionamentos encaminhados, percentual abaixo do esperado, considerando a quantidade de membros.

Frisa-se que, embora o ordenamento jurídico tenha avançado em relação ao reconhecimento da assistência social, como política pública, assim como, a possibilidade de participação social nas decisões da administração pública através dos Conselhos Sociais, ainda não foi regulamentado a forma de atuação dos conselhos na fase executória das ações e políticas públicas.

Apesar de suas limitações, a pesquisa atingiu o objeto geral de analisar a eficiência da atuação do Conselho Municipal de Assistência Social na execução de políticas públicas no município de Rondon do

Pará através da participação dos conselheiros(as) representantes dos segmentos da sociedade civil e do governo municipal.

Com os resultados obtidos foi possível identificar dificuldades na compreensão e desempenho das suas funções no momento da execução das políticas, ficando adstritas em sua maioria as deliberações em reuniões.

É indubitável que muitos movimentos sociais foram registrados, para que se ponderassem os interesses e participação social, todavia é necessário que os cidadãos sejam representantes envolvidos no cenário político, com engajamento nas agendas, não só no momento dos planos estratégicos e na implementação, mas também na fase de execução com análise dos resultados.

No que tange aos objetos menos abrangentes verifica-se que o estudo deve ser aprimorado com fito de melhor quantificar as ações desenvolvidas no âmbito da assistência social do Município de Rondon do Pará, todavia, os valores recebidos através dos fundos, podem-se enumerar seis blocos principais de atuação, dos quais: a gestão do Programa Bolsa Família, Proteção Social Básica, a Proteção Social de Média Complexidade, Grupo de Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Benefício da Prestação Continuada na Escola, Programa da Primeira Infância.

Nota-se que há muito que avançar na temática, para que os conselhos gestores, seja reconhecido e utilizado como espaços de debate, controle e execução de políticas públicas, voltadas as necessidades locais, refletindo em um espaço de integração entre a sociedade e o Estado.

Pode se concluir, que é necessário investimento, preparação e engajamento destinados aos membros do CMAS, bem como, a motivação social, para que possam ocupar de forma satisfatória suas

funções, não somente para preencher as cadeiras destinadas aos representantes sejam da sociedade civil ou governamental; mas sim, cidadãos que entendam a importância do controle social através dos conselhos gestores, executando de forma eficiente as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto no 141/2019 Municipal do Poder Executivo de Rondon do Pará: Nomeia Membros Do Conselho Municipal De Assistência Social Do Município De

Rondon Do Pará E Dá Outras Providências. Rondon do Pará,

_____. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. Lei no 9.604, de 5 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. Lei Municipal de Rondon do Pará/PA nº 702 de 2015. Atualiza e corrige a lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

_____. Decreto no 5.085, de 19 de maio de 2004. Define as ações continuadas de assistência social.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de atualização de

Planos de Assistência Social. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Autuação das Instâncias de Controle Social o controle social do Bolsa Família. 2010.

_____. Norma Operacional Básica. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Tribunal de Contas da União: (Conteúdo elaborado pela então 4a Secretaria de Controle Externo). Controle exercido por conselhos da assistência social: módulo 1 : assistência social no Brasil : políticas, recursos e controle / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

CARNEIRO, Carla B.; Costa, Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. Rio de Janeiro, Artigo Publicado em Março de 2002.

FAMEP. Diário Oficial dos Municípios da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará- FAMEP – acesso: <http://www.diariomunicipal.com.br/famep/> em 09/04/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/rondon-do-para.html> – Acesso em 08/04/2021 – às 21:10.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; Métodos de pesquisa coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para

o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. O Papel dos Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. In: Cadernos Metrôpole. n. 7, 2002.

OLIVINDO, Karoline Aires Ferreira; ALVES Sandra Mara Campos Alves e ALBUQUERQUE, Simone Aparecida - Olhares sobre o direito à assistência social / Brasília, DF: Fiocruz Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. 160 p. -- (Série Direito e Assistência Social).

MARTINS, S., CKAGNAZAROFF, I. B., & LAGE, M. L. da C. (2012). Análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas à luz dos Relatórios de Fiscalização da Controladoria Geral da União. Administração Pública E Gestão Social, 4(2), 221-245. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4087>.

CAPÍTULO 4

GESTÃO DE CUSTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (PA)

GUSMÃO, Camila Rocha¹
FEITOSA, Marlla de Oliveira²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.4

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou identificar como acontece a gestão de custos e a formação do preço de venda nos produtos comercializados pela agricultura familiar. Para tanto, analisou de que modo os produtores fazem o controle dos seus custos, gastos com a produção, e a geração de receita.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2016) divulgou que de cada 10 propriedades rurais existentes no mundo, 9 pertencem à agricultura familiar, produzindo em torno de 80% dos alimentos consumidos mundialmente. Os aspectos dessa forma de trabalho se reproduzem num espaço no qual participam crianças, mulheres e homens, contribuindo de maneira material e imaterial para o avanço da sociedade (FAO, 2017).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2017) a agricultura familiar no Brasil é responsável pela produção de 70% dos alimentos que estão incluídos na cesta básica brasileira, sendo fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país, através da geração de emprego e renda, fornecendo alimentos saudáveis, com uma produção ecologicamente equilibrada proporcionando a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. São cerca de 4,4 milhões de famílias, representando 84% dos imóveis rurais, responsáveis por 38% da receita bruta proveniente do agronegócio.

Em contrapartida, um estudo realizado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP, 2014), aponta que desde 2011 o governo divulga estatísticas sem fundamento acerca do consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A estimativa na verdade é de que 21,4% das despesas com alimentos das famílias brasileiras sejam provenientes dessa atividade. Para essa estatística deve ser levada em consideração a produção de toneladas

de soja e milho, por exemplo, porém é inviável analisar a quantidade de matéria prima utilizada na produção dos alimentos comercializados no Brasil.

A comercialização dos produtos é confusa para o agricultor, que precisa de conhecimentos técnicos e habilidades específicas relacionadas a administração e o controle de custos para planejar e organizar a escoação da produção, formar o preço de venda e atender as demandas do mercado de maneira adequada. O agricultor ainda necessita de assistência para o manejo da terra na produção dos alimentos.

A baixa escolaridade é um fator limitante dessas famílias, tornando de extrema importância um suporte técnico adequado para suprir essa carência e melhorar a forma de obter lucros do seu trabalho, (FONSECA, 2018). Portanto é necessário que haja um controle das despesas e dos custos, pois estes influenciam diretamente na determinação do preço de venda, e quando há falta de gestão a empresa pode acarretar prejuízos e possibilidades de falência (CORBARI e MACEDO, 2012; ZAHAIKEVITCH, 2012).

O referido trabalho teve como objetivo geral analisar as ferramentas de gestão de custos usadas na agricultura familiar. E como objetivo específico identificar quais são os métodos de gestão de custos e formação do preço de venda praticados sobre produtos comercializados pelos produtores rurais da agricultura familiar no mercado municipal Eduardo Ribeiro de Aquino, em Rondon do Pará.

Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância, atualidade e, principalmente, pelo número ainda reduzido de pesquisas relacionadas ao assunto. Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão problema: quais são as ferramentas de gestão de custos e formação do preço

de venda dos produtos comercializados pelos produtores rurais da agricultura familiar no mercado municipal Eduardo Ribeiro de Aquino, em Rondon do Pará? O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados à gestão de custos e agricultura familiar. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 Gestão De Custos

A contabilidade de custos é uma ferramenta importante para auxiliar o gestor na tomada de decisões. Através das análises fornecidas por essa técnica o administrador pode estabelecer estratégias para o desenvolvimento da empresa (MARTINS, 2010). Como afirma Medeiros, et al. (2012, p. 02,) o agricultor necessita de assistência técnica para aperfeiçoar as decisões do seu estabelecimento.

As ferramentas de gestão da contabilidade de custos auxiliam na propriedade e se baseiam em como deve ser realizada a produção e o tempo adequado para ela. O custo é um conceito que pode ser apresentado em várias definições, pois varia de acordo com o contexto no qual está inserido.

Na indústria o custo é considerado o valor que é 3 gastos na produção, já na prestação de serviços é caracterizado ao valor do trabalho que foi realizado, e no comercio é o valor do produto vendido (ASSEF, 2015).

Em relação as despesas, estas correspondem aos gastos diretos e indiretos que estão relacionados com a obtenção de receita. É um gasto ligadas à administração para manter a estrutura do empreendimento funcionando (ASSEF, 2015). Outra terminologia utilizada é a perda, que acontece quando fatores externos influenciam no negócio, por exemplo, uma greve de funcionários (que prejudica a produção), incêndio, ou matéria prima que não são utilizadas na produção (COURA et al., 2009).

Em relação à receita, é entendida como o valor que é obtido através da prestação de serviços, da venda dos produtos ou mercadorias e podem ser recebidas por meio de bens (ASSEF, 2015). O custo direto é delimitado de acordo com a produção de uma determinada empresa. Está diretamente ligado ao processo de produção, mas não pode ser definido pela quantidade de produtos fabricados, por exemplo os custos com a conta de energia elétrica ou a depreciação dos equipamentos (GUIMARÃES NETO, 2012; ASSEF, 2015).

O custo fixo é estabelecido independente do volume produzido mensalmente e será um valor gasto todos os meses ocorrendo ou não a produção. Um exemplo de custo fixo é o dinheiro utilizado para pagar o aluguel da empresa. O custo variável está ligado diretamente ao processo de produção, quando o volume produzido aumenta o custo pode sofrer acréscimos ou quando não há produção este custo pode ser nulo (COURA et al., 2009).

O custo total é calculado de acordo com a soma de todos os gastos da empresa, sendo eles fixos, variáveis, diretos, indiretos, que foram consumidos por determinado tempo (ZAHAIKEVITCH, 2012, MARQUES, 2013). É importante ressaltar, como afirma Corbari e Macedo (2012), que na gestão de custos é possível utilizar vários tipos de custeio na mesma produção, portanto os métodos devem se conciliar para estarem adequados a realidade exigida.

Para o agricultor familiar um bom controle de custos facilita a tomada de decisões, uma maneira eficiente para conseguir controlar os custos é elaborando relatórios da movimentação financeira mensal, fazer anotações do fluxo de saída, além de estar sempre consultando os preços do valor de mercado, que influenciam diretamente na lucratividade do produtor (FRANCO et al., 2015).

2.3 Formação Do Preço De Venda

Para vender seus produtos a empresa necessita estabelecer o preço da venda destes, de maneira justa para o cliente e ao mesmo tempo que proporcione um lucro e um retorno satisfatório da comercialização do produto O “preço justo é aquele que cobre os custos do serviço ou produto, proporciona lucro e paga os impostos” (LEÃO, 2008, p. 4).

O cálculo do preço da venda de um produto leva em consideração todos os custos e despesas que foram envolvidas no processo de produção. Outras variáveis relevantes são as estratégias de marketing que auxiliam no preço a ser praticado, conciliando o valor do mercado para obter lucro e determinar um preço justo que mantenha o equilíbrio entre o produtor e o consumidor final (BERACHA, SEILER, 2014).

A opinião do consumidor sobre o valor do produto deve ser levada em consideração para a formação do preço final a ser praticado, sabendo que quando o preço é considerado alto, existe uma queda na venda dos produtos, mas quando este é considerado justo, o consumidor passa a comprar e dar credibilidade ao vendedor (RICHARDS, LIAUKONYTE, e STRELETSKAYA, 2016).

A oferta e a demanda estão relacionadas com a formação dos preços e influenciam diretamente no comportamento do consumidor. Quando um produto passa a ser procurado por 4 mais pessoas, o

preço deste pode aumentar, e produtos com pouca procura podem ter os preços diminuídos e mais acessíveis para que possam ser vendidos (ZHANG, SEETHARAMAN, NARASIMHAN, 2012).

Segundo Leão (2008) o tempo de vida das empresas está diretamente ligado à formação do preço de venda dos seus produtos ou serviços. Por isso é necessário que haja o equilíbrio entre o preço, que deve ofertado de maneira justa para o consumidor, ao mesmo tempo em que o produtor possa obter lucro.

O cálculo ideal para a formação do preço de venda, além de levar em conta diversas variáveis que influenciam diretamente no valor dos produtos, nos consumidores e no mercado, devem ser utilizadas a fórmula onde o preço final é equivalente a soma dos custos, lucros a serem obtidos e os impostos a serem pagos (LEÃO 2008).

A gestão de custos sempre vai estar ligada à formação do preço de venda, tendo em vista que as informações são relacionadas com o processo produtivo até a tomada de decisão e tem impacto direto na empresa. Por estes motivos é imprescindível que haja uma boa gestão e um planejamento estratégico para alcançar os objetivos e evoluir no empreendimento (MACHADO, SOUZA, 2006).

2.4 Agricultura Familiar

O termo “agricultura familiar” não está inserido em um conceito universal, no Brasil existem algumas especificações que vão além das características do agricultor familiar de pertencer à uma propriedade rural compartilhada pela família e esta ser sua principal ocupação.

A Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida com a lei da agricultura familiar, estabelece as diretrizes básicas para a elaboração

da Políticas Nacional da agricultura familiar e como caracterizar este público. A definição é a seguinte:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades

econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas

vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

A lei, que delimita a definição de agricultor familiar garante ao público desta categoria o reconhecimento da atividade, valorizando o produtor e possibilitando a garantia do acesso às políticas públicas desenvolvidas.

Segundo a FAO (2017), a agricultura brasileira tem destaque entre as principais do mundo, fornecendo alimento e matéria prima para diversos países. Dentro dessa massa importante da produção está a agricultura familiar. Ao analisar a definição de agricultor familiar e as qualidades desse ramo de produção, tendo em vista toda a variedade do que é produzido pelo setor, pode ser caracterizada como uma das práticas mais sustentáveis para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. (GAVIOLI, COSTA, 2011).

Esse modelo de produção tem ganhado destaque no Brasil por valorizar maneiras sustentáveis de produção, tendo em vista que essa é uma prática pouco frequente no país. Segundo dados do IBGE (2006), as propriedades de agricultura orgânica somam 90.427, destas, a agricultura familiar abarca 70% (ROGATTO, 2013).

Para Rossetti e De Bem (2007) alguns fatos estão relacionados à pouca participação da agricultura orgânica no país. Devido ao baixo nível de escolaridade, a falta de mão-de-obra e a necessidade de políticas públicas, o desenvolvimento do setor é prejudicado. Como afirma Andrade, Souza e Silva (2013) o baixo nível de escolaridade pode justificar a qualidade da gestão de custos feita pelos agricultores, uma vez que o grau de escolaridade sendo maior, mais apto o agricultor está para entender e utilizar métodos de gestão em seus negócios.

Segundo Santos et al., (2014), os agricultores em grande parte não conseguem definir o custo real da sua produção, e os que analisam esses gastos não consideram todos os custos que tiveram no processo produtivo. Apontado na pesquisa de Schultz, Souza e Jandrey (2017), os produtores da agricultura familiar têm um quadro em torno de 4 pessoas por família, e os membros participam do processo produtivo, ajudando no manejo da propriedade.

Essa característica está relacionada com o fato dessas pessoas possuírem baixa condição financeira para contratar um trabalhador externo. Em um estudo realizado por Storch et al. (2004), evidencia um desinteresse em relação aos jovens em participar das atividades produtivas e consequentemente herdar as atividades da família no setor agrícola.

A informação é alarmante tem em vista a necessidade da atuação desse grupo no mercado ruralista. Uma das principais difi-

culdades enfrentadas pelos agricultores na comercialização dos seus produtos é o escoamento do que é produzido. Essa dificuldade interfere no desenvolvimento da propriedade, além de levar o agricultor a vender o produto por um preço inferior aos custos que tiveram (ALMEIDA, 2007).

3. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para a realização deste estudo tem como objeto a pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário. A pesquisa de campo compreende a observação, análise e interpretação de fenômenos que ocorrem a fim de verificar a realidade dos fatos. O pesquisador deve ir a campo para coletar as informações que podem ser obtidas por meio de questionários, entrevistas, depoimentos etc. (LOPES 2006).

A pesquisa é de natureza aplicada, pois pretende mostrar aos agricultores participantes do estudo a importância da gestão de custos na agricultura familiar. A pesquisa do tipo aplicada é composta por fazer a exploração de determinado assunto.

Do ponto de vista dos seus objetivos a pesquisa é exploratória, uma vez que será verificada em campo as hipóteses propostas, tornando possível a obtenção de maior quantidade de informações, além de delimitar os objetivos e as hipóteses da pesquisa (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2007).

A abordagem do problema de pesquisa é quantitativa e qualitativa, tendo em vista que na parte prática do processo será necessário aplicar um questionário elaborado com questões abertas e fechadas. Para a sistematização dos dados será feito uma análise estatística. A pesquisa quantitativa tem o objetivo de tabular os dados, determinando uma variável e transformando os dados em tabelas,

gráficos ou figuras, a qualitativa permite que o pesquisador realize o levantamento das informações de forma subjetiva e faça uma análise qualitativa e indutiva (FRÖHLICH, DORNELES, 2011).

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de levantamento de dados (survey), porque será aplicado um questionário diretamente aos agricultores. As pesquisas desta modalidade se baseiam em obter informações sobre determinada amostra, proporcionando a formação de opiniões e características da amostra a partir da aplicação do questionário (MIGUEL et al., 2012).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária (SEMAP, 2017) de Rondon do Pará, existem em torno de 500 propriedades rurais familiares no município. A população abordada para a realização desta pesquisa são os agricultores familiares que comercializam seus produtos no mercado municipal Eduardo Ribeiro de Aquino, do município de Rondon do Pará. Para a amostra foram selecionadas cerca de 40 famílias que trabalham no mercado municipal.

O universo de pesquisa restringiu-se a 40 famílias que vendem seus produtos no mercado municipal, no entanto, apenas 16 famílias aceitaram participar, sendo este o número da amostra. Outra circunstância limitadora é o fato desses agricultores serem facilmente encontrados no município, facilitando a logística, além de abordar um tema pouco estudado sobre a agricultura familiar na região. Para a coleta de dados foi realizado a aplicação de um questionário aberto e fechado, de múltipla escolha, composto por 16 questões, onde algumas das questões possibilitaram assinalar várias alternativas.

A pesquisa foi dividida em 4 partes, sendo a primeira para identificar o perfil do agricultor, a segunda para caracterizar a produção, a terceira para detectar a composição dos custos e a quarta para descobrir a formação do preço de venda dos produtos.

4. Análise E Discussão Dos Dados

Em relação a localização das propriedades rurais dos entrevistados, 38% residem na vila Santa Helena, próxima de Rondon do Pará. Os agricultores relataram que para comercializarem seus produtos na feira os moradores desta localidade contam com o auxílio da prefeitura do município que fornece um ônibus para atender as necessidades de transporte. Já 19% desses produtores, estão localizadas no Km 64.

Outras famílias estão espalhadas em diversas comunidades, vilas e assentamentos como a Vila da Paz, Km 50, Km 58, Km 69, Km 107, Assentamento Nova Canaã, e representam 43% das famílias. Segundo os produtores, quem não pertence à vila Santa Helena ou locais próximos, arca dificuldades de transporte para chegarem até à feira, tendo que pagar fretes caros pelas mercadorias que vendem, além de passagem, enfrentando diversos problemas de logística.

Outras dificuldades apresentadas além do transporte é a falta de energia elétrica em algumas propriedades, que dificulta o armazenamento da produção e impedem a inclusão de produtos variados na comercialização.

Tabela 1 – Há quanto tempo trabalha com agricultura familiar

Tempo de trabalho	Quantidade	Porcentagem
Mais de 30 anos	7	44%
Entre 10 e 29 anos	6	37%
Menos de 10 anos	3	19%

A tabela 1 demonstra uma variação de agricultores que trabalham na área entre menos de 10 anos e mais de 30 anos. Assim é constatado que 44% estão há mais de 30 anos atuando no campo, muitos trabalham desde a infância, ajudando os pais nas atividades rurais. Outros que já trabalham entre 10 e 29 anos somam 37% dos entrevistados. Já os trabalhadores com menos tempo de atuação na área são 19% e estão há menos de 10 anos envolvidos nas atividades rurais.

É possível observar que a maioria dos produtores são pessoas com a idade mais elevada, tendo pouca participação dos jovens no setor. Esse é um dado preocupante e aponta para um desinteresse dos jovens para atuarem no meio rural. Para reverter o quadro de pouca participação desse grupo é necessário que haja apoio para a atuação destes, além de incentivo na sucessão das atividades da família. (STORCH et al., 2004).

Tabela 2 – Nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	2	12%
Fundamental Incompleto	11	69%
Fundamental Completo	2	13%
Ensino Médio completo	1	6%

A tabela 2 indica o nível de escolaridade dos produtores e conforme demonstrado, grande parte destas pessoas possuem baixo nível de escolaridade, dentre os quais 12% são analfabetos e outros 69% possuem o ensino fundamental incompleto. Os entrevistados relataram ainda que frequentaram entre a 2ª série e 4ª série apenas, pois na sua época a prioridade era com o sustento da família e trabalhavam desde a infância, abandonando os estudos. Quanto aos que possuem ensino fundamental completo representam 13% dos entrevistados e apenas 6% conseguiram concluir o ensino médio.

Para Andrade, Souza e Silva (2013), o baixo nível de estudos é um fato que dificulta o acesso à informação por parte dos agricultores, além de gerar pouca capacidade na busca por alternativas e inovações para auxiliar no processo produtivo e no manejo das suas propriedades.

O quadro familiar varia entre 2 e 9 membros, sendo a maioria composta pelos produtores, cônjuges e filhos. 25% das famílias são formadas por até 2 pessoas, grande parte tem filhos, mas estes não

vivem mais na propriedade porque formaram outras famílias ou foram estudar e trabalhar em outros lugares.

Outros 44% variam de 3 a 5 membros, de acordo com a pesquisa de Schultz, Souza e Jandrey (2017), que apontam uma média de 4 pessoas por família, elas participam das atividades da propriedade e auxiliam nas tarefas da produção, pois as condições financeiras não permitem a contratação de um funcionário para auxiliar no processo. As famílias com mais membros são 31% dos entrevistados e variam de 6 a 9 pessoas, estes grupos são compostos também por filhos, netos e outros parentes.

Com relação a principal ocupação dos produtores, estes relataram que trabalham com a agricultura familiar, somando 93,75% dos entrevistados que se dedicam principalmente à atividade. Os produtores informaram ainda que apesar da principal ocupação ser a agricultura, estes vendem seus produtos na feira apenas como garantia de uma renda extra, ou por gostarem do ambiente, pois a atividade não gera o lucro suficiente para manter a família. Já 43,75% dos agricultores informaram ainda que são aposentados, e esta é a maior garantia que tem em relação ao suprimento das necessidades básicas da família, pois nem sempre conseguem renda de outras formas.

Tabela 3 – Quais produtos a família produz

Produtos	Quantidade	Porcentagem
Olerícolas	12	75%
Frutas	10	62,5%
Ovos	3	18,74%
Produtos processados	7	43,75%

Existe uma ampla diversidade na produção entre as famílias entrevistadas. Conforme apontado na tabela 3, que foi classificada com produtos olerícolas, incluindo nesta definição as hortaliças, legumes e tubérculos. Além deste as frutas, ovos e produtos processados como queijos, doces, bebidas, entre outros.

Os principais são olerícolas, comercializadas por 75% dos produtores, que vedem principalmente hortaliças. Entre as variedades desta categoria foram apontadas pelos como os mais vendidos o cheiro verde, alface, couve, mandioca, pimentão, feijão e mandioca. As frutas estão em segundo lugar, com 62,5% da produção das famílias, e entre as principais comercializadas estão a laranja, banana, mamão e maracujá. Outros 18, 74% vendem ovos, e 43,75%, produtos processados, sendo os principais destes o queijo, requeijão, e a tapioca. Observando as características da produção agrícola familiar é constatado a sua sustentabilidade. A diversidade da atividade se tornou fundamental para equilibrar o ecossistema, além de ser um segmento importante para o desenvolvimento rural (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Além desta variedade ser uma estratégia de desenvolvimento sustentável, proporciona uma geração de renda para o agricultor ao longo do ano, quando é levada em conta a sazonalidade de cada variedade cultivada, pois minimiza os riscos climáticos e eventuais perdas (PADUA, 2014).

Com relação ao controle financeiro, exposto na tabela 4, apenas 6,25% fazem o controle por meio de uma caderneta de anotações, informando que é necessário saber para onde está sendo destinado o dinheiro que recebe com o lucro da sua propriedade.

Os outros 93,75% dos agricultores afirmaram que não fazem nenhum tipo de controle, expondo que não possuem domínio dos seus gastos. O fato é preocupante para a geração de renda das famílias, que futuramente podem ter sérios problemas com a atividade devido à falta de planejamento e o desconhecimento da realidade financeira da propriedade, e do valor do seu trabalho (CORBARI, MACEDO, 2012, ZAHAIKEVITCH, 2012;).

Os agricultores reconhecem a necessidade de fazer o controle por meio de uma caderneta de anotações, mas alguns direcionaram esta ausência de organização ao pouco estudo que tiveram ou acabam esquecendo de anotar.

Quando o gestor consegue fazer o controle dos seus gastos, é possível por meio disto controlar o valor dos produtos vendidos e relacionar isto com os custos e as despesas provenientes das atividades que estão exercendo, tornando possível a obtenção de maiores lucros e bons resultados nas atividades econômicas (LEÃO 2008).

Tabela 5 – Leva em conta o preço dos insumos para a formulação do preço de venda

Alternativa	Quantidade	Porcentagem
Sim	1	6%
Não	15	94%

Foi questionado aos agricultores se eles incluem os gastos com insumos, como adubos para a nutrição das plantas, defensivos para o controle de pragas, implementos agrícolas, entre outros, na formulação do preço de venda dos produtos. As alternativas a serem assinaladas eram sim ou não, conforme apresentado na tabela 5.

Apenas 6% dos agricultores afirmaram que os insumos fazem parte da composição do preço dos produtos, pois se deixar de levar em consideração esse tipo de gasto a produção e a comercialização não será lucrativa.

Quanto aos agricultores que não levam em consideração o preço dos insumos utilizados na produção, são 94% dos entrevistados. Estes afirmaram que os gastos com insumos são elevados e que se forem calcular para agregar ao preço, este terá um valor alto, desagradando os clientes, pois estes não comprariam um produto mais caro do que os que são comercializados nos supermercados municipais, na ótica regional, que não tem a valorização do produto orgânico que é comercializado pela maioria dos agricultores.

Quando não acontece uma estratégia para o controle do que foi gasto isso não pode ser agregado no valor do produto, impedindo que haja um bom desempenho nos lucros (FRANCO et al., 2015).

Quanto aos gastos na propriedade, apenas 6% dos entrevistados afirmaram que fazem anotações, e outros 88% informaram que não anotam os gastos, apesar de reconhecer que essa é uma tarefa de extrema importância para o negócio, porém nunca tiveram o hábito de fazer anotações. E 6% dos agricultores disseram que anotam os gastos as vezes, mas geralmente acabam esquecendo.

Tabela 6 – Quais itens são considerados para determinar o preço de venda

Itens	Quantidade	Porcentagem
Valor dos produtos do mercado	2	12,5%
Custos dos produtos produzidos	3	18,7%
Valor dos produtos da feira	14	87,5%
Local da venda	1	6,2
Clientes	7	43,7%

Através da tabela 6 é observado quais são os itens considerados para determinar o preço de venda dos produtos vendidos na feira. Para 12,5% dos produtores o valor dos produtos vendidos nos supermercados do município é fundamental para determinarem a precificação, pois estes se baseiam nos preços que estão sendo praticados para terem uma referência média do preço a ser ofertado na feira.

Para 18,7% dos produtores o preço está direcionado pela apuração dos custos dos produtos. Os entrevistados afirmaram que é necessário saber o que foi gasto e a partir desta análise colocar uma margem de lucro para a venda. A maioria dos produtores acabaram se contradizendo ao afirmar em outra pergunta do questionário que não anotam os gastos, sendo impossível com essa atitude saber os custos da produção para formar o preço de venda.

Já 87,5% disseram que o preço está ligado ao valor dos produtos da feira, que é determinado a partir de uma “combinação” feita em conjunto para decidir um preço unânime a ser praticado para

que todos possam trabalhar em cooperação. Em relação ao local da venda, 6,2% afirmaram que este é levado em consideração, pois em outros locais os preços poderiam variar conforme as demandas e as necessidades do mercado em que possa estar inserido.

Por fim, 43,7% dos produtores disseram que os clientes são fundamentais para esta definição de preço, pois não comprariam um produto caro, acima de um valor considerado justo no âmbito regional. Para os agricultores “se colocar mais caro não tem como vender”. Outros produtores participantes da pesquisa informaram que também vendem seus produtos para a prefeitura, através do PNAE, mas os preços já são tabelados pelo programa. Segundo os agricultores o programa é uma das melhores alternativas de escoamento da produção.

Para Almeida (2007) os obstáculos enfrentados com a venda da mercadoria estão ligados à distribuição da produção, impulsionando as famílias a optarem por outros canais de comercialização. Essas alternativas de escoamento levam o agricultor a praticar um preço que não cobre todos os custos.

Tabela 7 – Custos diretos utilizados na produção

Item	Quantidade	Porcentagem
Salários	1	6,2%
Mão-de-obra direta	1	6,2%
Materiais diretos	16	100%
Tempo gasto para realizar o serviço	3	18,7%

Em relação aos custos diretos utilizados na produção, apresentados na tabela 7, entre os entrevistados 6,2% tem custos diretos com salários, e 6,2% informaram ter gastado com mão- de-obra direta.

Quanto aos materiais diretos 100% dos produtores informaram que tem esse tipo de custo na produção, esses materiais são ferramentas, equipamentos de irrigação (bombas), sementes, dentre outros. Em

relação ao tempo gasto para realizar o serviço, 18,7% informaram que esse é um fator que é considerado.

Outros tipos de custos não foram informados pelos produtores. A maioria não tem gastado com salários e mão-de-obra devido a condição financeira, com isso os membros da família trabalham na propriedade. Ocorre esporadicamente a contratação de algum serviço externo para limpeza ou o uso de implementos agrícolas.

Tabela 8 – Custos indiretos utilizados na produção

Item	Quantidade	Porcentagem
Mão-de-obra indireta	1	6,2%
Materiais indiretos	16	100%
Combustível	6	37,5%
Frete	2	12,5%
Outros	4	25%

Quanto aos custos indiretos, foram apresentadas algumas alternativas básicas desta categoria como mão-de-obra indireta (supervisão, apoio a produção), materiais indiretos (caixa para transporte, material de limpeza), combustível, frete e outros custos, exibidos na tabela 8.

Em relação a mão-de-obra indireta, 6% dos entrevistados informaram que esse é um custo que faz parte da produção, através da contratação de mão-de-obra temporária para auxiliar na propriedade. Quanto aos materiais indiretos, todos os produtores (100%) apontaram que esse custo faz parte da sua produção, como gastos com embalagens utilizadas para a venda dos produtos (sacolas).

Por conseguinte, os custos com combustível foram apontados por 37,5% dos entrevistados, que informaram ter esse gasto para se locomoverem até a feira do mercado municipal, pois devido à sua propriedade estar localizada em regiões distantes, de difícil acesso, e não ser contemplada com o serviço de transporte ofertado pelo município de Rondon do Pará aos outros agricultores, é necessário

arcar com esse custo para levarem suas mercadorias ao ponto de venda através de veículos próprios.

A respeito dos gastos com frete, 15,5% apontaram esse custo, pois é necessário pagar um valor semanal para trazerem suas mercadorias de venda. Para os agricultores, esse é um gasto muito elevado, mas não tem uma alternativa viável para resolver o problema de quem mora em locais distantes. Esse é um fato que dificulta nas vendas dos produtos, pois considerando as dificuldades nem sempre é possível transportar toda a produção ou parte dela. Outros custos indiretos foram apontados por 24% dos entrevistados, mencionando o pagamento de passagens com transportes para chegar até à feira, outros mencionaram o pagamento de uma taxa em transportes ofertados pela prefeitura.

Os produtores entrevistados, apesar de declararem gastos com custos diretos e indiretos, não consideram todos os custos com a produção que deveriam ser levados em conta para formar o preço da venda dos produtos. Essa circunstância, baseada na inexistência de uma gestão de custos, prejudica a mensuração. Como apontado pela pesquisa de Santos et al., (2014), essas famílias não conseguem incluir o custo real da sua produção e conseqüentemente não é possível definir um preço de venda, em contrapartida outros que fazem essa análise dos gastos não consideram todos os custos da produção, como a água por exemplo.

Tabela 9 – Como o agricultor estabelece a sua política de preços em função dos objetivos

Política de preços	Quantidade	Porcentagem
Penetração no mercado	4	25%
Maximização do lucro	12	75%
Recuperação do caixa	0	0%
Preço/qualidade	4	25%
Preço/oportunidade	6	37,5%

Em relação ao preço aplicado pelos agricultores familiares, estes foram questionados sobre como estabeleciam a política de

preços em função dos objetivos, como exposto na tabela 9, a intenção da pergunta foi descobrir se existe algo que motiva e influencia os agricultores no preço praticado na feira do mercado municipal.

Para 25% o preço praticado tem o objetivo de penetrar no mercado, por meio da inserção de seus produtos para a cativação de novos clientes. 75% dos entrevistados disseram que a maximização do lucro é fundamental na política de preços, uma vez que o objetivo da produção é diminuir os gastos e ter mais lucratividade com a venda dos produtos.

Para 25% dos produtores a sua política de preço está relacionada com o preço/qualidade do produto, tendo em vista que a qualidade do que está sendo comercializado é fundamental para garantir as vendas e os preços agregados a isso. Verificou-se também que para 35% dos agricultores o preço/oportunidade é um fator importante aplicado à sua política de preços, considerando algumas situações vivenciadas no cotidiano em que negociam com o cliente o preço de venda do produto oferecendo um desconto para garantir a venda em detrimento do lucro.

Quanto aos aspectos que levaram o agricultor a ter alguma dificuldade na determinação do preço por não fazer a gestão dos custos e quais impactos foram causados por estas ações. Para 81,2% dos produtores o preço de venda abaixo do real é uma circunstância que apresenta complexidade para a política de preços praticada e diminuem os lucros do negócio. Os agricultores entrevistados informaram que os preços dos seus produtos não geram um lucro satisfatório.

Para 6,2% dos entrevistados o preço de venda abaixo do real é um problema e dificulta as vendas. Outros 12,5% informaram que não enfrentam dificuldades em relação a determinação do preço de venda.

Quanto à relação com os órgãos públicos locais e regionais, 12,4% dos agricultores informaram que a SEMAP fornece assistência técnica para a produção, 25% afirmaram que são beneficiados com extensão rural da prefeitura por meio de cursos de capacitação, e 56,2% disseram que a secretaria auxilia com máquinas e equipamentos, como um trator fornecido para atender algumas demandas da propriedade.

Em relação à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), 6,2% disseram que a entidade interage com o produtor por meio do ensino de técnicas e treinamentos, assim como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) que também fornece esse benefício (6,2%). Quanto às universidades, 6,2% afirmaram ter em interação através da pesquisa de estudantes.

Segundo os agricultores, as relações com os órgãos públicos são extremamente necessárias pois necessitam de auxílio em diversos aspectos, principalmente com o manejo da propriedade. Os entrevistados relataram ainda que apesar de alguns serviços serem ofertados para as famílias, nem sempre os agricultores são contemplados com as ações dos órgãos que em muitas ocasiões estabelece situações burocráticas para beneficiar o produtor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho verificou que não existem ferramentas de gestão de custos e formação do preço de venda dos produtos comercializados pelos produtores rurais da agricultura familiar no mercado municipal Eduardo Ribeiro de Aquino, em Rondon do Pará.

Das famílias pesquisadas, observou-se que estas não têm uma gestão de custos e nem sabem como formular o preço de venda dos

produtos, indicando uma carência em adotar métodos de custeio que se adequem à realidade do pequeno produtor rural.

A pesquisa mostra que o nível de escolaridade dos produtores é baixo, sendo 12% analfabetos e 69% com o ensino fundamental incompleto. Esse fato pode justificar a falta da gestão de custos na propriedade. Os principais produtos comercializados são Olerícolas (75%), frutas (62,5%), e produtos processados (43,7%), mostrando que existe grande diversidade da produção.

Em relação ao controle dos gastos a pesquisa apontou que apenas 6,2% dos produtores fazem algum tipo de controle por meio de uma caderneta de anotação, os outros 93,7% não fazem nenhum controle dos gastos. Foi constatado ainda que 94% dos entrevistados não levam em consideração o preço dos insumos para inserir no valor do produto vendido.

Para os agricultores a formulação do preço da venda praticado é baseada nos produtos do mercado local (12,5%), no valor dos produtos da feira (87,5%), estabelecidos através de um acordo entre os produtores, e nos clientes (43,7%). Apesar dos produtores considerarem alguns custos diretos e indiretos da produção, como materiais diretos (100%), materiais indiretos (100%) e combustível (37,5%), esses custos não estão diretamente ligados no preço do produto vendido no mercado porque os agricultores não conseguem fazer essa relação.

Com relação ao preço praticado em função dos objetivos a pesquisa constatou que 75% dos agricultores objetivam a maximização do lucro, outros 37% o preço/oportunidade e outros 25% buscam a penetração no mercado.

A agricultura familiar está inserida num setor que tem várias potencialidades a serem exploradas, como o desenvolvimento econômico sustentável, e, portanto, é necessário que haja uma

aplicação eficiente da gestão de custos na produção para auxiliar o produtor na tomada de decisões, proporcionando a valorização do mercado e as práticas sustentáveis desse nicho de mercado.

Por fim, destaca-se que os objetivos foram alcançados e atenderam ao que foi determinado. Ainda que a pesquisa tenha se limitado a apenas um grupo da agricultura familiar, os resultados podem representar a realidade dos demais. Para estudos futuros recomenda-se que sejam realizadas pesquisas para desenvolver um método de gestão de custos que se adeque a realidade do pequeno produtor rural, para que sirva de apoio aos produtores e pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. P. Produção de frutas em assentamentos rurais na região de Araraquara, São Paulo. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, 2007.

ANDRADE, A. J. P.; SOUZA, C. R.; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura Familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 8, n. 15, p. 1-30, 2013.

ASSEF, R. Gerência de preços: como ferramenta de marketing. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRITO, Adolfo. O que é a agricultura familiar. 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454156/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BERACHA, E.; SEILER, M. J. The Effect of Listing Price Strategy on Transaction Selling Prices. *The Journal of Real Estate Finance and Economics*, v. 49, p. 237-255, 2014.

CORBARI, E. C.; MACEDO, J. J. de. *Administração estratégica de custos*. Curitiba: IESDE, 2012.

COURA, B.; et al. *Gestão de custos em saúde*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Série Gestão em Saúde).

COSTA DELGADO, Guilherme. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/522540/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

FONSECA, M. H. *Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de Ponta Grossa*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2018.

FRANCO, C.; et al. Análise das relações custo, volume e lucro (CVL) na agricultura: estudo multicaso na produção de soja em Diamantino/MT. *Custos e @gronegócio on line*, v. 11, n. 4, p. 167-188, 2015.

FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, B. S. *Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. P. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araquara (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, p. 449-472, 2011.

GUIMARÃES NETO, O. *Análise de custos*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segurança Alimentar e Nutricional*, [s.l.], v.

13, n. 1, p.417-421, 23 fev. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v21i1.1386>.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília: 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 3 nov. 2018.

LEÃO, N. S. Formação de preços de serviços e produtos. São Paulo: Nobel, 2008.

LOPES, J. O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2006.

MACHADO, D. G.; SOUZA, M. A. de. Análise das relações entre a gestão de custos e a gestão do preço de venda: um estudo das práticas adotadas por empresas industriais conserveiras estabelecidas no RS. Revista Universo Contábil, v. 2, n. 1, p. 42-60, 2006.

MARTINS, E. Contabilidade de Custos. Atlas; São Paulo, 2010.

MEDEIROS, A. F. Q.; et al. Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade de produtores rurais. Custos e @gronegócio on line, v. 8, n. 3, p. 164-171, 2012.

MIGUEL, P. A. C.; et al. Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações. 2 ed. Rio de Janeiro: Elservier: ABEPRO, 2012.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: editora Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o>>

%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 06 out. 2018.

PADUA, J. B. Produção e comercialização de produtos orgânicos pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados MS, 2014.

RICHARDS, T. J.; LIAUKONYTE, J.; STRELETSKAYA, N. A. Personalized pricing and price fairness. *International Journal of Industrial Organization*, v. 44, p. 138-153, 2016.

ROGATTO, L. Agricultura familiar. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 1, p. 8-10, 2013.

ROSSETTI, E. K.; DE BEM, J. S. A Agroecologia no Estado do RS: perspectivas e resultados no Rio Grande do Sul (2002 a 2004). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E CICLO DE VIDEOCONFERÊNCIAS: “RESOLUÇÕES DE CONFLITOS AMBIENTAIS”, 4, 2006, Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20Agroecologia%20no%20Estado%20do%20RS.pdf>> Acesso em: 1 nov. 2018.

SANTOS, C. F. dos; et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade São Paulo*, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ. Disponível em: <<https://www.rondondopara.pa.gov.br/web/index.php>> Acesso em: 22 ago. 2018.

SCHULTZ, G.; SOUZA, M. de; JANDREY, W. F. Motivações e acesso aos canais de comercialização pelos agricultores familiares que atuam com produção orgânica na 76 Região da Serra Gaúcha. *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 3, 2017.

STORCH, G. et al. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do Sul do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agrociência*, v. 10, n. 3, p. 357-362, 2004.

ZAHAIKEVITCH, E. V. Identificação dos principais atributos dos produtos para formação do preço de venda: um estudo de caso nas micro e pequenas empresas da região de Irati - PR. 2012. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Engenharia da Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012.

ZHANG, Q.; SEETHARAMAN, P. B.; NARASIMHAN, C. The indirect impact of price deals on households' purchase decisions through the formation of expected future prices. *Journal of Retailing*, v. 88, p. 88-101, 2012.

CAPÍTULO 5

ICMS VERDE: ESTUDO DOS VALORES REPASSADOS AO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ (PA)

COELHO, Aloy Souza¹

OUTEIRO, Gabriel Moraes²

OLIVEIRA, Ana Paula C. dos S.³

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.5

1 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

2 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

3 Universidade Estadual do Pará e Universidade Estadual do Maranhão.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da existência do planeta, o meio ambiente é a principal fonte para manutenção das atividades humanas. O uso frequente e exagerado dos recursos naturais gerou inúmeras consequências, como por exemplo a redução da biodiversidade, extinção de diversas espécies de animais e plantas, aumento exorbitante de áreas desmatadas, e perda total de ecossistemas, todos esses eventos ocorrem a nível global e cada vez mais constante. Diante desse aumento do uso dos recursos naturais para manutenção das atividades econômicas, observa-se a necessidade de ações públicas, a fim de incentivar cada dia mais o uso sustentável do meio ambiente.

Por esta razão, desde o início do século XXI, é notório o aumento progressivo da utilização de recursos tributários e financeiros para o desenvolvimento de ações e projetos com finalidade de proteger e utilizar de maneira sustentável o meio ambiente. Tais práticas, otimizam também as atividades econômicas de cada região (OCDE, 1989).

Para que se desenvolvam as ações e projetos estruturantes necessários ao atendimento do bem-estar da coletividade, investimentos são necessários por parte dos entes públicos. Desta forma, muitos são os repasses dos governos estaduais, bem como da União aos municípios.

Entre eles, tem-se muito em alta nos últimos anos o chamado ICMS Verde, repassado pelo Estado aos municípios com base em critérios preestabelecidos. Tal recurso diferencia-se da quota-parte do ICMS já repassada mensalmente.

O ICMS Verde no Brasil, tem como função estimular os municípios a adotarem medidas de preservação e conservação de áreas naturais, e para a efetivação dessa ação, os valores repassados são feitos de forma proporcional a extensão de áreas verdes dos municípios, ou seja, quanto maior for a amplitude de áreas verde pertencentes ao território do município, maior é a percentagem recebida para esta finalidade (LOVATTO; ROCHA, 2016).

Na prática, esse incentivo fiscal tenta, através do repasse de tais recursos, aumentar a arrecadação dos municípios com uma extensa área de preservação ambiental e que necessitam desenvolver políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Logo, fica notória a necessidade de investimentos na área ambiental, especialmente em iniciativas como o ICMS Verde, corroborando com os objetivos do Estado de proporcionar uma vida de boa qualidade para os seus cidadãos.

Fica, portanto, evidente a necessidade de discussão sobre o tema, haja vista sua relevância social, atualidade e, principalmente, pela inexistência de pesquisas relacionadas a investimentos públicos do ICMS Verde na região Sudeste do Pará. Este trabalho subsidiará novas pesquisas, bem como contribuirá com acadêmicos e profissionais da área contábil. Da mesma forma, apresentará informações à sociedade em relação à situação do município objeto de estudo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a empregabilidade dos valores repassados, a título de ICMS Verde, ao município de Rondon do Pará entre 2017 e 2021.

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada a revisão da literatura, que aborda os aspectos relacionados às Transferências de Recursos, entre Entes Federativos Brasileiros e ICMS Verde. A terceira seção contempla a metodologia da pesquisa. A

quarta trata da análise dos dados. Na quinta, apresenta-se a conclusão. Além de tais seções, são apresentadas as referências que embasaram a realização da pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 Transferências De Recursos Entre Entes Federativos Brasileiros

O período de redemocratização brasileira compreendido entre os anos 1975 e 1985 trouxe por meio da Constituição de 1988 a chamada “reestruturação” do estado brasileiro em bases democráticas, federativas e redistributivas. Tal descentralização significou a retomada do autogoverno dos estados e municípios que passaram a estabelecer seus próprios governos, bem como significou lograr o município à condição de terceiro ente federativo, algo inimaginável até então (SOARES, 2012).

O federalismo é conceituado como um arranjo institucional, no qual entes federativos são aquinhoados de autonomia administrativa, política, tributária e financeira, com isso eles se unem para criação de um governo centralizado por intermédio de um acordo federativo. Quanto ao federalismo fiscal, esse refere-se ao pacto federativo que concede a cada ente da federação, a capacidade de arrecadar determinado tipo de tributo, bem como a distribuição de receitas tributárias entre entes, bem como a responsabilidade de cada ente na destinação dos recursos e prestação de bens e serviços públicos para a sociedade (ENAP, 2017).

Diante do federalismo, deve-se haver segregação de competências entre os entes federados, bem como cooperação mútua em relação às políticas públicas a serem desenvolvidas, principalmen-

te a partir de transferências governamentais entre União, Estados e Municípios.

Busca-se, portanto, possibilitar a distribuição de forma hierarquicamente organizada de recursos públicos, de maneira que a União transfere recursos aos Estados e Municípios, em ordem respectiva, bem como, os Estados transferem recursos aos seus municípios (ALMEIDA et al.,2014).

Em se tratando dos recursos recebidos pelos municípios, estes são compostos por dois grupos de receitas: as oriundas de arrecadação própria e as oriundas de transferências governamentais, que podem ser divididas em: 1) transferências constitucionais; 2) transferências legais; 3) transferências destinadas ao Sistema Único de Saúde – SUS; e 4) transferências voluntárias (CGU, 2013; BRASIL, 1988).

Classificam-se como transferências obrigatórias aquelas previstas na Constituição ou por meio de lei específica. Ou seja, as transferências classificam-se em: 1) Constitucionais: a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e 2) Legais: que se subdividem em Automáticas (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e Fundo a Fundo, a exemplo do Fundo Nacional de Saúde – FNS.

O ICMS Verde é um tipo de transferência de recursos que ocorre de Estados para Municípios. ICMS Verde ou ICMS Ecológico é a medida ou união de medidas, com finalidade de desenvolver soluções para problemas ambientais. Essas medidas são usadas para estabelecer os valores que cada município receberá conforme a repartição dos recursos financeiros, arrecadados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (LOVATTO; ROCHA, 2016).

Todos os municípios paraenses têm acesso a estes recursos, desde que cumpram alguns requisitos mínimos, bem como façam as prestações de contas necessárias, quando beneficiados.

2.2 ICMS Verde No Estado Do Pará

Com o intuito de incentivar os municípios a realizar práticas que visem conservar e proteger o meio ambiente, os Estados têm, paulatinamente, criado o ICMS Verde ou Ecológico. O ICMS Verde foi criado no estado do Paraná, no ano de 1991, pela Lei Complementar nº 59/91, no qual destinava parte de seus recursos financeiros arrecadados, com ICMS, para os municípios preservarem suas áreas verdes. O projeto obteve bons resultados e logo foi implementado em outros estados, com o passar dos anos (GOMES, 2012).

O ICMS Verde é um imposto oriundo do Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação – ICMS, fruto de diversas transformações e implantações que ocorreram com o passar dos anos. Sua implantação no Brasil surgiu após a implantação da Lei no 4.625 de 31 de dezembro de 1922, que inicialmente era denominado de Imposto de Vendas e Consignações – IVC. Posteriormente foi nomeado popularmente de ICM, no qual era responsável apenas pela circulação de mercadorias, logo após, com o acréscimo do S na sigla, o tributo passou a atuar também na prestação de serviços de transporte intermunicipal, interestadual e de comunicação (BALEEIRO, 2013; NETO, 2017).

Esse Imposto (ICMS), é um Imposto estadual, porém, o valor atribuído por meio desse imposto, não é restrito apenas a ações do Estado. Tudo que o Estado arrecadar com ICMS, deve ser repassado aos municípios de maneira proporcional. Conforme o art. 158, da Cons-

tituição Federal, 25% do que é gerado pelo Estado, é a porcentagem a ser repassada aos municípios, e 75% pertencem ao próprio Estado.

Após a implantação do ICMS Verde no estado paraense, os municípios que possuíam unidades de conservação ou áreas protegidas, passaram a receber o repasse do ICMS Ecológico, por meio da primeira metodologia de cálculo, definida pelo Decreto Estadual nº 775, de 26 de junho de 2013, na qual destinava 25% do critério para áreas protegidas, 25% para ações que diminuíssem a taxa de desmatamento e 50% para o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Sintetizando, o ICMS se trata de operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ANDRADE, LINS E BORGES 2015).

No Pará, antes de ser implantado o ICMS Verde, como instrumento econômico, o ICMS era repassado aos municípios, conforme estabelecia a Lei Estadual nº 5.645/1991, no qual 15% eram aquinhoados igualmente para todos os municípios do Estado, sendo 5% conforme a proporção populacional, e 5% de acordo com proporção territorial do município.

Posteriormente, o ICMS Verde, no Pará foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.638/2012. Inicialmente, o critério ecológico foi calculado a 2% no ano de 2013, baseado em dados do ano de 2012 e dos valores financeiros que eram repassados aos municípios em 2014, aumentando assim mais 2% gradativamente desde o ano de criação, até se estabelecer em 2016 com 8% de repasse deste recurso.

Atualmente, a nova metodologia de cálculo do ICMS Verde, foi estabelecida através do Decreto nº 1.064/2020, que tem como intuito principal simplificar o cálculo e a análise dos resultados, bem como melhorar a realidade dos municípios do Pará. O novo cálculo busca se

adequar a realidades dos municípios, usando variáveis de acordo com a proporção de áreas verdes dentro do território do município

Usando análise multivariada, o novo modelo é composto pelas seguintes variáveis:

a) Cadastro Ambiental Rural (CAR), b) Área de Reserva Legal (ARL), c) Área de Preservação Permanente (APP), d) Remanescente de Vegetação Nativa (RVN), e) Área Antropizada (AA), f) Área de Uso Restrito (UR), g) Área de Uso Sustentável (US), h) Análise de Cadastro Ambiental Rural Municipal (ACar),

Diferenciando-se da metodologia anterior, em que as variáveis Área Degradada, Desflorestamento, e Desflorestamento em Áreas Protegidas foram substituídas pela variável Área Antropizada. Os pesos são aplicados diretamente à proporção das variáveis, facilitando o entendimento do índice final. Para exemplificar utilizou-se a base de dados do índice definitivo 2020.

Os municípios que têm direito a esse repasse, são todos aqueles que conforme a Lei Estadual nº 7.638/2012, art. 2º e 3º, possuem em suas áreas territoriais, unidades de conservação ou áreas protegidas, como também aqueles que organizarem e manterem seus próprios procedimentos municipais voltados para meio ambiente.

A forma que será aplicada os valores repassados aos municípios, do ICMS Verde, devem ser determinados pela legislação municipal com destaque na preparação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e sua gestão por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 7.638/2012, artigo 4º, e no Decreto Estadual nº 1.064/2020, no artigo 12º.

O site da SEMAS, dispõe de algumas normativas disponibilizadas por municípios já regulamentados com destinação do ICMS

Verde, como forma de base para municípios que ainda não possuem legislação definida para os recursos do ICMS Verde.

2.3 ICMS Verde Em Rondon Do Pará

Rondon do Pará, município referência, neste estudo, é inserido na mesorregião Sudeste do Estado Pará. A área total do município rondonense está estimada em 8 246,394 km², com população estimada em 52.803 habitantes (IBGE, 2021). Localizado às margens da BR 222, o município fica 523 km da capital paraense (Belém).

De acordo com dados obtidos pelo De acordo com dados obtidos pelo Portal da Prefeitura de Rondon do Pará, a implantação da Lei que rege o ICMS Verde no município é recente. A Lei Municipal nº 805/2021, no qual dispõe sobre a distribuição dos recursos oriundos do repasse do ICMS Verde repassado ao Município de Rondon do Pará e dá outras providências, foi aprovada no dia 24 de novembro de 2021.

Visando buscar um ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o art. 225 da CF/88, foi decidido por Lei que o município é obrigado a destinar ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, o percentual de 50% (cinquenta por cento) dos repasses estaduais de que trata a Lei Estadual nº 7.638 de 12 de julho de 2012, que instituiu o ICMS Verde. Sendo os demais 50% (cinquenta por cento) dos recursos, definidos pela Gestão Municipal, com destinação definida pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, dentro das diretrizes orçamentárias definidas para cada exercício, estando incluído nestas verbas o custeio dos serviços de coleta de resíduos sólidos e hospitalares da cidade.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e documental com abordagem qualitativa, considerando que a pesquisa está alicerçada em dados secundários. Desta forma, ela é, também, documental. A pesquisa de cunho documental, é definida como aquela que a obtenção de dados é mais abrangente, não se restringindo apenas em dados de artigos científicos, livros ou dados impressos, mas inclui também dados de jornais, projetos de Lei, filmes, revistas, relatórios financeiros, tabelas estatísticas etc. Sendo ela mais diversificada (FONCECA, 2022). Para produção deste trabalho, além de artigos e outros materiais relacionados a este tema, foram usados também dados oriundos do setor financeiro da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, nos quais constavam os valores de gastos e repasses financeiros para o Fundo Municipal de Defesa ao Meio Ambiente. O estudo visou analisar o nível de transparência dos gastos dos valores repassados a título de ICMS Verde ao município de Rondon do Pará entre 2017 e 2021.

Inicialmente, foi selecionado o município no qual realizar-se-ia o estudo, sobre aplicação do ICMS Verde, por conveniência foi escolhido Rondon do Pará, uma vez que a implantação da Lei referente ao repasse, é recente e ser uma região de atuação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, a fim de que se possa apresentar dados importantes correspondente ao município dela integrante, servindo como base para estudos futuros sobre o tema abordado.

Após a escolha do município e do tema, que é o nível de transparência da aplicação dos repasses recebidos, iniciou-se a coleta dos dados correspondentes às informações necessárias à pesquisa, ocorrendo por meio de pesquisa online nos sites da Secretaria de Meio

Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS (<https://www.pa.gov.br>) e Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (<http://www.sefa.pa.gov.br>). A mesma foi iniciada no mês de outubro de 2021. Os dados foram tabulados e tratados por meio de planilha Excel.

4. Análise E Discussão Dos Dados

Dessa forma, a partir das informações coletadas no setor financeiro da prefeitura de Rondon do Pará – PA, podemos observar os valores destinados a projetos e atividades que envolvessem questões ambientais, nos anos de 2017 a 2021.

Na Tabela 1, que apresenta os dados do ano de 2017 observa-se que os valores fixados (i. e. saldo orçamentário), foram de R\$1.325.000,00, no entanto apenas R\$ 394.366,00 foram empenhados (i. e. valor gasto) e R\$ 394.193,63 foram liquidados (i. e. valor realizado), até o mês de dezembro do referido ano.

Tabela 1: Valores repassados para projetos ambientais no ano de 2017, em Rondon do Pará.

ATIVIDADES DO ANO DE 2017	FIXADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente	85.000,00	0,00	0,00
Manutenção da Sec. de Ciência, Tecnol. e Meio Ambiente	395.000,00	394.366,00	394.193,63
Manutenção dos Programas de Gestão Ambiental e Tecnologia	190.000,00	0,00	0,00
Ações de Prevenção e Conservação Ambiental	655.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.325.000,00	394.366,00	394.193,63

*Projetos apresentados com valores consolidados.

Fonte: Prefeitura de Rondon do Pará.

Na Tabela 2, verifica-se que houve um aumento nas atividades de cunho ambiental, porém o valor fixado foi menor quando comparado ao ano anterior, no qual foi orçado o valor de R\$ 834.000,00, empenhado apenas R\$ 530.995,50 liquidando somente R\$ 493.800,61 reais até o mês de dezembro de 2018. Apesar do valor orçado de sido menor, o valor pago de 2018 em questões ambientais teve aumento significativo.

Tabela 2: Valores repassados para projetos ambientais no ano de 2018, em Rondon do Pará.

ATIVIDADES DO ANO DE 2018	FIXADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
Manutenção e Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente	15.000,00	0,00	0,00
Sistema Integrado de Informação Ambiental	10.000,00	0,00	0,00
Programa de Educação Ambiental	25.000,00	0,00	0,00
Manutenção da Sec. de Ciência, Tecnol. e Meio Ambiente	709.000,00	530.995,50	493.800,61
Certificação do Programa Municípios Verdes	30.000,00	0,00	0,00
Parcerias de Pesquisa Tecnológica e Ambiental	45.000,00	0,00	0,00
TOTAL	834.000,00	530.995,50	493.800,61

*Projetos apresentados com valores consolidados.

Fonte: Prefeitura de Rondon do Pará.

Na Tabela 3, foi observado que o valor fixado foi menor quando comparado aos anos anteriores, sendo de R\$548.000,00, o valor empenhado foi de R\$ 480.789,44, e o valor realmente gasto até o mês de dezembro deste ano foi de R\$ 480.789,44.

Tabela 3: Valores repassados para projetos ambientais no ano de 2019, em Rondon do Pará.

ATIVIDADES DO ANO DE 2019	FIXADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
Manutenção e Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente	3.000,00	0,00	0,00
Sistema Integrado de Informação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00
Programa de Educação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00
Manutenção da Sec. de Ciência, Tecnol. e Meio Ambiente	531.000,00	480.789,44	480.789,44
Certificação do Programa Municípios Verdes	4.000,00	0,00	0,00
Parcerias de Pesquisa Tecnológica e Ambiental	4.000,00	0,00	0,00
TOTAL	548.000,00	480.789,44	480.789,44

*Projetos apresentados com valores consolidados

Fonte: Prefeitura de Rondon do Pará.

A Tabela 4, apresenta maiores valores quando comparada aos anos anteriores, em 2019 o valor fixado foi de R\$ 1.093.000,00, sendo empenhado um total de R\$ 651.120,16, já o valor realmente aplicado até o último mês desde ano foi de R\$ 637.471,05. Observando-se assim um aumento considerável no investimento para atividade do que envolvem o Meio Ambiente, no município de Rondon do Pará.

Tabela 4: Valores repassados para projetos ambientais no ano de 2020, em Rondon do Pará.

ATIVIDADES DO ANO DE 2020	FIXADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
Manutenção e Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente	8.000,00	0,00	0,00
Sistema Integrado de Informação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00
Programa de Educação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00
Manutenção da Sec. de Ciência, Tecnol. e Meio Ambiente	1.072.000,00	651.120,16	637.471,05
Certificação do Programa Municípios Verdes	3.000,00	0,00	0,00
Parcerias de Pesquisa Tecnológica e Ambiental	4.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.093.000,00	651.120,16	637.471,05

*Projetos apresentados com valores consolidados

Fonte: Prefeitura de Rondon do Pará.

Já o ano de 2021, Tabela 5, ano que entra em vigor a Lei Municipal nº 805/2021, na qual, refere-se sobre a distribuição dos recursos oriundos do repasse do “ICMS Verde” repassado ao município, houve um aumento significativo no saldo orçamentário dos projetos ambientais sendo o mesmo fechado em R\$2.184.000,00, este aumento também refletiu no valor empenhado, sendo este o maior valor quando comparado aos demais anos, fechado em R\$664.806,92, o valor gasto também permanece o maior, equiparando-se em R\$658.806,92.

Observamos então resultados positivos em investimentos nas atividades de cunho ambiental, aos longos dos anos no município de Rondon do Pará. Onde o ano de 2017, foi o ano que menos gastou em projetos ambientais.

Tabela 5: Valores repassados para projetos ambientais no ano de 2021, em Rondon do Pará.

ATIVIDADES DO ANO DE 2020	FIXADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
Manutenção e Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente	1.149.000,00	0,00	0,00
Sistema Integrado de Informação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00
Programa de Educação Ambiental	6.000,00	0,00	0,00
Manutenção da Sec. de Ciência, Tecnol. e Meio Ambiente	868.000,00	664.806,92	658.806,92
Certificação do Programa Municípios Verdes	15.000,00	0,00	0,00
Parcerias de Pesquisa Tecnológica e Ambiental	149.000,00	0,00	0,00
TOTAL	2.184.000,00	664.806,92	658.806,92

*Projetos apresentados com valores consolidados

Fonte: Prefeitura de Rondon do Pará.

No intuito de comparar os valores gastos pelo município, com os valores repassados pelo Estado de ICMS Verde, foi verificada a variação percentual de cada ano destaque, apresentados na Tabela 6, para então analisarmos o percentual que a cidade do referente estudo está aplicando em suas atividades ambientais. A partir do estudo dos dados, observamos que em 2019 a variação percentual foi a menor (27,1219%), enquanto no ano 2018, obteve a maior variação percentual (35,5627%) quando comparado aos demais anos. Os anos de 2020 e 2021 apresentaram variações semelhantes (31,9226% e 31,6416% respectivamente).

É notório que o município de Rondon do Pará ainda apresenta baixo percentual de aplicação de seus valores de ICMS Verde, repassado pelo Estado, em ações e projetos ambientais do município. Outro fator observado é os valores de repasse do ICMS Verde foram aumentando ao longo dos anos destaque, bem como os valores gastos pelo município em projetos ambientais.

Tabela 6: Variação percentual do uso do repasse de ICMS Verde, em Rondon do Pará.

Anos de Arrecadação	Valor Gasto pelo Município em \$	Valor Repassado de ICMS Verde em \$	Variação %
2017	394.193,63	1.230.929,33	32,0241
2018	493.800,61	1.516.461,56	32,5627
2019	480.789,44	1.772.698,88	27,1219
2020	637.471,05	1.996.929,73	31,9226
2021	658.806,92	2.082.093,92	31,6416

Fonte: Dados consolidados da Prefeitura de Rondon do Pará e Portal da Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Usando o Plano Plurianual (PPA) do município de Rondon do Pará, dos anos 2017, e 2018 a 2021, no qual consiste em um instrumento de planejamento regional, das diretrizes e metas da Administração Pública, estruturado em programas e ações para serviços para população, para analisarmos os valores que o município planejava aplicar na Gestão Ambiental, e assim comparamos com os valores que foram realmente aplicados, com o intuito de avaliar se município realmente está cumprindo o que planejam para este setor.

Após avaliarmos os dados obtidos, observamos que em nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2021 a prefeitura municipal investiu mais do que planejava para a gestão ambiental, sendo isto um ponto positivo em favor do meio ambiente. Em 2019 o valor gasto em projetos ambientais foi bem menor do que o planejado, como demonstra a Tabela 7.

Tabela 7: Valores de planejamento (PPA) e valores aplicados em custeios no setor de Gestão Ambiental, de Rondon do Pará.

Anos de Destaque	Valores planejados pelo município em \$	Valores gastos pelo município em \$
2017	250.000,00	394.193,63
2018	435.000,00	493.800,61
2019	1.115.000,00	480.789,44
2020	273.000,00	637.471,05
2021	385.000,00	658.806,92

Fonte: Dados de Planejamento Plurianual e dados consolidados da Prefeitura de Rondon do Pará.

Diante dos resultados coletados, é possível compreender que com o passar dos anos, o município abordado no presente estudo, passou a investir cada vez mais no setor de Gestão Ambiental. No entanto, ainda é necessário que o poder público local invista e se preocupe cada vez mais, pois ao analisarmos os dados, fica evidente que os valores repassados do ICMS Verde ainda não são aplicados como delimita a Lei Estadual nº 7.638, em 12 de julho de 2012, onde 50% do valor repassado de ICMS Verde devem ser aplicados a projetos para conservação e preservação dos recursos ambientais.

Um fator que pode explicar os baixos percentuais de aplicação dos valores de ICMS Verde gastos no município, é devido à falta da Lei específica, que gerenciasse a destinação de maneira apropriada do repasse Estadual. O que leva o poder público a negligenciar as ações desse setor.

Antes da implementação da Lei Municipal nº 805/2021, a Lei que determinava os investimentos no setor ambiental era a Lei 532/2008, que dispõe sobre a política municipal do meio ambiente e dá outras providências, porém não dispõe de percentuais específicos para distribuição do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Desta forma, espera-se que a partir dos anos seguintes, na qual a Lei municipal nº 805/2021 é vigente, que os valores sejam repassados de maneira apropriada, aumentando assim os projetos e atividades que busquem a proteção e preservação de nossos recursos naturais.

Em relação à transparência como são gastos os valores repassados para questões ecológicas, para obtenção dos dados, após a decisão do tema do presente trabalho, foi necessário realizar várias visitas à prefeitura municipal, especialmente no setor financeiro, na área de contabilidade e Secretária de Meio Ambiente do município. O intuito das visitas, era a obtenção de dados que comprovassem a aplicação dos repasses recebidos pelo Estado do Pará, em projetos e ações que envolvessem o meio ambiente. Após alguns dias de insistência, o contador da atual gestão, disponibilizou os balanços financeiros do ano de 2021 e auxiliou na busca dos demais balanços dos anos anteriores (de 2017 a 2019). Porém, o envio dos dados levou um tempo para serem enviados.

Após a análise dos dados recebidos, foi observado que parte dos recursos recebidos foram destinados para outros setores, que não envolviam diretamente questões ambientais. A justificativa foi de que não existia uma Lei específica para administrar a distribuição do recurso. Infelizmente não é possível rastrear o que é feito com o restante do dinheiro oriundo do ICMS Verde, que não é utilizado no setor de Meio Ambiente, onde os valores restantes são aplicados, dificilmente é exposto. E devido à falta de fiscalização por parte da sociedade, essas informações continuam retidas apenas para o setor financeiro da prefeitura.

Diante disso, iniciou-se uma busca sobre propor uma Lei municipal para Rondon do Pará que destinasse os valores repassados pelo Estado, especificamente para financiar projetos ou ações de cunho ecológico, junto ao presidente da Câmara Municipal. A proposta de

implementação de Lei do IMCS Verde foi colocada em pauta, e em um pouco mais de 90 dias a Lei foi aprovada, durante a presente pesquisa, e entrou em vigência em 24 de novembro de 2021.

Por conseguinte, destacada a necessidade da valorização dos repasses do ICMS Verde, por parte do poder público, afinal, adotar a implementação desse repasse não é apenas aderir a um imposto comum, e sim à inserção de novos parâmetros de redistribuição dos recursos oriundos do ICMS, que demonstra o padrão de atividade econômica dos municípios, ligando-se com conservação e proteção do meio ambiente (LIMA, DIAS, 2016).

4. Considerações Finais

É evidente no atual cenário mundial, a preocupação com preservação e conservação do meio ambiente, sendo este um tema central para muitos trabalhos e projetos a nível nacional. O ICMS Verde é uma ferramenta relevante para unir o desenvolvimento econômico e o uso sustentável dos recursos naturais.

É de grande relevância evidenciar os avanços proporcionados pela implementação do ICMS Verde, nos municípios do estado do Pará, afinal esse repasse de recursos foi criado para auxiliar no combate a degradação ambiental, como por exemplo o desmatamento, uma atividade antrópica bem comum na região.

Diante de uma gestão municipal de meio ambiente cheia de impasses e dificuldades, no caso de Rondon do Pará, os recursos advindos do ICMS Verde, poderiam ter um papel restaurador, impulsionador, tendo o potencial de, a partir de sua gestão adequada, financiar projetos de restauração florestal, manutenção de áreas de conservação, apoio ao turismo ecológico para promoção da educação ambiental crítica, projetos de pesquisa sobre fauna, flora, nascentes

que poderiam embasar novas políticas públicas municipais relativas ao zoneamento econômico ecológico municipal e definições de áreas prioritárias para preservação ou conservação como é o caso dos corredores ecológicos. Além dessas possibilidades, o ICMS Verde poderia também ser utilizado para equipar melhor a Secretaria de Meio Ambiente, capacitar os servidores, contribuindo para uma gestão mais eficaz.

Como a implementação da Lei Municipal nº 805/2021, que ainda é recente, sugere-se que a partir dos dados aqui apresentados, surjam novos trabalhos que analisem a efetividade desta Lei Municipal, bem como a investigação se o repasse está sendo aplicado da maneira definida em legislação, para fins de preservação e conservação ambiental em Rondon do Pará. Quanto ao nível de transparência dos dados, considera-se ainda muito restrito ao setor financeiro da Prefeitura municipal, configurando-se como insuficiente. A divulgação dos dados, de forma detalhada e coerente para a sociedade, poderia auxiliar na fiscalização da gestão dos recursos, bem como no aumento de projetos coletivos para proteção de nossas áreas verdes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. G. S. et al. Transferências voluntárias da união e a adimplência dos municípios para a celebração de convênios e contratos de repasse: um estudo da regularidade fiscal dos municípios alagoanos. In: CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2014., Maceió, AL. Anais do ...Maceió, AL. CONACIC, 2014.

ANDRADE, E. S. M.; LINS, L. S.; BORGES, V. L. Contabilidade tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BALEEIRO, A. Direito Tributário Brasileiro. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em 11 dez. 2021.

BRASIL. LEI nº 804/2021, de 24 de novembro de 2021. Dispõe sobre a distribuição dos recursos oriundos do repasse do “ICMS Verde” repassado ao município de Rondon do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://rondondopara.pa.gov.br/?s=icms+verde>. Acessado em: 18 de março de 2022.

CGU. Controladoria-Geral da União. Gestão de Recursos Federais: Manual para Agentes Municipais. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ManualGestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ENAP - Enap Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, DF, v. 1, p 1 – 32, 2017.

GOMES, E. A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PELOS ESTADOS. Diálogos Multidisciplinares (PR) v. 1 n. 2 p. 1 – 14 out. /2012.

IBGE. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LOVATTO, P. M. A.; ROCHA, J. M. ICMS ecológico como ferramenta de proteção ambiental. Ciência e Natura, v. 38 n. 2, p. 966–979, 2016.

LIMA, T. S.; DIAS, G. F. M. A utilização do ICMS Ecológico no estado do Pará: a importância da implementação nos municípios paraenses. Revista Delos. v. 10, n. 30, p. 1-11, 2017.

NETO, L. R. ICMS. 2017. Disponível em: <https://luizinhorabelo.jus-brasil.com.br/artigos/468178861/artigo-academico-icms>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE). Instruments économiques pour la protection de l'environnement. Paris: OCDE, 1989.

SANTOS, B. C.; RODRIGUES, R. S. O Efeito do ICMS Ecológico nos Estados Brasileiros. São Paulo: Atlas, 2015.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). ICMS Verde Critério Ecológico no Estado do Pará. Belém, 2021. Disponível em: https://icmsverde.semas.pa.gov.br/A%C3%A7%C3%B5es_Equipe_ICMS_Verde/Cartilha_ICMS_%20Verde.pdf. Acessado em: 11 de abril de 2022.

SOARES, M. M. Repasses financeiros e voluntários da união aos municípios brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos. In: VIII ENCONTRO DA ABPC, 8., 2012, Gramado. Anais do VIIIº Encontro da ABCP. Gramado – RS: ABCP, 2012. p. 1-32.

CAPÍTULO 6

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

VIREIRA, Karolayne Cruz¹
COSTA, Poliana Ferreira da²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.6

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) é de suma importância para todo o planeta, pois se trata de um processo no qual o indivíduo, juntamente com a sociedade, trabalha em coletividade para construir valores sociais, adquirindo conhecimentos e habilidades que geram atitudes de conservação do meio em que se vive, favorecendo assim uma melhor qualidade de vida e a garantia da sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Nos últimos anos tem crescido bastante o debate acerca da EA, diversos enfoques têm sido apresentados, principalmente devido ao grande número de publicações relacionadas com o assunto. Existe uma dualidade na EA, onde as preocupações ora são voltadas a conservação da natureza, ora voltadas à sustentabilidade. Neste contexto, nota-se a importância das escolas sendo o elo que integra as diferentes dimensões da educação (BIZERRIL; FARIA, 2001). No fim dos anos 90, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que inseriu no currículo escolar o “meio ambiente” como um tema transversal, e posteriormente, por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a EA obteve um amparo legal com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999).

Apesar da EA ter se tornado obrigatória nas escolas brasileiras após a normatização dos PCN, o que se percebe é que a EA na maioria das escolas é desvinculada da prática cotidiana e, muitas vezes, desarticulada do currículo escolar (CAGLIONI et al., 2021). Tal fato acrescenta preocupações, pois sabe-se que a escola ocupa um espaço de destaque nas comunidades. Silva (2015) acrescenta que é necessário que os professores passem para seus alunos o quão importante é atentar-se para os problemas ambientais. Ou seja, a EA possui como

propósito, passar a transcendência da educação de forma geral, na criação do caráter do cidadão (FREITAS; SANTOS E BARRETO, 2009).

Tendo em vista que a educação ambiental ajuda na preservação do meio ambiente, torna-se indispensável a conscientização sobre ele, onde os professores são peças essenciais para que essa educação seja transmitida adiante e de forma positiva (MEDEIROS et al., 2011). Desse modo, esse trabalho contempla um referencial teórico sobre a importância de utilizar a educação ambiental nas escolas como estratégia para a gestão dos recursos naturais.

2. Educação Ambiental Nas Escolas Como Estratégia De Gestão

2.1 A degradação ambiental e seus prejuízos ambientais, sociais e econômicos

Ao longo do tempo, principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico e científico e avanços na agricultura e no uso industrial, a deterioração do meio ambiente foi acelerada e se tornou tão visível que é necessário criar perspectivas sobre a importância da preservação ambiental, ou seja, é necessário discutir o tema. Da Silva (2015) corrobora que a crise ambiental que surge no limiar deste milênio é consequência do modelo de crescimento econômico e populacional implementado ao longo do século XX, onde já se percebe sinais claros de insustentabilidade, como desertificação, erosão de solos férteis, extinção de espécies da flora e fauna, diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas e o aquecimento global. Desde a década de 1950, o debate sobre a degradação ambiental foi particularmente estimulado pela reflexão sobre a desigualdade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que abriu as portas para estratégias de desenvolvimento (ANDRADE et al., 2016).

Mas foi somente por meio da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, nos anos 70 que aconteceu em Estocolmo com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que houve um olhar diferenciado por parte da sociedade para esta questão (MORALES, 2012). As organizações, sejam públicas ou privadas, precisam estar conscientes da necessidade de conservação, priorizando as questões relacionadas a um ambiente saudável e consciência ecológica a fim de propiciar a manutenção das suas próprias atividades econômicas e dos serviços ambientais para toda a população (MACHADO, 2018).

A crise ambiental que surge no limiar deste milênio é consequência do modelo de crescimento econômico e populacional implementado ao longo do século XX, e que já apresenta sinais claros de insustentabilidade, bastando um lance de olhos nas crises mais recentes: desertificação, erosão de solos férteis, alterações climáticas substanciais, extinção de espécies da flora e fauna, diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas e o aquecimento global (SILVA, 2015, p. 14).

É possível citar também a relação existente entre prejuízos ambientais atrelados aos econômicos, como é possível observar nos exemplos a seguir:

A incapacidade de gerir resíduos causa poluição do solo e da água, prejudica a agricultura e aumenta os gastos com tratamentos de água e de saúde. A redução do Cerrado afeta a regularidade das chuvas no Sudeste e causa a crise hídrica, atingindo diretamente a população, a agricultura e a indústria. A substituição de florestas por pastos e plantações na Amazônia resulta, na maior parte dos estados, em uma agropecuária pouco produtiva, capaz de esgotar rapidamente os solos e piorar os problemas sociais da região, além de contribuir para os desequilíbrios climáticos em outras regiões do país. O desmatamento

é fator determinante para a crise energética, pois causa desequilíbrio hídrico, que afeta a geração de energia hidrelétrica – as hidrelétricas respondem por mais de dois terços da eletricidade produzida no país –, diminuindo a produção e aumentando os preços, o que, por sua vez, causa maior inflação e menos movimentação econômica (SACCARO JUNIOR, 2016)

DaSilva (2015) ao discorrer sobre o desenvolvimento econômico enfatizam que, toda e qualquer atividade econômica sempre se inicia com um saque sobre algum bem ambiental: a terra, os minérios, a vegetação, o ar, as águas, os animais. O desenvolvimento econômico, por implicar uma intensificação da atividade econômica, acentua o processo de saque sobre a natureza e a devolução ao meio ambiente dos resíduos de fabricação ou utilização dos bens econômicos.

2.2 A importância da Educação Ambiental na rede básica

Ao longo dos anos a educação ambiental tem assumido um papel de transformação, pois a mesma trás para si a responsabilidade de tornar os cidadãos conscientes para que sejam capazes de desenvolver uma sociedade com sustentabilidade (SILVA, 2015). Milaré (2009) compreende a educação ambiental como o estudo capaz de transformar a sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental, acrescentando que também se trata de uma proposta política pedagógica. Nessa perspectiva, o professor acaba por exercer uma função mediadora na construção de referenciais ambientais devendo ter capacidade de desenvolver uma prática social cujo centro seja o conceito da natureza.

A Lei nº 9.795/1999, apresenta a EA como um processo por meio do qual o cidadão e a sociedade criam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências necessárias para

conservar o meio ambiente, para o uso comum das pessoas e para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade (BRASIL, 1999). A questão ambiental é um fato que precisa ser discutido em todos os setores da sociedade, e nas escolas não seria menos importante, haja vista que, para que ocorra um processo de mudança no modo de pensar e de agir das pessoas, seja no campo das ideias, atitudes e princípios se tem na educação básica um instrumento de grande e fundamental valor (ANDRADE et al., 2016).

As crianças tendo uma boa base escolar, sendo constantemente bem-informadas sobre os problemas ambientais tendem a ser adultos mais críticos e conscientes, além de serem transmissores de conhecimentos em sua comunidade e ambiente social (ALBUQUERQUE, 2013). Entre os anos de 1997 e 1999 foram lançados Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estes referência curricular nacional para ser discutido com propostas a serem apresentadas a nível regional e municipal. Tem como principal objetivo gerar uma reflexão acerca da função da escola, sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, dando destaque a temas sociais urgentes – os chamados temas transversais. A inserção da educação ambiental nas escolas se deu por meio dos PCNs, porém ainda existem diversas dúvidas sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las (BIZERRIL; FARIA, 2001).

As instituições de ensino já estão cientes de que têm que lidar com as questões ambientais, e muitas iniciativas têm sido desenvolvidas em torno dessa questão, onde a temática ambiental já está inserida nos sistemas educacionais como um tema central nos currículos escolares, que permeia toda a prática educativa. A educação ambiental na escola promove o desenvolvimento de cidadãos conscientes, capazes de

decidir e agir na realidade socioambiental da vida, dedicando-se ao bem-estar de todos e da sociedade (SANTOS; SILVA, 2021).

Apesar das dificuldades que os professores enfrentam ao incorporar a EA na prática educativa, percebe-se que eles estão trabalhando as questões socioambientais sem dar muita atenção ao currículo regular. Porém diante de alguma situação-problema, como exemplo, o crime socioambiental corrido em Mariana/MG, os professores não o ignoram, mas inserem o assunto em suas aulas, fazendo com que de certa forma haja conexões, articulações e associações entre sentidos, ideias e contextos (SEPULCRI; TRISTÃO, 2017).

3. Considerações Finais

Inserir a Educação Ambiental de forma efetiva no ensino básico é uma estratégia fundamental para além da conscientização ambiental, iniciar o processo de gestão ambiental e correta gestão dos recursos naturais em toda a sociedade. O trabalho com o meio ambiente nas escolas traz a ela a necessidade de estar preparada para trabalhar esse tema e junto aos professores adquirir conhecimentos e informações para que possa desenvolver um bom trabalho com os alunos.

A educação Ambiental é uma estratégia de gestão e por meio da gestão pública já foi inserida no contexto nacional, por meio da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, insere a EA como ferramenta para desenvolver valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências necessárias para gerir adequadamente o meio ambiente, e os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria. **Educação ambiental e EJA: Percepção dos alunos sobre o ambiente.** 2013.

ANDRADE, J.A.S.; KINOSHITA, K.F.; ROMEIRO, M.F.; GOES, G.A. A educação ambiental na escola: um estudo piloto sobre a percepção dos professores. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 21, n.1, jan.jun. 2016.

BIZERRIL, Marcelo X. A.; FARIA, Dóris. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 82, n. 200/201/ 202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abril. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-03/Leis/L9795.htm>>. Acesso em 08 ago.2022.

CAGLIONI, Eder. Educação Ambiental nas Unidades de Ensino Básico de Luiz Ives (SC): Perfil e Percepção Docente. **Revbea**, São Paulo, v.16, No1:181-201, 2021.

DA SILVA, V.B. **Degradação ambiental e suas consequências ao meio ambiente.** (Monografia) Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Gestão Ambiental - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. 2015.

FREITAS, Andréia Cristina; SANTOS, José Everaldo; BARRETO, Luciano. **Educação ambiental no ensino de jovens e adultos.** Enciclopédia Biosfera, v. 5, n. 08, 2009.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente a gestão ambiental em foco. 6. ed. rev, atual e ampl. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2009.

MORALES, A.G. **A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações**. 2. Ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012.

SACCARO JÚNIOR, N.L. A conexão entre crise econômica e crise ambiental no Brasil. IPEA - Boletim regional, urbano e ambiental, V.13, jan.-jun., 2016.

SANTOS, C.G.; SILVA, R.N. Educação ambiental na percepção de professores e alunos do ensino fundamental. **Revista da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL**, Ano 13, Vol. 13 (3), 2021.

CAPÍTULO 7

REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA PREVISÃO DOS EFEITOS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE DIVIDENDOS PREVISTO NA PL N° 2.337/2021

PAIXÃO, Edielson Pereira¹
OUTEIRO, Gabriel Moraes de²
CARMO, Miraci Matos do³

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.7

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

³ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Segundo Gobetti (2019), o Brasil e outros dois países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), possuem em seu ordenamento jurídico a isenção tributária dos lucros distribuídos a títulos de dividendos. Os demais 31 países que também integram a OCDE, todos praticam a dupla oneração sobre dividendos.

A isenção do imposto de renda (IR) sobre lucros distribuíveis aos dividendos para pessoa física e jurídica no Brasil passou a vigorar após aprovação da Lei no 9.249 de 1995, com a finalidade de incentivar o uso desses recursos não tributáveis nas atividades da empresa. Porém, não houve comprovação de que a lei tenha propiciado a aplicação desses nas organizações (VIEIRA; MELO, 2017).

Atualmente, o Brasil passa por um extenso processo de reforma tributária, onde, existem diversas propostas de reforma à estrutura fiscal em trâmite no Congresso Nacional, visando simplificar a legislação tributária vigente e proporcionar a redução e eliminação de alguns tributos. Algumas dessas principais propostas em acareação são, a PEC no 45/2019, PL no 3.887/2020, PEC no 110/2019 e a PL no 2.337/2021 que busca reformular a estrutura atual do IR.

Em relação a essa última, a PL no 2.337/2021 é a proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) da pessoa física e jurídica. A PL visa, de modo geral, promover uma espécie de atualização sobre o IR aonde, para a pessoa física (PF) haveria o ampliamiento da faixa de isenção e ajustes nas alíquotas e para a pessoa jurídica (PJ) uma redução na alíquota. Além disso, a PL no 2.337 prevê a incidência de ônus fiscal sobre lucros e dividendos em 15%, que até então eram isentos pela Lei no 9.249/95.

Mediante a todo esse cenário de incerteza sobre quais pontos da proposta serão aprovados, a presente pesquisa fundamenta-se sobre a seguinte problemática: qual o efeito do retorno da tributação sobre lucros e dividendos sobre as empresas, prevista na PL no 2.337/2021 da Reforma Tributária de 2021?

Deste modo, o objetivo principal deste estudo é analisar os efeitos do Projeto de Lei no 2.337/21 da Reforma Tributária nas empresas optantes pelo regime tributário do lucro real no que concerne a aprovação da tributação sobre lucros e dividendos, a partir do processo de simulação da proposta nas organizações.

E para isso, o estudo é direcionado na simulação das alíquotas propostas pela PL, baseando-se nos valores presentes nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) e nas Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) da Magazine Luiza S.A., sendo a mesma uma grande empresa varejista que vem crescendo bastante nos últimos anos, além de ser uma grande concorrente no mercado do e-commerce.

Portanto, a presente pesquisa justifica-se pela importância de promover o surgimento de um estudo que reflita sobre os efeitos que a proposta causaria no ambiente fiscal das empresas. Principalmente, mediante a escassez de ensaios teóricos que reflitam sobre a temática da tributação sobre os lucros e dividendos em detrimento a todo esse cenário de incertezas sobre a sua possível aprovação.

2. Referencial Teórico

2.1. Legislação Tributária

Conforme Barth, Souza e Oliveira (2016), o ordenamento tributário do Brasil é constituído por um agrupamento de leis que regulam as atividades de arrecadamento de recursos financeiros

utilizados para financiar os gastos do governo, esses recursos são chamados de tributos. Neste sentido, Galvão et al. (2017), afirmam que os tributos são as principais fontes de receitas dos estados.

Deste modo, de acordo com o art. 3º da Lei nº 5.172 (Código Tributário Nacional), “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966). Mazza (2018) fragmenta o conceito jurídico dos tributos para explicá-lo da seguinte forma:

a) os tributos devem ser instituídos em lei, ou seja, a obrigação tributária nasce através de lei;

b) a prestação pecuniária compulsória seria a obrigatoriedade, e não facultativa, de pagar os tributos mediante valores monetários ao estado;

c) que não constitua sanção por ato ilícito, significa que o tributo não pode ser cobrado mediante inflação de lei;

d) e por fim, cobrada mediante atividade administrativa vinculada, ou seja, ocorrido o fato gerador o fisco deve obrigatoriamente realizar o lançamento do crédito tributário.

Vale ressaltar que qualquer modificação, acréscimo ou criação de tributos, além de instituídos em lei, devem atender aos direitos fundamentais do indivíduo e aos princípios tributários. Conforme Caliendo (2017, p. 109), “o sistema constitucional assegura os direitos fundamentais do contribuinte por meio do bloqueio de condutas estatais que possam ofender os direitos fundamentais do contribuinte.”

Deste modo, a Constituição Federal explicita alguns dos princípios tributários encontrados nos art. 145º, 150º, 151º, 152º, 153º e 155º da CF de 1988, sendo eles, o preceito da legalidade, que impede a exigência ou aumento de tributos sem que haja respaldo em lei; o pressuposto da capacidade contributiva, que impõe aos tributos a proporcionalidade em consonância com a capacidade econômica do contribuinte, quem ganha mais, paga mais caro e quem ganha menos, paga menos (CABRAL, 2020; MAZZA, 2018).

Ademais, assim como Constituição Federal de 1988 determina que todos são iguais perante a lei, o pressuposto da isonomia define o tratamento igualitário dos contribuintes, independente de função ou atividade exercida; além desses três principais princípios tributários, existem outros dispostos nos artigos da Carta Magna do Brasil (CABRAL, 2020; MAZZA, 2018).

Tomado conhecimento sobre a definição de tributos e que os princípios tributários resguardam os direitos dos contribuintes, a Lei nº 5.172/66 traz no art. 5º três espécies tributárias, sendo os impostos, taxas e contribuições de melhorias (BRASIL, 1966).

Os impostos são os principais tipos de espécies tributárias, destinados principalmente para atender as despesas públicas gerais e cuja característica é não estar vinculado à uma atividade estatal específica, ou seja, os impostos possuem caráter contributivo, onde não há a contraprestação do estado ao contribuinte em detrimento de atividade específica do estado (MAZZA, 2018; CABRAL, 2020; BRASIL, 1966).

Diferentemente dos impostos, as taxas são tributos vinculados a uma atividade estatal específica, assim dizendo, o contribuinte paga para receber uma contrapartida do estado ou órgão competente (CABRAL, 2020). Já as contribuições de melhorias assim como as taxas,

são vinculados a uma atividade estatal específica, e conforme o art. 81 da Lei no 5.172/66, essas contribuições são cobradas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para custeamento de obras públicas que acarrete valorização dos imóveis de uma determinada região, espaço ou que traga benefícios a um grupo específico, e consequentemente, o contribuinte (BRASIL, 1966; CABRAL, 2020).

Porém, a Constituição Federal de 1988 traz nos art. 148 e 149 mais dois tipos de tributos, as contribuições sociais e os empréstimos compulsórios (RAMOS; NIVEIROS;

CARNEIROJUNIOR, 2019). Os empréstimos compulsórios são de caráter da União, instituídos para atender as despesas ocasionadas por estado de calamidade pública, guerra ou investimentos públicos urgentes (BRASIL, 1988). Já as contribuições sociais são, para Mazza

(2018, p. 130), “tributos finalísticos qualificados pela destinação”, ou seja, não estão vinculados ao fato gerador e sim a finalidade para os quais são instituídos.

Em relação a variedade de tributos, Costa e Vieira (2021, p. 10) afirmam que no Brasil “a maior incidência de tributos está justamente sobre bens e serviços e não sobre propriedade e renda. Essa decisão acaba comprometendo a equidade e potencializando a percepção da desigualdade. Deste modo, é nítido que a grande concentração de renda e patrimônio potencializada pelo sistema fiscal brasileiro é um dos grandes problemas do país, pois corrobora ainda mais com a desigualdade e injustiça fiscal (VIEIRA; MELO, 2017).

2.2. Reformas Tributárias E A Tributação Sobre Lucros E Dividendos Da PL N° 2.337/2021

Além de possuir um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, o Brasil ainda se destaca por possuir uma das cargas

tributárias mais elevadas (GOMES; SCARPIN, 2012; COSTA; VIEIRA, 2021). Neste sentido, Costa e Vieira (2021, p. 8) admitem que, em detrimento da elevada carga tributária, que foi a “ineficiência e a baixa qualidade do sistema tributário brasileiro que permitiu ao longo de anos políticas tributárias desconectadas e incoerentes”.

A última grande reforma tributária ocorreu na década de 60, quando “um novo sistema tributário foi paulatinamente implantado entre 1964 e 1966” (VARSANO, 1996, p. 9). Inaugurada através da Emenda Constitucional no 18 de 1965 e reforçada com a instituição da Lei no 5.172 de 1966 (Código Tributário Nacional), a reforma teve como objetivo proporcionar a ampliação da receita pública para resistir ao déficit fiscal da época, incentivar através de um novo sistema fiscal os investimentos no país e promover o progresso econômico (ALVES; PRETI; PRETI, 2012; PIRES, 1996; VARSANO, 1996).

As principais mudanças ocorridas pela promulgação da reforma de 60 conforme Alves, Preti e Preti (2012) e Pires (1996) foram a centralização de tributos mais arrecadados para o governo central, o estabelecimento de correção monetária para pagamento atrasado de impostos, a fundação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a instauração de um imposto específico incidente sobre mercadorias (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) em substituição aos demais incidente sobre a mesma atividade, modificação nas regras de divisão dos recursos com os Estados e Municípios, e entre outras modificações.

Posteriormente à reforma de 1965, houve algumas mudanças na estrutura tributária brasileira, como a reorganização fiscal introduzida com a promulgação da Constituição de 1988 e a instituição do Simples Nacional em 2006. Segundo Alves, Preti e Preti, a Constituição de 1988 visava as seguintes alterações:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vigente até os dias atuais, promoveu uma reestruturação do sistema tributário, e do seu texto destacam-se três bases fundamentais: (1) princípios gerais da tributação que basicamente admite uma figura gênero com a denominação de tributo e seus tipos como, imposto, taxas, contribuições de melhoria, empréstimo compulsório e, por fim, contribuições; (2) limitações ao poder de tributar, que consagra o caráter pessoal dos impostos e o princípio da capacidade econômica do contribuinte, quando possível; (3) distribuição das competências tributárias em que se encontram o campo exato de atribuições da lei complementar, definição de tributos e de suas espécies, incluindo fato gerador, base de cálculo e contribuinte (ALVES; PRETI; PRETI, 2012, p. 44).

Já em relação ao Simples Nacional, sua fundação foi um marco para o regime fiscal brasileiro, pois, segundo Pessoa e Pessoa (2020), antes mesmo da implantação da Constituição de 1988 e após a ela, o governo promulgou diversas leis, decretos e projetos de leis que visavam reconhecer as particularidades distintas das pequenas e médias empresas e desburocratizar seus processos jurídicos e fiscais. No entanto, ainda conforme o autor, esse processo foi finalizado em 2006, onde:

Foi publicada a Lei Complementar n. 123/2006, pelo qual foi instituído o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, sendo que o SIMPLES foi substituído pelo regime tributário do SIMPLES NACIONAL que passou a incluir, além dos tributos federais, o ISS e o ICMS (PESSÔA; PESSÔA, 2020, p. 26).

Costa e Vieira (2021) mencionam que no decorrer da segunda década do século XXI vem se discutindo bastante sobre a atual estrutura tributária instituída pela CF de 1988 e a necessidade de reestruturação do sistema fiscal vigente. Atualmente, conforme Coelho

Júnior (2021), tramitam no Congresso Nacional diversas propostas que visam modificar o ordenamento tributário brasileiro, como a PEC no 45/2019, PL no 3.887/2020, PEC no 110/2019 e entre outras.

Dentre essas propostas, algumas tratam sobre a reformulação do imposto de renda, como a PL no 2.337/2021. Coelho Júnior (2021) alega que as propostas de reforma ao IR visam, praticamente, as modificações nas alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física e Jurídica (IRPF e IRPJ), o retorno da tributação sobre lucros e dividendos e definir um encargo fiscal sobre grandes fortunas (COELHO JÚNIOR, 2021).

A oneração sobre dividendos, proposta pela PL no 2.337 gera bastante discussões, pois, conforme retratam Vieira e Melo (2017) e Gobetti (2019), desde o início de 1996 os lucros compartilhados pelas entidades empresariais aos seus dividendos são eximidos de oneração fiscal mediante à Lei no 9.249/95.

Aliás, um dos argumentos defendidos para a não aceitação da proposta pelo Congresso Nacional, segundo Vieira e Melo (2017), é que o recurso cabível aos dividendos já teriam sido alvo de tributação pelo IR da pessoa jurídica, e dessa forma, caso realizado uma nova tributação pela pessoa física ocasionaria a bitributação desses lucros, o que seria inconstitucional.

Porém, a percepção do grupo que apoia a proposta e defendida nos trabalhos de Gobetti (2019) e Vieira e Melo (2017), é que o ordenamento tributário corrobora com a regressividade e com a centralização de renda aos mais ricos, e a exoneração sobre lucros e dividendos acirra ainda mais essa realidade. Ademais, Vieira e Melo (2017, p. 91) salientam que essa isenção “ofende o princípio constitucional da igualdade, por não observar os critérios da capacidade

contributiva e da progressividade, aplicáveis ao imposto de renda por determinações constitucionais expressas”.

Desta forma, a incidência tributária sobre dividendos trazida pela PL no 2.337/21 como proposta de reforma do IR para as entidades empresariais propõe alguns pontos principais no seu art. 2o, como, conforme Brasília (2021):

a) será cabível de tributação lucros e dividendos distribuídos a PF e PJ uma alíquota de 15%;

b) o IR sobre lucros e dividendos também incidirá para beneficiários que moram no exterior;

c) incidirá também sobre qualquer espécie de ação cuja empresa seja optante pelo regime tributário do lucro real;

d) em casos de dissolução e liquidação da PJ, os valores pagos aos titulares também sofrerão incidência fiscal do IR;

e) as entidades optantes pelo Simples Nacional e pelo Lucro Presumido (com faturamento até R\$ 4,8 milhões de reais) estão livres da tributação do IR sobre lucros e dividendos;

f) não incidirá sobre lucros e reservas advindas do processo de aumento de capital por incorporação empresarial;

g) caso os lucros e dividendos sejam pagos a empresas domiciliadas no país, elas podem compensar o imposto pago sobre esse provento durante a repartição de seus lucros e dividendos;

h) além de tudo isso, a PL ainda define que o imposto deverá ser recolhido exclusivamente na fonte, e entre outros pontos propostos no decorrer da proposta.

Acerca do recolhimento direto na fonte, a obrigação fiscal de pagamento é dos dividendos, porém quem retém e repassa o

montante referente ao imposto sobre os dividendos ao governo é a empresa. Além disso, a redação do projeto de lei propicia mais duas alterações importantes para as empresas do lucro real, como a redução na alíquota do IRPJ de 15% para 8% e uma previsão de redução de até um ponto percentual na alíquota da CSLL.

3. Procedimentos Metodológicos

Quanto à pesquisa, trata-se de um estudo exploratório, com características qualitativas, que visa identificar quais seriam os efeitos da tributação sobre dividendos nas empresas caso seja aprovado a PL no 2.337. Deste modo, segundo Prodanov e Freitas a pesquisa exploratória é aquela que tende a gerar mais informações sobre o tema estudado, ou seja, “pretende demonstrar o modo ou as causas pelas quais um fato é produzido” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Para essa finalidade, é adotado o procedimento de pesquisa experimental, pois foi realizada a simulação da alíquota de 15% sobre os valores destinados ao pagamento de dividendos da empresa Magazine Luiza S.A. para demonstrar os efeitos após a aplicação da tributação. As principais fontes de dados são secundárias, obtido da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) da empresa e a amostra utilizada são os dados da DRE dos trimestres de 2019 a 2021 e da DFC anual, ambas divulgadas pela empresa no seu site oficial.

Portanto, será realizada uma análise exploratória-descritiva dos dados financeiros da empresa onde, é realizada descrição dos efeitos da alíquota de 15% sobre lucro destinado aos dividendos. Porém, essa análise também se baseia na exploração de trabalhos publicados sobre o assunto, interpretação da PL para se familiarizar com o assunto.

4. Análise E Discussão Dos Dados

4.1. Carga Tributária Atual Da Empresa

No atual cenário tributário, a pessoa jurídica optante pelo regime do lucro real paga sobre o lucro operacional antes dos juros e tributos (EBIT) uma taxa de 15% de IR mais o adicional de 10% nos casos na qual a entidade exceder a base de cálculo em R\$ 20.000 reais mensalmente, e ainda é pago uma taxa de 9% para CSLL. Em detrimento a isso, as empresas acumulam uma carga tributária nominal de 34% referente a tributos sobre o EBIT.

No entanto, a legislação permite que a empresa tributada pelo Lucro Real ajuste a base de cálculo dos impostos com as devidas adições, exclusões e compensações, possibilitando a redução ou aumento da quantia a pagar de IRPJ e CSLL, isto é, em termos percentuais, a entidade pode pagar uma alíquota efetiva maior ou menor que a prevista de 34%. Deste modo, a Tabela 1 apresenta o encargo tributário efetivamente pago em 2019, 2020 e 2021 pela Magazine Luiza.

Tabela 1 - Carga tributária paga sobre o EBIT sem a PL nº 2.337 (valores expresso em milhares de reais)

Trimestre	Lucro operacional (EBIT)	IRPJ/CSLL	Lucro líquido	Carga tributária efetiva
1T19	192.499	(60.395)	132.104	31,4%
2T19	539.072	(152.446)	386.626	28,3%
3T19	297.795	(62.695)	235.100	21,1%
4T19	188.784	(20.786)	167.998	11,0%
1T20	63.369	(32.566)	30.803	51,4%
2T20	(123.068)	58.531	(64.537)	47,6%
3T20	274.177	(68.220)	205.957	24,9%
4T20	199.603	19.900	219.486	-10,0%
1T21	346.935	(88.295)	258.640	25,5%
2T21	30.733	64.804	95.537	-210,9%
3T21	(114.026)	257.542	143.516	225,9
4T21	(482.051)	575.019	92.968	119,3%
Carga tributária média	-	-	-	30,5%

Fonte: Dados retirados dos demonstrativos financeiros da Magazine Luiza S.A. de 2019, 2020 e 2021.

Como observado na Tabela 1, as alíquotas efetivas dos impostos sobre o EBIT apresentam um percentual a mais ou a menos em relação à alíquota nominal de 34% de IRPJ/CSLL. Deste modo, a

Magazine Luiza pagou em média 30,5% de imposto real sobre os lucros nos trimestres referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021. O que, ocasionalmente, influenciou as alterações das alíquotas foram as chamadas reconciliações do efeito tributário sobre o lucro antes do IR e da CSLL, onde as bases de cálculo do IRPJ e CSLL são ajustadas conforme as adições, exclusões e compensações legais previstas na legislação.

Não é o foco do estudo, mas houve períodos na qual a Magazine Luiza apresentou prejuízos, e mesmo assim obtiveram resultados financeiros positivos. Pois, a entidade, nos casos em que obter após a reconciliação, prejuízos fiscais, poderá calcular o imposto sobre o resultado e adquirir um ativo fiscal diferido. Em conformidade com o Pronunciamento Contábil 32 (CPC, 2009), o ativo fiscal diferido é um benefício no qual a entidade pode recuperar na forma de compensações de prejuízos fiscais ou créditos fiscais de lucros futuros.

Contabilmente, esse crédito fiscal diferido será registrado no ativo do Balanço Patrimonial com saldo devedor e sua contrapartida será registrada na Demonstração do Resultado do Exercício com saldo credor. E esse saldo credor registrado na DRE, quando confrontado com o prejuízo contábil, poderá resultar em resultado financeiro positivo ou diminuir o saldo do prejuízo do período, como ocorre no 2o trimestre de 2020 e no 3o e 4o trimestre de 2021.

Os percentuais negativos registrados nos trimestres 4T20 e 2T21 significa, conforme as notas explicativas dos relatórios financeiros da Magazine Luiza, que nos dois trimestres as exclusões e compensações da reconciliação da base de cálculo cobriram totalmente a expectativa de débito de 34% do IR e CSLL e geraram um crédito tributário a ser registrado como ativo diferido, ou seja, houve uma redução negativa em relação a expectativa de débito fiscal.

4.2. Carga Tributária Da Empresa Após Reforma

A PL no 2.337 de 2021 ainda aguarda aprovação no Senado e posteriormente seguirá para sanção presidencial. Após aprovação, o encargo fiscal pago sobre o EBIT das entidades jurídicas sofrerá grandes mudanças, como, a taxa do IRPJ será reduzida para 8% mais o adicional de 10% que continuará seguindo as mesmas regras de incidência, já a CSLL sofreria uma redução de até um ponto percentual.

Deste modo, a carga tributária nominal que as empresas terão que pagar sobre os seus lucros será de 26%. Porém, a entidade ainda poderá, mediante a reconciliação ou ajuste da base de cálculo dos tributos, pagar uma alíquota efetiva maior ou menor do que a nominal, isso irá depender das adições, exclusões e compensações que a legislação permite realizar.

A Tabela 2 reflete os novos parâmetros de tributação para Magazine Luiza num cenário pós-reforma, onde é aplicado as alíquotas sobre os mesmos dados da Tabela 1 e sob os mesmos moldes contábeis registrados.

Tabela 2 - Carga tributária paga sobre o EBIT com a PL nº 2.337 (valores expresso em milhares de reais)

Trimestre	Lucro operacional (EBIT)	IRPJ/CSLL	Lucro líquido	Carga tributária efetiva
1T19	192.499	(44.995)	147.504	23,4%
2T19	539.072	(109.323)	429.749	20,3%
3T19	297.795	(38.871)	258.924	13,1%
4T19	188.784	(5.683)	183.101	3,0%
1T20	63.369	(27.497)	35.872	43,4%
2T20	(123.068)	48.686	(74.382)	39,6%
3T20	274.177	(46.286)	227.891	16,9%
4T20	199.603	35.852	235.455	-18,0%
1T21	346.935	(60.540)	286.395	17,4%
2T21	30.733	67.262	97.995	-218,9%
3T21	(114.026)	248.420	134.394	217,9%
4T21	(482.051)	526.814	44.763	109,3%
Carga tributária média	-	-	-	22,3%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Analisando a Tabela 2 pode-se ver dois efeitos já esperados com as reduções das alíquotas pela PL no 2.337/2021.

O primeiro é, no caso da Magazine Luiza, com a redução das alíquotas nominais de 34% para 26% o encargo tributário total da empresa diminui e, conseqüentemente, a parcela paga com IRPJ e Contribuição Social apresenta uma redução em contraste com os valores pagos com as obrigações tributárias atuais da empresa. Além disso, pode-se observar na Tabela 2, que o percentual tributário efetivamente pago após as adições, exclusões e compensações realizadas na base de cálculo antes do IR e CSLL foi em média 22,3% trimestralmente, ou seja, uma diminuição de 8,2% em comparação com a registrada na Tabela 1 de 30,5%.

Já o segundo efeito é que, conforme a quarta coluna da Tabela 2, a empresa registrou um aumento no resultado líquido após dedução da parcela do IR e CSLL. Isso ocorre, obviamente, em decorrência da redução da carga tributária paga pela Magazine Luiza com a tributação definida pela PL.

4.3. Tributação Sobre Dividendos

Antes de realizar a análise dos efeitos causados com a tributação sobre dividendos, é necessário reiterar algumas informações importantes sobre a entidade estudada.

Primeiramente, conforme o art. 34 e 36 do estatuto social da empresa Magazine Luiza, do resultado líquido auferido anualmente, no mínimo 15% será destinado a pagamento de dividendos e que o Conselho de Administração pode determinar que uma parcela desse percentual seja distribuída na modalidade de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) (MAGAZINE LUIZA [MAGALU], 2021).

Em segundo, o JSCP é uma espécie de distribuição dos lucros aos sócios e acionistas de uma entidade que, conforme o art. 9o da Lei no 9.249/95, pode ser utilizado para deduzir da base de cálculo do IR

e CSLL e ainda que esses juros estão sujeitos à oneração do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em 15% (BRASIL, 1995).

Deste modo, ciente dessas duas informações sobre as formas que a Magazine Luiza S.A. distribui seus lucros, é apresentado na Tabela 3 as destinações dos valores pagos aos seus sócios e acionistas, conforme a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e as notas explicativas publicadas pela entidade anualmente.

Analizando a Tabela 2 pode-se ver dois efeitos já esperados com as reduções das alíquotas pela PL no 2.337/2021.

O primeiro é, no caso da Magazine Luiza, com a redução das alíquotas nominais de 34% para 26% o encargo tributário total da empresa diminui e, conseqüentemente, a parcela paga com IRPJ e Contribuição Social apresenta uma redução em contraste com os valores pagos com as obrigações tributárias atuais da empresa. Além disso, pode-se observar na Tabela 2, que o percentual tributário efetivamente pago após as adições, exclusões e compensações realizadas na base de cálculo antes do IR e CSLL foi em média 22,3% trimestralmente, ou seja, uma diminuição de 8,2% em comparação com a registrada na Tabela 1 de 30,5%.

Já o segundo efeito é que, conforme a quarta coluna da Tabela 2, a empresa registrou um aumento no resultado líquido após dedução da parcela do IR e CSLL. Isso ocorre, obviamente, em decorrência da redução da carga tributária paga pela Magazine Luiza com a tributação definida pela PL.

4.3. Tributação Sobre Dividendos

Antes de realizar a análise dos efeitos causados com a tributação sobre dividendos, é necessário reiterar algumas informações importantes sobre a entidade estudada.

Primeiramente, conforme o art. 34 e 36 do estatuto social da empresa Magazine Luiza, do resultado líquido auferido anualmente, no mínimo 15% será destinado a pagamento de dividendos e que o Conselho de Administração pode determinar que uma parcela desse percentual seja distribuída na modalidade de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) (MAGAZINE LUIZA [MAGALU], 2021).

Em segundo, o JSCP é uma espécie de distribuição dos lucros aos sócios e acionistas de uma entidade que, conforme o art. 9º da Lei no 9.249/95, pode ser utilizado para deduzir da base de cálculo do IR e CSLL e ainda que esses juros estão sujeitos à oneração do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em 15% (BRASIL, 1995).

Deste modo, ciente dessas duas informações sobre as formas que a Magazine Luiza S.A. distribui seus lucros, é apresentado na Tabela 3 as destinações dos valores pagos aos seus sócios e acionistas, conforme a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e as notas explicativas publicadas pela entidade anualmente.

Tabela 3 – Valores distribuídos aos acionistas e sócios anualmente (valores expresso em milhares de reais)

Período	Valores pagos a acionistas e sócios	Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)		Dividendos	
		Efetivamente pago	IR sobre JSCP	Efetivamente pago	IR sobre dividendos
2019	182.000	112.000	16.800	70.000	-
2020	299.405	170.000	25.500	129.405	-
2021	146.133	146.133	21.920	-	-
Soma	627.538	428.133	64.220	199.405	-

Fonte: Dados retirados dos demonstrativos financeiros da Magazine Luiza S.A. de 2019, 2020 e 2021.

Antes de analisar a Tabela 3, como informação complementar aos dados expostos, os valores efetivamente pagos em 2019 correspondem ao exercício findo em 2018, os pagos em 2020 são oriundos do exercício de 2019 e os valores pagos em 2021 correspondem ao exercício de 2020. Já os pagamentos a acionistas e sócios referente ao exercício de 2021 serão pagos apenas em 2022.

Sendo assim, pode-se perceber que a Magazine Luiza destinou R\$ 627.538 milhões para pagamento de seus acionistas e sócios entre

2019 a 2021. Sendo que, desse montante, R\$ 428.133 milhões foram pagos na forma de JSCP e apenas R\$ 199.405 milhões foram pagos na forma de dividendos, o que pode ser vantajoso à empresa, considerando que a legislação autoriza que os lucros pagos na forma de JSCP seja deduzido do cálculo do IR e CSLL em exercícios posteriores.

Ainda sobre os JSCP, os valores fixados de R\$ 112.000, R\$ 170.000 e R\$ 146.133 milhões foram determinados mediante aprovação do Conselho de Administração. E que, por sua parte, a empresa recolheu com relação a esses valores o montante de R\$ 64.220 milhões de reais para repasse do IRRF ao governo.

No que tange aos dividendos pagos de R\$ 199.405 milhões, pode-se observar na Tabela 3, que não é recolhido IR sobre esse montante, pois eles são eximidos de tributação pela Lei no 9.249/95. Além disso, em 2021 não houve pagamento de dividendos, já que, conforme as notas explicativas da empresa, o Conselho de Administração aprovou o repasse de R\$ 170.000 milhões na forma de JSCP, mas apenas R\$ 146.133 milhões foram efetivamente pagos.

Os valores representados pela Tabela 3 representam a estrutura atual de distribuição do resultado líquido aos sócios e acionistas da Magazine Luiza, porém a Tabela 4 simula os efeitos que a PL no 2.337/21 causaria nessa distribuição após sua aprovação.

Tabela 4 - Valores distribuídos aos acionistas e sócios anualmente com a PL nº 2.337/21 (valores expresso em milhares de reais)

Período	Valores pagos a acionistas e sócios	Juros Sobre Capital Próprio		Dividendos	
		Efetivamente pago	IR sobre JSCP	Efetivamente Pago	IR sobre
2019	182.000	-	-	182.000	27.300
2020	299.405	-	-	299.405	44.911
2021	146.133	-	-	146.133	21.920
Soma	627.538	-	-	627.538	94.131
Variação percentual dos tributos pagos					46,68%

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como observado na Tabela 4, e em conformidade com a PL 2.337/21, o pagamento de acionistas e sócios na modalidade de JSCP

deixa de existir e todo o montante de R\$ 627.538 milhões de reais é pago na forma de dividendos. Sendo assim, como a PL traz de volta a tributação sobre dividendos, nos períodos de 2019, 2020 e 2021 seriam pagos com dividendos R\$ 27.300, R\$ 44.911 e R\$ 21.920 milhões de reais, respectivamente, resultando em um montante de R\$ 94.131 milhões pagos com IRRF.

Ademais, como observado na Tabela 4, com o retorno dessa tributação, houve um aumento percentual de 46,68% do IR em relação aos R\$ 64.220 milhões (Tabela 3) que foi pago nos parâmetros atuais da empresa sem a PL. Deste modo, com a PL, os acionistas e sócios acabam pagando mais IR sobre os lucros recebidos da Magazine Luiza.

Por fim, mesmo a empresa retendo mais valores do IR sobre dividendos para repassar ao governo, o projeto de lei prevê que esses montantes não poderão ser utilizados para deduzir da base de cálculo do IR e CSLL da empresa, como ocorria com os JSCP.

5. Considerações Finais

A visão da pesquisa foi realizar uma simulação dos efeitos do Projeto de Lei no 2.337/2021, em especial ao retorno da tributação sobre dividendos, para as entidades optantes pela tributação do lucro real, tendo como base os dados financeiros da empresa Magazine Luiza S.A. de 2019 a 2021.

Sendo assim, concluiu-se que, para a empresa, a aprovação da PL pode ser razoavelmente benéfica. Pois, no primeiro momento houve a redução do encargo fiscal pago pela empresa e consequentemente o resultado líquido obtido aumentou, porém, a PL promove a eliminação do JSCP e bane a utilização dos valores pagos a dividendos na redução da base de cálculo do IR e CSLL, que são dois utensílios de compensação para as entidades.

Já para os dividendos, que são os acionistas e sócios que recebem uma parte do lucro obtido pela Magazine Luiza e que são a base dessa pesquisa, a PL promove um efeito contrário. Pois, além de retomar a tributação sobre seus lucros recebidos, ela promove uma redução no valor final que chega ao bolso dos dividendos, já que, 15% referente a tributação do IR é retido pela empresa para repassar ao governo.

Indo um pouco além, um outro efeito que é possível esperar com a aprovação da PL é que, com a taxação sobre esses valores mais a diminuição do poder de renda, desencorajaria futuros e até atuais investidores a investir em ações da Magazine Luiza S.A. Portanto, conclui-se que a aprovação do Projeto de Lei no 2.337/21 para a Magazine Luiza seria parcialmente benéfica, já para os dividendos (acionistas e sócios) da empresa seria desvantajosa, pois eles irão pagar IR sobre uma fração do lucro que até então é isenta de tributação pela Lei no 9.249/95.

A pesquisa, por promover uma demonstração dos efeitos da PL no 2.337/2021 relacionada à reforma, ela pode ser útil como informação para o planejamento tributário das empresas. Por fim, o estudo limitou-se a averiguar as mudanças provocadas pelos tributos incidentes sobre o EBIT da empresa e sobre os valores recebidos pelos dividendos caso haja uma suposta aprovação da PL. Além disso, como proposta de estudos futuros e para maior detalhamento desse estudo, sugere-se realizar uma análise da remoção dos Juros Sobre Capital Próprio sobre a base de cálculo do IR e CSLL da Magazine Luiza ou outras empresas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nardéli; PETRI, Luana Ramos Figueiredo; PETRI, Sérgio Murilo. A proposta de simplificar as obrigações do contribuinte e as

mudanças do sistema tributário vigente. Navus - Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 40-52, jul./dez. 2012.

BARTH, Victor Scur; SOUZA, Angela Rozane Leal de; OLIVEIRA, Leticia de. Contabilidade tributária: os efeitos da desoneração de contribuições previdenciárias sobre as tarifas de transporte intermunicipal de passageiros no rio grande do sul. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, [s. l], v. 14, n. 2, p. 1-27, ago. 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1995]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm. Acesso em: 11 maio de 2022.

BRASÍLIA. Projeto de Lei no 2.337 – B, de 02 de setembro de 2021 (da Câmara dos Esta Lei altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Câmara dos Deputados, Brasília, 2 set. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2071331&filenam e=REDACAO+FINAL+-+PL+2337/2021. Acesso em: 26 nov. 2021.

CABRAL, Nathália Furlan de Lucena. Uma revisão sobre o complexo sistema tributário nacional e a possibilidade de simplificá-lo à luz do

modelo da tributação sobre consumo da maior economia do mundo, os estados unidos da américa. 2020. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

CALIENDO, Paulo. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=IdRiDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=estrutura+-conceitual+dos+tributos&ots=fckFGJvcUF&sig=KwOFFt99P7ft-dPI9e03UnVQepY4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 7 nov. 2021.

COELHO JÚNIOR, Idésio da Silva. Processo de reforma tributária no Brasil: qual o caminho ideal? qual o caminho ideal? 2021. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/processo-de-reforma-tributaria-no-brasil-qual-o-caminho-ideal/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

COSTA, Camilla Fagner de Carvalho e; VIEIRA, Jeferson de Castro. Teoria da Tributação Ótima: contribuições para a realidade brasileira. Revista de Administração Contemporânea, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 1-16, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2021190238.por>.

GALVÃO, Paulo Roberto et al. O Pensar Tributário em Ação. Revista de Tecnologia Aplicada, [s. l], v. 6, n. 2, p. 40-47, ago. 2017.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação do capital: teoria e prática (e o caso brasileiro). Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 3, p. 761-789, set./dez. 2019. <Http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2019v-28n3art07>.

GOMES, Ely do Carmo Oliveira; SCARPIN, Jorge Eduardo. Estudo bibliométrico acerca das transferências intergovernamentais publicadas no período de 2001 a 2008. Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 189-203, abr./jun. 2012. <Http://dx.doi.org/10.4013/base.2012.92.07>.

MAGAZINE LUIZA. Estatuto social do Magazine Luiza S.A. 2021. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/list.aspx?idCanal=/EigRdOu6BBQndW6fU+bTw==&ano=2021>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=YdRiDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=-conceito+de+tributos&ots=ZAPDa5pOcS&sig=1LbfOkTXUx9Tt4k2L-BeaxX0qHqY#v=onepage&q=conceito%20de%20tributos&f=false>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PESSÔA, Leonel Cesarino; PESSÔA, Samuel (org.). Qualidade dos gastos tributários no Brasil: o Simples Nacional. São Paulo: FGV Direito SP, 2020.

PIRES, Julio Manuel. Distribuição da receita tributária entre os níveis de governo: perspectiva histórica e debate atual. Rap, Rio de Janeiro, v. 5, n. 30, p. 149-158, set./out. 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Angela Valuz Ribeiro; NIVEIROS, Sofia Ines; CARNEIRO JUNIOR, João Bosco Arbues. Planejamento tributário: análise bibliométrica dos artigos publicados na base atena no período de 2012 a 2016. Desafio Online, Campo Grande, v. 7, n. 2, p. 355-376, ago. 2019.

VARSANO, Ricardo. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. Texto para discussão no 405. IPEA. Rio de Janeiro, 1996.

VIEIRA, Danilo Miranda; MELO, Luciana Grassano de Gouvêa. A isenção do imposto de renda sobre a distribuição de lucros e dividendos à luz do princípio constitucional da isonomia. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 76-94, jul. 2017.

CAPÍTULO 8

GOVERNANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA EM PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PARAGOMINAS, ESTADO DO PARÁ

PEREIRA, Natanael da Conceição¹
ROCHA, Norberto Ferreira²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.8

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Atualmente cada vez mais as modificações e dinâmicas relacionadas aos indivíduos e seus interesses vem refletindo na sociedade e no setor público (HIRSCHMAN, 2002).

No contexto contemporâneo, as alterações desejadas abrangem as demandas comunitárias que vão além de problemas e soluções comuns relacionados à burocracia. Nesse sentido, essas demandas exigem que a administração pública adote modelos de gestão mais participativos, como o da gestão social, atendendo à multidimensionalidade humana (RAMOS, 1983).

A partir dos anos 1980, o Brasil institui a política de transparência pública utilizada como método de controle social dos atos públicos por meio dos dispositivos legais, em especial a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, inciso XXXIII); pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000); Lei da Transparência (Lei Complementar no 131/2009); e, pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal no 12.527/2011) (BRASIL, 1988; 2000; 2009; 2011).

Cruz et al (2012) informam que tais regramentos determinam que os órgãos públicos divulguem relatórios da aplicação dos recursos de sua execução orçamentária/financeira, provendo assim, que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a regular emprego dos recursos públicos e se necessário denunciar o descumprimento dessas regras.

Nesse sentido, Pinho (2008) diz que a transparência em portais eletrônicos é imprescindível na relação entre o poder público e a sociedade. Por meio destes portais o cidadão consegue ter uma atuação mais ativa nos atos governamentais, podendo assim, exercer o

poder político de fiscalizar, de opinar, investigar e de denunciar, com isso contribuir para impedir ou mitigar os atos de corrupção.

Silva e Carneiro (2013) esclarecem que a administração pública deve publicar em seus sítios eletrônicos (portais da transparência) informações fidedignas, claras, explicativas e de fácil compreensão para o pleno exercício do controle social por parte da sociedade.

Goulart (2011), enfatiza que o controle social ocorre: da administração pública em relação à comunidade; e da comunidade em relação à administração pública. Já para Magalhães e Souza (2015), o controle social é a participação da sociedade na gestão participativa, podendo ser da União, Estados e Municípios. Os autores ainda respaldam que o controle social é alterado conforme o modelo de administração pública predominante, a existência e a intensidade de participação dos cidadãos na produção do bem público e o modo de gestão que prepondera.

Adota-se o raciocínio hipotético que na prática observa-se a insipiência dessas ações de forma clara e objetiva em assegurar ao cidadão as informações necessárias da gestão pública, conforme demonstrada pela Controladoria Geral da União – CGU na divulgação do “Ranking da Transparência na Administração Pública Brasileira” divulgado em 2017, concluindo que a maioria dos municípios brasileiros não cumprem as normas legais no quesito transparência (BRASIL, 2017).

Mesma constatação foi observada por Cruz et al (2012) em estudo realizado nos municípios mais populosos do Brasil, utilizando o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M), cujos resultados apontaram para baixo nível de transparência dessas cidades.

Diante do exposto, surgiu a motivação para a presente pesquisa, replicando o modelo de análise proposto por Cruz et al (2012) em contexto diferente da qual foi proposto, ou seja em municípios de pequenos e médios portes, na região amazônica oriental, especificamente na Microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Brasil, o qual será norteadada pela seguinte pergunta: Qual é o nível de transparência apresentado pelos portais eletrônicos dos municípios da Microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Brasil?

Para responder essa pergunta elaborou-se o seguinte objetivo geral: Investigar o grau de transparência apresentado pelos portais eletrônicos dos municípios da Microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Brasil, tendo como base no Índice de Transparência Pública Municipal (ITGP - M).

Sendo assim, para cumprir com a perspectiva do objetivo geral desmembrou-se em 2 Objetivos Específicos (OE):

OE1 - Identificar se os portais das prefeituras da Microrregião de Paragominas expõem em seus sítios eletrônicos as informações que compõem o ITGP-M;

OE2 - Averiguar com base na pontuação obtida pelo ITGP-M, o grau do cumprimento da transparência nos portais eletrônicos dos municípios.

2. Referencial Teórico

Essa seção apresenta conceitos teóricos que demonstram como a transparência pública deve ser aplicada segundo normas que orientam a sociedade além disso, expõe conceitos que norteiam o controle social.

2.1 Transparência Pública

A busca da transparência na vida pública e do amplo acesso dos cidadãos à informação produzida ou gerida pelo Poder Público é uma das principais marcas das verdadeiras democracias modernas.

A transparência pública tem sido uma ferramenta utilizada na gestão pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios, devendo então a sociedade estar a par dos atos e fatos produzidos pela administração pública.

A Constituição cidadã de 1988 prevê como preceito de direito fundamental que o poder público seja exercido de forma aberta e à vista dos cidadãos, que podem, dessa forma, influenciar, acompanhar, avaliar e auxiliar no controle da gestão daquilo que é do interesse de todos.

O artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal reforça que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil 1998).

A Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, comumente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, dispõe dentre outras normativas, sobre os procedimentos de controle e transparência levando assim para o cumprimento do princípio da publicidade, abrangendo formas de divulgação com ênfase em sítios eletrônicos (BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020). Dando continuidade, a Lei Complementar no 131, de 2009, conhecida como Lei da Transparência, exige a obrigatoriedade das publicações das informações na

internet, dos entes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BUONO; NICOLÁS, 2020).

Nessa perspectiva, também para a propagação da transparência criou-se Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL 2011). Conforme defende Aires (2019) a LAI vem com um propósito de propagar e ampliar uma cultura de transparência da gestão pública no Brasil efetivando direitos adquiridos pela sociedade, diversificando assim as informações de um modo claro, transparente e de fácil entendimento, propiciando o amplo acesso às informações para assegurar uma real transparência pública.

Assim, para o cumprimento dessa lei, é exigido que os entes públicos de qualquer esfera de governo disponibilizem meios de propagação virtual das informações, tais como em sítios ou portais eletrônicos, com informações claras e com linguagem de fácil compreensão (OLIVEIRA; CRISÓSTOMO, 2020).

A lei dita dois modos básicos para a disponibilização de informações, a primeira é a informação ativa onde, as entidades e órgãos públicos devem disponibilizar suas informações de fácil entendimento em meios de acesso virtual; a segunda forma de expor a informação é a passiva que tem as informações solicitadas do ente público por parte dos cidadãos através de uma via de comunicação ágil e atual (FERREIRA et al, 2014).

Segundo Rabêlo-Bezerra (2018), para efetivação da real transparência tem-se a evolução tecnológica como pilar, havendo com isso o surgimento da rede mundial de computadores (internet) que atua como uma excelente forma de comunicação humana, fortalecendo uma troca rápida e concreta de informações fazendo com que toda

sociedade se comunique de forma ágil e universal sem restrições geográficas.

Nesse raciocínio, a criação de tecnologias, inovação e readequação não tem somente o intuito de promover a divulgação da informação, mas de transformar esse recurso de informação em ferramentas para aplicação do controle social (CAMILO et al, 2018).

Camilo et al (2018), enfatizam que estas plataformas têm o intuito de dispor a informação para o usuário principal, ou seja, o cidadão, onde ele tem como direito constitucional de receber informações de um portal eletrônico aberto, onde qualquer indivíduo tenha acesso e condições de interpretar as informações ali contidas.

Conforme foi contextualizado, o portal da transparência é uma ferramenta essencial para a efetivação do controle social, levando até o cidadão informações claras e tempestivas onde elas são de natureza técnica e intelectual, sendo que essas informações servem de base para atuação política do cidadão na fiscalização e acompanhamento dos atos praticados pelos gestores públicos.

2.2 Controle Social

A participação popular é um dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988, incluindo o cidadão como participe nas decisões na implementação e efetivação das políticas públicas. Esta participação popular enseja à discussão na elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, por meio de instrumentos de fortalecimento da participação do cidadão em praticamente todas as áreas sob a tutela e ação do Estado e o consequente acompanhamento da execução e a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos públicos na geração de benefícios à sociedade. O acompanhamento da

gestão e fiscalização dos gastos no setor público, quando realizados pela própria sociedade, recebe a denominação de controle social.

Segundo Campos (1989) o “controle social” trata da disponibilização de condições para que os cidadãos possam avaliar os serviços de atendimento que lhes são oferecidos e cobrar do Estado à melhoria desses serviços. Aliados a isso, pressupõe a adoção de mecanismos de prestação social de contas, bem como avaliação de desempenhos da disponibilização de serviços públicos de qualidade à sociedade.

De acordo com Carvalho (1995), a expressão controle social é de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão da relação Estado/sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e de controle sobre aquele.

Conforme o entendimento de Sobrinho et al (2012) o controle vindo da sociedade na gestão pública, tem o intuito de acompanhar com a fiscalização e monitoramento dos atos produzidos pelos gestores públicos, trazendo, com isso, uma estreita relação com a sociedade e as ações da administração pública, efetivando o controle social com a antecipação de atos incorretos dos gestores públicos firmando conceitos democráticos e de cidadania.

Buono e Nicolás (2020) expõem que o cidadão tem um papel essencial no controle das ações da administração pública com atuação de forma direta e indireta na avaliação, fiscalização e no acompanhamento nas situações operacionais das políticas públicas.

A ação fiscalizatória da sociedade civil é imprescindível para o aprimoramento dos serviços públicos, bem como para a vigilância do bom emprego dos recursos disponíveis e a consequente consolidação da jovem democracia do Brasil (MEDEIROS; PEREIRA, 2003).

Gerschman (2004) quando se refere aos mecanismos de controle social, que seriam, ao mesmo tempo, resultado do processo

de democratização do país e pressupostos para a consolidação dessa democracia. O fortalecimento do exercício do controle social sobre o Estado contribuiria, assim para o alargamento da esfera pública. Neste sentido, a viabilidade do controle social seria condicionada à existência de uma democracia participativa e à institucionalização dos canais de participação.

Dessa forma, para a efetivação do controle social alguns instrumentos normativos disponibilizam condições para o cidadão obter informações, é o caso da Lei de Acesso a Informação (12.527/2011) que disponibiliza a sociedade obter transparência ativa. Essa forma de disponibilizar informações tem características de proatividade é uma obrigatoriedade dos gestores em expor um rol de informações que são relevantes para o interesse social (ANDRADE; RAUPP; PINHO, 2017).

Portanto, segundo o entendimento do autor, “tendo em vista a complexidade das estruturas político-sociais de um país e do próprio fenômeno da corrupção, o controle da administração pública não se deve restringir ao controle institucional” (SOBRINHO, et al, 2012, p.16). Nesse caso, os cidadãos têm inteira autonomia em controlar, averiguar e monitorar os atos políticos e auxiliar os administradores públicos na criação e efetivação das políticas públicas (BUONO; NICOLÁS, 2020).

Conforme os autores, a junção da atuação do cidadão com a atuação do poder público na fiscalização de atos praticados pelos gestores na administração pública é essencial para aplicação de recursos públicos em todas as áreas das políticas públicas governamentais.

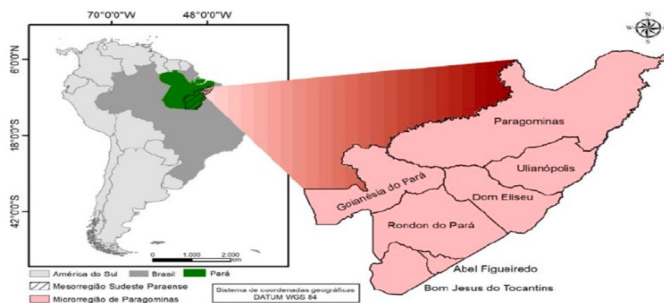
3. Procedimentos Metodológicos

O estudo tem o caráter de uma pesquisa descritiva, que conforme Gil (2002) objetiva a identificação de características de direcionados grupos, ou variáveis a serem pesquisadas. Nesse sentido se identifica em uma pesquisa quantitativa, onde na mesma utilizou-se ferramentas estatísticas, para manusear-se os dados dos portais eletrônicos constatando uma verificação do nível de transparência.

De acordo com Raupp e Beuren (2006) a pesquisa quantitativa tem manuseio dos dados através de um método quantitativo onde são usadas ferramentas estatísticas tanto na coleta quanto na análise dos dados a serem estudados.

O Estado do Pará é formado por 144 municípios, dispostos em 6 mesorregiões e 22 microrregiões administrativas. O lócus deste estudo é a microrregião de Paragominas localizado na mesorregião sudeste paraense, composta de 7 municípios limítrofes territorialmente (Abel Figueiredo Bom Jesus do Tocantins; Dom Eliseu; Goianésia do Pará; Paragominas; Rondon do Pará e Ulianópolis). Com população estimada de 356.321 habitantes, área territorial de 48.400 km², e principais atividades econômicas a agropecuária, extração florestal e mineral e o comercio (IBGE, 2022).

Figura 1 – Mapa da Microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Brasil



Fonte: Araujo *et al*, 2020

Com isso, pode-se construir uma amostra analisando portais eletrônicos dos 7 municípios da microrregião de Paragominas no Estado do Pará. Foi realizada a coleta de dados acessando as páginas eletrônicas dos municípios (quadro 1) no período de 05 de março de 2022 a 10 de abril de 2022, colhendo as informações necessárias para a construção do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M).

Quadro 1 – Relação das páginas eletrônicas dos municípios da Micro Região de Paragominas

Município	Página Eletrônica – Portal da Transparência
Abel Figueiredo	https://abelfigueiredo.pa.gov.br/
Bom Jesus do Tocantins	https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/
Dom Eliseu	https://domeliseu.pa.gov.br/
Goianésia do Pará	https://goianesia.pa.gov.br/
Paragominas	https://paragominas.pa.gov.br/
Rondon do Pará	https://rondondopara.pa.gov.br/
Ulianópolis	https://ulianopolis.pa.gov.br/

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, aplica-se o processo de avaliação desenvolvido pelo grupo de pesquisa Public Sector Accounting e Governace in Brazil (PSAGIB USP-RP) que expõe um rol de informações necessárias que deverão constar nas home pages dos Municípios estudados, conforme tabelas 1 e 2 abaixo (CRUZ et al, 2012; BOTELHO; SOUZA, 2018).

Tabela 1- Categorias de informações analisadas

NOME DO MUNICÍPIO
T1 - RELAÇÕES COM O CIDADÃO E A SOCIEDADE
1. Sítio eletrônico padrão na web
2. Ferramentas de busca
3. Mapa do site
4. Perguntas publicadas
5. Horários e e-mails para atendimento
6. Participação da sociedade em Conselhos
7. Possibilidade de sugestão da sociedade
8. Publicação de resultados de pesquisas
T2 - TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO- FINANCEIRA
9. Publicação do Plano Plurianual
10. Publicação da LDO
11. Publicação da LOA
12. Publicação de orçamento por setor
13. Dívida pública ano a ano
T3 - TRANSPARÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES E CUSTOS DOS SERVIÇOS
14. Editais de licitação
15. Atas de licitações
16. Lista de gastos com fornecedores e contratados
T4 - INDICADORES DE LEI DE TRANSPARÊNCIA
17. Informações de contratos formalizados e alterações com detalhes e valores

18. Publicação de convênios firmados com os dados das partes
19. Publicação de salários recebidos
20. Publicação da relação de bens moveis e imóveis próprios e arrendados
21. Publicação de relatórios de controle interno
22. Relatório Resumido de Execução Orçamentária
23. Relatório de Gestão Fiscal
24. Receita Corrente Líquida

Fonte: adaptado do Grupo de Pesquisa *Public Sector Accounting e Governace in Brazil* (PSAGIB USP-RP)

Tabela 2 – Variáveis utilizadas no ITGP-M

Código	Categorias de Informações	Quantidade de Variáveis	Objetivos da divulgação
T1	Relações com o cidadão e a sociedade	8 itens	Prover aos cidadãos o acesso a ferramentas de serviços online e permitir a interação pública nos portais.
T2	Transparência econômico-financeira	5 itens	Prover aos cidadãos o acesso à situação econômico-financeira dos municípios.
T3	Transparência nas contratações e custos dos serviços	3 itens	Prover aos cidadãos o acesso aos gastos com contratação de serviços e licitações.
T4	Indicadores de lei de transparência	8 itens	Prover aos cidadãos o acesso a informações de todos os contratos, convênios, salários, e relatórios da gestão municipal.

Fonte: adaptado de Cruz et al, 2012; Botelho e Souza, 2018.

Com as informações descritas acima será aplicado o estudo adaptado de Cruz et al (2012), que estabelece o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) que avalia a transparência em meio eletrônico. Nessa perspectiva, o índice de transparência da gestão Municipal tende a ser representado pelo seguinte método estatístico:

$$ITGP-M = \Sigma T1 + \Sigma T2 + \Sigma T3 + \Sigma T4$$

Onde:

ITGP-M = Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal
T1= Relações com o cidadão e a sociedade

T2= Transparência econômico-financeira

T3= Transparência nas contratações e custos dos serviços

T4= Indicadores de lei de transparência

Com base no sistema de pontuação adotado de Cruz et al (2012) e nas informações disponibilizadas nos portais eletrônicos analisados, neste estudo serão atribuídas as seguintes pontuações: i) 0,0 para os portais que não apresentarem as informações; ii) 0,5 para portais que disponibiliza parcialmente as informações; e, iii) 1,0 para os portais que apresentar totalmente as informações.

Com o intuito de aprimorar o modelo analítico adotou-se ainda a classificação de acordo com o percentual de atendimento das 24 variáveis que compõem o IRGP-M, conforme os seguintes conceitos: i) Péssimo: 0% de atendimento; ii) Ruim: 0,01% a 49,99% de atendimento; iii) Regular: de 50% a 74,99% de atendimento; iv) Bom: 75% a 99,99% de atendimento; e, v) Ótimo: 100% de atendimento (PARÁ, 2021).

Desta feita pretende-se utilizar esse modelo de pontuação para identificar o nível de transparência de cada município analisado da microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Brasil.

4. Análise E Discussão Dos Dados

A Tabela 3 sistematiza as categorias de análises e suas variáveis evidenciando o os níveis de transparência alcançados pelos municípios da microrregião de Paragominas.

Tabela 3 - Composição do ITGP-M dos municípios da microrregião de Paragominas

Municípios	T-1 Relações com o cidadão e a sociedade	T-2 Transparência econômico- financeira	T-3 Transparência nas contratações e custos dos serviços	T-4 Indicadores de lei de transparência	ITGP-M
	8,0	5,0	3,0	8,0	24,0
Abel Figueiredo- PA	4,0	3,5	2,0	5,0	14,5
Bom Jesus do Tocantins-PA	5,5	3,0	2,5	6,0	17,0
Dom Eliseu-PA	5,0	3,5	1,5	5,0	15,0
Goianésia-PA	4,5	4,0	2,0	4,0	14,5
Paragominas-PA	5,0	3,5	2,0	3,5	14,0
Rondon do Pará- PA	5,5	3,5	2,5	5,0	16,5
Ulianópolis-PA	7,0	3,5	2,0	6,0	18,5

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A tabela 3 evidencia que na categoria T1 “Relações com o cidadão e a sociedade”, o município de Abel Figueiredo obteve a menor pontuação, ou seja, das 8 variáveis divulgou as informações de 4 itens. O município de Ulianópolis foi o melhor ranqueamento, com 7 itens publicizados de 8 possíveis. Os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas e Rondon do Pará obtiveram ITGP-M/T1 em média de 4,5 a 5,5 pontos.

Em relação as 5 variáveis analisadas de T2 “Transparência econômico-financeira”, os achados demonstram que o desempenho dos municípios de Bom Jesus do Tocantins com 3 pontos; Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis com 3,5, deixaram de publicar as suas dívidas públicas ano a ano, e parcialmente os seus orçamentos públicos por setor. O melhor desempenho neste quesito foi verificado em Goianésia do Pará com pontuação 4 dos 5 possíveis, com divulgação parcial de dois itens, quais sejam, sua dívida pública e orçamentos.

Na Terceira variável “Transparência nas contratações e custos dos serviços” identificou-se que o município de Dom Eliseu obteve o menor número de pontos em relação aos demais municípios da pesquisa com pontuação obtida de 1,5 pontos do total de 3, em contrapartida, Bom Jesus do Tocantins e Rondon do Pará obtiveram uma nota ligeiramente maior de 2,5 pontos cada. Aos demais municípios foram atribuídos a pontuação 2.

Na quarta e último tópico analisado T- 4 “Indicadores de lei de transparência” cuja conceito máximo é 8 pontos, verificou-se que os municípios de Bom Jesus do Tocantins-PA e Ulianópolis-PA adquiriram a maior pontuação com 6,0 pontos cada. Na outra ponta, ou seja, o menor índice coube a Paragominas com 3,5 pontos. Os demais municípios oscilaram entre 4 e 5 pontos.

Os resultados apontam que nenhum dos municípios pesquisados divulgam suas informações em sua totalidade nas categorias/variáveis analisadas (T1 a T4), o que corrobora com pesquisa realizada nos maiores municípios mineiros, que referendaram esta constatação de que nenhuma pontuação máxima fora verificada (BOTELHO; SOUZA, 2018).

Logo, com base na análise dos sete municípios e com a obtenção do resultado geral, na tabela 4 pode-se identificar o ranking do ITGP-M evidenciando a pontuação geral atribuída, o percentual de transparência e a sua classificação de atendimento.

Tabela 4 - Ranking do ITGP-M dos Municípios da Microrregião de Paragominas

Municípios	ITGP-M	% ITGP-M	Classificação de Atendimento
1º Ulianópolis-PA	18,5	77	Bom
2º Bom Jesus do Tocantins-PA	17,0	70	Regular
3º Rondon do Pará-PA	16,5	68	Regular
4º Dom Eliseu-PA	15,0	62	Regular
5º Abel Figueredo-PA	14,5	60	Regular
6º Goianésia-PA	14,5	60	Regular
7º Paragominas-PA	14,0	58	Regular

Fonte: Dados do estudo.

Conforme a análise do ranking chega-se à conclusão do município que obteve maior pontuação com a utilização do ITGP-M, foi Ulianópolis-PA que alcançou uma pontuação de 18,5 pontos, a melhor pontuação obtida dentre os municípios analisados, disponibilizando um portal com fácil manuseio, de acessibilidade assertiva, com clareza na formulação da requerida orientação dos usuários.

Nesse sentido Sobrinho et al (2012), explana que o portal deve conter informações que determinam indícios sobre o uso de recursos públicos e fazendo com isso sua exposição ao meio social, além de fazer com que essa informação se torne entendível para que o mesmo possa ser fluente em decisões institucionais.

Por outro lado, Paragominas obteve menor pontuação com 14,0 pontos. Nesse sentido, verifica-se que nenhum dos 7 municípios pesquisados conseguiram alcançar a pontuação máxima de 24,0 pontos.

Franke et al. (2020), diz que a não informação advindas de portais eletrônicos ou a informação incompatível/incompreensível produz dificuldades de acesso ao cidadão as informações indispensáveis para o exercício do controle social.

O percentual de apresentação das informações da transparência pública em relação ao total das variáveis de atendimento nos portais eletrônicos dos municípios da microrregião de Paragominas oscilou entre 58% no município de Paragominas (o pior índice) e 77% verificado em Ulianópolis (o melhor índice).

Os resultados demonstram que os municípios da microrregião de Paragominas não atendem em sua totalidade (100%) dos dispositivos legais de transparência pública, de possibilitar de forma ampla o acesso a informação, dificultando desta maneira o efetivo controle social.

Como verificado na tabela 4 do universo pesquisado somente um município obteve conceito “Bom” na faixa de atendimento de 75% a 99,99% e os demais (6) apresentaram “Regular” com percentual de 50% a 74,99%.

Os achados dos municípios a microrregião de Paragominas, localizados na região amazônica oriental, mostraram-se o ITGP-M de 58% a 77%, ligeiramente melhor em relação as capitais brasileiras, que conforme estudo de Costa et al (2016) demonstraram que naqueles municípios oscilaram entre 17% a 52%.

O mesmo fenômeno foi verificado na microrregião de Criciúma/SC onde dos 11 municípios pesquisados somente 10% atendem ao solicitado; 40% foram parcialmente atendidos e 50% não atenderam (CAMILO et al, 2018).

Estudo para averiguar o índice de transparência dos municípios do Estado da Paraíba, utilizando o ITGP-M apontou que as cidades que apresentaram o maior índice em 2018, oscilaram entre 42% a 69%, portanto um pouco menor que a microrregião de Paragominas (RABELO-BEZERRA, 2018).

4. Considerações Finais

Esse trabalho teve como objetivo principal a verificação do grau de transparência apresentado por portais eletrônicos da microrregião de Paragominas com a utilização do ITGP- M, nesse sentido, foi possível identificar um nível de transparência regular com base na utilização do índice utilizado.

Também, foi estabelecido através dos objetivos específicos a identificação e obtenção de informações nos sítios eletrônicos dos 7 municípios em análise, análise, logo, pode-se identificar que todos os

portais analisados não trazem a totalidade das informações exigidas para obtenção da pontuação máximo apontadas pelo ITGP-M,

Com a identificação das pontuações obtidas pelo ITGP-M, averiguou-se que as informações advindas dos portais eletrônicos não são suficientes para propor a transparência da qual a sociedade necessita para subsidiar suas necessidades informacionais que deve atender a todo o cidadão de forma clara, concreta e confiável.

Correlacionado ao que foi dito anteriormente Franke et al. (2020) coloca que com iniciativa da gestão pública em aderir a transparência e meios a ter acesso a mesma, o cidadão se torna ativo, efetivando assim seus direitos e atuando de fato para a consolidação dos preceitos democráticos.

Referido autor afirma que os portais eletrônicos municipais são deficitários para atender as demandas advindas do cidadão para o pleno exercício do controle social.

Desse modo, identificou-se nesse estudo algumas barreiras no momento da execução da pesquisa, como, informações superficiais ou mesmo informações não existentes nos portais eletrônicos pesquisados.

Para direcionamento para futuras pesquisas em outras regiões do estado do Pará, com utilização de ferramentas distintas da que foi utilizada ou com a junção do ITGP-M, podendo aplicar esse estudo em portais de outras entes do governo, como, legislativo e o judiciário, e sugere-se também a análise do grau da transparência obtida em portais eletrônicos em comparação com o nível de qualidade socioeconômica advinda de índices.

Portanto, com os achados do estudo foi possível identificar as falhas que os portais eletrônicos dos municípios da microrregião de Paragominas apresentam para cumprir a sua função social.

REFERÊNCIAS

AIRES, F. L. (2019). Transparência nos Municípios de Porto Alegre e de Santa Maria (RS): em: 18 nov. 2021. 12 uma análise comparativa no período de 2015 a 2018. Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201964> Acesso

ANDRADE, R.G.; RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Em Busca da Transparência Ativa em Câmaras: Uma investigação nos maiores municípios Brasileiros. São Paulo, v.10, n.1, p. 003 - 020, jan. / Abr. de 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44873/em-busca-da-transparencia-ativa-em-camaras--uma-investigacao-nos-maiores-municipios-brasileira/i/pt-br>. Acesso em: 18 nov. 2021.

ARAÚJO, L. O. et al. Ação antrópica na incidência dos focos de calor na Microrregião de Paragominas, Estado do Pará, Norte do Brasil. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 7, n. 17, p. 1153-1164, 2020.

BARTOLUZZIO, A. I. S; ANJOS, L. C. M. Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos Dos Municípios Pernambucanos. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto, v. 11, n.2, p. 48-65, Agosto de 2020. Disponível em: https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/570/pdf_112. Acesso em: 18 nov. 2021.

BOTELHO, A. L; SOUZA, V. L. transparência como instrumento de accountability em portais eletrônicos: uma análise dos municípios do estado de minas gerais com maiores concentrações populacionais. Faculdades Doctum de Caratinga Doctum – MG, Brasil. 2018. Disponível em: <http://dspace.doctum.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/247> Acesso em: 2 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 nov. 2021.13

_____. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.

_____. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>.

_____. Lei No 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. Controladoria Geral da União. Ranking de cumprimento da Lei de Acesso a Informação. Brasília – DF. 2017.

BUONO, R. M.; NICOLÁS, M. A. Controle social: as ações do Observatório Social (OSFI) em Foz do Iguaçu (PR/Brasil). Revista da CGU, Foz do Iguaçu PR, Brasil, v 12, p. 168-183, Jul-Dez 2020. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/393. Acesso em: 18 nov. 2021.

CAMILO, S. P. O.; MANENTI, R. V. A.; YAMAGUCHI C. K. Práticas de Governança Pública Municipal: Análise Informacional Dos Sítios Eletrônico sem portais de Transparência. Revista de ciências da administração, v. 20, p. 8-23, Dezembro. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20nespp8/pdf> Acesso em: 18 nov. 2021.

CAMPOS, Anna Maria. Public Service Accountability in Brazil: The Missing Concept. In: JABRA, Joseph G.; DWIVEDI, O. P. Public Service Accountability: A Corporative Perspective. Connecticut. Kumarian Press. 1989.

CARVALHO, A.I. Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro, FASE/IBAM, 1995.

COSTA, Jailza Mendes da; CONFESSOR, Kliver L. Alves; TORRES, Fernando José Vieira; SANTOS, Joséte Florencio dos. Um estudo do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais das capitais brasileiras. Inovação na Gestão Pública. 10o Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, 2016.

CRUZ, C. F., FERREIRA, A. C. de S., SILVA, L. M. da, & MACEDO, M. Álvaro da S.

(2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Revista De Administração Pública, 46(1), 153 a 176. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080>.

FERREIRA F. B.et al. (org.). Monitoramento da Lei de Acesso à Informação Pública em 2013. São Paulo: Artigo 19, 2014. Relatório Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-Monitoramento-LAI-2013.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GERSCHMAN, S. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. Cadernos de Saúde Pública. V. 20, n. 6. Rio de Janeiro, nov/dez.2004.

GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas.

GOULART, M. S. B. Participação e accountability no controle social do orçamento público: o caso do conselho de desenvolvimento regional

de Itajaí. 2011. 226 p. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. As Paixões e os interesses. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama dos municípios brasileiros. [acesso em 2022 jan 10]; Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>.

MAGALHÃES, T. C; SOUZA, V. B. O controle social no conselho municipal do idoso de Florianópolis : uma análise a partir dos modelos de administração pública , dos modelos de coprodução dos serviços públicos e dos modos de gestão estratégica e social. Revista de Ciências da Administração. v. 17, Edição Especial, p. 149-164, 2015.

MEDEIROS, P.H.R.; PEREIRA, J.M. Controle Social no Brasil: Confrontando a Teoria, o Discurso Oficial e a Legislação com a Prática. Brasília: Revista do TCU ed.98, p.63-72. OUT/DEZ 2003.

OLIVEIRA, A. D.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos portais da transparência do estado do Ceará como instrumento de disclosure da gestão pública. Revista controle. Fortaleza, v. 18, n.2, p. 197-231, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7671503>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PARÁ. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Relatório de Transparência Municipal – 2021. 2021. Disponível em: https://www.tcm.pa.gov.br/transparencia-adm/documentos/transparencia-pm-cm/2021/RELATORIO_TRANSPARENCIA_TCMPA_2021.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(3):471-93, maio/jun. 2008. Disponí-

vel em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6642>. Acesso em: 19 nov. 2021.

RABELO-BEZERRA, F.N.T. (2018). Transparência pública dos portais eletrônicos das prefeituras municipais da paraíba 2017-2018. (monografia). UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, Paraíba, Brasil Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15685?locale=pt_BR Acesso em: 20 nov. 2021.

RANKE, L. et al. Estudo comparativo da transparência nos portais eletrônicos de municípios gaúchos. *Estudo e Debate*, v. 27, n. 1, 2020.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática (3 ed). São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, M. P. ; CARNEIRO, C. A qualidade da informação pública: uma análise do grau de transparência dos portais de cinco estados brasileiros. *Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-qualidade-da-informa%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica%3A-uma-an%C3%A1lise-do-Silva-Carreiro/58b988a5e0c558c4955ea8feaff18a342707f08b> Acesso em: 30 nov. 2021.

SOBRINHO J. H. et al. (org.). Controle Social Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília/DF: Gráfica Positiva, 2012. Coleção. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/controlesocial/arquivos/controlesocial2012.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CAPÍTULO 9

TRANSNOTÍCIAS: CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOB DEMANDA PARA A POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA

CRUZ, Alexandre Franco da¹
BARGAS, Janine de Kássia Rocha²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.9

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem a intenção de criar um canal de informações e notícias, a partir da divulgação de conteúdos noticiosos por meio de áudios enviados por aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram. O correio de voz é um subproduto de outro produto que está sendo desenvolvido na disciplina de Comunicação e Práticas Inovadoras, porém com foco de conteúdo na população trans (transmasculina, transfeminina, travesti, não binária).

A partir de pesquisas e vivências da autora deste trabalho, notou-se que há diferentes fatores que fazem com que pessoas trans não tenham acesso a informações que são de seu interesse. Além disso, há uma grande dispersão de dados, por parte do Estado, sobre a comunidade trans no país, o que leva a uma estrutura de políticas públicas voltada para esse público ainda insuficiente, seja na área da saúde, educação ou profissional. Ainda há o problema da desinformação entre pessoas cisgênero sobre o tema, que ajuda a provocar uma onda de ódio e violências (micro e macro) junto a uma disseminação forte de falácias que atingem a vivência de pessoas trans na sociedade.

Assim, o produto criado neste trabalho busca levar informações variadas que abordam assuntos relacionados à comunidade trans no Brasil como: empregabilidade, educação, saúde, relacionamento, sexualidade, gênero, entre outros. O objetivo é fazer com que mais informações cheguem a pessoas trans, e, assim, fazer com que essas informações auxiliem pessoas de fora do meio trans para que possam entender um pouco mais sobre a comunidade.

2. Referencial Teórico

2.1 Novos Formatos De Jornalismo

Com o advento da internet, o jornalismo que antes era intenso em suas outras áreas e ambientes ou tecnologias (impresso, televisivo e radiofônico) precisou adicionar mais um local em que teria que se adaptar para chegar e atingir a todos que desejassem: o ambiente digital. A partir disso foi que presenciamos novos modos de levar a notícia até as pessoas e, principalmente, formatos diferentes de se informar com toda a qualidade e compromisso de um jornalismo ético e profissional.

2.2. Mercado Digital

Já é visível aos profissionais do jornalismo que o meio digital se tornou um grande palco para que seus trabalhos pudessem ser feitos. E, desde a pandemia, o número de produtos sonoros informativos aumentaram, assim como a presença de grandes empresas de comunicação foi aumentando gradativamente, até o dia de hoje em que existem empresas que já trabalham diretamente com o público online.

É o que mostra o Censo Brasil de Editores de Jornais e Revistas, produzido pela França e Análise de Mercado a pedido da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner). Segundo esse levantamento, das 1262 editoras identificadas como atuantes, 711 (56%) se autodeclararam digitais, enquanto 551 (44%) têm como principal negócio as edições impressas, ainda que a maioria delas também publique no on-line.

Uma das autoras que estuda como os jornalistas têm trabalhado nas diversas mídias, entre elas a on-line ou digital, é Suzana Barbosa. No artigo “A atuação jornalística em plataformas móveis. Estudo sobre produtos autóctone e a mudança no estatuto do jornalista”, feito em colaboração com outros estudiosos, ela destaca que, o desenvolvimento de produtos para os dispositivos móveis sinaliza dois desafios principais para os jornalistas: 1- Como elaborar matérias com qualidade, de forma célere, considerando as affordances específicas para tratamento do conteúdo, sem perder o rigor na apuração e preservar os princípios éticos da profissão; 2- Como apresentar o conteúdo, no que diz respeito ao design, e por meio dele potencializar a interação com o leitor (BARBOSA, 2013, p. 20).

Assim, temos uma noção que o trabalho do jornalista no meio digital exige uma atenção maior do profissional, principalmente com o seu leitor, ouvinte, espectador, pois este terá formas mais diretas de deixar um feedback sobre o trabalho que está sendo feito. O que auxilia numa melhor transmissão de informações e, consequentemente, em um melhor recebimento dessa informação.

Com o surgimento e agravamento da pandemia da Covid-19, o meio digital se tornou quase que um lugar obrigatório de trabalho para diversos profissionais, incluindo os jornalistas. Em 2021, o relatório anual do Instituto Reuters revelou algumas projeções para o mercado de trabalho na área da comunicação. Entre eles, foi percebido que a presença dos profissionais de comunicação nos meios digitais se fez necessária, a partir do momento em que a confiança no papel desempenhado pelo jornalista (REUTERS, 2021).

2.3. Transmídia

João Carlos Massarolo e Dario Mesquita (2014) conversam sobre “narrativas transmídia” no artigo “Reflexões teóricas e metodológicas sobre as narrativas transmídia”. neste trabalho, os autores introduzem: na perspectiva dos estudos atuais, as narrativas transmídia são consideradas como um objeto de estudo complexo, que surge no ambiente da cultura participativa”. Mas é importante dizer que, a ideia sobre o termo veio do autor Henry Jenkins, que, segundo ele, o storytelling transmídia se refere a um conjunto de práticas que distribui os elementos-chave de uma narrativa em vários sistemas ou plataformas para criar uma experiência de mídia mais rica e intensificar a experiência do público (MASSAROLO; MESQUITA, 2014, p.).

A transmídia faz parte e está dentro da Cultura de Convergência, a qual explica que a movimentação de conteúdos por meio de diferentes plataformas, geralmente envolvendo diferentes indústrias midiáticas, acontece de maneira fluida e estratégica, como se pretende fazer neste projeto de produto experimental.

2.4. Consumo De Produtos Sonoros Informativos

O Brasil, hoje, se consagra como um país que se interessa por um produto sonoro, em especial, pela sua facilidade de ser inserido em diferentes momentos do seu dia a dia. O podcast, por exemplo, é consumido por mais de 30 milhões de pessoas no país, o colocando como o terceiro país que mais consome esse tipo de produto no mundo, segundo pesquisa realizada pela plataforma CupomValido.com.br com dados da Statista e IBOPE.

Um dos podcast na área jornalística de maior alcance, foi o podcast Café da Manhã, realizado pela Folha de São Paulo, em parceria com a plataforma de streaming Spotify. Ainda na pesquisa, é

reportado que entre os formatos preferidos dos ouvintes do produto sonoro estão as reportagens e resumos do dia.

2.5. População Trans, Mídia E Consumo Midiático

2.5.1. População Trans Na Mídia

Desde que discussões sobre a população LBTQIA+ se tornaram mais frequentes nos grandes veículos de comunicação, é notório que há uma certa notoriedade maior para as siglas G e L, ou seja, gays e lésbicas. O que acaba por restringir a complexidade que se tem sobre a comunidade inteira que é mais ampla e complexa.

Assim, transexuais e travestis não têm um espaço amplo em meios de comunicação, seja impresso, rádio ou TV, que as auxiliem a serem vistas, ou até mesmo que apareçam como sujeitos(as) de direito (Foucault).

Com isso, as formas mais recorrentes em que pessoas trans apareceram em jornais ou produtos jornalísticos são em notícias mais relacionadas com o tema da violência. Ou seja, sua narrativa em meios de comunicação limita e influencia na forma como essa classe é vista pela sociedade (MARTINELLI, 2017).

Juliana Martinelli dos Santos traz em seu artigo, “Como o jornalismo trata as pessoas trans (transgêneros e transexuais), a fala de Erick Barbi, homem trans que teve sua história contada no seriado “Liberdade de Gênero”, apresentado no canal GNT.

Se as pessoas em geral tivessem mais informação sobre gênero e sexualidade, iriam saber que não se trata de uma escolha. Não escolhemos ser transexuais. Nascemos assim. Ninguém escolhe sofrer preconceito a vida toda. É uma condição (...) A compreensão e aceitação diminuiria muito os índices de violência. Infelizmente

somos o país que mais mata pessoas trans no mundo (MARTINELLI, 2017, p. 11).

Em 2022, dentro da programação televisiva, por exemplo, tivemos a presença de Linn da Quebrada, mulher trans e artista no programa Big Brother Brasil 2022. Porém, vale ressaltar que, ela foi a segunda mulher trans a participar do elenco feminino do programa que já estava na sua 22a (vigésima segunda) edição.

Junto a isso, temos um volume escasso de noticiabilidade sobre pessoas trans e até mesmo de suas aparições em outros produtos a fim de que possam falar mais sobre a comunidade, ou até mesmo possam falar sobre outros assuntos (MARTINELLI, 2017). Para além dos momentos em que são retratadas ao lado da violência, pessoas trans normalmente possuem destaque em períodos como em janeiro, mês que se celebra o “Dia da Visibilidade Trans”, ou em Junho, conhecido popularmente como o “Mês do Orgulho LGBTQIA+”.

2.5.2. Consumo Midiático De Informações Sobre A População Trans No Brasil

Ao falarmos de mídia os referimos a todos os canais pelos quais as empresas se comunicam com seu público. E são nelas em que se é feito hoje o jornalismo, que se adapta em diferentes ambientes a fim de atingir o maior número de usuários possíveis.

De acordo com Caeiro (2016), “Produzir notícias – essa é a primeira função que todo(a) o(a) candidato(a) a jornalista incorpora como obrigação. É também a expectativa que a audiência cultiva em relação a essa instituição” (CAEIRO, 2016, p. 122). Assim, vemos que os profissionais da área do jornalismo têm um papel importante quando se fala em informar a sociedade sobre pautas que sejam de interesse público

No Brasil, no entanto, é notório que os grandes veículos de comunicação são comandados por empresas privadas que organizam suas pautas a partir de seus ideais que se espalham de forma direta ou indireta pelas suas redações, e, conseqüentemente, pelos jornalistas.

Junto a isso, temos o fato de que as empresas que gerenciam os mais importantes meios buscam por notícias que vendem e que são mais palpáveis de serem consumidas pelo público, isto é, pautas hegemônicas. “Devem favorecer o relato atrativo em vez da opinião, que exclui parcelas do público, os temas do cotidiano, em vez da política, o sensacionalismo em vez da análise, o entretenimento em vez do debate” (COELHO, 2015, p. 32).

Em meio às mídias, é na internet que o consumo de informações sobre a população trans se dá em maior intensidade e força. Fernanda Scherer em seu artigo, “Consumo midiático em comunidade online: um estudo sobre o Mundo T-Girl”, conclui que, a exemplo da comunidade analisada em seu trabalho, é nesses espaços em que pessoas trans se sentem acolhidas e pertencentes a algo ou alguma coisa. “No Mundo T-Girl, suas integrantes encontram um espaço no qual podem compartilhar as suas opiniões, serem ouvidas e compreendidas por pessoas que têm os mesmos valores, aspirações e necessidades sociais.” (SCHERER, 2016, p. 08).

3. Procedimentos Metodológicos

O projeto busca informações relacionadas a comunidade trans em diferentes portais de notícias e perfis de redes sociais. Logo após, organizará quais as mais relevantes para que se possa fazer a gravação das sonoras que serão enviadas para os assinantes do serviço.

Pesquisa bibliográfica com fontes teóricas para formação fundamentada e com dados de fontes secundárias.

Utilizaremos técnicas de redação e apuração jornalística e de clipping.

Uso de software Adobe Premiere para edição de materiais em áudio.

Uso de computador e smartphone e dos apps de mensagens instantâneas WhatsApp e Telegram, além do Instagram que será uma espécie de vitrine do canal.

4. Análise E Discussão Dos Dados

O produto que será firmado e produzido no próximo semestre parte de uma pesquisa inicial que buscou entender quais áreas da sociedade são urgentes em demandas exigidas pela comunidade trans no Brasil. Sendo assim, o Transnotícias busca ser um meio de interlocução entre instituições públicas e privadas com a população trans, a fim de auxiliar numa comunicação mais forte e efetiva entre políticas de assistência e pessoas trans.

É importante ressaltar também que o trabalho feito pelo produto se mantém dentro da área do Jornalismo, curso em que estudo. Ao falarmos de mídia os referimos a todos os canais pelos quais as empresas se comunicam com seu público. E são nelas em que se é feito hoje o jornalismo, que se adapta em diferentes ambientes a fim de atingir o maior número de usuários possíveis.

De acordo com Caeiro (2016), “Produzir notícias – essa é a primeira função que todo(a) o(a) candidato(a) a jornalista incorpora como obrigação. É também a expectativa que a audiência cultiva em relação a essa instituição” (CAEIRO, 2016, p. 122). Assim, vemos que os profissionais da área do jornalismo têm um papel importante quando se fala em informar a sociedade sobre pautas que sejam de interesse público.

5. Considerações Finais

O produto ainda vai ser colocado em prática no próximo semestre, mas será feito por meio de aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp e Telegram), sendo o Instagram a porta de entrada para o produto jornalístico. Ainda que no próximo período seja o período de fato da aplicação do produto, vale ressaltar que a proposta carrega uma tarefa importante, que é a de tentar chegar a uma categoria da comunidade LGBTQIA+ que sofre com uma forte marginalização e precarização quanto pessoas que estão presentes em meio a sociedade brasileira.

Os clippings de notícias serão enviados por meios dos aplicativos de mensagens e terão informações de diferentes editorias que levarão informações relevantes e de demandas que, especificamente, atendam de forma direta as pessoas trans.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. 2011. “Na escola se aprende que a diferença faz a diferença”. Revista Estudos Feministas 19 (2): 549–59. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Commercio / Rui Miguel Pereira Caeiro. – 2016

COELHO, Pedro Manuel Rouxinol Samina. Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação. Livros LabCom, 2015.

JESUS, JAQUELINE GOMES de. s.d. “Orientações Sobre A População Transgênero: Conceitos E Termos”, 24.

MASSAROLO, João Carlos; MESQUITA, Dário. Reflexões teóricas e metodológicas sobre as narrativas transmídia. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Vol.8, 2014.

SANTOS, Juliana Martinelli dos, MORAES, Mirtes de. Como o jornalismo trata as pessoas trans (transgêneros e transexuais). XIII Jornada de Iniciação Científica e VII Universidade Presbiteriana Mackenzie,

SCHERER, Fernanda. 2016. "Consumo Midiático em Comunidade Online: Um Estudo Sobre o Mundo T-GIRL". Cadernos de Comunicação 20 (2). <https://doi.org/10.5902/2316882X23004>.

CAPÍTULO 10

AGÊNCIA NOSSA: PROPOSTA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO VOLTADA PARA O PÚBLICO EM RONDON DO PARÁ

ALVES, Jussara¹
JAVORSKI, Elaine²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.10

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Esse projeto tem como objetivo a criação e desenvolvimento de uma agência de comunicação voltada para empresas, instituições do terceiro setor, profissionais liberais e órgãos públicos que desejam traçar o diálogo e estratégias com o seu público em Rondon do Pará. Para compreender o cenário onde está inserida a agência, abordamos na delimitação do tema, a escassez da informação na cidade, uma vez que não existem jornalistas com formação no município. Por isso, realizamos uma análise dos serviços prestados em pequenas e médias empresas e instituições de forma a traçar um panorama dos serviços e necessidades de profissionalizar o contato com seus públicos. Por meio de entrevistas em profundidade e análise de mercado, foi possível concluir que existe uma demanda de profissionais da comunicação, como jornalistas, assessores ou publicitários com formação no ambiente de trabalho.

Com 40 anos de emancipação, a cidade de Rondon do Pará está localizada às margens da BR-222 próximo da fronteira da divisa com o estado do Maranhão. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2021, a cidade conta com mais de 52 mil habitantes. O município possui um comércio local que vem vivendo um processo de desenvolvimento com a chegada de empresas de porte regional e nacional, o que tem fortalecido ainda mais a economia. Dados do ano de 2020 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) mostram que o município contava com 28 empresas no setor da indústria, cinco da construção civil, 203 do setor comercial, 110 serviços e 229 da agropecuária.

De acordo com o Atlas da Notícia, a região Norte concentra os maiores desertos de notícias, ou seja, municípios sem veículos jornalísticos e sem cobertura significativa de imprensa. O levantamento

mais recente, divulgado em 2020, mostra que, em pelo menos 3.487 cidades, com média de 7 mil habitantes, não há veículos jornalísticos. O que corresponde a 62,6% dos municípios brasileiros e abrigam 37 milhões de pessoas, ou seja, 18% da população nacional não contam com veículos de informação. No Atlas da Notícia, Rondon do Pará, estão registrados quatro veículos de comunicação, uma emissora de rádio e três de televisão. Contudo, atualmente a cidade conta com duas rádios, uma comercial e outra comunitária, e não conta com outros veículos de comunicação como mostra a pesquisa.

2. Referencial Teórico

A chegada dos trabalhos de assessoria de imprensa e comunicação, no Brasil é marcada no governo de Juscelino Kubitschek em 1955 com a convergência de empresas multinacionais em especial a indústria automobilística que desenvolveram suas fábricas aqui no País e trouxeram as práticas de atuação de relações públicas e assessoria de imprensa e de comunicação, e não demorou muito para as práticas de trabalho se disseminarem no setor administrativo público, (RUSSI, 2010). A assessoria de comunicação trabalha vários fatores comunicacionais no seu hábito; marketing, publicidade, jornalístico, propaganda, imprensa, é uma área que oferece serviços que contribuem com o desenvolvimento e crescimento dos segmentos adquiridos ao seu redor, segundo Kopplin e Farreto (2018, p.12) “A assessoria de comunicação trabalha estratégias que englobam iniciativas nas áreas de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda”.

O profissional de comunicação possui a facilidade de desenvolver vários serviços, em seu ambiente de trabalho, com uma maior agilidade, isso acontece porque o jornalista é visto dentro das instituições, como um profissional com grande domínio das técnicas de redação, podendo contribuir, com seus textos, para uma melhor

comunicação com o seu público (KOPPLIN E FARRARETO, 2018 p.15).

Para a execução de qualquer atividade no dia a dia é necessário o planejamento, o papel fundamental para a deliberação dos serviços que serão desenvolvidos no segmento de atuação, para que seja possível ter bons resultados. Kopplin e Farrareto (2018, p.34) explica que o planejamento assume uma importância fundamental, evitando que até mesmo as situações mais inesperadas peguem o assessor desprevenido.

As redes sociais cada vez mais trouxeram a facilidade de aproximar as pessoas no seu dia a dia, pelas ferramentas disponibilizadas para a geração de conteúdo. Para Edmundo (2019, p.18) prender a atenção do público nas redes sociais tem se tornado um desafio cada vez mais, é preciso definir o público e o conteúdo que será direcionado, a autora cita que esses fatores são essenciais para se relacionar com os usuários que se encontram nas redes sociais. Torres (2009) cita que as mídias sociais são como o conjunto de todos os tipos e formas de mídia colaborativas (p.113).

3. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos teóricos desenvolvidos neste trabalho de conclusão, foram utilizados para a realização deste trabalho a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista em profundidade, com oito organizações.

O papel da pesquisa é fundamental para elaboração e estruturação de pensamentos que busca por respostas e seja possível chegar a um resultado. (GIL, 2002, p.17) A pesquisa é definida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Na elaboração deste

trabalho, a pesquisa foi essencial para buscar e entender a necessidade da comunicação na cidade de Rondon do Pará.

A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002) é elaborada constituída a partir de materiais já elaborados principalmente por livros e artigos científicos. A entrevista em profundidade foi utilizada com objetivo de compreender e conhecer a realidade de cada organização, segundo Duarte (2005, p.2) a entrevista permite identificar maneiras de proceder e desenvolver os fenômenos. O autor cita que as entrevistas são geralmente individuais, embora seja possível entrevistar duas ou mais fontes em conjunto, para a busca por informações.

4. Análise E Discussão Dos Dados

O portfólio da Agência Nossa está disponível no link: <https://jussaraalves477.wixsite.com/nossa-comunica--o> com objetivo de apresentar os trabalhos desenvolvidos durante o processo de desenvolvimento do TCC. A Agência Nossa foi criada com objetivo de atender o público das empresas, instituições do terceiro setor, órgãos públicos e profissionais liberais e será composta por várias pessoas: design, fotógrafo, videomaker, redator e social media. A Agência trabalhou, durante este período experimental, com o atendimento a diferentes setores, como a Câmara Municipal de Rondon do Pará, com a criação do perfil no Instagram, cobertura e gestão da rede social da Exporondon 2022, criação de artes e produção de vídeos para o perfil do Residencial América, produção de texto jornalístico com apresentação para revista, desenvolvimento de legendas para publicações diversas em redes sociais, criação de textos jornalísticos para site institucional como a Prefeitura Municipal de Rondon do Pará e produção de vídeos, criação de roteiros, gestão e acompanhamento da rede social de um profissional liberal.

Como forma de trabalhar a comunicação das instituições públicas, privadas e do terceiro setor, junto da comunidade, a Agência Nossa tem como público-alvo, empresas privadas de pequeno e médio porte, instituições públicas como Prefeitura e suas secretarias, Câmara Municipal, profissionais liberais de áreas distintas e instituições do terceiro setor. A Agência Nossa será implantada em Rondon do Pará, com escritório fixo, para atender as demandas dos contratantes, uma vez que contará com profissionais preparados para atender as demandas propostas. Os serviços oferecidos pela Agência Nossa, irá trabalhar o contato com o público externo através das redes sociais, com produção de conteúdo, posts, fotos e vídeos criativos, utilizando as ferramentas oferecidas pelas plataformas sociais, produção de vídeos institucionais, conteúdos de propaganda, estruturação e criação de identidade das empresas, como forma de transmitir a informação que deseja passar ao seu público, e o planejamento de campanhas com estratégias para o alcance e engajamento de cada perfil trabalhado.

4. Considerações Finais

A criação e desenvolvimento da Agência Nossa tem alcançado os seus objetivos estimados na elaboração e criação dentro deste trabalho, uma necessidade para o Município de Rondon do Pará, com a estruturação e execução dos serviços de comunicação para o público externo.

Diante dos objetivos apresentados, compreender as demandas das organizações foi possível através de uma entrevista em profundidade com cada setor analisado, em que expuseram as suas realidades e necessidades diante da comunicação. A definição das estratégias fora alcançada a partir do experimento de trabalhos desenvolvidos em alguns perfis das redes sociais. O auxílio na produção de conteúdo

trouxo como resultado o desenvolvimento pessoal, explanação de novos conteúdos e habilidades para a interação com o público.

O projeto tem a finalidade de contribuir e desenvolver instrumentos estratégicos que fortaleçam a comunicação com o público, proporcionando ideias e inovações dentro das organizações.

Cada vez mais as redes digitais têm alcançado um número maior de usuários e se tornado um meio acessível para todos que desejam se conectar com isso vemos que o alcance das mídias digitais é cada vez mais, principalmente quando se utiliza criatividade e inovação para transmitir a mensagem ao público, seja através de post, vídeo, foto, escrita ou áudio.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica, v. 3, p. 307-332, 2002.

EDMUNDO, Milena Silva. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO: como as empresas trabalham a sua comunicação empresarial na revolução das mídias sociais. 2019.

FARRETO, Luiz Artur; Kopplin, Elisa, Assessoria de Imprensa: teoria e prática- 8. ed. São Paulo: Sammus, 2018.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/ Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

RUSSI, Joyce Maria Magalhães. Assessoria de comunicação, agendamento e newsmaking: um estudo sobre a evolução da comunicação do

Supremo Tribunal Federal. 2010. 108 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- (Universidade de Brasília, Brasília, 2010).

TORRES, C. (2009). A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na Internet e não tinha a quem perguntar. 1. ed. São Paulo: Novatec Editora.

Atlas da Notícia Disponível em: <https://www.atlas.ior.br/>

Relação Anual de Informações Sociais (Rais) <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1YTeOvqJsk5TpRtheUq4UfoXoMGB2qZn0/edit?rtpof=true>

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DA PÁGINA “O PORTAL DO MARAJÓ” NO FACEBOOK, SOBRE A ESTÉTICA JORNALÍSTICA SEM ASPECTO JORNALÍSTICO

SOUSA, Maria Clara Maia de¹
CAVALCANTE, Diego Frank Marques²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.11

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

O simulacro é “uma representação que se assemelha com um conceito, mas não traz sua essência”. (BAUL-DRILLARD, 1981)

A partir disso, esta análise trata a forma de abordagem de informativos da página “O Portal Do Marajó”, que apresenta um perfil semelhante ao perfil jornalístico na rede social Facebook, considerando a falta de profissionais da área na região do Marajó.

Esta é uma página informativa para a região do Marajó, através da rede social Facebook.

O Arquipélago do Marajó é um conjunto de dezesseis ilhas, localizadas ao norte do Estado do Pará, na região norte do Brasil.

O problema desta pesquisa é expresso no seguinte questionamento: Como a página informativa “O Portal Do Marajó”, usa da estética jornalística sem o aspecto jornalístico, em termos de um profissional, de apuração, produção e ética.

Uma questão específica que também ajudará no desenvolvimento desta pesquisa, é como o jornalismo deveria tratar essa situação?

O presente trabalho se justifica com base na produção de informativos, que se assemelham com notícias produzidas por jornalistas, na página “O Portal do Marajó”, em que não há a devida apuração jornalística e tão pouco ética profissional, por se tratar de uma produção sem um profissional jornalístico.

Nesse sentido, a pesquisa busca entender de que forma se dão essas notícias, em que são baseadas. Visando a importância do profissional jornalístico e buscando uma forma de combater esse tipo de página de “notícias”.

A página O Portal Do Marajó contém 53.538 seguidores na rede social Facebook.

Criada em 01 de fevereiro de 2017, a página se descreve como “O Canal Oficial do Arquipélago do Marajó”.

Esta página apresenta muitas publicações informativas, em sua maioria sobre casos de crimes, mortes ou acidentes. Algumas publicações são de denúncias sobre descuido de gestões nas cidades do Marajó.

Se observa que no início da criação dessa página não havia muitos casos, a maioria das publicações continha fotos de lugares do Marajó. Aos poucos a página foi atualizando com informativos dos municípios.

Há denúncias contra a página por não ter autorização para as imagens que são publicadas nos informativos. Muitas famílias comentam nas publicações indignadas.

A maior parte das publicações mais recentes desta página gera um grande impacto por serem muito explícitas. Como já citado, os casos geralmente são de crimes, assassinatos e acidentes, e as fotos de feridos e mortos expõe exatamente tudo. A página coloca um desfoco apenas no rosto, geralmente esse desfoco é leve e isso faz com que a imagem pareça bem explícita.

Esse é um dos maiores motivos para famílias denunciarem a exposição sem consentimento. Além disso, apenas se sabe que a página obtém acesso a essas imagens através de grupos de WhatsApp.

As fotos não apresentam características de fotos tiradas por algum profissional, nem formato de fotos tirada por câmera fotográfica. Percebe-se que as fotos são amadoras por várias questões técnicas analisadas, levando em conta as aulas da disciplina de fotojornalismo.

A manchete é sempre bem atrativa, dando o assunto principal e fazendo uma enorme sincronia com a foto. Ou ela descreve a foto e diz o que aconteceu, ou ela diz a quem se refere a foto, principalmente no caso de a foto ser um retrato.

Há informativos que cita quando obtém informações através da família, por algum outro meio (como a rede social WhatsApp) ou por alguém citado apenas pelo usuário do Instagram (@ivandoportal).

2. Objetivos

Esta pesquisa busca analisar a página “O Portal Do Marajó” a partir das publicações, observando a forma como os informativos são publicados através dessa página, tendo em vista a falta de tratamento profissional jornalístico.

Compreender como essa página gera engajamento e como a estética jornalística na produção de informativos influencia o número de engajamento.

São objetivos específicos deste projeto de pesquisa: Analisar, a partir da semiótica, a abordagem das produções informativas da página. Compreender através do simulacro a estética destas publicações e como elas se assemelham a estética jornalística.

3. Metodologia

Peirce considera que “A fenomenologia ou doutrina das categorias tem por função desenredar a emaranhada meada daquilo que, em qualquer sentido, aparece, ou seja, fazer a análise de todas as experiências é a primeira tarefa a que a filosofia tem de se submeter. Ela é a mais difícil de suas tarefas, exigindo poderes de pensamento muito peculiares, a habilidade de agarrar nuvens, vastas e intangíveis, organizá-las em disposição ordenada, recolocá-las em processo”. Santaella

(1983, p.01-11), trata-se, portanto, de um estudo que, suportado pela observação direta dos fenômenos, discrimina diferenças nesses fenômenos e generaliza essas observações a ponto de ser capaz de sinalizar algumas classes de caracteres muito vastas, os mais universais presentes em todas as coisas que a nós se apresentam.

Esta pesquisa busca entender como a página analisada usa da estética jornalística, porém sem aspecto jornalístico e o modo como espetacularizam suas narrativas, assim como a maneira que impactam. A partir da página “O Portal do Marajó”, a pesquisa questionará a abordagem, apuração jornalística e aspecto ético. Partindo dessa necessidade usaremos do instrumento metodológico que investiga nossa hipótese, a semiótica de Charles Sanders Pierce. É através do ponto de vista da semiótica que buscaremos resolver nossas hipóteses. Levando em conta a fenomenologia como base fundamental para observação dos fenômenos. E é sob a base da fenomenologia que se desenvolve a estética, a ética e a semiótica.

Nesse sentido se apresenta a seguinte hipótese: a página “O Portal do Marajó” faz uma simulação do jornalismo a partir da estética (signo), como uma cópia malfeita (aspecto ético e lógico).

Para entendermos como a falta de profissionais jornalísticos podem afetar/impactar a vítimas e familiares de tais situações publicadas será feito uma pesquisa de campo com entrevistas coletas. A estrutura dessas entrevistas busca responder 1) Como essas publicações impactaram a vida de vítimas e familiares e 2) O que chama atenção nessas publicações.

O que vamos fazer: identificar os simulacros e suas regularidades; analisar sua lógica de funcionamento; analisar consequências de seu funcionamento – simulacro nos comentários.

A pesquisa bibliográfica busca responder como a semiótica ajuda a resolver as hipóteses dessa pesquisa, levando em conta o conceito de simulacro para entender a ideia de representação dessas publicações que se assemelham às publicações jornalísticas. Que nos leva a ver um pouco sobre a jornalismo e redes sociais. Por fim, voltar à análise e provar se a hipótese faz sentido, apresentando notícias dessa página e comparando-as. Esta pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa.

4. Resultados E Discussões

Com base nas observações e comparações das publicações feitas até o momento, os informativos com maiores números de comentários, em sua maioria, são as que apresentam algum crime, algum descaso ou quando algum criminoso é pego ou assassinado. Percebe-se que em algumas publicações há comentários alegando que aquela “notícia” apresenta informações falsas ou sem alguma certeza.

Dessa forma, nota-se que aquela notícia não foi devidamente apurada. Em algumas publicações o autor (@ivandoportal) diz quando obteve por circulação nos grupos de WhatsApp. Mas, ainda assim, isso acontece em número muito pequeno de publicações.

Ao analisar detalhes, observa-se que as publicações não recebem tratamento jornalístico profissional e é neste contexto de ausência jornalística e ao mesmo tempo de liberdade de comunicações graças a generalização das redes que surgem os simulacros do jornalismo, como é o caso desta página.

Essas observações partem do estudo das comunicações que tiveram suas evoluções e a Internet, em particular, representou uma verdadeira revolução comunicativa. (COMPARATO, 2000-2001)

Entende-se que, o grande sistema poderoso de geração de lucro, cujo qual se forma por televisão, jornais, rádio, cinema e outros, são os mais acessíveis as massas, mas também exercem um grande controle social. Eles privilegiam a quantificação dos procedimentos da indústria cultural e não há uma preocupação com o conteúdo, mas sim com a quantidade de consumo (COSTA, PALHETA, MENDES, LOUREIRO, 2003).

Assim, para entender o âmbito desta pesquisa e como essas observações e comparações têm relevância, faz o estudo da história do jornalismo, desde a volta do regime democrático com as experiências de um jornalismo de “utilidade pública” (ABREU, 2003, p 31), até os dias de hoje. Quando entendemos o fenômeno, que é o ramo do web jornalismo. Daí destacarmos a reflexão de uma atualização em virtude do novo cenário tecnológico. “As polarizações entre emissor/receptor e autor/leitor estão mais uma vez em xeque. Mas estaria agora ameaçada a própria separação entre jornalista e leitor?” (PRIMO, TRASEL, 2006).

5. Conclusões

Em virtude do argumento aqui apresentado até o momento, concluímos que a página O Portal do Marajó trata-se de uma página cujo usuário busca informar aos marajoaras, através de publicações que se assemelham a notícias jornalísticas, porém, não são produzidas por um profissional jornalístico, não apresentam apuração, produção e ética jornalística.

Partindo da ideia de que o ramo do web jornalismo e as redes sociais são o lugar onde emissor/receptor se misturam e todos podem trocar de lugar e tem liberdade para páginas e publicações, entende-se que este também pode ser um local perigoso para que haja notícias

falsas, informativos que agredem a imagem de pessoas ou famílias e ainda a baixa valorização do trabalho do profissional jornalístico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alvez de. Jornalismo Cidadão. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 31, p. 25-40, jan. 2003.

B. L. Orlandi, Luis. “Simulacro Na Filosofia de Deleuze.” Revista Est. Fil. E Hist. Da Antiguidade, Campinas, No 35, Jan.-Dez.2020, 2020, p. Pg 25-43.

BAULDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Antropos, 1991. BARTHES, Roland.

COSTA, Alda Cristina Silva da; PALHETA, Arlene Nazaré Amaral Alves; MENDES, Ana Maria Pires; LOUREIRO, Ari de Sousa. Indústria Cultural: revisando adorno e horkheimer. Movendo Ideias, Belém, v. 8, n. 13, p. 13-22, jun. 2003.

DE MENDONÇA JORGE, Thais. Mutação No Jornalismo (Como a Notícia Chega a Internet). Editora UnB, 2013.

FIORIN, José Luis. Semiótica e Comunicação. Galáxia: Fórum, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 13-30, out. 2004.

NICOLAU, Marcos; ABATH, Daniel; LARANJEIRA, Pablo César; MOSCOSO, Társila; MARINHO, Thiago; NICOLAU, Vitor. Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à semiótica de Peirce. Revista Eletrônica Temática, São Paulo, v. 6, n. 8, p. 1-26, ago. 2010.

O PORTAL DO MARAJÓ, disponível em: <https://www.facebook.com/oportaldomarajo/> e <https://instagram.com/oportaldomarajo?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

PRIMO, Alex; TRASEL, Marcelo. Web jornalismo participativo e a produção aberta de notícias. *Contracampo*, Niterói, v. 1, n. 4, p. 37-56, jan. 2006.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. História do Jornalismo no Brasil. Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

SANTAELLA, Lucia. O Que é Semiótica. Editora Brasiliense, 2013.

CAPÍTULO 12

CADA CLIQUE UMA HISTÓRIA: UM NEWS GAME PARA CONTAR A HISTÓRIA DE RONDON DO PARÁ

GUSMÃO, Camila Rocha¹
JAVOSKI, Elaine²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.12

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Os jogos digitais conquistaram um papel importante para a sociedade atualmente, não só para entretenimento, mas também para áreas como saúde e educação. Segundo dados divulgados pela Statista, empresa especializada em dados de mercado, a indústria dos jogos digitais está em segundo lugar nos negócios ligados ao entretenimento no mundo, ficando atrás apenas da TV.

Um estudo divulgado pela Newzoo (2021), mostra que Brasil é o dono do maior mercado de games de toda a América Latina. Três em cada quatro brasileiros jogam em seus celulares, tablets ou PCs, isso equivale a 74% da população do país (PESQUISA GAME BRASIL, 2022).

Esse setor trouxe diversos avanços tecnológicos que influenciaram na forma como o público consome entretenimento, alguns segmentos como jornalismo já estão utilizando elementos presentes nos jogos para produzir seu conteúdo e divulgar informações.

O acesso dos estudantes aos smartphones cresceu exponencialmente nos últimos anos, e o conteúdo da internet como as redes sociais, entretenimento e games acabam atraindo mais a atenção dos jovens. Portanto, é fundamental desenvolver ferramentas de ensino que possam disputar a atenção desse público.

Bogost et al (2010) sugerem um novo formato na produção jornalística usando videogames, que são chamados de newsgames ou jogos jornalísticos. Para os autores, esses jogos desenvolvidos com o objetivo de informar sobre fatos, tem a capacidade tornar a informação interativa e, portanto, mais atrativa.

Mattar (2010) define os jovens de hoje como nativos digitais, porque cresceram na era tecnológica, e observa que produzir jogos que unem diversão e informação relevante é um desafio.

Com a constante evolução da tecnologia e o acesso aos aparelhos portáteis, que possibilitam uma infinidade de conteúdo online, ficou cada vez mais difícil disputar esses espaços sem se adaptar aos novos modos de produção. Portanto, a proposta deste trabalho é abordar o conceito de newsgame enquanto ferramenta complementar ao jornalismo online. Com base nessas pesquisas, desenvolver um jogo sobre a história de Rondon do Pará.

O conteúdo do game deve proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre a importância de compreender a história local e entender aspectos sociais e culturais que formam a região. Diante dessa relação, foi formulada a questão problema da pesquisa: como os newsgames podem contribuir para o ensino da história local?

Este projeto tem como O objetivo geral deste trabalho é produzir um newsgame sobre a história de Rondon do Pará, e os Objetivos específicos consistem em utilizar newsgame de forma pedagógica nas escolas, fazer com que as pessoas conheçam a história da cidade e criem laços com comunidade, levar um conteúdo sério aos jovens de forma descontraída e auxiliar no desenvolvimento social através de jogos educativos.

O jogo será desenvolvido em duas dimensões (2D) e disponibilizado através de um aplicativo gratuito para smartphones com sistema IOS e Android, tendo em vista que é o mais utilizado pelos consumidores. Seu formato será formado através de um mapa interativo da cidade, com questões sobre as primeiras imagens tiradas no município, antes de sua emancipação, na década de 70.

O estudo analisará como jogos interativos, baseados em fotografias, podem apresentar novas possibilidades de narrativas jornalísticas para contar a história de Rondon para estudantes da rede pública de ensino. Assim, o problema central no qual se baseia esta pesquisa pode ser demonstrado na seguinte pergunta: O News game pode ser usado como uma ferramenta de ensino? Além dessa questão central, este trabalho também busca compreender algumas questões específicas: essa ferramenta tecnológica pode ser apresentada como meio alternativo, inovador, e fundamental para atrair o público? Essa ferramenta consegue passar as notícias de forma completa, sem que fique superficial? O objeto de pesquisa será constituído por conceitos, esclarecidos de modo epistemológico, a respeito da teoria dos jogos, fotografia, teoria da sociedade em rede e narrativas jornalísticas.

2. Referencial Teórico

2.1 Midiamorfose

O termo foi criado por Roger Fidler (1998), para refletir de forma unificada sobre os meios de comunicação e suas evoluções tecnológicas. Para o autor, midiamorfose consiste no processo de hibridização do surgimento de novas mídias em relação as anteriores. Essa análise também pode ser levada em consideração para aproximar webjornalismo e games.

Fidler afirma que é possível observar no sistema da comunicação que o surgimento das novas mídias não acontece por acaso, mas de adaptações e mudanças de mídias já existentes, que a partir delas surgem produtos novos. Para Roger Fidler (1998, p. 21), o termo é definido como: “Mediamorfosis: a transformação dos meios de comunicação, como resultado da interação entre as necessidades

percebidas, as pressões políticas e de competência, e das inovações sociais e tecnológicas.”

Durante o desenvolvimento de midiamorfose pode acontecer tanto a adaptação das tecnologias, quanto a coexistência entre elas. A partir disso, apresenta-se aqui a proposta de compreender a midiamorfose enquanto evolução de softwares e comunicação em suas diversas formas. Esse processo pode estar prestes a acontecer na conexão do jornalismo com os jogos, através de notícias-jogos, dentre outros modelos.

Através da convergência, o webjornalismo pode ser integrado a um único lugar, que é a internet. Nesse mesmo sentido, a prática jornalística que abrange a produção de notícias, também está inserida nesse contexto online, podendo ser acessada por diversos meios. Portanto, esse termo pode ser definido como a função de veicular informações na área da comunicação digital, mas com algumas modificações de apresentação e formato.

Carlos (2020) afirma que “Sob esta ótica, o próprio webjornalismo seria fruto da mídiamorfose, na medida em que se influencia nos padrões digitais criados em linguagem HTML e outras formas de publicação impressa.”

2.2 Cibercultura

O conceito de comunicação vem se modificando, provocando ações inovadoras em relação aos ciberculturas. Algumas teorias da cibercultura explicam essas transformações que se apresentam como a nova realidade, cada uma de acordo com um ângulo diferente, seja na perspectiva de compartilhamento de informações ou até mesmo na parte econômica.

Segundo Kroker e Weintein esta é a nova era onde a máquina se torna mais importante do que a vida. “As criaturas incapazes de se ajustar semiótica e praticamente ao ritmo acelerado das instituições tecnológicas tendem a ser excluídas, tornando-se obsoletas e, portanto, descartáveis, um lixo informático, no caso, como sugeriram Kroker e Weinstein” (apud RUDIGER, 2011, p. 202).

Já Pierry Levy tem uma visão mais positiva do que se apresenta na nova era tecnológica. “Em geral me consideram um otimista. Estão certos. Meu otimismo, contudo, não promete que a Internet resolverá, em um passe de mágica, todos os problemas culturais e sociais do planeta” (2000, p. 11).

Atualmente a convergência digital tem trazido para a indústria de mídia mudanças importantes em relação ao modo de produção dos meios jornalísticos. As tecnologias digitais passam a fazer parte do mercado das notícias, causando uma mudança na cultura e nos formatos do jornalismo.

Para Bauman (2007, p7) essas transformações podem ser chamadas pelo termo que ele cunhou de líquido-moderna, e se enquadram perfeitamente no jornalismo e suas mudanças, levando em consideração que as formas de produção deste meio estão em constante mudanças na sua forma de produção. “As condições sob as quais seus membros agem mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.”

É possível notar que nos últimos anos o modelo de audiência da comunicação passou por mudanças, e pode ser definido num cenário onde os usuários dessas mídias possuem liberdade para se comunicar, ao contrário dos modelos mais limitados de rádio e imprensa escrita.

De certo modo os leitores e telespectadores foram mudando até chegarem a ser editores e produtores de conteúdo. (TOFFLER, 2007).

De acordo com Primo (2003), esse consumidor pode ser chamado de interagente, já que possui tecnologias e é ativo no processo de construção do conteúdo. De acordo com isso, Lévy (1998) o ciberespaço se apresenta como o novo meio de comunicação:

Quase todo mundo pode publicar um texto sem passar por uma editora nem pela redação de um jornal. Isso vale para todos os tipos de mensagens possíveis e imagináveis (programas de informática, jogos, música, filmes etc.). Passa-se assim de uma situação de seleção a priori das mensagens atingindo o público a uma nova situação na qual o cibernauta pode escolher num conjunto mundial muito mais amplo e variado, não triado pelos intermediários tradicionais (LÉVY, 1998, p.45).

Já Sataella (2004) a partir das bases da semiótica peirciana, chama esse consumidor de leitor imersivo, que é alguém inserido nas novas tecnologias, e o classifica em perfis diferentes: navegador errante, que se enquadra em abdução, o detetive, na indução e o previdente para dedução.

É um leitor implodido cuja subjetividade se mescla na hiper-subjetividade de infinitos textos num grande caleidoscópio tridimensional onde cada novo nó e nexos pode conter uma outra grande rede numa outra dimensão. Enfim, o que se tem aí é um universo novo que parece realizar o sonho ou alucinação borgiana da biblioteca de Babel, uma biblioteca virtual, mas que funciona como promessa eterna de se tornar real a cada clique do mouse (SANTAELLA, 2004, p. 33).

Diante da comunicação digital é quase automática a mudança do papel do jornalista, que vive diante da necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos na área, notando a necessidade de um olhar

para a multimídia e o domínio de novas técnicas da área digital, além de entender o funcionamento das redes sociais para divulgar esses produtos. Atualmente o jornalismo está se transformando, e o mercado passa a necessitar de um profissional que consiga atuar no meio digital. “As tecnologias digitais e a produção híper e multimidiática têm, assim, implicações diretas na prática, no perfil e na formação do jornalista” (SANTOS; TONUS, 2010, p. 152).

Atualmente as empresas buscam profissionais multimídia na área do jornalismo, que vão atuar num contexto de elaborar narrativas inovadoras, utilizando recursos tecnológicos que proporcionam tais objetivos. Para Gradim (2003, p.117) os jornalistas do futuro vão atuar cada vez mais sozinhos, carregando seus materiais de trabalho e munidos de aparelhos tecnológicos para produzir e editar notícias para diferentes tipos de mídia ao mesmo tempo. “o supereficiente jornalista multimídia que revoluciona a produção e transmissão de notícias do futuro, e de que já haverá alguns exemplares no mercado. Que apaixona alguns, mas atemoriza muitos mais” (GRADIM, 2003, p. 117).

Nesse sentido, a indústria midiática se mostra necessitada de novos modelos de negócios focados no jornalismo on-line. Mancini (2011, p. 109) questiona se “Podemos construir novos produtos com velhas fábricas? Depois de décadas otimizando os modelos de negócio, agora é hora de olhar para dentro e repensar os modelos produtivos”.

2.3 Origens Dos Jogos Eletrônicos

Segundo Amorin (2006) O jogo que é considerado o primeiro videogame foi um jogo de tênis de mesa, desenvolvido pelo físico Willian Higinbotham em 1958.

De acordo com Novak (2010), os departamentos de pesquisas das universidades norte-americanas ganharam destaque na criação e desenvolvimento de jogos, mas havia outras partes interessadas, como o exército, que utilizava jogos eletrônicos para distrair os soldados depois dos treinos. É possível observar que os jogos eletrônicos despertam diversos interesses em variados segmentos da sociedade, para diversos fins.

A indústria de games passou por transformações com a disseminação do uso dos computadores pessoais. Os PCs proporcionaram o direcionamento para os jogos serem destinados ao lar, algo que antes só era disponível nos laboratórios de pesquisa. Mas o que deu popularidade aos jogos online foi a internet se tornar comercial para o grande público.

Depois de décadas de desenvolvimento em paralelo, os segmentos de games para console e para computador começaram a experimentar certo grau de convergência tecnológica, com a intersecção de características desses mercados anteriormente separados. Isso foi impulsionado por uma evolução inesperada no campo dos games on-line. O mundo on-line tornou-se um lugar popular de comunicação e entretenimento (NOVAK, 2010, p. 33).

2.4 Newsgames

Segundo Jellinek (2014) o futuro do jornalismo online será realizado de maneira profissional, como ocorre nos formatos atuais, e pode ser mais viável economicamente falando, porque diminui a quantidade de pessoas e equipamentos envolvidos na produção, além de poder estar em vários lugares ao mesmo tempo. Enquanto o destino da comunicação se baseia em possíveis cenários do que pode se tornar

o jornalismo, é importante compreender uma dessas possibilidades de novas tecnologias que se apresentam, que é o News Game.

Nos últimos tempos vários segmentos do mercado passaram a se apropriar de novas ferramentas de interação, como os jogos online. Na publicidade essa ferramenta é chamada de advergames, e no jornalismo existe os newsgames, já na comunicação e política o termo varia para serious games.

A escolha por novos métodos de divulgação dos trabalhos foi motivada pela necessidade de atrair o público, já que os jogos geralmente têm uma estrutura divertida, que proporcionam motivação e são mais atraentes. Essa demanda de atrair a atenção do público cresce cada vez mais, já que o público está cada vez mais consumido os conteúdos da internet, quando junta as técnicas do jornalismo com a tecnologia, é possível compreender novas formas de produzir as notícias e de consumi-las. Além disso, é possível falar de assuntos complexos, que geralmente não atraem muito os consumidores, de forma divertida (BOGOST; FERRARI; SCHWEIZER, 2010).

Para Medeiros e Stein (2012), é possível apresentar o newsgame como uma nova linguagem da comunicação, com possibilidades causar mudanças no jornalismo convencional, que em muitas situações é desvalorizado pelo público jovem, para algo mais atrativo, gerando novas oportunidades para a indústria midiática.

Diante disso, podemos afirmar que os newsgames representam o início do jornalismo imersivo, onde novas tecnologias são exploradas, proporcionando ao usuário novas formas de consumir as notícias. “como ele mesmo, como um visitante ganhando acesso em primeira mão para uma versão virtual da locação onde a notícia está sendo desenvolvida, ou pela perspectiva de personagem retratado na notícia” (DE LA PEÑA et al., 2012, p. 292).

Alzamora e Tarcia (2012, p. 31) descrevem o jornalismo de imersão como “a produção de notícias de modo a permitir às pessoas experimentarem como protagonistas situações ou eventos descritos em uma reportagem”. Ou seja, o leitor passa a fazer parte da história que foi criada virtualmente. De acordo com as autoras, o newsgame é também uma experiência da transmídia.

A perspectiva transmidiática pressupõe não apenas complementaridade midiática, embora esta seja uma característica relevante do processo, mas principalmente deslocamento das características tradicionalmente marcadas pelos ambientes midiáticos. Constituiria, assim, zonas reticulares de miscigenação de gêneros e formatos entre conexões de mídias digitais. O jornalismo transmídia, assim, se constituiria nos interstícios da rede intermídia, não sendo possível caracterizá-lo como específico de qualquer ambiente isoladamente (ALZAMORA; TARCIA, 2012, p. 31).

2.5 Jogos Voltados Para Educação

Como já foi abordado, os jogos não são idealizados e destinados apenas para entretenimento, seu alcance pode ir muito além disso. Para Zanola (2010) os games tem o poder de contribuir no processo de aprendizagem, auxiliando na assimilação de conteúdo para crianças e adolescentes. Nesse sentido, o game pode ser utilizado como método pedagógico. “Ao se colocar como objeto da comunicação e da educação, o jogo eletrônico abriu-se numa perspectiva que se amplia no contexto da formação cultural” (ZANOLLA, 2010, p. 27).

Para Novak (2010), jogos voltados para educação podem ser desenvolvidos para ensinar, ao mesmo tempo de distraem, se trata de uma ferramenta pedagógica. “permitem que os jogadores adquiram conhecimentos sobre objetos do mundo real (como os controles na cabine

de um jato) enquanto jogam e aplicam conhecimentos adquiridos fora do game” (NOVAK, 2010, p. 76).

No entanto, essa ferramenta de entretenimento deixa de ser apenas lazer e passar e ocupar espaços de mobilização e transformação social “Ao desmistificar o jogo, tanto como brincadeira quanto como manifestação de pura racionalidade, carece canalizar a atenção para a complexa relação entre o jogo eletrônico e a educação na sociedade contemporânea” (ZANOLLA, 2010, p. 43).

3. Procedimentos Metodológicos

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos durante o trabalho. Para o estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com estudantes do ensino médio da rede de ensino público.

Para elaborar a estrutura do pensamento e compreender as questões que giram em torno do assunto, é necessário realizar a pesquisa. Para Gil (2002), define que essa prática é um procedimento que visa responder as questões propostas na pesquisa. Para este trabalho, foi fundamental para constatar que é necessário o desenvolvimento de um produto para contar a história de Rondon do Pará. Para o autor, a pesquisa bibliográfica é baseada em materiais disponíveis em livros e artigos científicos.

Os autores Medeiros e Stein (2012), mostram que é possível apresentar o newsgame como uma nova linguagem da comunicação, com possibilidades causar mudanças no jornalismo convencional, que em muitas situações é desvalorizado pelo público jovem, para algo mais atrativo. Portanto, seguindo a linha da pesquisa bibliográfica, é possível compreender a importância de novas estratégias dentro do jornalismo. Já em relação a compreensão e delimitação do tema, o

autor Pierry levi (1998) traz conceitos sobre a utilização do ciberespaço que possibilitam essa abordagem.

Para identificar a necessidade dos estudantes em obter um newsgame sobre a história do município, foi aplicado um questionário, onde 86 alunos responderam um questionário, e uma pesquisa com um grupo focal de dez alunos do ensino médio da escola Dionísio Bentes. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2022. As questões envolveram a relação dos estudantes na utilização da mídia, se conhecem a história da cidade, se jogariam um game, em que formato preferem e se se interessam mais por conteúdos dos meios convencionais ou se adequam melhor a produtos tecnológicos. Para (Duarte 2005, p 2) Através das entrevistas é possível identificar alternativas para o direcionamento do trabalho.

4. Análise E Discussão Dos Dados

O objetivo deste trabalho é proporcionar aos alunos a compreensão sobre a história local para que possam refletir sobre a realidade da comunidade em que vivem e entenderem como fazem parte da construção da identidade cultural e social do local.

Será desenvolvido um jogo 2D, que deve funcionar como um quiz, sobre a história de Rondon do Pará, que começou com a construção da rodovia PA 70, atual BR 222, no início dos anos 1970. Através de um mapa interativo da cidade, com questões sobre as primeiras imagens tiradas no município, antes de sua emancipação, na década de 70, para fazer uma comparação com as fotografias desses mesmos locais atualmente. O conjunto de questões será formado por imagens que se complementam, um recorte que conta basicamente como o município foi formado.

Na primeira etapa, a pré-produção, deve ser escolhido o roteiro, coleta dos materiais, formulação das questões, seleção das imagens utilizadas no jogo, cores, layout e trilha sonora. A segunda etapa será a produção, na qual o jogo será desenvolvido. O quiz será formado por dez questões, cada uma acompanhada de fotografias feitas pelos moradores na década de 70.

O jogador deve responder a que lugar essas imagens correspondem atualmente, com alternativas de pontos conhecidos na cidade. Ao responder à questão, deve aparecer se a pergunta foi respondida certa ou errada e em seguida o usuário será direcionado automaticamente para uma página que contém a imagem atual do lugar, com texto sobre o local e um vídeo de no máximo 60 segundos com entrevistas e mais informações sobre o município. E assim sucessivamente, ao final das dez questões o jogador receberá uma pontuação.

O jogo deve se chamar Cada Clique uma História, pensando em um nome fácil, e que corresponde a atividade desenvolvida, que é basicamente um contexto em que cada questão corresponde a uma história.

Este trabalho será desenvolvido para jovens do ensino médio, com idade entre 13 e 18 anos, da rede pública de ensino. Tendo em vista que esse é o público que mais consome jogos online dentro das plataformas.

O game deve apresentar um mapa real ilustrativo de Rondon do Pará, onde é possível clicar em determinados pontos do mapa e ver informações do local, com trilha sonora, e cenários. Cada ilustração tem sua função na composição do produto.

Para obter as informações que vão estar presentes no jogo, deve ser realizada uma entrevista com os moradores mais antigos da cidade, que presenciaram o processo de construção da cidade, na

década de 70, além de consultar professores de história para acrescentar no conteúdo suas experiências em sala de aula.

4.1 Importância Em Desenvolver Ferramentas Inovadoras

Muitos profissionais estão sendo demitidos, anunciantes trocando os jornais por outras plataformas como as redes sociais Facebook e Instagram, além do aumento de conteúdos sensacionalistas que chamam mais a atenção do público. Os produtos mais densos, como as grandes reportagens, têm pouco consumo, dentre outras ferramentas de vídeo que atraem os leitores e ocupa o espaço dos jornais.

Portanto, criar estratégias para atrair o público é fundamental para a evolução da comunicação, através de novos métodos para pensar a notícia, e na forma como os consumidores vão interagir com o conteúdo.

4.2 História De Rondon Do Pará

Rondon do Pará é um município emancipado há 40 anos, situado na mesorregião sudeste do Pará, distante cerca de 523 km da capital, Belém. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), do censo 2021, a população do município é de 53.242 pessoas. Localizado as margens da BR-222, a cidade faz divisa com o estado do Maranhão, e sua economia gira em torno de atividades agrícolas, comércio local e serviços. O município foi formado a partir da política estabelecida pelo governo da ditadura militar para a Amazônia, cujo lema era “Integrar para não entregar”, como aponta MORAIS, 2000, p. 59. Na época, estabeleceu-se a construção da rodovia PA-70, em 1968, que atraiu imigrantes de diversas regiões do país e formaram acampamento as margens da construção, dando

início assim a um pequeno povoado. Esse processo aconteceu de forma conflituosa, marcado disputa pela terra.

4.3 Público-Alvo

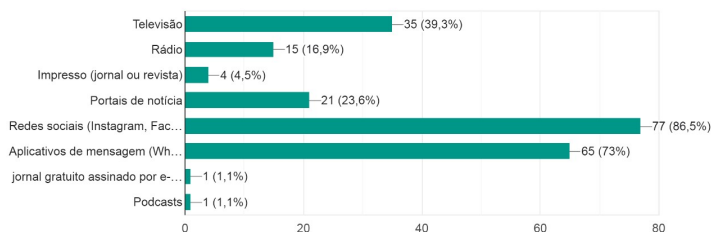
Uma pesquisa realizada pela Bain e Company, empresa de consultoria, que entrevistou cinco mil jogadores nos Estados Unidos, Brasil, China e Japão, entre outros países mostra que o público gamer com idade entre 13 e 17 anos gasta em média 40% do seu tempo em ambientes de jogos do que em outras plataformas online como redes sociais e streamings. Segundo o relatório, aproximadamente metade desses jovens demonstraram interesse em ter outras experiências nos jogos além do entretenimento, como eventos escolares no metaverso.

Tendo em vista o grande potencial para desenvolver conteúdos para esse público, foi realizada uma pesquisa para entender como esses jovens consomem notícia, para compreender de que forma é possível se aproximar e produzir um conteúdo que desperta a atenção desse grupo.

Foi aplicado um questionário com 35 questões para 89 estudantes do ensino médio da escola Dionísio Bentes de Carvalho, que investigaram como esses jovens se relacionam e consomem produtos da mídia.

Um dos dados importantes a ser levado em consideração nesta análise, é que 86% dos entrevistados afirmaram usar as redes sociais como Instagram e Facebook, para se informarem sobre as notícias, desses, 37% usam o WhatsApp como principal meio de adquirir informações. Apenas 23% disseram usar portais de notícias, e outros 23% consomem informação na televisão.

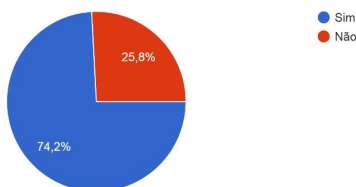
Quais meios de comunicação que você utiliza para se informar? (pode marcar mais de uma opção)
89 respostas



Fonte: autor

Em relação ao contato desses jovens com veículos de comunicação nas escolas, 74% responderam que não tem, ou seja, afirmaram que em sala de aula não é abordado conteúdo ou produtos do jornalismo.

Você já teve contato com veículos de comunicação na escola? (Por exemplo: professor usar um material de rádio, tv, impresso ou internet para ilustrar uma aula)
89 respostas



Fonte: autor

Já em relação aos serviços de streaming consumidos por esse público, 80% apontaram a Netflix, plataforma de filmes online como principal serviço consumido. Este dado aponta o grande interesse desse grupo por produtos de entretenimento.

Para se informar sobre assuntos locais, 80% disseram usar as redes sociais, e outros 54% utilizam sites e blogs. É possível compreender, através dos dados analisados a necessidade de produzir conteúdos jornalísticos com informações relevantes que consigam chamar atenção dessa parcela da população, ou seja, desenvolver um produto para competir com essas outras plataformas.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa com um grupo focal de dez alunos para saber como o conteúdo da história local é abordado, e que tipo de produto eles preferem consumir. Foi constatado que assuntos relacionados a história do município são pouco explorados em sala de aula, demonstrando a necessidade de desenvolver conteúdos voltados para esse tema. Além disso, os games são a principal plataforma de interesse desses jovens em consumir conteúdo. Foi observado o grande interesse do grupo em conhecer a história de Rondon através de um jogo.

4. Considerações Finais

É fundamental pensar sobre as possibilidades que os News games podem trazer para a forma de divulgar as notícias, com uma interface inovadora, ampliando o ato de ler notícias para uma atividade divertida.

Portanto, realizar pesquisas e projetos com foco na região são fundamentais para o desenvolvimento social, principalmente para o contexto de Rondon do Pará, um município que pode ser descrito como um deserto de notícias, já que não tem veículos de comunicação feito por profissionais do jornalismo.

A criação de um Newsgame voltado para o público jovem, vai proporcionar uma experiência inovadora, por meio de um jogo educativo, que pode ser utilizado como ferramenta de ensino nas salas de aula, levando conteúdo sério de forma descontraída, garantindo assim um espaço na disputa da atenção desse público e fazê-los se interessarem pela história local.

Esta pesquisa deve ser concluída em quatro meses, tendo seu fim com a entrega do resultado do projeto, em março de 2023. A pesquisa está sendo desenvolvida em duas fases, na primeira, que

se iniciou em agosto de 2022, onde os materiais para compor o jogo estão sendo coletados. A segunda é o desenvolvimento do produto, que deve ser realizada entre janeiro e fevereiro do próximo ano. Esta etapa dura aproximadamente um mês. Após o desenvolvimento do produto, deve-se esperar a licença para disponibilizar o game nas lojas da Apple Store e Play store, que ocorre em no máximo um mês.

REFERÊNCIAS

ALZAMORA, Geane; TARCIA, Lorena. Convergência e transmídia. *Brazilian Journalism Research*, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2012. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/401>>. Acesso em: 22 mai. 2022

AMORIN, A. A origem dos jogos eletrônicos. USP, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOGOST, Ian; FERRARI, Simon; SCHWEIZER, Bobby. *Newsgames: Journalism at play*. Cambridge: MIT Press, 2012.

CARLOS, Weliton. *Newsgames: webjornalismo e conexões com jogos eletrônicos*

DE LA PEÑA, Nonny et al. Immersive journalism: immersive virtual reality for the first-person experience of news. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*, Boston, v. 19, n. 4, p. 291-301, ago. 2010. Disponível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/PRES_a_00005>. Acesso em: 24 mai. 2022.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

FIDLER, R. *Mediamorfosis - comprender los nuevos medios*. Buenos Aires: Granica, 1998.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/ Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GRADIM, Anabela. O jornalista multimídia do século XXI. In: SERA, Paulo; FIDALGO, Antônio (Orgs.). Jornalismo Online. Informação e Comunicação Online, v. I. Covilhã, Portugal: Projecto Akademia, 2003. p. 117-134. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110829-fidalgo_serra_ico1_jornalismo_online.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2021.

JELLINEK, Sérgio. A promessa do jornalismo digital independente. In: Observatório da Imprensa. Ed. 803. 17 jun. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed803_a_promessa_do_jornalismo_digital_independente>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BAY e Company. [S. l.], 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.bain.com/pt-br/about/media-center/press-releases/south-america/2022/jovens-gamers-gastam-mais-tempo-e-dinheiro-no-metaverso-aponta-pesquisa-da-bain/>. Acesso em: 26 out. 2022.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. Disponível em: <<http://bit.ly/1L19aS9>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MANCINI, Pablo. Hackear el periodismo: manual de laboratorio. Buenos Aires: La Crujía/ Futuribles, 2011.

MATTAR, João. Games em educação: como nativos digitais aprendem. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

MEDEIROS, Danielle Rufino de; STEIN, Mônica. Jogos jornalísticos: games transgredindo o lead e atraindo jovens. In: SBGAMES, 11, Brasília, 2-4 nov. 2012. Anais... Brasília, 2012. p. 1-4. Disponível em:

<<http://sbgames.org/sbgames2012/proceedings/papers/gamesfor-change/g4c-06.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

MORAIS, Maria de Jesus. Rio Branco - Ac, uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. 2000. Dissertação (Programa de Pós-graduação) - Mestrado em Geografia, Florianópolis-SC, 2000.

NEWZOO. Brazilian games market to hit \$2.3bn in 2021. Nov. 20, 2020. Disponível em: <https://newzoo.com/insights/articles/brazilian-games-marketconsumer-insights-brazils-mobile-players-are-likely-142referências-to-play-competitive-midcore-games>. Acesso em: 18 maio 2022.

Pesquisa Game Brasil. 2022. Disponível em: [http:// pesquisagamebrasil.rds.land/2022-painel-gratuitopgb22](http://pesquisagamebrasil.rds.land/2022-painel-gratuitopgb22). Acesso em: 4 mai. 2022.

NOVAK, Jeannie. Desenvolvimento de games. Tradução: Pedro Cesar de Conti. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva. Fronteiras: Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1J7vpF6>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

RUDIGER, Francisco. As Teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Editora Sulina. 2011

SANTAELLA, Lúcia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

STATISTA. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: 5 maio 2022

TOFFLER, Alvin. A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Adriana Cristina Omena; TONUS, Mirna. Breve panorama da inserção das tecnologias da informação e comunicação na formação de jornalistas em Uberlândia, MG. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Ponta Grossa, v. 1, n. 7, jun.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view-File/175/127>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. Videogame, educação e cultura: pesquisas e análise crítica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

CAPÍTULO 13

EDUCOMUNICAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

GOMES, Maria Vitória Campos¹
BASSI, Ingrid Gomes²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.13

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

O projeto já teve seu piloto em 2019, e com o início da pandemia acabamos aguardando o retorno presencial. Nessa ocasião, o projeto contou com duas turmas de 9º ano, uma matutina e outra vespertina. A turma que participou do projeto pela manhã foi a turma vespertina, com oito estudantes, a maioria constante nas oficinas, workshops e atividades.

Durante à tarde, a turma matutina também foi constante, com 14 estudantes, em média. A escola do Ensino Fundamental E.M.E.F. Adolfo Soares de Moraes fica no centro da cidade, e é umas das maiores escolas de Rondon do Pará, em termos de alunas e alunos e da estrutura física. A escola conta com aproximadamente mil alunas e alunos atualmente. O município tem aproximadamente 50 mil habitantes, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2019.

Nosso problema/ questão de pesquisa se enquadra no contexto local ausência de ações sistemáticas, como um projeto de extensão, na área da educação, em que a comunicação pudesse ser ponte de viabilização sociocultural sobre situações-problemas contemporâneos, no ambiente do Ensino Fundamental.

Como objetivo geral temos que produzir um meio de comunicação (jornal impresso, digital, revista, blog, site, podcast ou outros) com os alunos do nono ano da Escola Adolfo.

Por meio de encontros semanais na Universidade, com oficinas, conversas, orientações, debates, workshops e outras práticas de comunicação social. Já os específicos:

A) Colaborar aos estudantes (de graduação e do Ensino Fundamental) a inspiração da prática acadêmica e profissional,

trazendo pelo dia a dia da profissão de jornalismo e de comunicador a importância da informação ética, bem apurada e que respeite a ciência e a prática educativa.

B) Traçar um processo de produção comunicativa baseada na prática da não violência, enriquecendo a atividade educ comunicativa na gestão do Projeto na escola;

C) Sistematizar as informações coletados com os sujeitos do processo para a avaliação da pesquisa de extensão e reaplicação de outras temáticas oportunas às demandas locais;

D) Identificar na pesquisa práticas positivas de acesso à temas complexos com o público-alvo do projeto, como preconceitos, bullying, discriminação e outros.

2. Referencial Teórico

A inserção no ambiente escolar da comunicação não-violenta proporciona uma confiança no combate à violência na sala de aula, que insere várias situações e temática, desde o bullying à agressão física e uma comunicação centrada na compreensão e não na imposição. Diante dessa realidade, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) vem desenvolvendo pesquisas desde o início da década de 90 sobre o novo paradigma da educação. Através de vários organismos internacionais e pela Comissão Internacional, a pesquisadora Maria Angélica Santos (2018) baseada nos estudos de Rosenberg, Comunicação não-violenta, ressalta os quatros pilares de um novo tipo de educação capaz de atender as necessidades emergentes: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver.

Com base nesses pilares, a escola precisa ensinar a importância do diálogo e da paz, o que pressupõe preparar as crianças e os jovens

para um conjunto de habilidades sociais necessárias ao desenvolvimento de uma personalidade equilibrada; ao aprendizado de boas relações sociais e dos valores sócio morais; ao aprimoramento das relações interpessoais, sobretudo através da comunicação eficiente; à compreensão das diferenças interculturais e à cultura da não violência. Caberá à escola a partir de sua função social e política, transformar-se em espaço de convivência saudável, ou seja, construindo e vivenciando práticas de Cultura de

Paz, como condição para garantir o sucesso da educação, explica Santos (2018). A comunicação é considerada um instrumento fundamental no processo de esclarecimento e mediação de conflitos, principalmente no âmbito educacional e social. Logo, o educador é um importante interlocutor para trocar a comunicação uma como ferramenta de desaprendizagem da violência na rede de ensino para uma proposta que prima por relações saudáveis entre as pessoas envolvidas. Assim, a conceituação da noção de cultura de paz coloca em pauta diversos debates, especialmente em torno do uso da comunicação como recurso para construção e legitimação de condutas e comportamentos que são moldados a partir da linguagem e da cultura.

Nesse sentido, a comunicação constitui nossa forma de nos relacionarmos com o mundo e existirmos nele. No entanto, considerando que cada indivíduo possui seu próprio sistema cognitivo, percepções, valores pessoais e motivações, observa-se um padrão pessoal de referência que torna bastante pessoal e singular a interpretação de fatos e coisas. Estimular o discente com a comunicação não-violenta produz uma nova realidade para ele, e coíbe a violência cultural, explica Santos (2018).

Segundo Marshall Rosenberg, a comunicação realizada com eficácia e empatia proporciona mudanças nas ações e nos valores

comuns do indivíduo. Assim, o papel da escola deve buscar discutir os problemas que envolvem as práticas de violência, especialmente na perspectiva do desenvolvimento de ações educativas capazes de promover a superação desses problemas (apud SANTOS, 2018). Desta forma, a complexidade do fenômeno em questão nos remete a pensar em práticas educativas e comunicacionais como ferramenta de desconstrução de toda forma de violência.

3. Procedimentos Metodológicos

Para essa pesquisa de extensão utilizamos o referencial da metodologia de pesquisa participante, da autora Cicilia Krohling Peruzzo (2015). Esse método foi definido a partir da relação de proximidade das/os pesquisadoras/es com o contexto e momentos investigados. A interação com esse ambiente de extensão é uma das práticas centrais das oficinas e encontros com as turmas do Ensino Fundamental da Escola Adolfo Soares a serem realizadas no ano de 2022.

No decorrer das atividades pretendemos dar continuidade na convivência com as turmas de discentes, interagindo e compartilhando com os contextos estudados, nas oficinas, nas dinâmicas, nos debates e nos questionários de feedback, nos encontros de produção e edição dos textos para o Jornal Adolfo (ou outro formato de comunicação que pretendam desenvolver), além das conversas informais de trocas de saberes e expertises. Também definimos esse método, de pesquisa participante, pelo crédito da metodologia proporcionar assumirmos o papel do outro, a partir do processo de interagir com as expectativas e posicionamentos de vida desses sujeitos ativos e prospectivos diante das situações novas e, por vezes, complexas.

Segundo Krohling Peruzzo os procedimentos para a pesquisa participante dependem das atividades de “co-vivenciar”, “ver as coisas de dentro” e “assumir o papel do outro” (2015, p.126). Entretanto essa proposta não permite ao pesquisador se confundir com os pesquisadores e suas histórias de vida, por mais sensíveis e de proximidade empática que as identidades (pesquisador e pesquisado) possam se envolver, entre sujeito e situação-pesquisada.

Nesse sentido a prática da pesquisa participante sugere do pesquisador o papel de fazer parte do grupo investigado, compartilhando as atividades com as/os sujeitos, incluindo-se na interação como membra/o na pesquisa. “Trata-se de uma opção que exige muita maturidade intelectual; acentuada capacidade de distanciamento, a fim de não criar vieses de percepção e interpretação – o que não quer dizer neutralidade; e responsabilidade para com o ambiente pesquisado” (PERUZZO, 2015, p.137). Outro fator de destaque da pesquisa participante, é a transparência de intenções da pesquisa para o grupo pesquisado, bem como da anuência pela equipe ao pesquisador.

Esses processos de inclusão do investigador e no cuidado com a gestão da pesquisa e situação pesquisada, foram problematizações pontuais do início ao final das atividades de extensão e deve seguir sendo o norte metodológico, na sequência do Projeto.

Cicilia Peruzzo também afirma associação da pesquisa participante com indicativos sociais que podem promover transformações no universo social da pesquisa-situação. Afirma que na área da Comunicação Social, a pesquisa participante apresenta três pontos de finalidades acadêmicas ligadas ao propósito de mudança social. O primeiro está ligado aos processos populares de comunicação, para que estejam mais voltados para o desenvolvimento social. O segundo preocupa-se com as mediações nas atividades de recepção. O terceiro está ligado às soluções de comunicação nos grupos populares e al-

ternativos, assim como propor também melhorarias das condições de vida dos grupos pesquisados (PERUZZO, 2015, p.131).

4. Análise E Discussão Dos Dados

O projeto de Educomunicação e Não violência teve continuidade em agosto de 2022. A docente responsável pelo projeto, juntamente com a bolsista do mesmo, compareceu a escola Adolfo para convidar os alunos do 9º ano a fazerem parte, além de explicar como funciona e comentar os progressos e experiências que tiveram com o projeto. Os estudantes interessados receberam uma autorização para ser assinada por seus responsáveis legais, posto, que são menores de idade.

O primeiro encontro foi realizado no dia 22 de agosto e contou com a presença de três alunos. Logo, a docente, Ingrid G. Bassi, com auxílio de sua bolsista, Maria Vitoria C. Gomes, realizaram uma aula de introdução à notícia, na qual apresentaram para os estudantes, ainda leigos em assuntos comunicacionais, alguns conceitos jornalísticos, tais como: pauta, apuração, fonte, diferenças entre notícias e entrevistas, como funciona a mídia para personagens com mais influência e as notícias através de revistas, levando como exemplo a “Vida Simples” que possui uma estética diferente relacionada às revistas comuns já vistas pelos alunos, que levaram um exemplar da mesma para as suas casas.

No decorrer do encontro, a docente propôs um breve exercício sobre quais assuntos, relacionados ao Adolfo, os alunos poderiam desenvolver uma notícia. Logo, após acabarem seus exercícios, foi feita uma roda de conversa, na qual foi discutida suas pautas, que são dúvidas pertinentes que os alunos possuem, como: merenda escolar, saúde mental e bullying. Os interessados na oficina apresentaram

uma excelente articulação na discussão das pautas, deixando claro seus pensamentos diante dos assuntos abordados.

O segundo e terceiro encontros foram ministrados pelo técnico em assuntos educacionais do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Vinicius Leite Alcântara com ajuda da bolsista do projeto. No segundo encontro, o técnico exibiu slides que mostravam o conceito e exemplos de bullying, trazendo os cinco tipos mais comuns de bullying, o verbal, psicológico, físico, social e o cyberbullying. Vinicius também comentou das consequências negativas que o bullying implica na vida de crianças, adolescentes e as inseguranças que são levadas para a vida adulta deles. Os alunos também acrescentaram suas experiências com bullying no ambiente escolar, seja observando a ofensa ser efetuada a um colega de classe ou a diretamente para eles, além de compartilharem a maneira que conseguiram lidar com essas violências.

Como mencionado acima, o técnico do ICSA também lecionou o terceiro encontro, no qual levou conceitos de inteligências múltiplas, ampliando o conhecimento dos alunos sobre os vários tipos, sendo essas: Inteligência lógico matemática, linguística, espacial, físico-cenestésica, interpessoal, intrapessoal, musical, natural e existencial. Vinicius fala sobre o tabu relacionado a esse assunto, já que uma parte da sociedade também tem padrões para inteligência, e ressalta que cada pessoa possui a sua e o que mais deve ser levado em consideração é o esforço que é necessário para aprender novas visões de mundo. No final foram feitos testes em cada um dos alunos para conseguirem identificar quais as suas principais inteligências.

No quarto encontro, a docente Ingrid ressaltou novamente os conceitos de notícias e a forma de produzir, na intenção dos alunos compreenderem melhor, levando em consideração que eles irão elaborar uma notícia e farão reportagens para isso. Já no quinto encontro Ingrid e sua bolsista apresentaram a Comunicação Não

Violenta e sua importância no diálogo com outras pessoas, e como a maneira que você se expressa para o outro pode ter várias interpretações se não for claro o suficiente.

Dessa forma, os discentes do Adolfo dividiram suas vivências relacionadas à má interpretação de suas frases e concordaram que a várias maneiras de dialogar; e optar pela não violenta é uma escolha sábia.

Depois da introdução do conteúdo, a professora passou uma atividade que foi retirada do livro “Comunicação Não-Violenta” de Marshall B. Rosenberg, no qual possuem alternativas para serem escolhidas de acordo com o que você entende que é a resposta correta para expressar sentimentos, necessidade, pedidos etc. É possível observar as resoluções com a explicação do porquê a frase está certa ou errada de acordo com o autor. Os estudantes deram ótimos resultados e se mostraram empolgados e interessados no exercício, visto que, sempre comentavam suas escolhas e manifestavam ansiedade, animação e apreensão no momento de revelar a resolução.

No sexto encontro com os alunos o intuito foi filtrar e separar os assuntos que eles gostariam de abordar na sua reportagem, foi o momento de separar a pauta, discutir suas ideias e tirarem dúvidas relacionadas à forma de execução da reportagem, também foram ensinados meios de entrevistar suas fontes e alguns pontos indispensáveis em uma entrevista, especificamente perguntas que são fundamentais e importantes como a idade, o nome e qual função o entrevistado possui.

Assim, os dois alunos presentes optaram por saúde mental, um tema de grande interesse para eles e para os colegas, e projeto de leitura, que é um projeto originado no Adolfo onde a professora de língua portuguesa escolhe um livro para ser apresentado em sala de

aula, no dia da apresentação são feitas várias decorações em sala de aula, chegando a ter alunos que se caracterizam como personagens do livro selecionado.

Além da separação das pautas, foi um momento de definir quais conteúdos além da notícia escrita os alunos gostariam de produzir, o que resultou na dúvida entre podcast e produção de conteúdo para o tiktok, rede social usada para criar e assistir vídeos curtos. No fim, os alunos optaram pelo tiktok e demonstraram estar animados e ao mesmo tempo inseguros, já que é a primeira vez que irão produzir conteúdos dessa maneira.

Para os dois estudantes que continuaram nas oficinas, o sétimo encontro foi marcado pela definição das fontes de suas notícias e as perguntas que seriam feitas para essas fontes, em uma forma de agregar e complementar sua notícia.

Os dois alunos decidiram entrevistar a Diretora, a Professora e os alunos da escola Adolfo. Logo, também foram determinadas as perguntas que seriam feitas para as fontes escolhidas.

Os alunos mostraram bastante perspicácia quanto a elaboração das questões, deixando claro seus esforços, envolvimento e o quanto estão gostando, mesmo sendo o primeiro contato deles com esse tipo de evento.

No encontro seguinte, com as pautas, perguntas e fontes decididas, foi um momento de revisitar tais decisões e começar as produções. Ingrid, levou a ideia de produzir um workshop com a presença de uma psicóloga, já que esse assunto é bem questionado na escola pelos alunos; os dois alunos seriam os mediadores de perguntas feitas pelos seus colegas. A dupla de alunos ficou empolgada com a ideia e concordaram em torná-la real, além do workshop, ainda será efetuada a produção da notícia e os vídeos para o tiktok.

No decorrer da aula, foram definidos datas, horários e locais dos quais seriam melhores de acordo com a disponibilidade dos alunos, de uma forma que não atrapalhe seus turnos de estudo.

Inicialmente, foi definido para o dia 28 de novembro, uma segunda-feira que de acordo com os alunos é um bom dia para realizar o evento, o local escolhido foi a própria escola dos discentes como uma forma de facilitar o acesso ao workshop, para que todos possam assistir sem nenhuma força contrária. No entanto, o ICSA entrou em recesso, e a docente também teve que pausar as atividades com os alunos do Adolfo, incluindo a organização para entrevistas e workshop. Dessa forma, a data do evento foi redefinida para dezembro.

Embora esteja em pausa agora, o projeto e tudo que já foi determinado vai ser concluído. A docente e sua bolsista estão felizes com os resultados já alcançados pelos alunos que sempre transparecem entusiasmo, disposição e desejo de saber e aprender mais. O projeto de Educomunicação tem o objetivo de fazê-los aprender e se compreender melhor, além de dar oportunidade de conhecer um ambiente como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, criando essa familiarização para eles e salientando que a escola superior é para todos que estão interessados em aprender mais.

4. Considerações Finais

No compartilhamento com as turmas do Projeto de Extensão compreendemos fazer parte de desdobramentos reflexivos e práticos sobre comunicação não violenta e educomunicação. A consciência pelas/os participantes do seu papel na construção da comunicação e na interação do ensino-aprendizagem com seus pares e fontes externas, como psicóloga, secretário de obras, motorista, professor entre outros,

permitiu incentivarmos formações educacionais e culturais para o desenvolvimento social mais humano e atento.

As possibilidades salutareis de ações e experiências voltadas para a constituição da cidadania, nas comunidades do nosso entorno, de onde falamos e agimos diretamente, a Amazônia oriental, requerem letramento crítico e posição de protagonismo, encaminhamentos que tentamos direcionar no Projeto.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 36 ed. Ver. Atual. São Paulo: Paz & Terra 2015.

PERUZZO, C. M. K. Observação participante e pesquisa-ação. In Barros, Antônio & Duarte, Jorge (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2015.

ROSENBERG, M. B. Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SANTOS, Maria Angélica da Silva Costa. A comunicação não violenta como instrumento para uma cultura de paz: Uma proposta para as escolas da rede estadual de Sergipe. Revista Ideia & Inovação. Vol. 04, No 02. Aracaju: Sergipe, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/5611/2834>. Acesso 20 nov. 2022.

SOARES, I. de O. Uma educação para a cidadania. Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>. Acesso 20 nov. 2022.

_____. Educomunicação e Educação Midiática: Vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. Revista Comuni-

cação & Educação. Ano XIX, No. 02, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>. Acesso 20 nov. 2022.

CAPÍTULO 14

EMPREENDER UNIFESSPA: DESPERTAR COMPETÊNCIAS POR MEIO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

CORREIA, Tainara de Sousa¹
MACHADO, Rogério Ruas²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.14

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é o aproveitamento de oportunidades e melhorias nos negócios, sendo um ato de inovação, ou seja, algo já existente, visando soluções para problemas em situações de conflitos, além de ter como intuito desenvolver no indivíduo a capacidade de se reinventar, assumindo responsabilidades e adquirindo habilidades no ambiente empresarial onde esteja envolvido (OLIVEIRA; et al,2017). Assim complementa os autores Benedetti, Rebello e Reyes (2006, p.2) referente ao comportamento do empreendedor sendo, “A orientação de suas decisões é o contínuo aproveitamento de oportunidades por meio de inovações, o que implica em assumir riscos moderados”.

No âmbito do mercado de trabalho, nota-se, o avanço da tecnologia e a necessidade de renovação no meio organizacional e logo se faz presente o empreendedorismo contendo uma visão estratégica, aptidão, criatividade, competência de cooperar coletivamente, entre outros. Na relação entre empregabilidade e empreendedorismo é possível identificar que o indivíduo necessita desses atributos para se manter empregado (WRIGHT; SILVA; SPERS, 2010).

Nesse viés, o empreendedorismo faz despertar no indivíduo motivação de obter a sua própria empresa mediante à renovação, deixando os antigos conceitos, pois a essência do empreendedorismo é observar o mundo com um novo olhar, novas ações e novos objetivos permitindo novas experiências e novas oportunidades no âmbito dos negócios, com intuito de renovar a organização no mercado competitivo onde a concorrência é acirrada, mas de certa forma assegurando o seu próprio futuro tão almejado (BAGGIO; BAGGIO, 2015).

Como visto anteriormente, o empreendedorismo é essencial para a geração de emprego e renda, pois auxilia no crescimento

econômico e tem por finalidade a obtenção de lucro, e o progresso pessoal. Além disso, contribui com o desenvolvimento de funcionários em corporativas que, não só forneçam aos colaboradores oportunidade de crescimento pessoal e de suas aptidões, como também influencie o hábito de querer elaborar algo novo ou inovar naquilo que já vinha sendo feito (VALE; WILKINSON; AMÂNCIO, 2008).

Posto isto, é possível perceber a importância do empreendedorismo, pois além de proporcionar crescimento e desenvolvimento, causa transformações sociais e econômicas no país. Desse modo, é importante ressaltar que o empreendedor não é somente aquele que possui ideias, mas sim aquele que promove mudanças sendo capaz de enfrentar riscos ou fracassos. Dessa forma, o presente estudo torna-se relevante e justifica-se em decorrência da importância e necessidade dos alunos adquirirem experiências relacionadas às relações departamentais que existem dentro de uma empresa, ter planejamento estratégico, trabalho em equipe, criação de um produto que fosse aceito pelo público entre outros benefícios oriundos da educação empreendedora.

Diante disso, este trabalho questiona quais benefícios são possíveis de adquirir com o empreendedorismo voltado ao setor educacional? Para responder a tal questionamento, o referido trabalho tem como objetivo demonstrar a importância do empreendedorismo por meio de experiências práticas na operação de uma miniempresa para os estudantes do 2º ano da E.E.E. Dr. Dionísio Bentes Carvalho no município de Rondon do Pará. Pretende-se, por meio do projeto de extensão, ensinar conceitos de empresa, produto, captação de recursos de terceiros para abertura da empresa entre outros ensinamentos teóricos e práticos.

2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho baseou-se no método explicativo, que consiste em catalogar e analisar os fenômenos estudados, por meio de uma revisão bibliográfica realizada por meio de livros e artigos que retratam a finalidade e aplicabilidade do empreendedorismo. Nesse sentido, o presente trabalho se trata de um projeto de extensão voltado para os alunos do 2o ano do ensino médio da escola Dionísio Bentes de Carvalho no município de Rondon do Pará, com o intuito de trazer experiências aos envolvidos de como é o desenvolvimento de um produto em uma determinada empresa e deixá-los preparados para o mercado de trabalho, sendo assim, o projeto possui características de uma miniempresa.

Quanto à natureza do estudo, este assume uma abordagem qualitativa, valendo-se relatórios das etapas de execução do projeto. Nesse viés, pode se destacar dentro do processo de realização do projeto de extensão a etapa a seleção dos alunos, que por sua vez, ocorreu com a parceria da Escola Dionísio Bentes de carvalho, por meio de uma reunião na plataforma do Google Meet. Um questionário do Google Forms foi disponibilizado no chat da chamada para que os alunos manifestassem interesse em participar do projeto.

Após essa etapa fez-se necessário entrar em contato com os discentes interessados em participar e confirmar a sua disponibilidade, já que o projeto aconteceu de forma online e presencial na etapa da produção. Como o projeto está relacionado à uma miniempresa, os participantes escolheram um produto para ser produzido e comercializado por eles, e o nomearam de case protection, o produto se tratava de uma porta carteirinha de vacinação infantil, disponibilizando então no mercado um produto acessível tendo a finalidade de atender a todas as classes sociais.

3. Análise E Discussão Dos Dados

Para a execução do projeto contou com a parceria da direção da escola estadual Dionísio Bentes de Carvalho localizada no município de Rondon do Pará. É também importante ressaltar que o projeto se sobrepôs a grandes desafios incluindo como principal a covid-19, que por sua vez, trouxe a paralisação do ensino presencial e provocou a implantação do ensino remoto em algumas instituições de ensino. É notório que as mudanças ocasionadas pela pandemia, provocou impactos diretamente no desenvolvimento do projeto de extensão em aspectos como, seleção dos participantes, necessidade de encontros on-line e também redução no número de participantes na tentativa melhor atender os protocolos de segurança.

Apesar de vários desafios encontrados nessa segunda edição do projeto, foi possível enfrentá-los utilizando os meios de comunicação atual como principal aliado. Vale mencionar, que o Google meet foi essencial nas primeiras etapas de seleção e apresentação do conteúdo teórico para os participantes, após essas etapas concluídas, iniciou-se o desenvolvimento da prática. A partir de então os participantes começaram a produzir o produto escolhido e nomeado Case Protection assim como mostrado na imagem 1.

Imagem1 - Primeira reunião presencial



Fonte: Arquivo dos pesquisadores

A imagem 1, representa o primeiro encontro presencial e início da produção das Case Protections. A reunião do projeto ocorreu na escola Dionísio Bentes de carvalho e contou com a presença do coordenador, da bolsista, da voluntária e de dois participantes.

Mesmo com as dificuldades de executar o projeto em meio à pandemia, foi possível escolher um produto, desenvolver e comercializar apesar do número de participantes reduzidos. Vale mencionar, que a maior parte dos alunos que manifestaram interesse em participar do projeto desistiu e não compareceram aos encontros presenciais, no qual aconteceu o desenvolvimento do produto. Após o segundo encontro presencial na escola Dionísio Bentes de Carvalho já era possível observar algumas características empreendedora como trabalho em equipe, espírito de liderança e visão estratégica. Logo a baixo a imagem 2 representa o dia em que mais compareceu alunos envolvidos no projeto e o desenvolvimento da produção.

Imagem 2- Desenvolvimento da produção



Fonte: Arquivo dos pesquisadores

Na imagem anterior, pode-se observar que a produção já estava acontecendo e contava com a presença de uma quantidade maior de participantes. Vale mencionar também que já havia prontas as primeiras Case Protections e os moldes utilizados na produção, também já estavam concluídos. A partir dessa reunião acelerou o ritmo das produções.

No decorrer dos encontros presenciais os envolvidos foram aperfeiçoando as técnicas e a produção foi ocorrendo cada vez com mais praticidade. O produto se encontrava com medidas e acabamentos concluídos para comercialização. É importante mencionar, que nessa fase o custo do produto já havia sido calculado e o preço unitário foi estipulado por meio de uma análise de mercado, na imagem 3 representa as últimas produções.

Imagem 3- Reta final da produção



Fonte: Arquivo dos pesquisadores

A imagem 3 representa a produção concluída de mais de 15 Case Protections prontas para serem comercializadas. Vale lembrar que, durante a execução do projeto os alunos tiveram a oportunidade de experimentar em primeira mão a fundação e o funcionamento da organização de uma empresa e as responsabilidades que são atribuídas à cada função. Os alunos não só adquiriram conhecimento, como também experiência, lidar com os conflitos de uma empresa é algo fundamental para o desenvolvimento pessoal, pois auxilia na tomada de decisão. Os participantes aprenderam sobre o empreendedorismo e o fluxo do mercado com suas altas e baixas, além do trabalho em equipe e a divisão assertiva dos lucros e custos.

4. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo demonstrar a importância do empreendedorismo para os estudantes do 2º ano da E.E.E. Dr. Dionísio Bentes Carvalho no município de Rondon do Pará. E com a análise dos resultados é perceptível que o obtivemos os objetivos alcançados além de proporcionar experiência aos envolvidos de como acontece na prática dentro das empresas diante do cenário mundial de pandemia. E mesmo enfrentando adversidades por conta do número de participantes reduzido está sendo possível concluir o projeto com experiências positivas.

Muitas adaptações foram necessárias, assim como foi mencionado na metodologia a utilização de meios de comunicação como a plataforma Google Meet, demonstrando assim que o projeto se reinventou e conseguiu conduzir suas atividades. Por meio da plataforma os envolvidos tiveram ensino teórico que baseou toda prática e possibilitou alcançar os resultados estimados.

No que tange os conhecimentos empreendedores foi possível evidenciar características empreendedora nos envolvidos, tal como espírito de liderança, conhecimento estratégico, capacidade de trabalhar em equipes e muita dedicação. Conseguiram colocar uma ideia em prática e criar o produto Case Protection acessível para todas as classes trazendo praticidade e conservação das carteirinhas de vacinação.

Sobre os resultados alcançados, a miniempresa finalizou com o total de quatro participantes e produziu 34 Cases Protection, vendeu mais do que necessário para arcar os custos, obtendo assim lucro no encerramento do projeto.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612>. Acesso em: 18, Out. 2021.

BENEDETTI, Mauricio Henrique; REBELLO, Karina Maria Rodrigues; REYES, Daniela Ester Copolo. Empreendedores e inovação: contribuições para a estratégia do empreendimento. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2006. Disponível em: <http://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/viewFile/375/278>. Acesso em: 18, Out. 2021.

OIVEIRA, et al. Estudo da importância do empreendedorismo e da sua existência dentro da consciência de discentes da universidade paulista de Araçatuba/SP. *Colloquium Exactarum*, vol. 9, n. Especial, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mwAP4>. Acesso em: 18. Out.2021.

VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. *RAE eletrônica*, v. 7, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/XWhbkGKbmbCYgQFbqGgGhzt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18, Out. 2021.

WRIGHT, James Terence Coulter; SILVA, Antonio Thiago Benedete; SPERS, Renata Giovinazzo. O mercado de trabalho no futuro: uma discussão sobre profissões inovadoras, empreendedorismo e tendências para 2020. *RAI-Revista de Administração e Inovação*, v. 7, n. 3, p. 174-197, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=973>. Acesso em: 17, Out. 2021.

CAPÍTULO 15

EXPERIÊNCIA DE MONITORIA GERAL DE TEORIAS DO JORNALISMO

FILHO, Antônio Luiz Ferreira Sousa¹
BASSI, Ingrid Gomes²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.15

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Ensino colaborou no desenvolvimento das práticas de ensino na disciplina de Teorias do Jornalismo (2º semestre do Curso). A respectiva disciplina foi lecionada no Período 2021.4, entre 09 de março a 15 de junho de 2022. As práticas de ensino mencionadas se basearam em debates, apresentação de seminários e orientação de ensino e diálogo permanente entre os discentes.

Na disciplina de Teorias do Jornalismo utilizamos como estratégias de ensino: aulas expositivas, leituras, debates, mostras, dinâmicas e metodologias ativas. As atividades de desempenho do discente/monitor/ englobaram auxílio na aplicação de exercícios, contribuição na dinâmica dos conteúdos em aulas teóricas, colaboração na apresentação de seminários, além do monitor ter apresentado disponibilidade para tirar dúvidas das/os discentes, de forma geral, do conteúdo da disciplina citada.

A disciplina é obrigatória e teve quantidade expressiva de trabalhos em sala de aula e ações práticas para desenvolvimento extrassala, portanto o auxílio nestas ações da monitoria, foi de essencial condutada para as execuções em profundidade dos trabalhos letivos. Assim como, os conteúdos da ementa possibilitam contribuições para a interlocução entre história, prática e teorias do Jornalismo, permitindo ao discente conhecer as ferramentas epistemológicas do Jornalismo de forma analítica, contextual e reflexiva.

2. Materiais E Métodos

As aulas foram organizadas de forma tal a combinar exposição de conteúdos por meio de aulas expositivas, leituras, debates, mostras e dinâmicas. Os recursos didáticos foram utilizados em concordân-

cia com o tipo de aula, preferencialmente foi usado o Sigaa e Google Education (Classroom), contudo a turma acessava os slides e material de leitura via grupo no WhatsApp.

Foram utilizadas ferramentas audiovisuais nas atividades em aula, bem como o recurso da metodologia ativa, a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em problemas, além de cine debate, diálogo sobre livro reportagem e dinâmicas.

3. Resultados E Discussão

Na disciplina trabalhamos dois focos de conteúdo programático. No primeiro momento, reconhecemos o discurso jornalístico e seus gêneros e formatos, conhecemos os aspectos inerentes ao desenvolvimento e à produção do jornalismo, refletimos sobre a prática do jornalismo e suas implicações na sociedade contemporânea.

Como autores principais, destacamos Nelson Traquina, em “A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional”, Marques de Melo, em “Identidades brasileiras” e Felipe Pena, em “Teoria do Jornalismo”.

Já na segunda parte da disciplina, trabalhamos com a análise os discursos e narrativas nas produções jornalísticas, com enfoque crítico e contemporâneo, verificamos o comportamento das linhas editoriais dos veículos de comunicação e o processo de conhecimento gerado a partir da atuação do jornalismo, entendemos o papel do Jornalismo e do jornalista e suas responsabilidades e exploramos a autoavaliação do futuro profissional à emergente necessidade de perfis criativos, críticos e refinados à prática de mudança sociocultural.

Em Teoria do Espelho compreender por que as notícias são como são? Trazer a recuperação história da Teoria do Espelho, como primeira metodologia utilizada na tentativa de compreender por

qual motivo as notícias são como são, no século XIX. Expor a lógica da teoria, a de que o Jornalismo reflete a realidade. Nesse sentido o jornalista acaba sendo apenas o mediador, em que observa a realidade e emite um relato imparcial e honesto sobre suas observações. Pontuar o conceito de objetividade, suas críticas e análises da época contextual da teoria e do momento atual. Aula expositiva com exercício coletivo sobre objetividade, subjetividade, credibilidade e “reflexos do espelho”.

Na Teoria do Gatekeeper ou Teoria da Ação Pessoal trazer o resgate teórico do Gatekeeper, como responsável pela progressão da notícia ou por sua “morte”, caso opte por não prosseguir com ela, o que significa evitar a publicação. Expor como o termo foi cunhado no jornalismo pelo pesquisador David Manning White em 1950. E trazer a explicação da pesquisa de White sobre o estudo de caso num jornal, com a finalidade de compreender como ocorre o fluxo de notícias dentro dos canais de organização dos jornais até o processo de individualizar os pontos que funcionam como cancelas. Além da pesquisa de White será apresentado e analisado as limitações da “Ação Pessoal” do jornalista como definidor do conteúdo informativo.

Contextualização das estruturas das redações jornalísticas e as novas propostas socioculturais em razão da mudança entre sujeito e profissional; relações sociais e mídias digitais; hibridização nas esferas e cenários de produção do jornalismo; rapidez no fluxo comunicacional e demandas de outros agentes e redes.

Na Teoria do Agendamento ou Agenda-Setting expor sobre a Teoria do Agendamento e sua influência no modo como o receptor das notícias organiza a respeito do informado. Apresentar os estudos desta teoria de como ocorre o agendamento de assuntos no cotidiano. Explicar sobre os principais processos da informação na “agenda internacional”, trazendo breve inventário das principais agências.

Recuperar o problema social do impacto acumulativo da exposição do agendamento. Trazer os conceitos de acumulação, consonância, onipresença, relevância, frame temporal, time-lag, centralidade, tematização, saliência e focalização. Trazer exemplos e desenvolver análises da teoria no hall noticioso atual.

Na Teoria Etnográfica apresentar o conceito da etnografia nos estudos do jornalismo. Expor a Teoria Etnográfica como proposta técnica e prática para compreender as notícias e os sujeitos envolvidos em cada fato jornalístico. Trazer a teoria como método de compreensão, para despir-se de algumas visões preconcebidas e estigmatizadas, visando olhar e observar a partir de diferentes pontos de vista. Analisar a rotina produtiva da profissão para além do condicionamento da própria cultura jornalística. Visualizar a linguagem, os costumes, os rituais e os valores como filtros singulares na interpretação do mundo.

Na Teoria da Distorção Involuntária apresentar a Teoria da Distorção Involuntária seus conceitos e principais autores. O campo da distorção no jornalismo preocupa-se em compreender como características da profissão jornalística interferem, mesmo que de forma involuntária, no conteúdo informativo. Esta teoria estuda até que ponto as notícias são dissonantes em relação ao fato jornalístico real, identificando os elementos e entraves que, de alguma forma, causam essas distorções.

Na Teoria da Ação Política ou Teoria Instrumentalista expor o conceito da Teoria da Ação Política no jornalismo, a qual entende que as notícias servem a determinados segmentos sociais e interesses políticos. Trazer a contextualização sobre os estudos de parcialidade e distorções. Apresentar explicando os filtros do Jornalismo pelos teóricos Noam Chomsky e Eduard Herman e os padrões de

manipulação na grande imprensa pelo jornalista e pesquisador Perseu Abramo.

Na Teoria do Newsmaking ou Teoria Construtivista expor conceituando sobre a Teoria do Newsmaking, trazendo os principais autores da teoria e exemplificando com associações práticas do jornalismo ao aluno. Explicar que para esta teoria, de viés construtivista, os jornalistas produzem os discursos pelo trabalho de enunciação o qual é submetido a uma série de operações e pressões sociais, para assim, constituir a notícia. Portanto, nos estudos do newsmaking o jornalismo não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Conceituar os critérios como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção.

Para encerrar as teorias, trazer a perspectiva da Espiral do Silêncio e Definidores Primários como recuperação histórica da teoria, de 1984, proposta pela pesquisadora Noelle-Neumann de que as pessoas tendem a desmerecer suas opiniões quando contrárias à maioria ao seu redor, sobre assuntos ligados à mudança social. Expor também a outra teoria complementar à espiral, os definidores primários. Na teoria dos definidores explica-se que os meios de comunicação tendem a priorizar ideias dominantes, em especial de fontes oficiais, intensificando a marginalização das outras falas, então, silenciadas. Ambas as teorias defendem que a prioridade (de tema e fonte) é causada pela facilidade de acesso de uma minoria privilegiada (as fontes institucionais) aos veículos de informação.

Como métodos avaliativos desse conteúdo programático, foram sistematizados:

1- Produção de atividade sobre uma teoria (1-Ação Pessoal, 2-Agendamento, 3-Ação Política, 4-Construtivista) sorteio, grupo. 2,5 pontos. Apresentação coletiva da atividade

2- Debate sobre o livro “Holocausto brasileiro”, individual. 2,0 pontos será apenas debatido, não precisa entregar as anotações em escrito. Debate coletivo no dia 01 de junho.

3- Sala de aula invertida sobre documentário e análise sobre a Teoria da Ação Pessoal - 1,5 ponto.

4- Exercício avaliativo na aula sobre Teoria Etnográfica - 1,5 ponto.

5- Exercício avaliativo na aula sobre Teoria Construtivista - 1,5 ponto. 6 - Autoavaliação - 1,0 ponto.

Como critérios/parâmetros para a avaliação, foram observados:

-Objetividade (capacidade de discutir os objetivos a partir dos textos estudados, aulas lecionadas e discussões propostas);

-Organização e clareza das ideias; - Argumentos apresentados; - Capacidade de análise e síntese.

-Criatividade.

-Convivência em grupo

4. Considerações Finais

Contribuímos desde o início do Projeto de Ensino, com as aulas, da disciplina de Teorias do Jornalismo. Passando pelas sugestões de ações; discussão com os discentes; auxílio na aplicação e correção de exercícios; facilitação em discussões em sala; planejamento de seminários e outras atividades de apresentação; conversas guiadas com os discentes e outras variedades de atividades que surgiram nas atividades acadêmicas, como aulas teóricas, apresentações, dinâmicas e debates. Entendemos que todos os objetivos traçados como metas nas

atividades da monitoria foram alcançados com experiência positiva e satisfação.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro - Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes No Maior Hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3 ed. São Paulo: Summus, 1994.

CHOMSKY, Noam. Controle da mídia. Os espetaculares feitos da propaganda. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

GEERTZ, Clifford. Atrás dos fatos. Dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2012.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane; GOMES, Ingrid. A cobertura do G8 2009 pelas agências telejornalísticas à luz da hipótese do agendamento. In: 07o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2009, São Paulo. Anais do 07o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Universidade de São Paulo – São Paulo/SP, em 2009.

FISK, Robert. O jornalismo e as palavras de poder. VioMundo, 26 de maio de 2010. Disponível: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/robert-fisk-o-jornalismo-e-as-palavras-do-poder.html>. Acesso 20 nov. 2022.

_____. Primavera Árabe? Outras palavras, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/12/12/os-banqueiros-sao-os-ditadores-do-ocidente/>. Acesso 20 nov. 2022.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.

MARQUES DE MELO, José. Teoria do Jornalismo. Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social, 1995. [E-book]. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39012406/La_Espiral_del_Silencio.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53U-L3A&Expires=1523660163&Signature=9K%2BjRxJkTbRCHw6G-jg8oWe6oY1g%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLa_Espiral_del_Silencio.pdf. Acesso 20 nov. 2022.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. Os estudos jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico, 2008. [E-book]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-estudos-jornalisticos-apos-1950.pdf>. Acesso 20 nov. 2022.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística -- uma comunidade interpretativa transnacional. V2. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. Jornalismo: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016. Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são. V1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (ORG.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAPÍTULO 16

FATOS PAI D'ÉGUA: PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE VIGIA DE NAZARÉ NO INSTAGRAM

CARDOSO, Mateus Paixão¹

BARGAS, Janine de Cássia Rocha²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.16

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Vigia de Nazaré fica localizada na região do Salgado, Nordeste paraense, e tem mais de 400 anos de fundação. Sua origem começou quando os portugueses chegaram na região amazônica para assim desbravar os territórios durante a expedição da Capitania do Grão-Pará.

Sua criação se deu em 6 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, quando os portugueses, no caminho ao interior do continente, criaram um posto para fiscalizar o acesso das embarcações que chegavam para abastecer Belém. Os primeiros habitantes da região eram os indígenas Tupinambá, que viviam na aldeia Uruitá (na linguagem indígena, “cesto de pedras”), os quais, anos depois dividiram os territórios com os padres barnabitas que faziam missões pela região.

O posto de fiscalização criado fiscalizava principalmente as embarcações que por ali passavam, pois havia uma grande influência na formação do povoado, pois estavam sendo catequizados pelos padres da companhia de Jesus. E foi desta forma que o município teve origem, sendo denominada Vigia com a categoria de vila até a independência do Brasil.

Nosso conterrâneo e maior historiador do Norte, Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, nos motins políticos, informa que o governo colonial aqui estabeleceu um posto de vigilância, ou de Vigia, que se destinava a proteger a navegação contra os assaltos dos índios e ao mesmo tempo (...) prevenir contrabandos, determinado que as embarcações costeiras empregadas no comércio entre o Maranhão e o Pará, fosse todas lá registrar (ILDONE, 1991,p. 13).

No ano de 1761, os jesuítas foram expulsos do Brasil e Vigia foi elevada a Paróquia secular, pois nesta época já se contava com uma casa que foi transformada em templo, uma igreja inacabada e um colégio secular construído pelos jesuítas. E foi no ano de 1833, que, por conta da revolta da Cabanagem, o município sofreu depredações. E em 1854, Vigia foi elevada a cidade.

Vigia também se destacou como produtora de café. Segundo Jackson Vogas de Aguiar, a chegada do café ocorreu no município por meio de um vigiense chamado Francisco de Mello Palheta, que trouxe da Guiana Francesa uma muda a partir da qual foram plantadas outras mudas aqui no Pará, onde, sem dificuldades, floresceram. Foi quando a planta se espalhou por vários estados e a história do café no Brasil ganhou destaque.

A história de Vigia de Nazaré é registrada por livros, documentos, histórias de pessoas, monumentos históricos e outras expressões. O livro “Noções de História da Vigia” (1991), do professor José Ildone Soeiro, poeta e historiador do município, recupera fatos importantes do local, bem como o próprio historiador que é memória viva deste município. Segundo ele, Vigia é considerada a cidade mais antiga do Pará.

Esses são alguns dos motivos que levaram à criação de um perfil de caráter noticioso

no Instagram: o Fatos Pai D’égua (https://instagram.com/fatos_paidegua?igshid=YmMyMTA2M2Y=). A ideia é levar os fatos históricos locais, curiosidades, cobertura de acontecimentos e informações diversas as todas as pessoas vigienses e não vigienses, através de vídeos informativos no Reels do Instagram, cards, áudios e textos.

2. Referencial Teórico

O conceito de gênero jornalístico vem do estudo da linguagem e é usado para se referir à estrutura de determinados textos. Ela é utilizada como referência quando o sujeito é um gênero de discurso, que é uma forma padrão relativamente estável de discurso utilizada para comunicar situações. Como tal, parecem estar associados a atividades e práticas profissionais específicas.

Como podemos ver, os tipos de notícias são em vários formatos. Por exemplo, os tipos de informação incluem formatos como notas, notícias, relatórios e entrevistas. Enquanto os gêneros são estáveis e mantêm a identidade ao longo do tempo, os formatos têm uma natureza mais flexível (MELO; ASSIS, 2016).

Eles são responsáveis por modificar e atualizar o tipo ao longo da história de acordo com as necessidades sociais (MEDINA, 2001; MELO; ASSIS, 2016). Portanto, a classificação de gêneros não pode ser considerada como uma determinada coisa onde funcionam da mesma maneira em todas as configurações sociais. Segundo Medina (2001), os gêneros se originam do processo de produção das notícias e das expressões culturais de uma determinada sociedade. Nesse sentido, refletem um momento histórico específico na relação entre o jornal e seus leitores.

Gênero também tem função como parâmetro de produção de outros textos. Assim, os gêneros noticiosos são responsáveis por fornecer um estilo textual de organização jornalística ao mesmo tempo em que servem. Os tipos dominantes de texto no jornalismo dizem respeito ao mundo da informação, opinião e interpretação.

2.1 O Uso De Dispositivos Móveis No Jornalismo

O jornalismo móvel vem impulsionando as inovações tecnológicas nas últimas décadas. O surgimento do tipo de jornalismo é chamado por pesquisadores Salaverría (2003) e Salaverría e Avilés (2008) de convergência jornalística. Neste contexto, as tecnologias digitais nas redações vêm se alterando substancialmente nas rotinas jornalísticas e nas suas economias que os profissionais praticam ao consumo da informação.

Esta base, tem a expansão da internet e das inúmeras redes privadas e públicas. Pois essas aplicações se referem as ferramentas e dos aplicativos usados por jornalistas nas suas coberturas diárias. Hoje em dia, essas ferramentas são usadas por jornalistas de TV, rádio, redação e edição. Aplicativos de edição de conteúdo para os meios impressos, audiovisuais e cibermeios passam a ser integrados em um único dispositivo.

3. Procedimentos Metodológicos

Como método de trabalho, utilizamos artigos, livros e contatos com a fonte diretas para obter informações históricas sobre Vigia e para embasar a fundamentação teórica da pesquisa. Também foram realizadas visitas a campo, com realização de entrevistas e coleta de dados em fontes documentais e orais que ajudam a entender a relevância dos perfis no Instagram e o número de usuários e consumidores conectados nesse meio e da história da cidade, além de gravações in loco, que geraram conteúdos específicos em audiovisual para o perfil.

O município de Vigia é rico em cultura, religiosidade, fatos e paisagens. Assim, para valorizar a cidade, optou-se como estratégia midiática o perfil no Instagram para facilitar o acesso aos conteúdos

noticiosos, curando-os através dos editoriais que compõem o perfil, que serão acessados por meio de seus Smartphones.

Para gerar sugestões de inserção de informações neste perfil, foi utilizado um processo de entrevistas, conversas que resultaram em várias ideias e rascunhos, e discussões para o mesmo conceito, e foi feito o nome de perfil no Instagram com as cores para criar um logotipo (FPD). Não faz sentido criar um perfil no Instagram como todo mundo. Mas o objetivo é competir em um vasto mercado de tecnologia onde a internet da informação vem ganhando espaço.

4. Descrição Do Produto

A proposta do trabalho é fazer com que todos possam conhecer o município e suas origens na sua própria história, mostrando o que tem de bom, a cultura, artesanato e a religiosidade, além de informar a comunidade local.

Essa mesma lógica, irá abordar os editores de cultura, religião, história e principalmente os gêneros jornalísticos, na qual serão inseridos. Desta mesma forma, fazer com que a informação chegue a todos e todos possam ter acesso a elas. A informação e o caráter jornalístico do perfil é a chave principal e o diferencial de mercado deste projeto. Por isso, iremos criar um perfil no Instagram para que as pessoas tenham acesso no que queríamos noticiar.

O perfil do Instagram, é chamado de “Fatos Pai d’égua”, uma junção de notícia com uma expressão paraense, comumente utilizada nas regiões mais ao norte do Pará, a fim de informar e dialogar com usuários de uma forma simples e clara.

No dicionário da Língua Portuguesa, a palavra “Fato” vem dizer que: “Coisa ou ação feita; sucesso, caso, feito, aquilo que realmente existe, que é real”, desta forma de noticiar queremos mostrar como a

história do município de Vigia de Nazaré é composta por fatos e isso faz com que a cidade ganhe mais conhecimentos.

Mostrando o lado da expressão (gíria) “pai d’égua”, já que a cidade fica a pouco mais de três horas de viagem da capital Belém. “Pai d’égua” é um termo que o vigiense usa para expressar alguma situação ou algo muito grande, com admiração ou até espanto. Para o arquiteto, músico e escritor, William Blanco Abrunhosa Trindade, conhecido por Billy Blanco, natural de Belém, diz numa canção interpretada por Lucinha Bastos, que “existe um termo chamado Pai d’égua para definir tudo quanto é mais bonito ou melhor. Não adianta esquadro ou régua para provar o que é tanto, pai d’égua é sempre maior”. Mais adiante completa, “pai d’égua é dia de sol em Mosqueiro.... pai d’égua é a rede, é o vento, é o cheiro do bacuri, ou do pato no tucupi caprichado. Pai d’égua é Remo e Paysandu jogando, é o Círio de Nazaré na Avenida. Pai d’égua é a moça que passa flertando, naquele quero-não quero que seja o gostoso da vida”.

O “Fatos Pai d’égua” existirá como um perfil na plataforma Instagram. A proposta é fazer com que as redes sociais tenham uma ligação com o que a comunidade vigiense consome de informações, além das mídias tradicionais, e que possa interagir e participar da produção de outras pautas que são pouco exploradas e que merecem ser conhecidas.

5. Considerações Finais

O objetivo deste projeto foi desenvolver um produto jornalístico em uma plataforma de mídias digitais. Pela literatura apresentada, é possível observar plenamente a aplicação desses formatos, devido, principalmente, à evolução das TICs, da cibercultura e das práticas de uso e popularização de smartphones, da internet e das plataformas

de mídias digitais. Mas, buscamos ser inovadores oferecendo não um conteúdo qualquer sobre Vigia, mas um conteúdo jornalístico, composto pelos seus variados gêneros, com credibilidade que as técnicas de apuração e redação requerem.

No geral, este perfil não é apenas mais um produto no mercado, mas um guia de informação mais objetiva de todos os tempos e para isso, com base em estudos jornalísticos ter a informação objetiva e clara e assim fazer parte da cidade e até para outros municípios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jackson Vogas de. A chegada do café no Brasil. Disponível em: <http://www.bomjardim.rj.gov.br/acervo/documento%20cafe%20brasil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FORECHI, M. Flores, NM, & Melo, COD (2020). Jornalismo digital e cibercultura. Grupo A. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492755>, soluções educacionais integradas, Porto Alegre, 2019, 87p.; 121p. Acesso em: 23 jul. 2022.

FORECHI, M.; FLORES, N.M.; MELO, C.O.D. Jornalismo digital e cibercultura. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. p.40-50, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492755/pageid/40>, Acesso em: 22 ago. 2022.

LEÃO, Callenciane Ferreira. Recursos de storytelling jornalístico em dispositivos móveis: a revista Época para tablet. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: Recursos de storytelling jornalístico em dispositivos móveis a revista Época para tablet. Acesso em: 04 ago. 2022.

PEIXINHO, Ana Teresa; MARQUES, Inês Fonseca. Narrativas digitais no jornalismo: a interatividade encenada. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.128-143, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/11906>. Acesso em: 04 ago. 2022

SOEIRO, José Ildone Favacho. *Noções de História da Vigia*. Belém - Pa, CEJUP, 1991. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10587/6231>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SALAVERRÍA, R.; AVILÉS, J. G. La Convergência tecnologia en los médios de comunicación: retos para el periodismo. *Trípodos*, n. 23, p. 31-47, 2008. Acesso em: 11 ago. 2022.

Pai d'égua é uma expressão pai d'égua. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/3993036>. Acesso em: 06 out. 2022.

CAPÍTULO 17

MATURAÇÃO DE SEMENTES DE DELONIX REGIA (BOJEREX. HOOK.) RAF

NASCIMENTO, Marcos Simehonne Castro¹
QUADROS, Barbara Rodrigues de²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.17

¹ Universidade Federal Rural da Amazônia.

² Universidade Federal Rural da Amazônia.

INTRODUÇÃO

A Delonix regia é uma espécie florestal exótica, geralmente referida como Flamboyant e é amplamente utilizado no Brasil, além do seu alto valor ornamental em regiões tropicais como: Taiwan, Índia, Malásia e América do Sul central devido às suas folhas densas (WANG et al., 2018), e produção de flores exuberantes (ADEWUYI et al., 2010; TAMAKI et al., 2010).

A propagação por sementes de espécies florestais como o flamboyant, é o meio mais utilizado devido ser simples e econômico em relação a outras formas de propagação, sendo responsável pela multiplicação de cerca de 70% das espécies vegetais (MARCOS FILHO 2015). E definir o momento ideal (maturidade) para a coleta de sementes, visando a produção de mudas via seminal, é de suma importância no que concerne a qualidade fisiológica das sementes.

O autor supracitado afirma que o processo de maturação da semente inicia-se com a fertilização do óvulo e continua até atingir a maturidade fisiológica, sendo controlada geneticamente. Carvalho & Nakagawa (2012), relatam que no estágio de maturidade fisiológica, termina a transferência de recursos da planta mãe para a semente e atinge-se o potencial fisiológico, ponto em que a semente apresenta o máximo de germinação e vigor. E Nogueira et. al (2013) descreve que as alterações morfológicas, fisiológicas e bioquímicas que ocorrem em frutos e sementes ao longo do processo de amadurecimento, como alteração da coloração, aumento do tamanho do fruto/ semente, alteração do teor de água, acúmulo de biomassa seca, vigor e germinação da semente é um indicador de maturidade, define a época de colheita e auxilia na obtenção de sementes de alta qualidade.

Figliolia (1995) ressalta que a maturidade fisiológica das sementes é geralmente acompanhada por visíveis mudanças no

aspecto externo e na coloração dos frutos e das sementes. Por isso, a literatura relata que a coloração dos frutos e das sementes também pode ser considerada como um importante índice na determinação da maturidade fisiológica. Assim como os autores Carvalho & Nakagawa (2012), Rubio et al. (2013) evidencia que a determinação da maturidade fisiológica tem a sua importância para a colheita, visto que sementes com altos níveis de viabilidade e vigor são requeridas para a produção de mudas com qualidade, tal como a quantificação de parâmetros da cor do fruto tem caráter prático e pode resultar em avanço na mecanização da colheita.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi apresentar uma revisão sobre o estudo de maturação de sementes de *Delonix regia*, visando entender seus processos, características e aspectos fisiológicos.

2. Materiais E Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de literatura científica. Fonseca (2002, p. 32) afirma que “os estudos literários são realizados como um levantamento da literatura teórica que já foi analisada e publicada por escrito ou por meios eletrônicos”. Também é classificado como investigação exploratória e visa familiarizar-se com um problema e depois esclarecê-lo ou formular uma hipótese (GIL, 2002).

Por esta razão, o levantamento bibliográfico foi realizado no período de agosto de 2022 a novembro do mesmo ano; nas principais bases de dados da literatura científica: SciELO e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para procurar artigos científicos eram: “Maturação de sementes”, “*Delonix regia*”, “Semente de *Delonix regia*” e “Maturação”.

Os critérios de inclusão na seleção dos artigos para análise de dados foram estudos que utilizaram uma intervenção qualitativa sobre a maturação das sementes de *Delonix regia*, tanto os publicados em língua portuguesa como na inglesa. Os critérios de exclusão incluem artigos que não estivesse vinculado às plataformas destacadas, estudos bibliográficos.

3. Resultados E Discussões

Ao pesquisar os estudos de maturação de sementes nota-se que há carência de trabalhos relacionados a essa temática para a espécie da *Delonix regia*. Dessa forma, esta revisão de literatura também se propôs a compilar pesquisas sobre a maturação de frutos e sementes de espécies semelhantes ao flamboyant.

À vista disso, o conhecimento da maturidade da semente permite planejar o momento da colheita e dessa forma obter material de melhor qualidade. Contudo, é necessário conhecer o comportamento da espécie e sempre considerar os fatores que modulam a produção, como época e ano de colheita, condições climáticas e características da planta (CRUZ et. al, 2021).

Segundo Silva et al. (2012), a colheita de sementes em estágio de maturação adequado é um dos fatores que determinam a sua qualidade. Pires Neto et al. (2016) discutiram que, para muitas espécies florestais, a determinação do ponto de colheita é de extrema importância, especialmente naquelas que possuem deiscência dos frutos, como é o caso do flamboyant. Nessas plantas é necessária que a colheita das sementes aconteça antes da abertura espontânea dos frutos e consequente dispersão natural (CRUZ et. al, 2021).

Lazarotto et al. (2011) relatam que a maturação de sementes acontece em períodos diferentes após a antese, o que pode ser delegado

à característica de cada espécie, além disso sofrem influência do ecossistema. Desta forma, vale ressaltar que a qualidade das sementes é afetada quando a coleta é realizada antes de alcançar a maturidade fisiológica ou depois desse estágio (BARBOSA et al., 2015).

Todavia, parâmetros físicos e fisiológicos determinados em laboratório são comumente utilizados para tomada de decisão do melhor estágio de maturação de sementes, tendo em vista que também os indicadores visuais de frutos e sementes também podem ser utilizados para determinação da maturidade fisiológica. A cor dos frutos tem se confirmado como um bom indicador da maturidade de sementes de várias espécies lenhosas da mesma classe e/ou família do flamboyant, como observado para *Jatropha curcas* L. (DRANSKI et al., 2010); *Luehea grandiflora* Mart. & Zucc. (MARINI et al., 2012); *Mimosa caesalpinifolia* Benth; (NOGUEIRA et al., 2013); *Inga laurina* (Sw.) Willd (SCHULZ et al., 2014)

No processo de maturação, verifica-se alterações no tamanho, teor de água, composição química, peso da massa seca, germinação e vigor das sementes (ÁVILA; ALBRECHT, 2010). Cruz et. al (2021); Sena et. al (2022) expõem que normalmente o processo de desenvolvimento da semente envolve um crescimento rápido até o ponto que atinge o tamanho máximo, sendo esse rápido crescimento resultado da multiplicação e do desenvolvimento das células que constituem o eixo embrionário e o tecido de reserva. No estudo de Dutra et. al (2017) apresentaram os valores médios de comprimento e largura das sementes de flamboyant coletadas em Vitória da Conquista, BA, para o comprimento, a maior parte das sementes se encontra no intervalo de 19,25 a 20,9 mm; e a largura entre 5,35 a 6,64 mm, o objetivo do trabalho foi satisfatório. Visto que, para Singh e Kumar (2014), às sementes de flamboyant devem apresentar 2 cm de comprimento, em forma oblonga, uma vez que se as sementes não tiverem seu tamanho

ideal formado pode resultar negativamente nos testes de maturação visando a germinação.

O teste de germinação ainda é considerado o principal parâmetro utilizado para avaliação da qualidade fisiológica das sementes. No estudo de Agustini et. al (2015) referente à germinação de sementes de moringa que pertence à mesma classe botânica do flamboyant e apresentou similarmente os frutos como vagens, demonstrou que os percentuais de germinação apresentaram diferenças estatísticas e variaram de 4% a 79%. Os melhores resultados foram obtidos nos estádios 3 (marrom-claro) com (82%) e 4 (marrom-escuro) (79%), que não diferiram entre si ($P > 0,05$), seguidos pelo estágio 2 (verde-amarelada) com (48%) e 1 (4%).

Já no trabalho de Cruz et. al (2021) os resultados para porcentagem de germinação de *Anadenanthera colubrina* espécie pertencente à mesma família botânica do flamboyant e apresenta os frutos como vagens, indicam que todos os estádios de maturação possuem sementes aptas a germinar, no entanto, as sementes obtidas de frutos com cor verde-amarelo apresentaram um valor baixo de germinação ($G = 35\%$) e os demais estádios apresentaram médias de porcentagem de germinação acima de 90% nas colorações marrom-claro e marrom-escuro, logo, não diferiram entre si ($p \geq 0,05$). Para Nakada et al. (2011), na maturidade fisiológica, as sementes atingem o máximo de germinação e vigor, devido à completa formação dos sistemas bioquímico, morfológico e estrutural.

Esses parâmetros, a serem utilizados na identificação do ponto de maturidade fisiológica de sementes, variam entre e dentro da espécie e de acordo com o habitat natural, Além de permitir estabelecer o ponto de maturidade fisiológica, suas características e auxiliam na avaliação da extensão de sua deterioração em condições de campo.

4. Considerações Finais

No término dessa pesquisa, a percepção é de que se faz necessário estudos sobre maturação de sementes, para melhor compreensão do comportamento físico e fisiológico das sementes.

Apesar da escassez de trabalhos sobre a maturação do flamboyant, observou-se que espécies da mesma classe e família botânica que similarmente apresentam frutos como vagem, obtiveram melhores resultados de maturação nos frutos que apresentaram a cor marrom-claro e marrom-escuro, ou seja, com o fruto maduro.

REFERÊNCIAS

ADEWUYI, A.; ODERINDE, R.A.; RAO, B.V.S.K.; PRASAD, R.B.N.; ANJANEYULU, B. Chemical component and fatty acid distribution of *Delonix regia* and *Peltophorum pterocarpum* seed oils. *Food Science and Technology Research*. 16(6): 565 – 570. 2010. Doi: 10.3136/fstr.16.565.

AGUSTINI, M. B.; WENDT, L.; PAULUS, C.; MALAVASI, M. M. MATURIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE MORINGA OLEIFERA (LAM). *Revista Inova Ciência & Tecnologia / Innovative Science & Technology Journal*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 11-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.iftm.edu.br/index.php/inova/article/view/4>. Acesso em: 5 nov. 2022.

ÁVILA, M. R.; ALBRECHT, L. P. Isoflavonas e a qualidade das sementes de soja. *Informativo Abrates, Londrina*, v. 20, n. 1/2, p. 15-29, 2010.

BARNABY, A. G.; REID, R.; RATTRAY, V.; WILLIAMS, R.; DENNY, M. Characterization of Jamaican *Delonix regia* and *Cassia fistula* Seed Extracts. *Biochemistry Research International*. 1-8. 2016. Doi: 10.1155/2016/3850102.

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção. Jabotica-bal: Funep, 2012

CRUZ, Maria Soraia Fortado Vera et al. Maturidade de sementes de *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan. *Ciência Florestal*. 2021, v. 31, n. 1, pp. 515-532. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1980509835444>>. Acessado 3 Novembro 2022

DRANSKI, J. A. L. et al. Physiological maturity of seeds and colorimetry of fruits of *Jatropha curcas* L. *Revista Brasileira de Sementes*, Londrina, v. 32, n. 4, p. 158-165, 2010.

DU PUY, D.J.; PHILLIPSON, P.P.; RABEVOHITRA, R. The genus *Delonix* (Leguminosae: Caesalpinioideae: Caesalpinieae) in Madagascar. *Kew Bulletin*. 50: 445- 475. 1995. Doi: 10.2307/4110322.

DUTRA, F. V.; CARDOSO, A. D.; BANDEIRA, A. da S.; SILVA, R. M. da; MORAIS, O. M.; PRATES, C. J. N. Biometrical characteristics of fruits and seeds of flamboyant. *Scientia Agraria Paranaensis*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 127-132, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/scientiaagraria/article/view/13987>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FIGLIOLIA, M.B. Colheita de sementes. In: SILVA, A.; PIÑARODRIGUES, F.C.M.;

FIGLIOLIA, M.B. Manual técnico de sementes florestais. São Paulo: Instituto Florestal, 1995. p.1-12. Série Registros, 14.

FLORA DO BRASIL 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2020

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. [S.l.: s.n.], 2002

LAZAROTTO, M. et al. Maturação fisiológica de sementes de *Erythrina crista-galli* L. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 9-16, 2011.

LOPES, Izabela Souza, Nóbrega, Assíria Maria Ferreira da e Matos, Valderez Pontes Maturação e colheita da semente de *Amburana cearensis* (Allem.) A. C. Smith. *Ciência Florestal* [online]. 2014, v. 24, n. 3, pp. 565-572. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-509820142403005>>. Acessado 1 Novembro 2022.

LOUREIRO, M.B.; TELES, C.A.S.; VIRGENS, I.O.; ARAÚJO, B.R.N.; FERNANDEZ, L.G.; CASTRO, R.D. Morphology, anatomy and physiological aspects of seeds and seedlings of *Amburana cearensis* (Fr. All.) A.C. Smith (Leguminosae Papilionoideae). *Revista Árvore*. 37(4): 679-689. 2013. Doi: 10.1590/S0100-67622013000400011.

MARCOS FILHO, J. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. 2ª ed. Abrates. Londrina: 2015.

MARINI, D. et al. Maturação fisiológica de sementes de *Luehea grandiflora* Mart. & Zucc. *Scientia Agraria Paranaensis*, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 1, p. 65-73, 2012.

NAKADA, P. G. et al. Desempenho fisiológico e bioquímico de sementes de pepino nos diferentes estádios de maturação. *Revista Brasileira de Sementes*, v. 33, n. 1, p. 113-122, 2011.

NOGUEIRA, N. W.; RIBEIRO, M. C. C.; FREITAS, R. M. O.; MARTINS, H. V. G.; LEAL, C. C. P. Maturação fisiológica e dormência em sementes de sabiá (*Mimosa caesalpinhiifolia* BENTH.). *Bioscience Journal*, Uberlândia, v. 29, n. 4, p. 876-883. jul./aug. 2013. Doi: <http://www.seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/1505>.

PIRES NETO, P. A. F. et al. Physiological ripening of *Anadenanthera colubrina* (Vellozo) Brenan seeds. *Journal of Seed Science*, Londrina, v. 38, n. 2, p. 155-160, 2016.

RUBIO F et al. 2013. Estádios de maturação do fruto no desempenho germinativo e teor de óleo de sementes de *Jatropha curcas* Linn. *Semina: Ciências Agrárias* 34:663- 668.

SCHULZ, D. G. et al. Maturidade Fisiológica e Morfometria de Sementes de *Inga laurina* (Sw.) Willd. *Floresta e Ambiente, Seropédica*, v. 21, n. 1, p. 45-51, 2014.

SENA, D. V. dos A.; ALVES, E. U.; ARAÚJO, L. R. de; SILVA, R. dos S.; ANJOS NETO, A. P. dos; RODRIGUES, C. M. Ponto de maturidade fisiológica de sementes de *Sideroxylon obtusifolium* [(Roem. & Schult.) T. D. Penn.]. *Ciência Florestal*, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 1106-1124, 2022. DOI: 10.5902/1980509834217. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/34217>. Acesso em: 5 nov. 2022.

SILVA, L. J. et al. Relationship between fruit maturation stage and physiological quality of physic nut (*Jatropha curcas* L.) seeds. *Ciência e Agrotecnologia, Lavras*, v. 36, n. 1, p. 39-44, 2012.

SINGH, S.; KUMAR, S.N. Introduction to genus *Delonix*. *Review Article*, v.3, n.6, p.2042-2055, 2014.

TAMAKI, Y.; TERUYA, T.; TAKO, M. The chemical structure of galactomannan isolated from seeds of *Delonix regia*. *Bioscience, Biotechnology and Biochemistry*. 74(5): 1110-1112. 2010. Doi: 10.1271/bbb.90935.

WANG, X.; CHEN, H.; SHI, Q.; XIANGA, J.; ZHANGA, Y.; ZHUA, D.; ZHANG, Y. Reduced bioactive gibberellin content in rice seeds under low temperature leads to decreased sugar consumption and low seed germination rates. *Plant Physiology and Biochemistry*. 133: 1-10. 2018. Doi: 10.1016/j.plaphy.2018.10.020.

CAPÍTULO 18

MODELO DE GESTÃO BALANCED SCORECARD NO MEI: MAIS FAVORITA DE RONDON DO PARÁ

AQUINO, Marcelo Pereira¹

BRANCO, Sara dos Santos Castelo²

VALENTE, Thais Alves Rabelo³

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.18

1 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

2 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

3 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

As sociedades mundiais passam por um processo acelerado de mudanças que impactam as relações de trabalho e capital, tornando a concorrência entre empresas cada vez mais agressiva. Conseguem se manter no mercado as organizações que se diferenciam em relacionamento com o cliente, na gestão dos processos financeiros e que inovam-se. Nesse contexto, as técnicas de gestão estratégica das empresas necessitam se atualizar e acompanhar as mudanças, como é o caso, a implementação do modelo Balanced ScoreCard.

A economia brasileira, fundada na lógica capitalista, experimenta crises cíclicas que atingem significativamente a vida das organizações, em todos os níveis, desde a micro até as grandes empresas. Manter-se em um mercado altamente competitivo e com a volatilidade econômica presente no modo de produção capitalista, exige das organizações de qualquer natureza a utilização de um conjunto de estratégias e de planejamento (PAULO NETO, 2012).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, milhares de micro e pequenas empresas são criadas no Brasil e encerram sua atuação no mercado antes de completar o primeiro ano de existência. Muitos empreendimentos são iniciados sem planejamento, sem clareza da estratégia, da missão e da visão de futuro. Geralmente, sabe-se pouco do negócio, do público-alvo e das finanças necessárias para implementação do empreendimento.

Ainda assim, as micro e pequenas empresas assumem papel importante para a economia local e regional, apesar das dificuldades que enfrentam para sobreviver no mercado. Em estudo realizado em 2013, o Sebrae Nacional apontou que 24,4% delas fecham as portas com

menos de dois anos de existência. E esse percentual pode chegar a 50% nos estabelecimentos com menos de quatro anos. Desse modo, a instabilidade econômica e a falta de preparo estratégico da maioria dos empreendedores que atuam nas micro e pequenas empresas favorecem o cenário de falência e extinção dos empreendimentos.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é implementar o Balanced ScoreCard como modelo de gestão em uma micro empresa que atua no segmento de roupas íntimas e fitness, em Rondon do Pará, por meio de uma loja virtual. Trata-se do empreendimento Mais Favorita, que estabeleceu sua loja nas redes sociais a partir de julho de 2021, com a missão de vender peças íntimas e fitness de qualidade a preços justos e a visão de conquistar um público maior e alcançar reconhecimento no município.

Para tanto será utilizado o instrumento Balanced ScoreCard – BSC, que é um modelo de gestão que visa unificar quatro perspectivas que são: Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento, com auxílio de indicadores para ajudar nas tomadas de decisões e atingir todas metas traçadas. O foco da proposta é realizar uma análise do cenário atual da micro empresa Mais Favorita, sugerindo elementos estratégicos para poder fazer a implementação do BSC como modelo de Gestão. Com isso, visa-se responder às seguintes questões: Como o BSC pode ajudar a alcançar as metas estipuladas? Quais os resultados que poderão ser obtidos após a implementação do BSC como Modelo de Gestão?

Esta pesquisa justifica-se por propor uma ferramenta estratégica que pode ser utilizada tanto nas grandes empresas quanto nas que ainda estão iniciando suas atividades, oferecendo uma possibilidade de compreender o ramo de negócio no qual está se inserindo, bem como abrir novos horizontes para a sua continuidade no mercado.

Este trabalho é composto por cinco seções, onde após esta introdução tem-se o referencial teórico, em seguida a metodologia que foi utilizada para na confecção deste, seguindo da análise dos dados e na quinta e última seção as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 Mei: A Solução Para A Informalidade

Castells (2002) afirma que a sociedade da informação e do conhecimento produziram mudanças significativas no capitalismo contemporâneo. O chamado mercado imaterial, protagonizado pelas chamadas tecnologias da informação e da comunicação produziram mudanças significativas na gestão estratégica de empreendimentos na era da globalização.

Na verdade o autor afirma que as organizações que não acompanharam as mudanças produzidas pelo avanço das novas tecnologias da informação, da economia imaterial e do conhecimento perderam espaços competitivo, assumindo um papel periférico no mercado capitalista.

Tal realidade fica mais evidente nas micro e pequenas empresas que subsistem com pouca ou quase nenhuma ferramenta de gestão e suporte tecnológico que possibilite sua consolidação no mercado, altamente competitivo. Portanto, o MEI “Mais Favorita”, se coloca nesse cenário, de nenhum instrumento avançado de gestão que dê suporte estratégico ao empreendimento, considerando que atua no meio virtual.

Andrade e Boff (2014), afirmam que a necessidade de gerar renda ou até mesmo a independência, que muitos trabalhadores encontram no trabalho informal, faz com que estes trabalhadores atuem por conta

própria, gerando um aumento significativo na economia informal do país. A Lei Complementar no. 128 de 19 de Dezembro de 2008 instituiu a figura de uma nova categoria de empresas, o Microempreendedor Individual (MEI). Com a regulamentação do MEI, muitos profissionais tiveram suas atividades econômicas formalizadas tornando-se pequenos empresários. A nova legislação trouxe benefícios, desburocratização e simplificação no processo de legalização das atividades empresariais para os trabalhadores que atuam na informalidade.

O microempreendedor individual (MEI) é uma microempresa em condições especiais.

De acordo com os artigos 13, 18-A e 18-C da lei nº 128/2008 e a Resolução no 58/09 do Comitê Gestor do Simples Nacional, o MEI é o empresário individual, optante pelo Simples Nacional, que faturasse até R\$ 60.0000 por ano, hoje o limite atual de faturamento MEI é de R\$ 81 mil por ano, que exerça tão somente as atividades estipuladas na resolução e que possua um único empregado que receba somente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. Ele não pode possuir mais de um estabelecimento nem participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador (Brasil, 2008 a).

Ao optar em ser um MEI ele recolherá um valor mensal de 5% sobre o salário-mínimo a título de contribuição previdenciária, mais R\$ 1,00, a título de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e/ou R\$ 5,00 a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS -, conforme a sua atividade, de forma unificada e simples, não estando sujeito aos seguintes tributos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; contribuição para o

PIS/Pasep; demais contribuições instituídas pela União; e contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculados a sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo (Brasil, 2008 b)

Para Caponi (2014), a legalização do trabalhador informal, torna-se, portanto, fundamental não só socialmente, mas também economicamente, sendo a criação do MEI uma importante ferramenta de política pública, haja vista que, a partir de estímulos na redução da carga tributária, como isenção de tributos federais, redução da alíquota de recolhimento do INSS e agilização nos procedimentos para sua formalização. Além disso garante o desenvolvimento econômico e social do Brasil, gerando renda, e garantindo direitos sociais como o trabalho e a previdência social.

Além de dificultar o desenvolvimento dos trabalhadores e das empresas, a informalidade dificulta as ações de planejamento dos governos municipais, estaduais e federal para incluir os que sofrem com o problema em programas sociais, além de pressionar as contas públicas por causa dos impostos não arrecadados. Dessa forma, tem impacto negativo sobre o financiamento da proteção social e os investimentos públicos para a melhoria da qualidade de vida da nação, afetando áreas como educação e saúde, entre outras (SANTOS, 2016).

De acordo com o Portal Gov.Br, o número de Microempreendedores Individuais (MEI) cresceu no país ao longo de 2020. Do total de 3.359.750 empresas abertas no período, 2.663.309 eram MEIs, representando um crescimento de 8,4% em relação ao ano de 2019. Os dados são do Mapa de Empresas, do Ministério da Economia. No fim do terceiro quadrimestre de 2020, existiam, no Brasil, 11.262.383 MEIs ativos. Hoje, eles respondem por 56,7% do total de negócios em funcionamento no país (Portal Gov.br, 2022).

O Governo Federal trabalha com uma meta de, até o fim de 2022, a abertura de empresas em todo o país ocorrer em até um dia. “A missão é simplificar e desburocratizar ao máximo o processo de abertura de empresas no Brasil. A principal estratégia que usamos para atingir esse objetivo é a transformação digital de serviços. Em 2020, atingimos a marca histórica de mais de 20 milhões de empresas ativas no Brasil e reduzimos praticamente pela metade o tempo de abertura no Brasil”, ressaltou o diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, do Ministério da Economia, André Santa Cruz (Portal Gov.br, 2022).

2.2 Baleded ScoreCard

O Balanced ScoreCard, de acordo com Kaplan; Norton (1997) foi criado com a finalidade de desenvolver um novo grupo de medidas de desempenho. A partir da crença de que a gestão empresarial baseada somente nas medidas financeiras estava tornando-se provinciano e que a jugo destas medidas estaria prejudicando a capacidade da empresa de criar valor econômico futuro.

Kaplan e Norton (2001) continuam suas análises afirmando que, o Balanced ScoreCard trata-se de um método de gestão que estabelece linhas de desempenho que possibilitam traduzir e desdobrar as estratégias empresariais em objetivos, indicadores, metas e iniciativa. É um instrumento que permite agregar, descrever e transformar os ativos intangíveis de uma organização em ganhos para os públicos estratégicos.

É neste contexto que o Balanced ScoreCard oferece instrumentos novos para todos os negócios, vinculados a micro, pequenas, médias e grandes empresas propondo novas modalidades de gestão e estratégias competitivas no mundo global. Apesar de que o negócio

esteja em Rondon do Pará, que é uma cidade pequena, de alguma forma ele sofre influências do mercado regional, nacional e global que impõem sempre inovações na área de gestão, marketing e tecnologias.

Portanto, o Balanced ScoreCard é uma nova abordagem para administração estratégica, desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton em 1992. Reconhecendo algumas fraquezas e incertezas da abordagem prévia da administração, a abordagem do BSC provê uma prescrição clara sobre o que as empresas deveriam medir para equilibrar a perspectiva financeira. É um sistema de gestão - não apenas um sistema de medidas - que habilita as organizações a clarear sua visão e estratégia e traduzi-las em ações.

É evidente que a implementação de mudanças dessa magnitude exige da empresa ou organização um comprometimento dos dirigentes e colaboradores. É preciso convencer dessa gestão estratégica inovadora e abandonar práticas empresariais obsoletas que ainda se mantêm nos espaços organizacionais e condenam a morte inúmeras empresas.

Neste sentido, conforme aborda Kaplan (1997) o BSC se materializa na seguinte proposta: primeiro - traduzir a estratégia em objetivos estratégicos específicos; segundo - estabelecer metas financeiras; terceiro - deixar claro o segmento de cliente e de mercado a que está competindo; quarto - identificar objetivos e medidas para seus processos internos que é a principal inovação e benefício do modelo.

Destacar os processos mais críticos para obtenção de desempenho superior para clientes e acionistas. Em geral, essa identificação revela processos internos totalmente novos nos quais a organização deve buscar a excelência para que sua estratégia seja bem sucedida; finalmente, as metas de aprendizado e crescimento,

expõem os motivos para investimentos na reciclagem de funcionários, na tecnologia disponível e nos sistemas de informações gerenciais que vão produzir inovações e melhorias significativas para os processos internos, para clientes e para acionistas.

Segundo Kaplan; Norton (1997), o Balanced ScoreCard agregaria às medidas financeiras, outras medidas que ajudariam a impulsionar a empresa para o desenvolvimento futuro, analisando seu desenvolvimento organizacional sobre quatro perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e de aprendizado e crescimento. No entanto, o principal objetivo do Balanced Scorecard é realizar o alinhamento entre as ações operacionais e o planejamento estratégico, formando, assim, a estrutura do BSC.

Por fim, a visão estratégica por meio desse processo pressupõe uma preocupação com a dimensão financeira da empresa que questiona como a empresa gostaria de ser vista pelos acionistas e dirigentes; os clientes que reportam a dimensão de como gostaríamos de ser visto, isto é, a imagem; os colaboradores e os processos internos, que indica o que fazer para qualificar e oferecer melhor produtos e relacionamento para com os clientes; aprendizado e crescimento que diz respeito ao que a empresa ou organização quer ser no futuro. A figura que segue evidencia claramente o modelo elaborado por Norton e Kaplan.

Tabela 01 – Modelo Balanced ScoreCard

FINANCEIRA	Para alcançar a visão, que resultado deve-se gerar para os investidores?
CLIENTES	Para alcançar a visão que valor percebido deve-se gerar para nossos clientes?
PROCESSOS INTERNOS	Para satisfazer os clientes em quais processos internos é preciso se sobressair?
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Para alcançar a visão, que novos conhecimentos, competências e talentos deve-se desenvolver?

Fonte: Kaplan e Norton (1997), adaptado pelos autores.

3. Metodologia

O presente trabalho tem por finalidade principal, implantar um modelo de gestão na microempresa Mais Favorita, MEI esse, que surgiu e atua em Rondon do Pará porém de acordo com relato da proprietária, não conta ainda com nenhuma ferramenta de gestão estratégica para impulsionar e organizar seu negócio. Com isso, o referido estudo utilizará o Balanced ScoreCard como ferramenta para desempenho do trabalho.

A referida ferramenta vincula-se a uma metodologia qualitativa pois utilizará dados qualitativos primários e secundários, através de pesquisas descritivas amparadas em conhecimentos teóricos de trabalhos desenvolvidos a respeito do tema, buscando entender e adquirir técnicas no que tange o BSC para aplicar de forma prática como modelo de gestão na empresa em evidência e assim buscar resultados acerca das questões que norteiam o presente trabalho.

MARTINS (2004), diz que uma das características importantes da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da

análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.

Desta feita o estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque visa a levantar questões e hipóteses para futuros estudos e descritiva porque pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, demonstrando que uma microempresa pode e deve se valer de recursos de gestão para crescimento e aprimoramento do trabalho.

Pode-se dizer que essas pesquisas têm como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GALAS; FORTE, 2005). A mesma caracterizou-se por um estudo de caso na MEI Mais Favorita a priori buscou-se conhecer a empresa através do seu histórico em relato feito pela empreendedora e proprietária sra. Sara dos Santos Castelo Branco. A mesma descreveu todo o processo de sua formalização privada e seu modelo de trabalho atualmente.

Para chegar ao objetivo desse trabalho, e analisar os resultados obtidos foram levantados os fatores a respeito da empresa, nos quais estão ligados diretamente a ela de forma interna e externa e elucidam a situação da mesma. Isso para se chegar as seguintes perspectivas, Financeira, dos Clientes, de Processos Internos e as de Aprendizado e Crescimento. Dessa, foram feitos os levantamentos no que tange, objetivo, indicador, metas e iniciativas.

4. Resultados E Discussão

O empreendimento foi criado em 2016, pela sra. Sara dos Santos Castelo Branco e por sua irmã, Rebeca dos Santos Castelo Branco que iniciaram as atividades de revenda de lingerie. As vendas

eram feitas de maneira informal para conhecidos próximos. Depois de certo período, houve uma pausa nas vendas e em setembro de 2020, a atual proprietária reiniciou as atividades.

No início do ano de 2021 foi criada uma loja virtual no Instagram, que é a ferramenta de interlocução com os clientes e o público da “Mais Favorita”. No seu portfólio, além de roupas íntimas e fitness, há um catálogo que possui sex shop e cosméticos em geral. A loja ainda está em construção, mas espera-se um reconhecimento gradativo do público. A proprietária (Sara) e duas irmãs que auxiliam de maneira informal e esporádica.

A pesquisa indicou que o MEI não utiliza nenhuma ferramenta de gestão e os registros são realizados por meio de notas em aparelho celular e manuscritas. As vendas são realizadas através do WhatsApp, Instagram e Facebook. Verificou-se também a ausência de metas mensais e anuais.

O faturamento do empreendimento é em média R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) anualmente. A meta é dobrar o faturamento e investir em novos ativos (mercadorias para revenda). O investimento inicial foi de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e observa-se que muitas vezes o patrimônio da empresa é confundido com o patrimônio pessoal, dificultando o giro de capital na loja. A meta é conseguir capital próprio para o empreendimento se manter.

Seu principal público é constituído por jovens e adultos (masculino e feminino), sendo que 70% são das classes A e B, tendo em vista a qualidade das peças e o custo-benefício oferecido. Segundo a proprietária, a loja é voltada para homens e mulheres que gostam de se cuidar e se amar da melhor forma.

As publicações dos produtos são colocadas em redes sociais já mencionadas, na tentativa de atrair e se aproximar do público através

dos Reels e Stories; Também são realizadas promoções sazonais, como Dia das Mães, Dia dos Namorados e Natal por exemplo; Ademais, realiza-se investimentos esporádicos em anúncios nas plataformas digitais.

Considerando os desafios identificados no diagnóstico realizado no MEI em questão adotou-se como procedimento a implantação de técnicas de gestão do Balanced Scorecard.

Tabela 02 - Balanced Scorecard da Loja Mais Favorita

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	INICIATIVAS
Perspectiva Financeira: Aumentar o volume de vendas.	Dobrar a quantidade de vendas mensal; Adquirir Capital de Giro.	Sistema de Controle de Vendas/Estoque.	Adquirir um sistema de acompanhamento do investimento; buscar novos produtos.
Perspectiva dos Clientes: Garantir a satisfação dos clientes.	Aumentar o fluxo de clientes, ter fidelidade com o cliente.	Controle de cadastro de clientes.	Melhorar a exposição dos produtos da loja; melhorar o marketing.
Perspectiva dos Processos Internos: Qualificar o trabalho de mídias sociais: Capacitar as proprietárias para atuarem na área	Aumentar o número de seguidores e de vendas em 100%	Atualmente o MEI tem 525 seguidores e é possível dobrar, com um trabalho qualificado, aumentando com isso as vendas.	Fazer cursos online para se capacitar no uso das redes sociais.
Perspectiva de Aprendizado e Crescimento: Realizar feedback junto ao público alvo	Criar feed e reels que dialoguem com os clientes e estabelecer canais online.	Fidelizar os clientes e mantê-los conectados.	Fazer planejamento semanal de atuação nas redes sociais.

Fonte: Elaborada pelos autores.

5. Considerações Finais

A importância das micro e pequenas empresas no Brasil é significativa. Dados recentes divulgados pelo IBGE dão conta que elas são responsáveis por 51% de todos os empregos gerados no Brasil.

São empreendimentos que empregam até cinco pessoas, mas têm um grande impacto na economia brasileira.

O empreendimento Mais Favorita demonstrou que faz parte do contexto dessa pesquisa socioeconômica, no entanto para se manter no mercado necessita de ajustes estruturais nos processos de gestão financeira, na qualificação dos colaboradores, na intensificação dos relacionamentos juntos aos públicos estratégicos e por fim nos processos de inovação tecnológica no sentido de proporcionar sempre mais qualidade nos serviços oferecidos.

No andamento de construção da presente proposta percebeu-se que o dono do empreendimento tem interesse em implementar as questões que foram apresentadas e colocar o empreendimento no mercado com diferenciais competitivos.

Por fim, o modelo Balanced ScoreCard apresenta-se com algo inovador e capaz de promover mudanças significativas em micro, pequenas, médias e grandes empresas. No entanto, tal processo necessita de comprometimento da gestão e dos donos do negócio, em uma ação sinérgica que envolva também os colaboradores e os públicos estratégicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. P; BOFF, C. D. S. Ferramentas de Planejamento para Tomada de Decisão aplicadas a um Microempreendedor Individual (MEI). Revista de Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/rccgf/article/view/1252>. Acesso no dia 23 nov. 2022.

BRASIL. LC nº 129/2008 da Presidência da República. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de

10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm . Acesso no dia 06 nov. 2022.

CAPONI, R. K. Políticas Públicas de Redução da Informalidade no Mercado de Trabalho: uma análise ao incentivo à formalização, a partir da criação do Microempreendedor Individual (MEI). Repositório UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143764/000946532.pdf?sequenc>. Acesso no dia 10 nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GALAS, E. S; FORTE, S. H. A. C. Fatores que interferem na implantação de um modelo de gestão estratégica baseado no balanced scorecard: estudo de caso em uma instituição pública. Scielo Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/DP4j6RJf6RRCvsMZyPfhL-Gr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso o dia 15 nov. 2022.

GOVERNO FEDERAL. Economia. Cresceu o número de microempreendedores individuais em 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020>. Acesso no dia 14 de nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br> . Acesso no dia 17 de out. 2022.

KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. A estratégia em ação. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Organização Orientada para a Estratégia. São Paulo: Editora Campus, 2001.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Sciello Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjK-q79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt> Acesso no dia 14 nov. 2022.

NETO, J. P. Capitalismo e Barbárie Contemporânea.

SANTOS, W. S. A contribuição do profissional contábil no acompanhamento do Microempreendedor Individual (MEI): um estudo de caso na Magazine Amiguinha. Repositório Faculdade Maria Milza. Disponível em: [http://famamportal.com.br:8082/jspui/bitstream/123456789/126/1/TCC%20Wagner%20Santa na%20dos%20Santos.pdf](http://famamportal.com.br:8082/jspui/bitstream/123456789/126/1/TCC%20Wagner%20Santa%20na%20dos%20Santos.pdf) . Acesso no dia 09 nov. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/conjuntura-economica desta que 10,0a 080b91762b-3410VgnVCM1000003b74010aRCRD . Acesso no dia 16 de nov. 2022.

CAPÍTULO 19

O HIV/AIDS nas “Páginas” de O Liberal?

FILHO, Antônio Luiz Ferreira de Sousa¹

ROCHA, Camila Rocha Gusmão²

SOARES, Fernanda de Castro³

SOUSA, Maria Clara Maia de⁴

ARAUJO, AC Condeixa de⁵

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.19

1 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

2 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

3 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

4 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

5 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

Considerada a maior epidemia do século XX, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) surgiu nos anos 1980 e não só colocou em evidência as relações sexuais, como também provocou mudanças nos mais diferentes níveis e em toda a extensão do planeta. Diferente de outras epidemias, a AIDS trouxe mais do que dor e morte, ele acabou por impor transformações no sistema público de saúde(SUS), no controle dos bancos de sangue, na responsabilidade dos governos em relação à gratuidade de tratamento e dos medicamentos e, provocou ainda, uma disputa acirrada pela quebra de patentes de remédios que garantiriam sobrevida aos doentes com a arquivilionária indústria farmacêutica. As questões provocadas pela epidemia de HIV/AIDS não ficaram restritas ao campo da medicina e da ciência, elas acessaram os lares, em suas mais diferentes composições e gerações, para que discutissem questões ligadas à homossexualidade, a bissexualidade, a monogamia e ao uso de drogas. Um outro papel importante protagonizado pela epidemia, indiscutivelmente, foi o de impulsionar o movimento pelos direitos dos homossexuais, fazendo com que ganhasse forma, corpo, identidade e respeito. Desde que passou a atingir a todas as pessoas sexualmente ativas, independentemente de sexo, idade, orientação sexual, origem, classe social, raça, etnia e cor de pele, a AIDS ultrapassou os veículos de comunicação e ganhou a mídia em geral.

No Brasil, a epidemia chegou ao fim da década de 1980 contabilizando 6.295 casos diagnosticados e abriu os anos 1990 com quase o dobro, 11.805¹. No ano de 1991, o mundo atingiu 10 milhões de pessoas infectadas pelo HIV. O governo brasileiro, a comunidade médica e a sociedade viveram, nos anos 1980 e 1990, os primeiros 20 anos da

1 Boletim Epidemiológico, 20015 <http://www.aids.gov.br/publicacao/2015/boletim-epidemiologico-aids-e-dst-2015>, download feito em 1 de dezembro de 2015.

epidemia da AIDS, momentos de conquistas e perdas, que vão da morte de artistas e celebridades ao início do uso dos “coquetéis”. O Brasil chega ao século XXI com o seguinte perfil: 258 mil contaminados; o aumento da incidência da contaminação em mulheres, chegando a ser uma mulher para cada dois homens; a redução em 50% nas mortes em decorrência do HIV; o acordo feito por cinco grandes representantes da indústria farmacêutica para reduzir o preço dos remédios; a ameaça da quebra de patente por parte do governo brasileiro.

O Brasil, entre 2010 e 2015, passou de 700 mil para 830 mil doentes AIDS, com 15 mil mortes por ano. A nação brasileira, sozinha, detinha com mais de 40% das novas infecções por HIV da América Latina. Mesmo que saibamos que há indivíduos mais vulneráveis que outros, não se trata de uma doença restrita às populações economicamente excluídas, uma vez que atinge todo tipo de pessoa, homens e mulheres, homossexuais, bissexuais, transexuais e heterossexuais, ricos e pobres, e em todos os lugares do planeta. Todos os dias e horas, pessoas acessam informações que julgam credíveis nos órgãos da imprensa. Pela necessidade urgente de levar as descobertas, os avanços e os desafios enfrentados pela comunidade médica à população, a AIDS conquistou espaço na imprensa. Os meios de comunicação se tornaram, então, palco das notícias e, da mesma forma, serviram de praça, uma espécie de Ágora, onde se discutiram ética, preconceito e solidariedade, retirando dos médicos e dos cientistas a exclusividade sobre a doença e dando aos veículos de comunicação – jornais, rádios, televisão e internet – o direito de amplificar as informações e as impressões de seus profissionais a partir de suas fontes: médicos, cientistas, soropositivos, aqueles que se tornaram doentes, seus familiares, os movimentos sociais e a população em geral. Os meios de comunicação são parte essencial na construção da realidade que acreditamos e da memória que carregamos.

Em 2020², 1.900 pessoas morreram em decorrência da AIDS. No ano de 2021, no mundo, havia 38,4 milhões de pessoas vivendo com HIV. No mesmo ano, 13.501 pessoas foram diagnosticadas com HIV no Brasil. Destes, 1.886 são brancos, 2.236 são pretos ou pardos, 41 são amarelos, 19 indígenas e 215, são ignorados. No Pará, em 2021, havia 1.954 casos diagnosticados e 1.194 pessoas morreram. Destes, 11,6% são brancos, 86,5% são pretos ou pardos, 0,4% são amarelos, 0,6% indígenas e 1,2%, são ignorados. Atualmente, na cidade de Rondon do Pará, onde se localiza o curso de Jornalismo da Unifesspa, existem 53 usuários cadastrados no serviço de atendimento no Hospital Municipal³, destes, apenas 45 estão em acompanhamento. Rondon do Pará fica às margens da PA 222, distante 141km de Marabá e 523km da capital. Sua população em 2020, segundo estimativas do IBGE, é de 52.357 habitantes e sua área territorial é de 8.246,394 km².

O objetivo da tese, de onde parte destas reflexões partem, foi investigar a forma como a imprensa tratou a epidemia em matérias publicadas em 1 de dezembro, data em que se “comemora” o Dia Mundial da Luta Contra AIDS⁴, compreendendo tanto o conteúdo publicado quanto o silêncio, na busca de entender a relação da imprensa com as fontes, os dados epidemiológicos, as descobertas etc. Logo, bem mais do que descrever os mecanismos enunciativos tecidos pelo discurso jornalístico, o trabalho buscou denunciar os conflitos e o preconceito instaurados no embate de um jogo polifônico intenso. Quantos aos objetivos específicos, a pesquisa buscou: identificar que vozes falaram através da imprensa com o passar do tempo; verificar as relações de poder entre agentes e agências no discurso jornalístico; identificar os períodos de silenciamento e observar o quanto as falas

2 <http://indicadores.aids.gov.br/>, acesso em 23/11/22.

3 Fonte: Secretaria de Saúde do Município

4 Transformar o 1o de dezembro em Dia Mundial de Luta Contra a Aids foi uma decisão da Assembleia Mundial de Saúde, em outubro de 1987, com apoio da Organização das Nações Unidas – ONU. A data serve para reforçar a solidariedade, a tolerância, a compaixão e a compreensão com as pessoas infectadas pelo HIV/AIDS. A escolha dessa data seguiu critérios próprios das Nações Unidas. No Brasil, a data passou a ser adotada, a partir de 1988, por uma portaria assinada pelo Ministério da Saúde.

discursivas e disputadas no âmbito da imprensa geraram identidades e processos de inclusão e de exclusão social

Neste artigo, em específico, buscamos direcionar a nossa pesquisa para as publicações do tema no estado do Pará. Para isso, escolhemos o jornal O Liberal, em sua versão on-line, nos anos de 2021 e 2022. A escolha pelo O Liberal se deu pelo simples fato de sua importância, por circular em Belém e na maior parte do Pará desde o ano de 1946. É considerado um dos veículos mais lidos do Estado e o único jornal com prêmios internacionais no Norte/Nordeste. A tiragem média do jornal é de 40 mil exemplares durante a semana, batendo o número de 87 mil aos domingos, colocando O Liberal como o jornal com o maior número de tiragens entre o Norte e Nordeste do país. Ao ser adquirido por Romulo Maiorana em 1966, passou a integrar o Grupo Liberal, que atualmente é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil.

Na sua versão on-line, <https://www.oliberal.com/>, segundo o relatório de audiência de 1 a 31 de outubro, contou com 119.466 usuários já consolidados mais 99.365 são novos usuários. Ao todos foram 674 mil visualizações. Geograficamente, o público leitor consolidado está distribuído da seguinte forma: 23,79%, em Marabá, 14,67%, em Belém, 7,07%, em Parauapebas, 3,72%, em São Paulo, 2,51%, em Curitiba, 1,90%, em Imperatriz, 1,57%, no Rio de Janeiro, 1,48%, em Brasília e 1,02, em Recife. Em relação ao gênero, o perfil é bem equilibrado, sendo de 48 a 52%, dos leitores são homens e de 48 a 51%, são mulheres. Em relação à faixa etária, há uma forte concentração de leitores de 25 a 44 anos. Em relação à forma como acessam o portal, 87,8% acessam via smartphone, 11,7% via computador e 0,5, através do tablet.

Por fim, a tese se desenvolveu a partir das capas e das matérias do interior dos jornais, relacionadas às chamadas de capa

dos anos de 1992, 1996 e 2001, quando coincidentemente ambos os veículos publicaram matérias sobre a temática. Para fins deste artigo, optou-se por um recorte dos anos de 2021 e 2022, dando-se destaque às matérias, que foram publicadas na versão impressa e na versão on-line. As matérias publicadas em 24, 25 e 26 de outubro de 2021 e 10 de fevereiro, 11 e 12 de agosto de 2022, serão objeto de análise do estudo a seguir apresentado.

2. Referencial Teórico

O tratamento teórico dado ao corpus pelo viés da escola francesa de Análise de Discurso Francesa (AD) permitiu a compreensão do material e tornou viável a “leitura” e a análise dos efeitos de sentido, dos silêncios e das sequências discursivas. A Análise do Discurso Francesa procura compreender a relação estabelecida pelo sujeito com a história e com a língua, definindo discurso como resultado de um processo de construção simbólica, em que os sentidos são construídos, emergem e inscrevem-se a partir da relação que é estabelecida com os sentidos já postos em funcionamento e sempre retomados por sujeitos, num constante movimento em (dis)curso, a cada situação de enunciação.

“Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio- históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.” Pêcheux (1990: 96).

Dessa forma, os sentidos são produzidos pelos sujeitos, amparados pela memória discursiva, que é o que permite a sustentação ou a quebra/ruptura do que está instituído, e pela ideologia,

orientadora de tal processo, naturalizando posições para o sujeito e fazendo suas palavras parecerem claras e evidentes, enfim, indicadoras de uma relação termo a termo com o mundo. Segundo Orlandi, em *Análise de Discurso*, parte-se de uma escuta, aliada a um exercício de interpretação e compreensão: o de interpretar um contexto imediato e o de compreender a opacidade da linguagem, a historicidade dos sentidos, a constituição do sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. São dois movimentos: interpretar e compreender os funcionamentos. Compreender é a explicitação do modo como o discurso produz sentidos e interpretar não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto; ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, sabendo que o sentido pode ser sempre outro.

2.1 Recorte X Segmento

Diferente de outras metodologias de análise, a AD secciona o corpus a ser trabalhado por recortes, ou sequências discursivas, destacando, assim, a noção de segmento. Enquanto o segmento é uma unidade de análise previsto a priori, como, por exemplo, um sintagma, um parágrafo etc., o recorte se define como fragmento de discurso. Ou “Uma unidade discursiva” (Orlandi, 1984), aí correlacionando a linguagem e as condições de produção. Dentro do(s) recorte(s), instituto(s) operadore(s) discursivo(s). Com relação à noção de Sequência Discursiva (SD), esta pode ser sequências oral ou escrita de dimensão superior à frase. É preciso aqui indicar que a própria natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis e que a noção de SD é uma noção vaga. Depende, na verdade, dos objetivos conferidos a um tratamento particular [...]; os procedimentos de segmentação, que acabam por atribuir uma forma determinada a uma sequência. (Courtine, 1981).

3. Procedimentos Metodológicos

Com a finalidade de investigar quantas artigos e/ou matérias, teriam sido publicados no site de O Liberal, usamos a ferramenta de busca com os seguintes descritores: HIV e AIDS. Com este processo metodológico, chegamos a 16 matérias (Tabela 1). Destas matérias, chegamos a um total de seis (Tabela 2), as quais foram publicadas ao mesmo tempo no jornal impresso e no site.

TABELA 1

Data	link	Autor
2022		
23.11.22 11h15	https://www.oliberal.com/belem/casa-dia- apenas-cinco-medicos-atendem-cerca-de-10-mil-pessoas-vivendo-com-hiv-aids-em-belem-1.616195	Dilson Pimentel
20.09.22 15h27	https://www.oliberal.com/brasil/homem-e-condenado-pela-morte-da-esposa-apos-esconder-ser-portador-de-hiv-1.589587	Gabriel Mansur
18.08.22 9h00	https://www.oliberal.com/responsabilidade-social/projeto-faz-arrecadacoes-e-acolhe-pessoas-que-vivem-com-hiv-e-aids-no-para-1.575625	Elisa Vaz
12.08.22 15h00	https://www.oliberal.com/cultura/novela/pantanal-zaquieu-de-1990-era-paraense-e-morreu-de-aids-veja-quem-1.573877	O Liberal
11.08.22 22h42	https://www.oliberal.com/mundo/mulher-injeta-sangue-do-namorado-com-hiv-para-provar-amor-ao-companheiro-1.573839	O Liberal
10.02.22 15h59	https://www.oliberal.com/mundo/morre-o-cientista-luc-montagnier-nobel-de-medicina-pela-descoberta-do-virus-hiv-que-cao-aids-1.494874	O Liberal
04.01.22 10h34	https://www.oliberal.com/politica/sancionada-lei-que-obriga-sigilo-de-condicao-a-quem-tem-hiv-e-hepatite-1.478579	Agência Brasil
	https://www.oliberal.com/cultura/so-nazica-reune-	

2021		
18.04.21 7h42	https://www.oliberal.com/par%C3%A1-tem-maior-%C3%ADndice-de-mortalidade-por-agrivos-de-aids-do-brasil-1.376636	João Thiago Dias
01.10.21 7h00	https://www.oliberal.com/cultura/so-nazica-reune-imagens-e-mantos-da-padroeira-dos-paraenses-com-intervencoes-de-artistas-1.440689	Enize Vidigal
24.10.21 16h02	https://www.oliberal.com/brasil/bolsonaro-mentiu-ao-relacionar-vacinas-contr-covid-com-hiv-aids-1.451308	O Liberal
25.10.21 10h12	https://www.oliberal.com/politica/facebook-derruba-live-de-bolsonaro-sobre-vacina-da-covid-e-aids-1.451622	O Liberal
26.10.21 10h52	https://www.oliberal.com/brasil/vice-diretora-geral-da-oms-rebate-bolsonaro-sobre-relacao-entre-hiv-e-vacinas-anticovid-1.452038	O Liberal
01.12.21 7h30	https://www.oliberal.com/belem/dia-mundial-da-luta-contr-a-aids-e-marcado-por-programacao-de-conscientizacao-1.466340	Emanuele Correa
01.12.21 15h14	https://www.oliberal.com/para/numero-de-casos-de-aids-ven-diminuindo-no-para-aponta-ministerio-da-saude-1.466780	Dilson Pimentel O Liberal
01.12.21 17h00	https://www.oliberal.com/brasil/brasil-tem-694-mil-pessoas-em-terapia-antirretroviral-1.466832	Agência Brasil
01.12.21 18h15	https://www.oliberal.com/responsabilidade-social/data-marca-a-conscientizacao-sobre-o-hiv-1.466859	Elisa Vaz

TABELA 2

2022		
12.08.22 15h00	https://www.oliberal.com/cultura/novela/pantanal-zaquieu-de-1990-era-paraense-e-morreu-de-aids-veja-quem-1.573877	O Liberal
11.08.22 22h42	https://www.oliberal.com/mundo/mulher-injeta-sangue-do-namorado-com-hiv-para-provar-amor-ao-companheiro-1.573839	O Liberal
10.02.22 15h59	https://www.oliberal.com/mundo/morre-o-cientista-luc-montagnier-nobel-de-medicina-pela-descoberta-do-virus-hiv-que-causa-aids-1.494874	O Liberal
2021		
24.10.21 16h02	https://www.oliberal.com/brasil/bolsonaro-mentiu-ao-relacionar-vacinas-contr-covid-com-hiv-aids-1.451308	O Liberal
25.10.21 10h12	https://www.oliberal.com/politica/facebook-derruba-live-de-bolsonaro-sobre-vacina-da-covid-e-aids-1.451622	O Liberal
26.10.21 10h52	https://www.oliberal.com/brasil/vice-diretora-geral-da-oms-rebate-bolsonaro-sobre-relacao-entre-hiv-e-vacinas-anticovid-1.452038	O Liberal

Na tabela 3 (abaixo), destacamos as seis matérias que são publicadas ao mesmo tempo no jornal impresso e no site de O Liberal. Nesta fase, incluímos o título da matéria, o lead e o enfoque da notícia, criando categorias de análise.

Data	Título	Lead	Enfoque da Notícia
26/10/21	Vice-diretora geral da OMS rebate Bolsonaro sobre relação entre HIV e vacinas anticovid	A vice-diretora geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Mariângela Simão, afirmou que não existe nenhuma relação entre o HIV e as vacinas anticovid. A afirmação foi feita na terça-feira (25), durante uma entrevista à CNN, e veio após Jair Bolsonaro associar a vacinação contra a covid-19 ao desenvolvimento do vírus da Aids. A declaração, feita nas tradicionais lives do presidente, foi excluída do Facebook, Instagram e Youtube por conter informações falsas e, segundo o vice-presidente da CPI da pandemia, Randolfe Rodrigues (Rede-Ap), entrará para o relatório final da comissão. As informações são da CNN.	Deslocamento
25/10/21	Facebook derruba live de Bolsonaro	Na noite deste domingo (24), o Facebook derrubou	

	sobre vacina da Covid e Aids	a live semanal do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) transmitida na última quinta-feira (21). O vídeo não está mais disponível nem no Facebook nem no Instagram. A informação foi antecipada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e divulgada pelo portal G1 Nacional.	Deslocamento
24/10/21	Bolsonaro mentiu ao relacionar vacinas contra Covid com HIV/Aids	Em declaração por polêmica, Bolsonaro afirmou em uma live que quem se vacinou completa contra a Covid-19 - com duas doses ou com dose única caso seja o imunizante da Janssen - poderá desenvolver a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids). Porém, o presidente da Republico usou uma fake news para se basear em tal informação.	Deslocamento
10/02/22	Morre o cientista Luc Montagnier, Nobel de Medicina pela descoberta do vírus HIV, que causa aids	Morreu na última terça-feira (8), no Hospital Americano em Neuilly-sur-Seine, o virologista francês Luc Montagnier , aos 89 anos. Vencedor Nobel de Medicina em 2008 , ele descobriu , em 1983 , ao lados dos	Deslocamento

		também cientistas Jean-Claude Chermann e Françoise Barré-Sinoussi, o HIV, vírus que causa a Aids. As circunstâncias e causa da morte ainda não foram divulgadas. A notícia foi divulgada pelo Portal UOL, com informações da RFI	
11/08/22	Mulher injeta sangue do namorado, com HIV, para ‘provar amor’ ao companheiro	Uma garota de 15 anos injetou o sangue do namorado portador do vírus HIV - causador da Aids - como prova de amor ao companheiro. O caso ocorreu em julho deste ano, na Índia, e teve grande repercussão em todo o país. O rapaz foi preso e a família da adolescente abriu um processo na Justiça contra ela.	Deslocamento
12/08/22	‘Pantanal’: Zaqueiu de 1990 era paraense e morreu de Aids; veja quem	Um dos destaques do remake de “Pantanal”, Zaqueiu (Silvero Pereira) é o mordomo gay para lá de alto astral de Mariana (Selma Egrel) . Ele chega na fazenda provocando mudanças na cabeça preconceituosa dos peões . Sua última empreitada é se tornar um grande peão e, para isso, tem o apoio do Rei do Gado, José Leôncio (Marcos Palmeira) , e do amigo Alcides (Juliano Cazarré) .	Deslocamento

4. Análise E Discussão Dos Dados

Publicada em 24/10/21, com o título “Bolsonaro mentiu ao relacionar vacinas contra Covid com HIV/Aids”, a matéria trata de acusar o Presidente de mentir quando relaciona Covid com HIV/AIDS. O lead já inicia descolando o tema da AIDS para a mentira proferida por conta da Fake News.

FD1 - Lead

Em declaração por polêmica, Bolsonaro afirmou em uma live que quem se vacinou completa contra a Covid-19 - com duas doses ou com dose única caso seja o imunizante da Janssen - poderá desenvolver a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids).

Publicada em 25/10/21, com o título “Facebook derruba live de Bolsonaro sobre vacina da Covid e Aids”, a matéria trata da decorrência do ato do Presidente e, mais uma vez, não trata a epidemia de HIV em crescimento no momento pandêmico.

FD 2- Lead

Na noite deste domingo (24), o Facebook derrubou a live semanal do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) transmitida na última quinta-feira (21).

Publicada em 26/10/21, com o título “Vice-diretora geral da OMS rebate Bolsonaro sobre relação entre HIV e vacinas anticovid.”, mais uma vez, o assunto não é o HIV nem atualização de dados da epidemia, são decorrências da Fake News difundida pelo Presidente Bolsonaro. No lead, o veículo usa palavras como afirmou, não existe nenhuma relação para reforçar a mentira proferida. Ao usar uma autoridade na área da ciência e da saúde, Mariângela Simão, da OMS, o veículo resolve o problema da Fake News, mas, não trata da epidemia.

FD 3 - Lead

A vice-diretora geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Mariângela Simão, afirmou que não existe nenhuma relação entre o HIV e as vacinas anticovid.

No ano de 2022, as publicações não fogem muito do que foi visto no ano anterior. A primeira matéria destacada é a morte do cientista Luc Montagneir. Publicada em 10/02/22, com o título “Morre o cientista Luc Montagnier, Nobel de Medicina pela descoberta do vírus HIV, que causa aids.”, novamente a matéria não é temática. Não aborda dados nem informações sobre prevenção.

FD 4 - Lead

Morreuna última terça-feira (8), no Hospital Americano em Neuilly-sur-Seine, o virologista francês Luc Montagnier, aos 89 anos. Vencedor Nobel de Medicina em 2008, ele descobriu, em 1983, aos lados dos também cientistas Jean-Claude Chermann e Françoise Barré-Sinoussi, o HIV, vírus que causa a Aids.

Muitos meses depois, em 11/08/22, o site e o impresso voltam a publicar juntos novamente. Publicada em 10/02/22, com o título “Mulher injeta sangue do namorado, com HIV, para ‘provar amor’ ao companheiro”, o texto trata de uma indiana que, para provar amor ao namorado, se injeta com o sangue dele.

FD 5 - Lead

Uma garota de 15 anos injetou o sangue do namorado portador do vírus HIV - causador da AIDS - como prova de amor ao companheiro.

Novamente, o assunto da matéria cujo descritor é HIV/AIDS trata de uma história de Romeu e Julieta às avessas. A matéria sequer

falar dos índices de contaminação e da prevenção que jovens de todo o mundo precisam saber.

Por fim, publicado em 12/08/22, a matéria com o título “‘Pantanal’: Zaquieu de 1990 era paraense e morreu de Aids”. Novamente, há um deslocamento do tema inicial e torna-se uma matéria para ocupar o espaço reservado às fofocas da TV. O lead destacado como FD 6, não elucida o mistério e nem cita que foi o personagem cujo ator era paraense.

FD 6 – Lead

Um dos destaques da refilmagem de “Pantanal”, Zaquieu (Silvero Pereira) é o mordomo gay para lá de alto astral de Mariana (Selma Egrel). Ele chega na fazenda provocando mudanças na cabeça preconceituosa dos peões.

5. Considerações Finais

No decorrer dos anos de 2021 e 2022, foram publicadas no site <https://www.oliberal.com/>, 16 matérias. Deste total, seis foram publicadas ao mesmo tempo na versão impressa e na versão digital. Entretanto, nenhuma das seis matérias tinham alguma relação com o tema ou contemplaram o tema HIV/AIDS. Muito pelo contrário, usaram a epidemia como “isca” para chamar a atenção, uma vez que, no ano de 2021, todas as três matérias, falavam do Presidente Bolsonaro. Já no ano de 2022, as matérias voltaram a usar o HIV como pano de fundo. Trataram na verdade, da morte do cientista francês Luc Montagnier, de uma jovem que injetou sangue do namorado soropositivo para provar seu amor e para falar de um ator, vítima da AIDS, na primeira versão de O Pantanal.

Ao analisar as chamadas, percebe-se falta de foco, como se estivessem cumprindo apenas o papel da imprensa de noticiar dados,

mas já sem muita preocupação com a precisão dos dados e a busca de personagens que encorpassem mais e melhor a notícia. A AIDS não é tema de nenhuma das matérias destacada, mostrando que o descritor HIV/AIDS foi usado para tornar a chamada mais atraente, mas que não foi intenção trata o tema nestas oportunidades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ana Cláudia C. A AIDS e a Imprensa: As vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra Aids de 1988 a 2013, tese defendida pela autora em 16 de setembro de 2016.

COURTINE, Jean Analyse du discours, années zéro: quelques réflexions rétrospectives. Revista "Policromias – Estudos do Discurso, Imagem e Som". UFRJ, 20016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Ed. Pontes, 1999.

_____. As formas do silêncio – No movimento dos sentidos. Campinas. Ed. UNICAMP, 2007.

PECHÊUX, M. Semântica e discurso. Uma crítica da afirmação do óbvio. Campinas, Unicamp, 1997.

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução. Eni Orlandi. 6a edição Pontes. 1990.

SOUZA, T. C. C.. A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. Rua (UNICAMP), Campinas, SP, v. 7, p. 65-94, 2001.

CAPÍTULO 20

SEMIÓTICA NO TRABALHO DE ZINA AITA

LIMA, Ícaro Emauel Araújo¹
CAVALCANTE, Diego Frank Marques²

DOI: 10.46898/rfb.9786558895985.20

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ICSA/UNIFESSPA).

INTRODUÇÃO

1. História De Vida De Zina Aita

A artista conhecida como Zina Aita, tem o seu nome real como Tereza Aita nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, 1900, teve o fim de sua vida em Nápoles, Itália no ano de 1967). Zina era pintora, desenhista e ceramista. Notável por sua curta história no Brasil, Zina Aita, como sabemos, desempenha um papel importante no mundo da arte moderna brasileira, pois é considerada a precursora do modernismo em Minas Gerais.

Entre os 16 e os 18 anos, foi aluna da Academia de Belas Artes de Florença, Itália, sob a orientação de Galileo Chini, um renomado artista italiano. De volta ao Brasil, passa a ter contato com os modernistas Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, além de Anita Malfatti (1889-1964) e Mário de Andrade, formando fortes relacionamentos com todos eles, algo essencial para o movimento que viria ocorrer em 1922, a marcante semana da arte moderna.

Durante a semana da Arte Moderna, Zina apresentou uma de suas obras mais marcantes (Homens Trabalhando), realizada pelo artista em 1922, é uma das peças mais conhecidas da arte brasileira na mostra da Semana de Arte Moderna. O pintor apresentava seis homens trabalhando, cujos corpos eram curvados e cujas sombras eram maiores e mais poderosas do que seus meus reais. A obra supracitada, será analisada mais a frente sobre uma visão da semiótica, juntamente com uma análise da ideia principal da autora.

Após a marcante semana da Arte Moderna, que veio para revolucionar o conceito de arte, quebrando os padrões pré-definidos, limitados pela estática da técnica, na qual Zina fez seu nome, começou a fazer ilustrações para a revista Klaxon.

No ano de 1924, a artista sai do Brasil para Itália, fazendo de sua residência a cidade de Nápoles, local onde fundou sua fábrica de cerâmica, durante os seis subsequentes Aita começou a ficar conhecida por causa da sua arte com cerâmica, provenientes dos Estudos feitos em Roma, Milão e Veneza.

Vale ressaltar que, Zina Aita é uma das precursoras do movimento modernista, e faz parte da trindade das mulheres que revolucionaram a arte no século XX, ao lado de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral. Aita, ainda é desconhecida, mas tem um grande poder.

2. Definição Inicial Da Semiótica Para Compreender A Obra De Aita.

A semiótica, de maneira geral, é uma ciência que estuda todos os assuntos relacionados a linguagem e seus signos, fazendo uma abrangência generalizada, embora não podemos confundir o estudo a linguagem com o da semiótica, pois a linguagem é limitada apenas a língua de falada e escrita, algo contrário do conceito inicial definido. Atualmente, o nome mais forte e recente sobre as bases da teoria semiótica é Charles Sanders Peirce, que definiu a semiótica Peirceana.

Para compreender a análise feita mais a frente sobre a obra de Zina, é necessário entender os conceitos definidos por Charles, principalmente o conceito de signo, que se refere a ideia sobre uma algo que representa algo, isto é a representação do objeto, pode ser ele fisco ou metafísico, determinada função do signo é ocupar o lugar do objeto em si próprio, mas limitando a representação dele. Assim, para que um signo tenha um valor próprio é preciso ter um intérprete inerente dele, ou seja, uma ponte que liga a ideia metafísica ao signo, tendo um intérprete mediador através do simbolismo.

Continuadamente, um signo gera outra signo, através da ponte meditativa interpretativa, criando um efeito dominó, ligando o conceito metafísico ao signo, que por sua vez se liga a outra, criando uma rede semiótica, feita por signo, intérprete e objeto. Ademais, os signos, se subdividem-se em índice, ícone e símbolo. Cada qual com sua representatividade, o ícone (primeiridade) refere-se à ligação extrassensorial e sensorial sobre o signo, os símbolos(terceridade) são signos que representam algo sobre um dogma ou ensinamento e o índice (secundidade) fala sobre a proximidade ao um signo específico.

Categorias	O signo em relação a si mesmo (significação)	O signo em relação ao objeto (objetivação)	O signo em relação ao interpretante (interpretação)
Primeiridade	Quali-signo	Ícone	Rema
Secundidade	Sin-signo	Índice	Dicente
Terceiridade	Legi-signo	Simbólico	Argumento

Quadro 1: Classificação dos signos semióticos (adaptado de Almeida et al., 2011:11)

Portanto, observa-se que a semiótica ela se estende por diversas unidades do conhecimento e percepção humana, expandindo-se para infinitas linhas e redes cognitivas, como a arte em geral, que no caso do presente trabalho é sobra as obras de Zina Aita.

3. Homens Trabalhando (1922)



A obra acima é de Zina Aita, produzida em 1922 para a semana da Arte Moderna é uma pintura a óleo.

Aplicando-se os conceitos da semítica supracitados, observa-se a representação filosófico e pesada na imagem, brincando com a inversão de signos em si, há uma inversão do ícone, brincando com os tons de azul tanto nas sombras dos trabalhadores, quanto de suas construções, espremendo a ideia da grandiosidade dos seis trabalhadores representados na obra, fazendo outra inversão sobre do significado do signo, mas dessa vez através do símbolo, demonstrando que a obra dos trabalhadores são a sombra de seu legado, a forma como é mostrado isto na obra, ou seja, o resultado do esforço arquitetônico deles é maior que eles próprios, demonstrando através de uma terceira via da interpretação do signo é o índice, pois os três tipos de signos ligam-se fazendo uma via semiótica interpretativa.

Portanto, criando uma definição no sentido interpretativo a mensagem que a autoria quis passar na obra sobre os homens comuns terem feitos maiores que eles, não importa o tão pequeno a sociedade ache, todos estamos a sombra dos seis trabalhadores, que no dia a dia da sociedade pós- contemporânea, passam-se desapercebidos.

4. Friso (1928)



Friso é mais uma das grandes pinturas de Zina Aita, pintada em tinta Guache sobre o papel, a obra brinca com tons de terrosos e azuis.

A obra Friso trabalha com a figura de três mulheres segurando o vazo, em “primeiridade” a obra mostra três figuras femininas, ambas com idades diferentes, observado pela cor do cabelo e pelo corte, referindo-se em primazia ao conceito do ícone delas mesmas, de “secundariedade”, demonstrando a visão conceitual do índice, na qual é demonstrado a proximidade da representação do objeto com a passagem da mensagem metafísica da autora, que fala sobre a pobreza e submissão feminina através das gerações, pois na obra de Zina Aita são representadas as figuras femininas em três idades diversas, ambas com os rostos tristes e segurando um jarro, que faz uma reação alquímica sobre a ideia de coleta de recursos, juntamente com a forçada submissão feminina, algo representando através das cabeças curvadas das mulheres.

Assim criando a por meio de uma rede semiótica uma interpretação simbólica, isto é, a tristeza da submissão feminina na sociedade, seja por uma via econômica ou não, somando-se com os tons terrosos, dar-se-á uma senioridade perceptiva de decomposição.

Logo, exprimindo-se por meio de uma rede semiótica de decomposição da sociedade através da submissão feminina forçada através das gerações e como tais fatores raramente mudam ao longo do tempo.

5. Jardineiro(1945)



O Jardineiro é uma obra de pintura sobre a óleo feita por Zina Aita em 1945.

Na pintura é retratado um homem sereno com um sorriso de canto, segurando um jarro de flores, por meio de da semiótica, utilizando os fatores da “primariedade”, “secundidade” e “terceiridade”, definidos por Peirce, percebemos a intenção da autora em repassar a imagem de que a felicidade vem através da simplicidade.

Isto é, a ideia supracitada vem de uma classificação de tons mais arrojados, demonstrando uma via dedutiva um dia ensolarado, e o homem sem camisa, com apenas um chapéu para cobri-lo, traz a ideia de simplicidade, juntamente do sorriso em seu rosto que mostra pacificidade em apenas cheirar a flores colhidas no campo, ou seja, somando a interpretação da rede semiótica, na interpretação da “terceiridade”, referente ao valor símbolo da pintura, pode-se chegar a conclusão de que Zina quis passar que a felicidade vem acompanhada da simplicidade e das pequenas coisas hodiernas, como cheiras algumas flores.

6. Aquarela(1923)



Obra de 1923 de Zina Aita, feita sobre Aquarela.

A obra Aquarela de Zina, brinca com os tons amarelos e azuis, retratando uma figura serena feminina, é incrível como a mulher mistura-se com o tom de fundo de tela, distinguindo-a, pelos leves tons de azul e amarelo, juntamente com um branco, criando um contraste de um sombreado.

Referente a interpretação da obra, em uma visão do objetivo de signo como a pintura terminando em si mesma, temos a definição do ícone, uma mulher e um fundo amarelo vago, onde os dois se misturam, o qual far-se-á representando a figura feminina, pelos diversos adornos singulares e brincando com o sombreado, partindo da análise inicial de ícone do signo, vem-se estabelecendo o índice.

Assim, por meio do índice, chegamos aos primeiros indícios dos significados secundários a partir do entendimento do objeto, que se pode dizer no campo metafísico da coisa que o ser humano é produto do ambiente, é o que lhe define como algo único é a singularidade, mas sempre faz parte do todo, a prova disso são os mesmos tons amarelos repetidos durante a obra, tendo como foco principal da tela, embora o destaque dar-se-á apenas a singularidade, criando uma metalinguagem enorme. Em resumo, os signos do objeto inicial, formaram o índice que por consequência, trouxeram através do simbolismo uma mensagem sobre um conceito formado no campo metafísico da coisa.

Logo, temos um efeito dominó na obra, de objeto, índice e simbolismo, que fala sobre o ser humano fazer parte do todo, mas aquilo que o distingue são suas singularidades, mas que ainda faz parte do todo, e que devemos parar de focar no singular e focar no pluralismo da realidade, pois assim como na tela a mensagem só pode ser entendida por meio do foco no pluralismo em primazia e não pelo efeito singular apenas.

7. Dedução, Abdução E Indução

O Conceito estabelecido por Peirce, permite ao observador conseguir por meio de uma lógica analítica dos símbolos a ideia por trás de algo, exercitando cognitivamente a dedução, indução e abdução. Cada obra acima foi utilizada, uma das três definições, as quais vale ressaltar foram também sinalizadas pela semiótica percieiniana, em que a dedução é a prava da coisa ser o que ela é, indução é processo através da práxis mostra o que a coisa é e a abdução é uma sugestão daquilo que a coisa pode ser. Continuadamente, cada um dos monólogos cognitivos que contemplam o vasto campo analítico a simbiótica foram utilizados para definir a via interpretativa sobre cada pintura de Zina.

8. Conclusão

A semítica perciniana, permite entender através dos diferentes tipos de linguagem mensagem final, seja ela expressa por meio da escrita, pintura e escultura. Isto é, uma ferramenta de entendimento universal sobre a complexa forma de se expressar que um ser humano pode fazer, o objeto do artigo em questão foi Zina Aita, uma incrível revolucionária no campo da arte, e uma das precursoras do modernismo no Brasil, que por meio da semiótica podemos entender a mensagem por trás de suas obras incríveis. Com intuito de finalidade, a semiótica demonstrou através dos signos a mensagem expressa por uma artista de sua visão de mundo, é próximo de uma ter uma conversa com a própria Zina Aita, por meio de sua obra, tudo isso utilizando a via interpretativa.

REFERENCIAS

ANTON, Rogério. Dedução e Indução. Rogério Anton. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=L7EI7g_yiaw]. Acesso em 22 DE OUTUBRO NO ANO DE 2022.

AQUARELA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35375/sem-titulo. Acesso em: 22 de agosto de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

JARDINEIRO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11639/jardineiro. Acesso em: 22 de agosto de 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

HOMENS Trabalhando. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11638/homens-traba-

lhando. Acesso em: 22 de agosto de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

ZINA Aita. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24597/zina-aita>. Acesso em: 21 de agosto de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

CHAGAS SILVA, Joeliton. PRESSUPOSTOS DA TEORIA SEMIÓTI-CA DE PEIRCE E SUA APLICAÇÃO NA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES EM QUÍMICA, EDUCAÇÃO E CONTEMPORANIEDADE, 22 set. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/683/1/PressupostosSemioticaPeirce.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

- A**
- Ambiental 38, 39, 42, 44, 45, 46, 76, 99, 107, 109, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125
- C**
- Comunicação 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 102, 103, 156, 177, 178, 180, 182, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 245, 248, 253, 256, 259, 284, 298, 299, 301, 313
- D**
- Desenvolvimento 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 70, 72, 76, 77, 78, 83, 91, 93, 98, 113, 119, 121, 122, 171, 178, 188, 189, 191, 192, 196, 207, 209, 213, 216, 222, 223, 230, 231, 232, 238, 243, 244, 245, 246, 247, 252, 253, 275, 286, 289, 291
- E**
- Educação 19, 21, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 52, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 176, 206, 215, 216, 224, 226, 228, 229, 230, 238, 239, 243, 286
- G**
- Gestão 38, 39, 44, 45, 46, 50, 53, 55, 60, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 104, 111, 112, 113, 114, 119, 123, 125, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 168, 170, 171, 172, 173, 191, 229, 232, 282, 283, 284, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295
- J**
- Jornalismo 22, 23, 28, 35, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 224, 229, 253, 254, 255, 256, 258, 264, 265, 269
- M**
- Município 15, 16, 17, 25, 27, 31, 33, 34, 35, 42, 44, 45, 51, 54, 55, 60, 64, 79, 80, 85, 87, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 163, 164, 165, 166, 167, 188, 207, 217, 218, 219, 222, 228, 243, 244, 245, 248, 262, 263, 265, 266, 267, 283
- P**
- Pará 13, 14, 15, 16, 17, 21, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 37, 44, 49, 51, 55, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 79, 80, 87, 90, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 127, 151, 154, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 172, 175, 187, 188, 189, 191, 192, 195, 196, 205, 207, 216, 217, 218, 219, 222, 227, 228, 237, 243, 244, 245, 248, 251, 261, 262, 263, 266, 281, 283, 288, 290, 297, 300, 301, 315
- Produção 14, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 29, 33, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 106, 121, 153, 191, 192, 196, 198, 201, 203, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 229, 231, 236, 237, 244, 246, 247, 253, 254, 256, 264, 267, 272, 273, 274, 278, 282, 303
- Projeto 16, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 102, 136, 145, 179, 182, 188, 193, 198, 207, 222, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 266, 267

S

Social 14, 15, 16, 17, 21, 22, 27, 29, 30,
31, 35, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 64,
65, 66, 67, 68, 76, 94, 99, 121, 122,
141, 143, 147, 149, 152, 153, 154,
157, 158, 159, 166, 168, 170, 171,
172, 173, 191, 196, 197, 198, 201,
207, 216, 217, 222, 228, 230, 232,
234, 236, 238, 255, 256, 259, 286,
298, 301

T

Transparência 152, 153, 154, 155, 161,
162, 164, 165, 169, 170, 171, 172,
173

U

Universidade 13, 24, 37, 49, 66, 67, 69,
93, 94, 95, 96, 97, 106, 117, 125,
127, 151, 172, 173, 175, 185, 187,
194, 195, 205, 227, 228, 237, 238,
251, 258, 261, 268, 271, 281, 297,
315

ORGANIZADORES

Norberto Ferreira Rocha

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/Fiocruz, Mestre em Educação, Administração e Comunicação/USM, graduado em Administração, Ciências Contábeis e Teologia. Tem experiência em gestão e políticas públicas; planejamento e orçamento público; controladoria e auditoria; democracia, representação e participação social. Docente do ensino superior na Unifesspa desde 2016, ministrando aulas nos cursos de graduação (ciências contábeis) e pós-graduação lato sensu (gestão pública e tributária), nas disciplinas de Planejamento e Orçamento Governamental; Contabilidade Governamental; Administração e Contabilidade Pública; Filosofia e Ética Profissional; Reforma do Estado e Gestão Pública; Controladoria e Gestão Pública, dentre outras.

Carlos Cesar Santos

Doutorando em Gestão de Empresas pela Universidade de Coimbra - Portugal. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharel em Administração pela Faculdade São Luís de França. Professor Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e pesquisador do CeBER - Centre for Business and Economics Research.

Jax Nildo Aragão Pinto

Pós-doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela UFPA, Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/Fiocruz, mestre em Sociologia Geral pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Populações Tradicionais da

PAN Amazônia pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA/UFPA, Especialista em Gestão Estratégica de Políticas Públicas pela Unicamp, Aperfeiçoamento em Comunicação Social pela Universidade Urbaniana de Roma e graduado em Comunicação Social (Relações Públicas) pela Universidade da Amazônia. Tem experiência em Assessoria de Comunicação Organizacional em Instituições Sociais e Eclesiais, Cooperativas e Associações de 1999 a 2012 e como docente do magistério superior desde 2003. Atuou como diretor da Faculdade de Comunicação do ICSA/UNIFESSPA, de outubro de 2019 a março de 2022. Atualmente é o Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Amazônia: construção de saberes, direitos e inovações

Amazonia: construção de saberes, direitos e inovações é uma obra que foi construída de maneira coletiva e colaborativa, que busca dialogar com os temas importantes sobre a Amazônia Oriental, sudeste paraense. Trata-se de uma coletânea de trabalhos realizados por discentes do ICSA, sob a orientação de docentes da Unidade.

Neste sentido, os trabalhos que seguem (20 textos) são resultados dos debates da V Semana Acadêmica do ICSA/ UNIFESSPA, realizada no final do ano de 2022. É um evento de iniciação científica que é acontece todos os anos no Instituto com o objetivo de incentivar a produção de conteúdo dialógico e interdisciplinar.

As temáticas englobam questões sobre Amazônia e desenvolvimento, políticas públicas na Amazônia, Educação ambiental, Administração Pública, Tributária e Gestão de Pessoas; Contabilidade Financeira e Auditoria; Contabilidade Governamental e Terceiro Setor; Gestão Organizacional, Desenvolvimento e Regionalidade; Empreendedorismo e Inovação & Tecnologia.

Organizadores

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,
Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065

